



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO,
EXERCÍCIO 2013.**

SECRETARIA EXECUTIVA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, Instrução Normativa nº 72/2013, Decisão Normativa 127/2013, Decisão Normativa 132/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

MARÇO/2014

Brasília-DF

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM A SECRETARIA EXECUTIVA.....	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	14
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	17
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	18
2. PLANEJAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	24
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	71
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.	72
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	74
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	74
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	102
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	116
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	122
ANÁLISE CRÍTICA.....	124
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	131
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	158
11.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	170

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Educação Básica Programa Temático
Quadro II - Educação Profissional e Tecnológica Programa Temático -
Quadro III - Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Programa Temático
Quadro IV - Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo, que tem uma ação, Ação 2522, executada exclusivamente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Quadro V - Educação Básica Objetivo 0596
Quadro VI - Educação Básica 2 Objetivo 0597
Quadro VII - Educação Básica Objetivo 0598
Quadro VIII - Educação Básica Objetivo 0599
Quadro IX - Educação Profissional e Tecnológica Objetivo 0582
Quadro X - Educação Profissional e Tecnológica Objetivo 0588
Quadro XI - Educação Superior Objetivo 0593
Quadro XII - Educação Superior Objetivo 0803
Quadro XIII - Educação Superior Objetivo 0841
Quadro XIV - Autonomia e Emancipação da Juventude Objetivo 0996
Quadro XV - Ação 00LZ
Quadro XVI - Ação 007b
Quadro XVII Ação 00B9
Quadro XVIII - Ações – OFSS – Ação 0181
Quadro XIX - Ações - OFSS - Ação 0283
Quadro XX - Ações - OFSS - Ação 00H7
Quadro XXI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 0C04
Quadro XXII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 0057
Quadro XXIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2000
Quadro XXIV - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2004
Quadro XXV - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 09HB
Quadro XXVI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2010
Quadro XXVII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2011
Quadro XXVIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2012
Quadro XXIX - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20TP
Quadro XXX - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4172
Quadro XXXI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4572
Quadro XXXII - Síntese das ações realizadas em 2012 e 2013
Quadro XXXIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4641
Quadro XXXIV - AÇÃO – 4475
Quadro XXXV - AÇÃO 20RH
Quadro XXXVI - Ação 20RH
Quadro XXXVII - Ações - OFSS - Ação 00DU
Quadro XXXVIII - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS - AÇÃO 2272
Quadro XXXIX - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Secretaria Executiva.
Quadro XL - Programação de Despesas
Quadro XLI - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
Quadro XLII - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro XLIII.- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
Quadro XLIV - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - valores executados diretamente pela UJ
Quadro XLV – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
Quadro XLVI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ
Quadro XLVII Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
Quadro XLVIII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação
Quadro XLIX - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores
Quadro L - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
Quadro LI - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro LII – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro LIII – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro LIV – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
Quadro LV – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro LVI – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro LVII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro LVIII - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Quadro LIX - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quadro LX - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro LXI - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Quadro LXII - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12 Quadro LXIII - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Quadro LXIV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores R\$

Quadro LXV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Quadro LXVI - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Quadro LXVII - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro LXVIII - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro LXIX – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro LXX – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro LXXI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro LXXII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro LXXIII – Empresas Prestadoras de Serviço que foram ajuizadas por seus empregados

Quadro LXXIV - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro LXXV - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Quadro LXXVI - média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida acima

Quadro LXXVII – Veículo doado a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Quadro LXXVIII - Valores pagos com Lavagens, manutenção e combustíveis

Quadro LXXIX – Quantidades de veículos por grupos

Quadro LXXX - Média anual de quilômetros rodados

Quadro LXXXI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro LXXXII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro LXXXIII – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quadro LXXXIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LXXXV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro LXXXVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro LXXXVII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro LXXXVIII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro LXXXIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XC- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XCI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XCII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCIII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro XCIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro C - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro CX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXV- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro CXX - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXIV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro CXXVI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro CXXVII – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013
Quadro CXXVIII – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – Assessoria de Comunicação Social
AGU – Advocacia Geral da União
CAMS – Coordenação de Assistência Médica e Social
CAP – Coordenação de Administração de Pessoal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASE – Coordenação de Administração e Serviços
CCONT – Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional
CDGP – Coordenação de Documentação e Gestão de Processos
CEA – Coordenação de Estudos de Acompanhamento Orçamentário
CEAD – Centro de Educação a Distância.
CEAD – Coordenação de Estudos, Análises e Diagnósticos
CEAO – Coordenação de Estudos e Acompanhamento Orçamentário
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEOF – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CETREMEC – Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
CGCC – Coordenação Geral de Compras e Contratos
CGF- Coordenação Geral de Finanças
CGGP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGU- Controladoria Geral da União
CGO- Coordenação Geral de Orçamento
CGP – Coordenação Geral de Planejamento
CGRL – Coordenação Geral de Recursos Logísticos
CIEE – Centro de Integração Escola Empresa
CMC – Conselho do Mercado Comum do Mercosul
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
COAV – Coordenação de Avaliação
COLEP – Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica
COMINF – Comitê de Informação e Informática
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivo
CPAD – Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPMO – Coordenação de Programação e Monitoramento
CPRO – Coordenação de Programação Orçamentária
CTU – Contrato Temporário da União
DAS – Divisão de Assessoramento Superior
DEST – Departamento de Empresas Estatais do Ministério da Educação.
DIMP – Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial
DIPROT – Divisão de Protocolo
DIREMP – Divisão de Recursos Materiais e Patrimônio
DN – Decisão Normativa
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRU – Desvinculação de Recursos da União
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
DVE- Controle da Dívida Externa
EAD – Educação a Distância
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FCT – Função Comissionada Técnica
FEM- Fundo Educacional do Mercosul
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIA – Fundação Instituição de Administração

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
 FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 FONAI – Fórum Nacional dos Auditores Internos das Institucionais Federais vinculadas ao MEC
 FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Orçamento
 FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
 FUNCAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior
 FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
 FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.
 FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola
 GDFGPE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 GEAP – Fundação de Seguridade Social
 GM – Gabinete do Ministro
 GSISP – Gratificação Temporária do Sistema dos Recursos de Informação e Informática
 GSISPE – Gratificação Temporária dos Sistemas dos Recursos de Informação e Informática
 GSISTE – Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
 HCPA – Hospital das Clínicas de Porto Alegre
 IBC – Instituto Benjamin Constant
 IF – Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
 IFES –Institutos Federais de Ensino Superior
 IFET – Institutos Federais de Educação Profissional
 IFs – Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
 IN – Instrução Normativa
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
 INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
 IPC – Índice de Preço ao Consumidor
 LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LNC – Levantamento das Necessidades de Capacitação
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
 MEC – Ministério da Educação
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
 MINC – Ministério da Cultura
 MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MPAAC – Macroprocessos de Acompanhamento e Avaliação Contábil
 MPEOF – Macroprocessos de Orientação sobre Execução Orçamentária e Financeira.
 OCC – Outros Custeios de Capital
 OCI – Órgão de Controle Interno
 OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos
 PAC – Encomenda Eletrônica de Correios
 PCPR – Prestação de Contas do Presidente da República
 PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
 PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PI - Plano Interno
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
 PMSE – Plano de Mobilização Social pela Educação
 PNR – Programa Novos Rumos
 PNUD/BRA – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Brasil.
 PPA- Plano Plurianual
 PROUNI – Programa Universidade para Todos
 REMEC – Representação do Ministério da Educação
 RFB – Receita Federal do Brasil
 RH – Recursos Humanos
 RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
 ROF – Registros de Operações Financeiras
 SAA- Secretaria de Assuntos Administrativos
 SAL – Serviço de Almoxarifado
 SAOC – Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito
 SAP – Sistema de Administração de Patrimônio
 SCA – Serviço de Central de Atendimento
 SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SE- Secretaria Executiva
 SEARC – Serviço de Arquivo Central
 SEATA – Serviço de Apoio Técnico e Administrativo
 SEB- Secretaria de Educação Básica
 SECAD – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade
 SECOB – Sociedade Empresarial de Cobranças
 SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República
 SEDH – Secretaria de Direitos Humanos
 SEESP – Secretaria Educação Especial
 SEGES– Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento
 SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
 SESP – Secretaria Educação Especial
 SESu – Secretaria de Educação Superior
 SETEC – Secretaria Educação Profissional e Tecnológica
 SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração do Governo Federal
 SIAPE – Sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
 SIAPENET – Sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
 SIASS – Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
 SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
 SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses e Parcerias
 SIDOC – Sistema de Administração de Documentos
 SIDOR- Sistema Integrado de Dados Orçamentários
 SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento do Ministério do Planejamento
 SIMEC - Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
 SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
 SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
 SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPCI – Sistema de Preços Custos e Índices
 SIPEC- Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
 SIPES – Sistema de Pesquisa Cadastral
 SIREF – Sistema de Referência de Produção Publicitária
 SISAC – Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
 SISAP – Sistema de Solicitação e Acompanhamento de Pesquisas
 SISBB – Sistema de Informações do Banco do Brasil
 SISG – Sistema de Serviços Gerais
 SISP- Sistema de Planejamento e Orçamento Federal
 SOF – Secretaria de Orçamento Federal
 SPE - Secretaria de Política Econômica
 SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
 SPOA – Fórum que compreende as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e
 SR – Serviço de Reprografia
 SRH – Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento
 SS – Serviço de Segurança
 TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
 ST – Serviço de Transporte
 STF – Serviço Telefônico Fixo
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 TCU- Tribunal de Contas da União
 UC –Unidade Consolidadora
 UFG – Universidade Federal de Goiás
 UGO – Unidade Gestora Orçamentária
 UJ- Unidade Jurisdicionada
 UMA- Unidade de Monitoramento e Avaliação
 UnB – Universidade de Brasília
 UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
 UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
 UO – Unidade Orçamentária

UPAG – Unidade Pagadora

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM A SECRETARIA EXECUTIVA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

O Relatório de Gestão Consolidado da Unidade Jurisdicionada consolidadora Secretaria Executiva-SE do Ministério da Educação-MEC, incluindo as Unidades Jurisdicionadas consolidadas Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-SPO, Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA e Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI, tem por finalidade mostrar de forma geral e objetiva as informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, permitindo, assim, uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante o exercício de 2013.

A estrutura administrativa da Unidade Jurisdicionada consolidadora Secretaria Executiva compreende:

Gabinete – assiste ao Ministro de Estado, supervisiona e coordena as atividades das Secretarias e das unidades vinculadas ao MEC.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-SPO – unidade jurisdicionada que coordena e avalia as atividades de planejamento, de orçamento, de finanças e de contabilidade, no âmbito do MEC.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA – unidade jurisdicionada que coordena e executa as atividades de organização e modernização administrativa, no âmbito do MEC.

Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI – unidade jurisdicionada que coordena a Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do MEC.

A organização do relatório é feita por temas e itens segundo as instruções contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, nas Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, na Instrução Normativa nº 72/2013, na Decisão Normativa 127/2013, na Decisão Normativa 132/2013, na Portaria TCU nº 175/2013 e na Portaria CGU nº 133/2013. O documento torna possível a avaliação institucional baseada em dados e informações necessárias ao maior entendimento sobre o desempenho desta Secretaria, como Unidade Jurisdicionada.

O item Identificação, a seguir, do Relatório de Gestão contém informações de identificação da unidade jurisdicionada, quais sejam: poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA E SUAS UNIDADES CONSOLIDADAS

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação-MEC				Código SIORG: 000244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Secretaria-Executiva do Ministério da Educação				
Denominação Abreviada: SE/MEC				
Código SIORG: 3243		Código LOA: 26101	Código SIAFI: 150017	
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.445/0023-09	
Principal Atividade: Administração Pública Geral				Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:		(61) 2022-8731	(61) 2022-8743	(61) 2022-8747
Endereço Eletrônico: executiva@mec.gov.br				
Página na Internet: http://www.mec.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco L – Sala 700 – Brasília/DF – CEP: 70047-900				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO	00.394.445/0002-84	150014	ativa	008927
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	00.394.445/0003-65	150002	ativa	008928
Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI	00.394.445/0139-39	150004	ativa	095116
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto 7.690/2012, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Plano Plurianual 2012/2015 – Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012; Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;				
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012; e , Lei Orçamentária Anual nº 12.798, de 4 de abril de 2013.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
- não se aplica				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
150014	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO			
152734	Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária-CGSO/SPO			
150002	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA			
150004	Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
0001	Gestão Tesouro			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
150014		0001		
152734		0001		
150002		0001		
150004		0001		

1.2.Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Neste item estão apresentadas as informações que tratam das Competências Institucionais da Secretaria-Executiva do MEC, compreendidas pelas competências exercidas pelo Gabinete, pela SPO, pela SAA e pela DTI. Entende-se que as competências se aplicam às finalidades.

Conforme definido no Artigo 4º do Decreto Nº. 7.690/2012, que aprova a estrutura regimental do MEC, a Secretaria Executiva é o órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a quem compete:

I – assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II – supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de pessoal civil, de serviços gerais, de administração financeira, de contabilidade e de organização e inovação institucional, no âmbito do Ministério; e

III – auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo Único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais – SISG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal e de Organização e Inovação Institucional - SIORG, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento, e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia da Informação, a ela subordinadas.

Cabe destacar as competências das Unidades Jurisdicionadas SAA, SPO e DTI, uma vez que detalham o contido no Parágrafo Único acima.

À SPO, nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério da Educação;

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas referidos no inciso I, informando e orientando as unidades e as entidades vinculadas do Ministério da Educação quanto ao cumprimento das normas vigentes;

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério da Educação e submetê-los à decisão superior;

IV - desenvolver, coordenar e avaliar as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério da Educação; e

V - monitorar e avaliar as metas e os resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais, em articulação com as demais Secretarias, autarquias, empresas públicas e fundações vinculadas ao Ministério da Educação.

À SAA, nos termos do Artigo 5º do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de Organização e Inovação Institucional e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o sistema federal de Administração de Pessoal Civil no âmbito do Ministério, inclusive as atividades de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Ministério e suas entidades vinculadas, executadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Ministério da Educação;

III - promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos nos incisos I e II do caput, informando e orientando os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas;

IV - promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior.

V - assessorar os dirigentes e gestores em matéria de planejamento, gerenciamento e organização de suas respectivas atividades e processos de trabalho; e

VI - assessorar as áreas e unidades do Ministério, especialmente no planejamento, sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão.

À DTI, nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, compete:

I - coordenar e supervisionar a elaboração, execução e avaliação das ações relativas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;

II - planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;

III - estabelecer e coordenar a execução da política de segurança da informação, no âmbito do Ministério;

IV - definir e adotar metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas tecnologias de informação e comunicação, no âmbito do Ministério;

V - promover ações visando a garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Ministério;

VI - coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e contratações estratégicas de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;

VII - planejar e implementar estratégias de soluções de tecnologia da informação e de comunicação, de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério;

VIII - garantir que os produtos e serviços relativos à tecnologia da informação e comunicação sejam conduzidos de acordo com a legislação pertinente;

IX - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação e comunicação; e

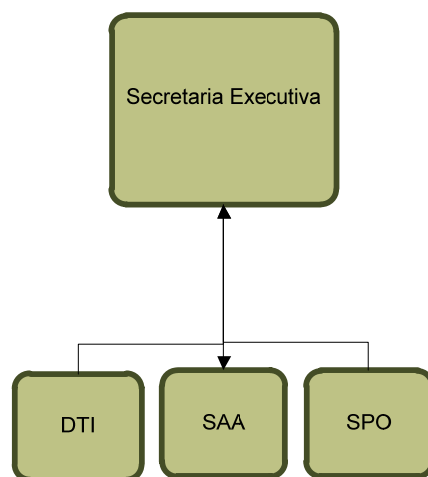
X - assessorar o comitê de informação e informática, oferecendo o apoio técnico e operacional necessário ao seu adequado funcionamento.

Com efeito, a Secretaria-Executiva desempenha permanentemente o papel que lhe foi atribuído por regimento de supervisionar e coordenar as Secretarias e Unidades vinculadas ao MEC. A atuação das seis Secretarias do Ministério (Secretaria de Educação Básica – SEB; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC; Secretaria de Educação Superior – SESu; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI; Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES; Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE; e de suas entidades vinculadas (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, dentre outras) ocorre sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Ministro de Estado e da Secretaria-Executiva.

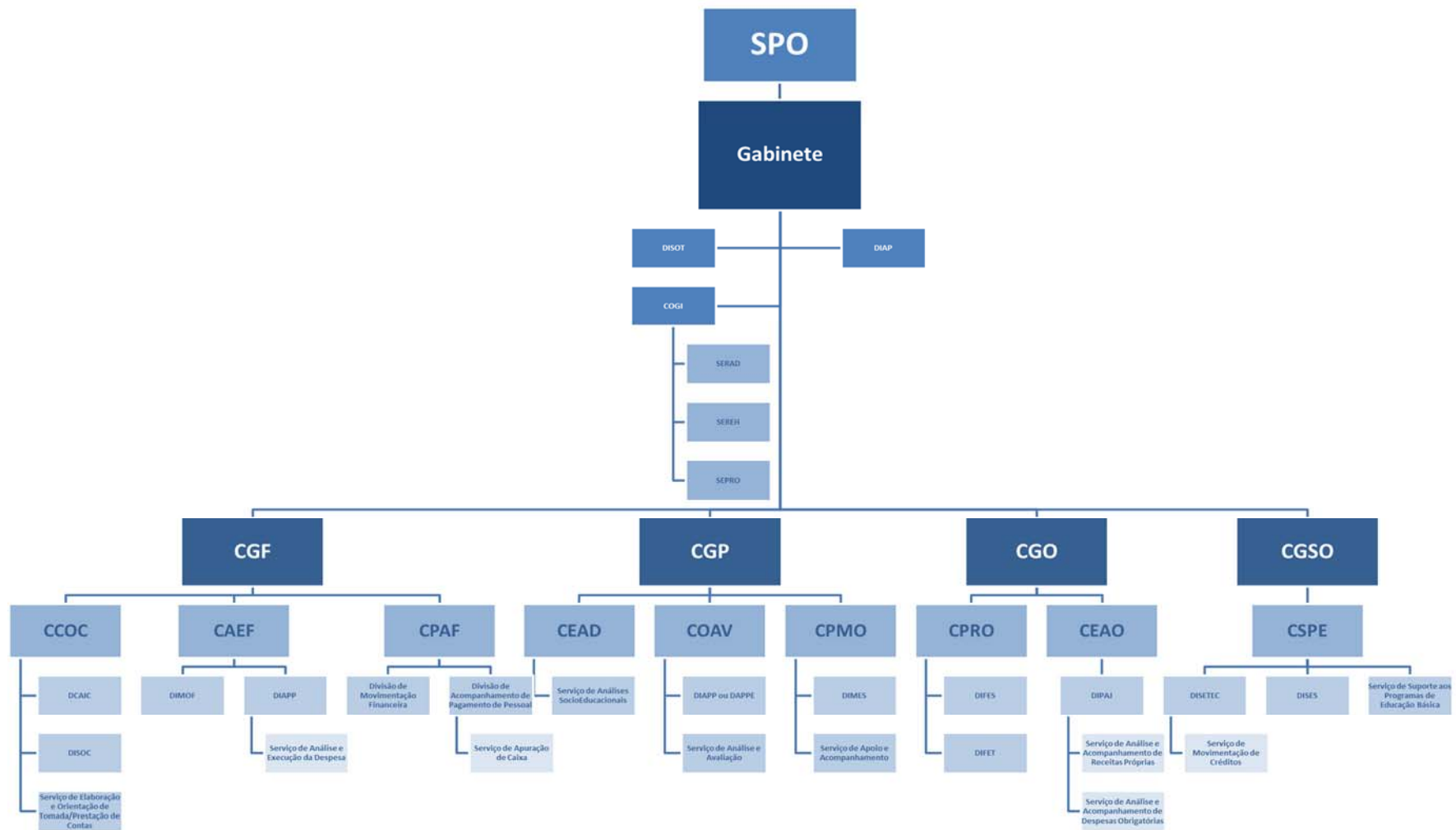
1.3.Organograma Funcional

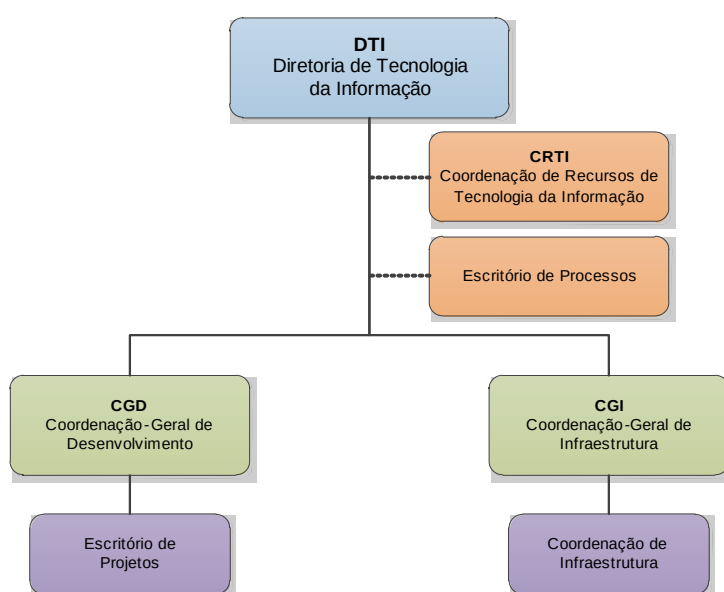
No âmbito da Secretaria-Executiva, estão a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

A DTI teve suas competências detalhadas em um Regimento Interno publicado por meio da Portaria nº 787, de 14 de agosto de 2009 (Anexo I). A SPO também tem um Regimento Interno regulamentado pela Portaria nº 1.022, de 16 de outubro de 2013 (Anexo II). A SAA não possui Regimento Interno.



A seguir estão apresentados os organogramas de cada uma das unidades jurisdicionadas que compõem a Secretaria Executiva:





1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria Executiva não tem Macroprocessos Finalísticos validados, contudo, juntamente com as suas unidades jurisdicionadas (SPO, SAA e DTI) e a partir de suas competências institucionais definidas no Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, que se refere à Estrutura Regimental do MEC, possui objetivos, estabelecidos em parceria com as demais Secretarias e entidades vinculadas deste ministério, tais como: definir, implementar, avaliar e divulgar as políticas públicas desenvolvidas.

É importante destacar que a Portaria n. 1.635, de 04 de outubro de 2013, instituiu no âmbito da Secretaria Executiva o Escritório de Gestão de Processos e

Projetos Estratégicos, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão dos processos de negócios e projetos estratégicos (Anexo I).

1.5. Macroprocessos de Apoio

A SPO, após elaborar a sua proposta de Regimento Interno, iniciou o mapeamento de seus processos, trabalho esse que resultará em um manual e tem por finalidade reunir as regras do processo de negócio relacionadas às atividades que envolvem a Subsecretaria como um todo.

Os principais Macroprocessos de Apoio da SPO são:

1. Elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR. Cabe à SPO elaborar anualmente a PCPR no âmbito do Ministério da Educação, mediante a análise e compatibilização das informações sobre o desempenho estratégico da Pasta. A referida Prestação de Contas sintetiza os resultados da ação governamental na área de atuação do Poder Executivo, encerrando o ciclo iniciado com o planejamento anual da ação de governo, devendo, sempre que possível, ser compatibilizada com o planejamento governamental explicitado na Mensagem do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA e no Plano Plurianual - PPA. Tem também por objetivo auxiliar o Tribunal de Contas da União no processo de análise e julgamento das contas de governo.

2. Elaboração do Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015. A SPO é responsável pela elaboração e consolidação do Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015. Trata-se de um instrumento gerencial que objetiva subsidiar a análise dos resultados previstos nos programas temáticos, no âmbito do Ministério da Educação.

3. Elaboração da Mensagem Presidencial. No âmbito do Ministério da Educação, cabe à SPO, elaborar anualmente a Mensagem Presidencial, a qual é apresentada sob a forma de um balanço das principais ações realizadas pelo órgão no exercício anterior e um Plano de Ação para o próximo exercício. A elaboração agrega atividades de análise, consolidação e complementação das informações relativas aos principais resultados dos programas temáticos no âmbito do MEC.

4. Sistematização e atualização do Alinhamento Estratégico. O Alinhamento Estratégico trata-se de estrutura matricial de vinculação entre PNE, PPA, Objetivos Estratégicos, Desafios e Ações Estratégicas, que possibilita monitorar o cumprimento das metas e dos principais resultados das Ações Estratégicas do MEC e o cumprimento das metas previstas no PNE e no PPA. Além disso, a integração entre os elementos de planejamento citados propicia condições para que a intervenção governamental ocorra de forma mais articulada e consistente, viabilizando a identificação de relações de complementaridade e sobreposição, além de lacunas entre os elementos, otimizando assim, os recursos públicos e os resultados para a sociedade.

5. Acompanhamento da execução física e financeira das subações e ações orçamentárias constantes na LOA. A SPO desenvolveu o módulo Planejamento e Acompanhamento Orçamentário do SIMEC com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação do MEC. A finalidade do sistema é possibilitar o planejamento e a gestão orçamentária de subações e planos internos; o acompanhamento da execução física e financeira das ações orçamentárias de todas as unidades vinculadas ao MEC; e o acompanhamento orçamentário das subações do MEC.

O acompanhamento da execução física e financeira das ações orçamentárias é realizado semestralmente (nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto), conforme orientações da Secretaria de Orçamento Federal-SOF. Os dados captados no SIMEC são transmitidos ao SIOP por meio de serviço de dados. O acompanhamento da execução física e financeira das subações é realizado concomitantemente ao acompanhamento das ações.

A programação orçamentária do Ministério da Educação, cuja consolidação é efetivada na Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, é resultado da realização, ao longo do exercício, de processos específicos que são descritos a seguir:

6. Elaboração do PLOA. O processo de elaboração da proposta orçamentária anual do MEC para 2013 teve início com a projeção das receitas próprias e vinculadas arrecadadas pelas unidades orçamentárias mediante o cronograma estipulado na Portaria SOF nº 82, de 23 de julho de 2013, para fins de composição do montante dos limites financeiros estipulado para as despesas discricionárias.

Em seguida, iniciaram-se as projeções das despesas com as sentenças judiciais e com pessoal e benefícios aos servidores, cuja base de projeção é a folha de pagamento vigente no mês de março de cada ano, compatibilizada com as despesas apresentadas até aquele mês, conforme estabelece a LDO.

Para a análise dos valores dos limites distribuídos no âmbito do MEC para as demais despesas, a SPO/MEC tomou como base os valores constantes na última lei orçamentária e sua execução.

No que diz respeito às despesas com o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dos Colégios de Aplicação, foi atualizado o cálculo das respectivas Matrizes de Outras Despesas Correntes e de Capital – OCC com o parâmetros atuais, como o número de alunos equivalentes e o valor da Unidade Básica de Custeio – UBC. Para os Hospitais Universitários, o MEC financia as despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios aos servidores, bem como os valores destinados ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF, definidos conforme o Decreto no 7.082, de 27 de janeiro de 2010. No que diz respeito aos investimentos, estes foram disponibilizados conforme os cronogramas de reestruturação e expansão apresentados pelas unidades e acompanhados pela SESU e SETEC.

Com a definição dos limites para cada unidade orçamentária, a proposta foi detalhada no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC e os dados foram transferidos para o SIOP para avaliação e encaminhamento ao Congresso Nacional.

7. Créditos Adicionais. A SOF/MP estabeleceu, por meio da Portaria SOF/MP nº 28, de 12 de abril de 2013 os procedimentos e prazos para as solicitações de alterações orçamentárias relativas aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2013.

Em 2013, as solicitações de créditos suplementares e especiais foram encaminhadas à SOF/MP no período compreendido entre maio e novembro. Vale destacar que, para os créditos de pessoal e encargos sociais autorizados pelo Art. 4º da Lei Orçamentária Anual – LOA – 2013, o prazo de encaminhamento foi até 30 de novembro, sendo sua aprovação condicionada à publicação até 31 de dezembro de 2012. O último crédito adicional de pessoal, encargos sociais e benefícios foi publicado no dia 25 de dezembro. Diante da possibilidade de insuficiência de dotação nas demais

unidades orçamentárias, a SOF/MP alocou dotações excedentes na UO 26101 para que a SPO procedesse com as descentralizações, à medida que fosse necessário.

8. Acompanhamento da Execução. As desconformidades entre a finalidade da ação orçamentária e a natureza da despesa apropriadas no SIAFI, em relação às despesas com a folha de pagamentos (Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores), foram monitoradas de forma ostensiva a partir da análise de bases de dados gerenciais, para que as unidades orçamentárias fossem alertadas sobre a correta apropriação.

No que diz respeito às demais despesas correntes e de capital, o acompanhamento da execução orçamentária foi efetivada por meio da elaboração e da análise de relatórios gerenciais, bem como da promoção, por parte da Secretaria Executiva – SE, de reuniões regulares com os representantes das unidades do MEC. No âmbito da administração direta deste órgão, a SPO manteve atualizados os controles de provisão de créditos e de emissão de Certificados de Disponibilidade Orçamentária – CDO para as programações constantes da Portaria SE/MEC, de 4 de janeiro de 2012.

As iniciativas prioritárias da Presidência da República – PR – foram monitoradas por meio de Planos Orçamentários – PO's específicos, gerenciados pelo MP inclusive no SIOP e SIAFI.

8. Reestimativa de Receitas Próprias. A reestimativa das receitas relativas ao ano corrente ocorre bimestralmente conforme o cronograma estabelecido pela Portaria SOF nº 82, de 23 de julho de 2013.

9. Cumprimento de Decisões Judiciais. O assunto encontra-se disciplinado no Decreto PR nº 2.839, de 6 de novembro de 1998, que dispõe sobre o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelo órgão da Advocacia-Geral da União – AGU, procuradorias e departamento jurídicos das autarquias e das fundações e órgãos do SIPEC, observando-se, em especial, o contido nos art. 4º e 5º desse Decreto.

As rotinas de procedimentos foram estabelecidas por intermédio da Portaria nº 17, de 6 de fevereiro de 2001, editada pelo MP, que implantou o Sistema de Cadastro de Ações – SICAJ, onde está consignado que o cumprimento de decisões judiciais em desacordo com esta Portaria implicará sanções administrativas, sem prejuízo das sanções cíveis e penais a quem lhes der causa.

No exercício de 2013 foram implantados no SICAJ, pela Coordenação de Estudos e Acompanhamento Orçamentário – CEAO, 359 processos, perfazendo um montante de R\$ 8 milhões em homologações na folha de pagamento.

10. Solicitação de Repasse Financeiro (Orçamento da UO 26101). A solicitação de recursos financeiros, por parte das unidades finalísticas no Ministério da Educação, é realizada de duas formas: via relatório de apuração retirado do SIAFI Gerencial, realizado de forma proativa pela SPO; quando se trata de recursos do exercício; ou via comunica no SIAFI Operacional, quando se trata de recursos de exercícios anteriores, conhecidos como restos a pagar.

A CGSO realiza a apuração de todos os créditos orçamentários que já foram empenhados e liquidados pelas unidades. Em seguida, faz a solicitação de sub-repasse financeiro à Coordenação Geral de Finanças (CGF), também vinculada à SPO. Ao receber o recurso, a CGSO faz o repasse no SIAFI, conforme valores estipulados no relatório.

Ressalta-se que várias unidades enviam e-mail para alertar sobre a liquidação do orçamento, e consequente solicitação dos recursos financeiros. Casos urgentes de demanda de recursos financeiros também são tratados por e-mail.

11. Gerenciamento de Planos Internos (Orçamento da UO 26101 e UO 26298). Atualmente, as secretarias da administração direta são responsáveis pela criação de seus próprios planos internos (PIs). Isto acontece por meio do módulo “Planejamento e Acompanhamento Orçamentário”, do SIMEC. Após a criação dos PIs e vinculação dos respectivos valores solicitados pelas secretarias, cabe à CGSO analisar todo o procedimento, fazendo a homologação, aprovação e cadastramento no SIAFI Operacional do respectivo plano interno.

Ressalta-se que, nos casos de políticas das secretarias da administração direta contidas em ações orçamentárias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabe a este Fundo a responsabilidade pela homologação, aprovação e cadastramento no SIAFI dos planos internos.

12. Elaboração/Alteração de Proposta Orçamentária da Administração Direta (Orçamento da UO 26101). Com relação à elaboração da proposta orçamentária, a mesma se divide em duas fases: qualitativa e quantitativa. A fase qualitativa é o momento em que se realizam estudos sobre as ações orçamentárias, atividade basicamente desenvolvida pela Coordenação Geral de Planejamento (CGP) da SPO, para que se possa propor a criação de novas ações ou a mudança na finalidade ou descrição das já existentes. A SPO, por meio da CGSO, auxilia as secretarias neste processo, analisando e consolidando a proposta final delas. A fase quantitativa é o momento em que se estabelecem os limites orçamentários e se encaminha a proposta orçamentária para a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), atividade basicamente desenvolvida pela Coordenação Geral de Orçamento (CGO) da SPO. A CGSO realiza a consolidação das propostas da administração direta e insere no SIMEC, para que a mesma seja encaminhada para a SOF.

Com relação à alteração da proposta orçamentária, as secretarias encaminham suas solicitações para a SPO, que então preenche o formulário de alteração de proposta no SIMEC. Após análise interna é feita a análise e encaminhada à SOF.

13. Descentralização de Créditos Orçamentários (Orçamento da UO 26101). Este procedimento envolve diretamente duas Coordenações Gerais. Com relação à descentralização de Créditos Orçamentários, primeiramente é necessário a realização de termo de cooperação entre as secretarias do MEC e as instituições solicitantes de recursos no módulo de Termo de Cooperação do SIMEC. Em seguida, a CGSO efetua análise de saldo e verifica se é necessário a emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária (CDO). Caso positivo, cabe à CGO a emissão deste certificado. Se estiver tudo certo com o termo de cooperação, e o subsecretário de planejamento e orçamento autorizar a liberação do recurso no próprio SIMEC, a CGSO solicita a provisão do orçamento para a CGO e faz o destaque para a entidade proponente.

14. Gerenciamento do Módulo de Termos de Cooperação no SIMEC. Trata-se do gerenciamento de demandas referentes ao módulo de termos de cooperação do SIMEC, atualmente em uso por todas as secretarias e autarquias do MEC. Estas são de três tipos:

- a) Cadastro dos perfis dos usuários
- b) Solução de problemas do sistema, através de contato com a DTI/MEC

c) Novas demandas ou relatórios, também executadas pela DTI/MEC.

A Portaria nº 549, de 16 de abril de 2013, também institucionalizou os procedimentos referentes ao envio e análise do relatório de cumprimento de objeto dos termos de cooperação, que é feito no próprio Módulo de Termos de Cooperação no SIMEC e tem gerenciamento a cargo desta coordenação.

Considerando as atribuições institucionais descritas no Art. 5º do Decreto nº 7.690/2012, a SAA tem como macroprocessos de apoio: licitações e contratos; a gestão de pessoas; gestão de material, logística e infraestrutura; e gestão administrativa.

É importante ressaltar que relativamente à gestão administrativa, o macroprocesso de orçamento envolve ações como: verificar se há disponibilidade orçamentária na ação 2000, solicitar Certificação de Disponibilidade Orçamentária – CDO à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, com base nos valores estimados para cada aquisição/contratação; após conclusão dos processos licitatórios, são feitos os ajustes necessários, com relação ao CDO emitido, solicitada a disponibilização do orçamento e emitidas as notas de empenho Referem-se também à gestão administrativa o macroprocesso relativo ao Serviço de Informação ao Cidadão; o de acompanhamento de execução; o de gestão documental; o de tele atendimento; o de passagens e o de eventos.

Quanto ao macroprocesso de recursos logísticos, ele visa assegurar a adequada contratação de obras e serviços, garantindo a satisfação dos usuários e o atendimento às necessidades institucionais; bem como assegurar o funcionamento e manutenção predial e a gestão dos bens móveis e imóveis do MEC.

No que se refere à gestão de pessoas, cumpre ressaltar a orientação na aplicação da legislação de pessoal, a concessão de benefícios, o fomento à política de capacitação e desenvolvimento dos servidores, o acompanhamento da força de trabalho do Ministério da Educação.

Dentre os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da SAA, destacam-se: as seguintes atividades administrativas: manter o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN; realizar penalizações; cumprimento de decisões judiciais; executar o COMPRASNET; efetuar o gerenciamento dos procedimentos internos referentes à aquisição de bens e serviços por meio de licitações, contratos e contratações diretas; orientar quanto à legislação de pessoas; acompanhar as despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; operacionalizar: SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC.

É importante destacar a importância de módulos administrativos do SIMEC no acompanhamento da execução das atividades desenvolvidas:

- de Eventos, utilizado para acompanhar a proposição de eventos, sua aprovação pelo Comitê de Eventos do MEC, a montagem da infraestrutura segundo itens da Ata de Registro de Preços, prazos e emissão de ordem de serviços, o que permitiu avaliar a contratação dos serviços conforme parâmetros e critérios comuns, analisar o perfil de cada evento e definir estratégias para a realização de eventos futuros.

- de Obras, utilizado para fiscalizar as obras do MEC, desde a elaboração dos projetos até a execução das etapas de construção, por meio da inserção de dados de vistoria com fotos das obras.
- de Compras, utilizado para promover a gestão mais eficiente dos processos licitatórios conjuntos entre MEC, autarquias, universidades e institutos federais.

A gestão do SCDP é um macroprocesso de apoio à gestão do MEC que atende a todas unidades do MEC como: SAA (englobando as passagens da SE, SEA, CONJUR e GM), SASE, SEB, SECADI, SERES, SESu e SETEC e visa principalmente atender às autoridades do MEC quanto ao deslocamento aéreo nacional e internacional. Cabe à SAA, por meio da CGGA, garantir a compra dos bilhetes de passagens aéreas preferencialmente em voo e na menor tarifa praticada no momento da compra.

A DTI não tem definido os seus macroprocessos de apoio.

1.6. Principais Parceiros

As principais parcerias da Secretaria Executiva do MEC são estabelecidas e voltadas para a consecução dos seus objetivos. Como principais parceiros, pode-se listar as Secretarias Finalísticas e entidades vinculadas do Ministério.

A SPO, considerando suas ações e atividades desenvolvidas, mantém atualmente parceria com diferentes órgãos alinhados com a consecução de seus objetivos estratégicos. Dentre esses órgãos destacam-se a Secretaria de Orçamento Federal-SOF, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos-SPI do Ministério do Planejamento; Secretaria do Tesouro Nacional-STN; Secretarias Finalísticas, Autarquias e Fundações do Ministério da Educação; a Rede Federal de Ensino; e as Instituições Federais de Ensino.

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos tem como parceiros internos as secretarias finalísticas, autarquias e fundações do MEC, e a Rede Federal de Educação. Como externos estão outros órgãos do Poder Executivo Federal, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Estados, Municípios, Instituições Bancárias Públicas e Privadas, Empresas Públicas e Privadas.

É necessário destacar a importância das orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, no alcance de contratações públicas com transparência por meio do Portal Comprasnet que é utilizado diariamente no âmbito da SAA.

No que se refere à Gestão de Pessoas, cumpre mencionar a Secretaria de Gestão Pública – SEGEP, que é o órgão central do SIPEC, que tem a competência normativa em matéria de pessoal civil no âmbito da administração federal direta, que coordena a elaboração das folhas de pagamento do pessoal, entre outros.

Quanto à DTI, os principais parceiros são as Autarquias e Fundações do MEC a exemplos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, assim como órgãos da Administração Pública Federal, como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

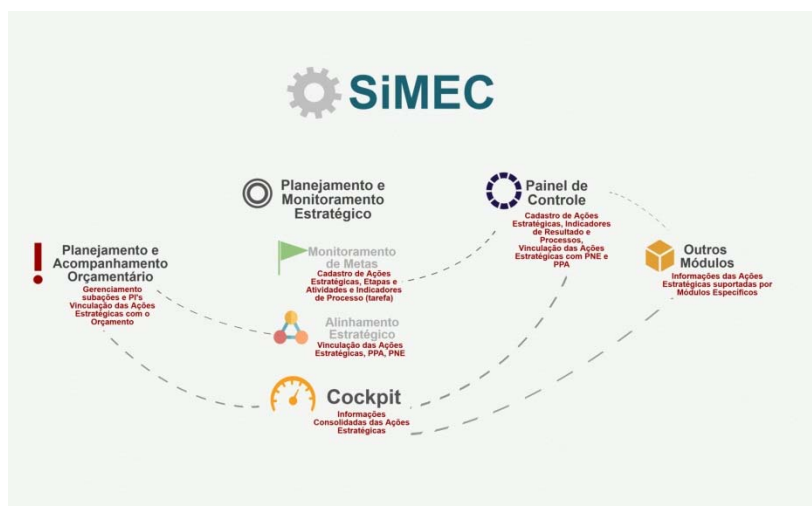
2. PLANEJAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Cabe destacar que o item 2.1.c que trata dos principais objetivos estratégicos e estratégias adotadas, nesta Unidade Jurisdicionada, os mesmos estão em processo de organização conforme PORTARIA Nº 357, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014. Acredita-se que para o Relatório de Gestão, exercício de 2014, tais informações já estarão sistematizadas, refletindo a uniformidade do planejamento estratégico com seus objetivos e estratégias, como vem demandando esse Tribunal. O texto a seguir reflete a situação real da Secretaria Executiva, no exercício de 2013.

2.1.Planejamento das Ações da Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva, no atendimento das suas funções regimentais de apoio ao Gabinete do Ministro na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do MEC e das entidades a ele vinculadas, tem qualificado sua atuação por meio de diversas estratégias. Atualmente, na Secretaria Executiva, existe uma estrutura de monitoramento da execução das ações estratégicas do MEC, apoiada pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do MEC – SIMEC.

O SIMEC, que hoje possui 69 módulos com as mais diversas funções, tem três módulos mais especificamente relacionados ao planejamento e monitoramento das ações estratégicas do MEC: o módulo de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário, o módulo de Planejamento e Monitoramento Estratégico e o módulo de Painel de Controle, conforme figura abaixo:



A Portaria MEC/GM n. 176, de 12 de fevereiro de 2010, instituiu o Núcleo de Informações Gerenciais do Ministério da Educação - MEC. Tal núcleo tem como atribuições: garantir o suprimento de dados no SIMEC em todos os módulos, de modo que tais dados estejam sempre atualizados e possam ser utilizados para subsidiar a tomada de decisão no âmbito do MEC.

As ações da SPO são executadas em consonância com o processo de planejamento e orçamento federal e nos últimos anos vem passando por modificações com o intuito de fortalecer a integração entre a função de planejar e elaborar o orçamento e gerir o gasto público. Assim sendo, conferindo qualidade e coerência aos

instrumentos de planejamento previstos na Constituição de 1988, quais sejam, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A SAA, inserida no contexto de planos da Secretaria-Executiva, em 2013, planejou atividades administrativas de área meio para proporcionar condições às várias unidades do MEC para alcançar as metas e objetivos de seus programas. Dentre as atividades, devem-se citar as políticas de Recursos Humanos, de Orçamento e Finanças, de Compras e Contratos e a política de funcionamento administrativo do MEC. A SAA tem investido na capacidade de atuar frente aos desafios e compromissos impostos pelas próprias atribuições, buscando qualificar a equipe disponível num quadro reduzido de pessoal, considerando o número de técnicos na área, incentivando-os a participar de cursos de aperfeiçoamento e atualização do conhecimento, de modo que toda a equipe se torne apta a assumir o desenvolvimento de estratégias formais e capazes de gerar um desempenho cada vez maior, com crescimento no nível de qualidade, inclusive, como parte de um plano superior da unidade.

A Portaria nº 03, de 04 de agosto de 2011, instituiu a comissão técnica para elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, referente ao período de 2012 – 2013. Tal comissão foi composta exclusivamente por servidores do MEC e Autarquias (CAPES, INEP e FNDE). O PETI foi aprovado pela Portaria do MEC nº 869, de 06 de junho de 2012, publicada no DOU de 11 de junho de 2012 (Anexo II).

Nesse Planejamento Estratégico de TI, foram definidas as declarações estratégicas (negócio, missão, visão, valores e princípios), o mapa estratégico, os objetivos estratégicos, os objetivos funcionais, as metas e as ações estratégicas. Também foi desenvolvida a matriz 5W2H para cada ação estratégica, determinando o que, como, quem e quando será executado. Deste modo, entende-se que este modelo, abrangendo as ações estratégicas com a definição da matriz 5W2H contempla parcialmente as iniciativas do PDTI.

O planejamento foi feito com base nas cinco áreas que compunham a DTI à época, quais sejam: o Gabinete, a Coordenação de Recursos de TI – CRTI, o Escritório de Processos, a Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGI e a Coordenação-Geral de Desenvolvimento – CGD.

Foram realizadas algumas adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica e infraestrutura visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos do PETI, listadas a seguir:

Pessoal: Remanejamento de pessoas para adequação e criação de novas áreas, como a Coordenação de Governança em TI - CGOV. Houve, também, posse de pessoal técnico das diversas áreas de TI referente ao Concurso de Temporário da União – CTU.

Tecnologia: Aquisição de equipamentos, *softwares* e serviços, principalmente na Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGI, que é a responsável por oferecer toda a infraestrutura de tecnologia ao MEC. Para um maior detalhamento, ver as ações estratégicas da CGI, nas quais são mencionadas as compras planejadas (Anexo III – PETI do MEC 2012-2013, págs. 25 a 34).

Com o objetivo de atender ao disposto no Acórdão nº 1233/2012 do TCU-Plenário, de 23/05/2012, que trata de um relatório consolidado das ações do TMS (Tema de Maior Significância) 6/2010, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da

tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI, foi elaborado um Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI (2012-2013).

O PETI está no Anexo II e o seu Plano de Divulgação no Anexo III.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1. A seguir são apresentados os quadros relativos aos três Programas Temáticos do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade de execução do Ministério da Educação.

Quadro I - Educação Básica Programa Temático –

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2030			
Título		Educação Básica			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	126.615.723.000,00	32.021.517.948,00	31.397.400.261,00	63.196.804.791,00	
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total	126.615.723.000,00	32.021.517.948,00	31.397.400.261,00	63.196.804.791,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
28.622.888.813,33	21.229.948.147,11	20.083.703.659,02	1.276.637.831,74	7.392.940.666,22	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	7.403.341.209,32	3.923.579.012,57	3.796.802.375,00	-62.081.935,19	3.544.456.899,13
Processados	138.336.288,72		134.698.849,94	-22.032,70	3.616.706,08
0					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro II - Educação Profissional e Tecnológica Programa Temático -

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2031			
Título		Educação Profissional e Tecnológica			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (e -m R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	24.975.121.000,00	5.905.713.229,00	7.009.932.894,00	12.059.474.877,00	
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total	24.975.121.000,00	5.905.713.229,00	7.009.932.894,00	12.059.474.877,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
5.915.929.837,13	4.151.044.647,62	4.005.363.552,51	182.946.233,48	1.764.885.189,51	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	1.821.219.390,60	1.293.522.371,44	1.259.137.531,55	-53.121.601,81	508.960.257,24
Processados	63.414.513,57		60.225.510,37	-308.704,72	2.880.298,48
0					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro III - Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2032			
Título		Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	53.500.450.000,00	13.304.414.805,00	15.158.330.902,00	25.037.704.293,00	
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total	53.500.450.000,00	13.304.414.805,00	15.158.330.902,00	25.037.704.293,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
12.621.286.769,55	9.179.221.725,72	8.911.110.688,76	326.165.842,65	3.442.065.043,83	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	3.521.567.922,35	2.621.647.342,63	2.568.246.074,65	-75.804.387,81	877.496.441,67
Processados	125.489.262,73		120.238.060,45	-618.682,83	4.653.537,67
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Nota: O Programa tem valores executados em outros órgãos, no entanto são pouco representativos para o valor global do Programa:

		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
20113	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.038.034,00	1.038.034,00	881.025,84	832.347,41	832.347,41
44000	Ministério do Meio Ambiente	595.000,00	595.000,00	256.029,51	145.385,00	145.385,00

Quadro IV - Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo, que tem uma ação, Ação 2522, executada exclusivamente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2055			
Título		Desenvolvimento Produtivo			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	25.438.654.000,00	7.929.941.438,00	5.813.729.128,00	11.694.983.434,00	
Orçamento de Investimentos - OI	24.582.151.000,00				
Outras Fontes	51.718.737.000,00				
Total	101.739.542.000,00	7.929.941.438,00	5.813.729.128,00	11.694.983.434,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
4.899.544.908,54	4.555.515.891,93	4.514.456.207,18	53.005.350,73	344.029.016,61	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	416.973.780,25	274.257.938,68	270.478.333,94	-7.138.492,67	139.356.953,64
Processados	41.784.281,50		32.858.693,99	-740.401,26	8.166.061,25

0

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	2.000.000,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Nota: O Programa tem valores executados no Órgão 26.000 – Ministério da Educação na Unidade Orçamentária 26.243 – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ação		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	391.024,63	391.024,63

2.2.2 Objetivos de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015

Educação Básica

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola.

A universalização da educação básica constitui uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação 2011-2020, consubstanciado no Projeto de Lei nº 8.035/2010, em tramitação no Congresso Nacional. Nesse sentido, nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação básica: a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para 9 anos; e a obrigatoriedade de matrícula/frequência escolar dos 4 aos 17 anos de idade, introduzida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que deverá estar implementada até 2016.

O levantamento nacional de dados educacionais realizado pelo Censo Escolar 2012 apurou que em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Considerando a multiplicidade que este universo representa é importante implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos.

Diversas são as ações desenvolvidas pelo MEC com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Ações que perpassam a aprendizagem do aluno, a valorização do profissional de educação, a infraestrutura física e pedagógica da escola e o apoio aos entes federados. No presente documento serão relatadas as ações de maior destaque na educação básica, que em seu conjunto contribuem de forma significativa para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Em 2007, foi criado o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro a municípios para construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas, possibilitando o acesso de crianças à educação infantil da rede pública. Em 2011, o programa passou a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

As unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como: salas de aula, sala de informática, bibliotecas, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço.

Por meio do programa também são repassados recursos para equipar as escolas em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao funcionamento das creches e pré-escolas. A partir de 2013, passaram a ser utilizadas metodologias inovadoras para a construção das unidades mediante a adesão dos municípios às atas de registro de preços do FNDE. Tal procedimento permitiu a redução do prazo de execução e do custo das obras, garantindo elevado padrão de qualidade.

Ainda com relação à política de construção de creches e pré-escolas, o MEC repassa recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil que tenham sido construídos com recursos do Governo Federal, que estejam em plena atividade e que ainda não são contemplados com recursos do Fundeb.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, no âmbito da ação Brasil Carinhoso pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria, é o repasse de recurso suplementar para os municípios que atendam crianças de zero a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. A partir de 2013, o valor de repasse sofreu aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente.

Ressalta-se que o MEC também repassa recursos financeiros às prefeituras e ao Distrito Federal para apoio à manutenção de novas matrículas de educação infantil ainda não contempladas com o Fundeb, oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

Outra importante ação no âmbito do PAC 2 é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e quatro mil para cobertura de quadras já existentes.

Com relação à alfabetização das crianças, foi lançado em 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Envolve um conjunto integrado de iniciativas, de materiais e de referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados aos entes federados. O projeto tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

Um dos instrumentos mais relevantes para a melhoria da qualidade da educação básica é o Planos de Ações Articuladas (PAR), que é um planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem elaborar para um período de quatro anos. O ente federado elabora o diagnóstico da sua situação educacional, orientado em quatro grandes eixos: Gestão Educacional; Formação de Profissionais de Educação; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. O instrumento diagnóstico possui mais de 80 indicadores que revelam a situação educacional do sistema de ensino. A partir do diagnóstico construído com estes indicadores, é proposto ao ente federado um conjunto coerente de ações e subações, resultando no Plano de Ações Articuladas (PAR). É por meio do PAR que o Ministério da Educação presta assistência técnica e financeira aos entes federados.

Visando à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial mantidas por entidade privada sem fins lucrativos, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destina recursos financeiros, de forma suplementar, diretamente para as escolas, para serem empregados na aquisição de material permanente e de consumo, na realização de pequenos reparos e ainda no desenvolvimento de atividades educacionais complementares. O PDDE reforça a autogestão escolar e o controle social, mediante a decisão participativa descentralizada sobre o emprego dos recursos.

Em 2013, foram apoiadas pelo PDDE ações voltadas à: i) realização de atividades de educação integral; ii) adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo; iii) realização de adequações arquitetônicas para acesso e permanência de alunos de educação especial; iv) abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; v) desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes, vi) desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares; e vii) apoio ao desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio.

A implementação de uma política de Educação Integral, considerando a ampliação da jornada escolar aliada à constituição de territórios educativos e à perspectiva de expansão de oportunidades formativas,

é fundamental para garantir a qualidade da educação. As experiências recentes indicam o papel central que a escola deve ter no projeto de educação integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências que a tornam uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. O PME visa a ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

Destaca-se ainda a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva uma vez que todas as iniciativas governamentais devem considerar a eliminação de barreiras e inclusão da pessoa com deficiência. De acordo com o Censo Inep, em 2012, a taxa de inclusão de estudantes de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial em classe regular alcançou 84,3%, o que reflete a efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

No âmbito da Política Nacional de Educação Especial, o Ônibus Escolar Acessível, ofertado pelo Programa Caminho da Escola, apresenta-se como uma oportunidade para que municípios, estados e o Distrito Federal iniciem ou ampliem o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida nas classes comuns de ensino regular, assim como no atendimento educacional especializado, oferecido de forma complementar ou suplementar no contraturno escolar, garantindo a transversalidade da educação especial em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial. As SRM dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade, destinados a atender às especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

O Programa Escola Acessível objetiva promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas que foram contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

Com relação ao Ensino Médio, o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, lançado em 2013, tem como objetivos promover a valorização e a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nas áreas urbanas e rurais nesse nível de ensino; contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio; e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM).

Outra importante iniciativa do Governo Federal, com vistas a induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, é o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). O Programa apoia os estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, de forma a atender às necessidades e expectativas dos estudantes desse nível de ensino. No campo da educação em tempo integral, o ProEMI articula as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio.

Com o objetivo melhorar a qualidade da educação do campo, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que oferece apoio técnico e financeiro aos municípios, estados e Distrito Federal para a implementação da política de educação do campo. As ações desenvolvidas no âmbito do Programa são voltadas ao acesso e a permanência na escola, à

aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Especialmente para jovens e adultos, que em suas histórias de vida tiveram seus direitos sociais negados, sem acesso a processos educacionais formais ou com trajetórias interrompidas, a oferta educacional que integre a educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos é uma questão de direito a ser garantido pelo Estado Brasileiro. No que se refere à ampliação de oportunidades de alfabetização e escolarização a jovens e adultos, é importante mencionar o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. Destaca-se, ainda, a elaboração pelo MEC e pelo Ministério da Justiça do Plano de Implementação da Educação no Âmbito do Sistema Prisional, contemplando os seguintes eixos: Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Formação de Profissionais da Educação e dos Agentes Penitenciários; Aquisição de Equipamentos, Mobiliários, Materiais Pedagógicos e Literários e Infraestrutura Física.

O ProJovem Urbano objetiva elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sejam alfabetizados e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de EJA integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de cursos com 18 meses de duração. Aos entes federados que aderem ao ProJovem Urbano são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados para o desenvolvimento das ações previstas. O Programa contempla também atendimento a jovens das unidades prisionais e a jovens moradores dos municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, integrante do Plano Juventude Viva.

No âmbito da educação escolar indígena, em 2013 foi lançado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino para a organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, que tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas.

Entre as diversas ações executadas pelo MEC, destacam-se ainda as ações de distribuição de materiais, recursos pedagógicos e equipamentos, e apoio financeiro aos entes federados, que contribuem para o cumprimento das metas de qualidade.

As ações dos programas do livro envolvem a aquisição e distribuição de livros didáticos e literários com objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, encaminhando material de apoio didático e pedagógico acessível a todos os alunos e professores do ensino público. O acesso aos livros permite aos professores enriquecer o trabalho desenvolvido em sala de aula e aos alunos obter conhecimento e cultura.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, tem como objetivo prover as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura complementares de apoio em sala de aula. Adicionalmente, são distribuídas versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Também foram adquiridos os manuais dos professores em versão digital, para disponibilização nos tablets educacionais que estão sendo adquiridos para todos os professores do ensino médio das escolas da rede pública nacional. Destaca-se, ainda, o PNLD Campo e o PNLD EJA. O PNLD Campo, realizado pela primeira vez em 2013, considera as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo,

beneficiando estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Já o PNLD EJA é destinado aos alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de EJA do ensino fundamental.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) disponibiliza às escolas de ensino público, no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da EJA, obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura, à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Finalizou-se em 2013 a seleção de obras do PNBE-Temático que contempla temas relativos à diversidade e inclusão.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para estados e municípios participarem do Programa: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via assistência financeira no âmbito do PAR; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa a promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) contribui para a oferta de alimentação adequada e saudável e para a educação alimentar e nutricional, com respeito à cultura, à tradição e aos hábitos alimentares saudáveis, pautando-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da localidade. Como um dos grandes avanços do Pnae, destaca-se a aquisição, de no mínimo 30%, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Com relação ao acesso a tecnologias de informação, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas redes públicas, urbanas e rurais, de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos (laboratórios, computadores interativos, lousas digitais, laptops educacionais e tablets), formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais.

A formação acadêmica do professor é requisito importante para sua qualificação no exercício do magistério, na perspectiva de reunir habilidades e competências para promover uma educação de qualidade, socialmente referenciada. Tendo em vista sua importância para o alcance do máximo aprendizado dos estudantes de educação básica da rede pública, a qualificação do docente constitui um dos pilares de sustentação do PNE 2011-2020, com o estímulo à crescente qualificação e à ampliação do acesso dos educadores à universidade.

Além da formação em nível superior na área de atuação, é desejável que os professores aprofundem seus conhecimentos por meio de cursos de pós-graduação. Ao passar por essa formação, os professores são expostos a metodologias científicas, aprofundam seus conhecimentos, ampliam seu olhar com relação à sala de aula e, conseqüentemente, tem maior propensão a estimular o raciocínio científico em seus alunos. A formação continuada permite que o professor se atualize e esteja permanentemente fazendo a ligação entre teoria e prática, fundamental para o bom desempenho em sala de aula.

O MEC tem ampliado suas políticas voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica em parceria com as instituições de ensino superior e com os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Em relação à formação inicial de professores, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, induz e fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuam grau em licenciatura na área, disciplina ou etapa em que exercem a docência.

Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), são disponibilizados cursos presenciais, semipresenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, abarcando as temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, História e Cultura dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação Ambiental.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país na modalidade a distância, com foco na formação inicial e continuada para professores da educação básica. O Sistema UAB é integrado por Instituições Federais de Ensino e polos de apoio presencial, distribuídos em todas as unidades da Federação. Além dos cursos de licenciatura, são ofertados cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que concede bolsas para alunos de curso de licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas, manteve-se como uma importante política pública para a formação de professores. Foi lançado novo edital em 2013, com extensão do Programa a bolsistas do ProUni e aperfeiçoamentos nos aspectos pedagógicos do Programa com a finalidade de promover a equidade e a excelência nas licenciaturas.

Ainda no âmbito da valorização do profissional de educação, foi prestada assistência técnica a municípios e estados para a avaliação, elaboração e reelaboração dos Planos de Cargos e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica de sua rede. Para ampliar o alcance do apoio técnico sobre os PCR e a viabilidade do cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, estão sendo desenvolvidos instrumentos de orientação a serem disponibilizados em 2014, para auxiliar na elaboração e reelaboração dos PCR.

Outro elemento estruturante da educação básica é a avaliação. A busca por qualidade pressupõe um instrumento de aferição que permita acompanhar a evolução da melhoria do ensino. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) representa a iniciativa de reunir num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque dos resultados das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Dados do Ideb de 2011 mostram que o País atingiu metas estabelecidas em todas as etapas da educação básica — nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Cabe ressaltar a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O sistema contribui para a melhoria da qualidade dessa etapa de ensino e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, a reformulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. Além disso, oferece dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. Este Sistema é composto por três avaliações de larga escala: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Educação Básica.

A Avaliação Nacional de Alfabetização é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização

e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática, e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. Ressalta-se que a avaliação compõe o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Nessa etapa de ensino, os estudantes também são avaliados por meio da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas e que ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

Já a Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados em turmas do 5º e do 9º anos do ensino fundamental regular de escolas públicas das zonas urbana e rural, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. Essa avaliação é composta por exames de leitura e matemática e seus resultados compõem o Ideb.

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do País, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. Apresenta os resultados do País como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação, em provas de leitura e matemática.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo é avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica, vem sendo utilizado também, a partir de 2009, como mecanismo para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e do Ciência sem Fronteiras.

Educação Profissional e Tecnológica

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos sociais a educação e o trabalho. É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, trabalho, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável. Uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual. A contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria prática incentivam a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve incorporar elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da equidade, da igualdade de gênero, do combate à violência contra o jovem e a mulher e da cidadania. Neste contexto, aponta-se para a perspectiva de formação de um trabalhador capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que ela representa; de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo.

Neste contexto, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Programa contempla as seguintes iniciativas: Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem – Sistema S. Em 2013 o Programa atingiu 5,5 milhões de brasileiros

atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Até o final de 2014, oito milhões de vagas terão sido ofertadas.

Com relação à iniciativa de Expansão da Rede Federal, destaca-se o Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios.

A Bolsa-Formação oferece vagas gratuitas de educação profissional e tecnológica em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, por meio da qual são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, e a Bolsa-Formação Estudante, por meio da qual são ofertados cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio.

O Programa Brasil Profissionalizado promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, apoio ao desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas e à formação de professores. O MEC tem investido recursos na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, além da construção de novas escolas técnicas estaduais, e ampliação e reforma de unidades da rede de educação profissional e tecnológica.

A rede e-Tec Brasil, outra iniciativa do Pronatec, promove a oferta de educação profissional e tecnológica à distância. Podem oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem; e as instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

Ainda entre as iniciativas do Pronatec, o Acordo de Gratuidade com Sistema S, possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda. São cursos nas mais variadas áreas: Mecânica, Edificações, Automação Industrial, Logística, Eletromecânica, Eletrotécnica, Biocombustíveis, Petróleo e Gás, na área da Agricultura e da Pecuária, nas Telecomunicações, na Informática, na Tecnologia da Informação, na Enfermagem, dentre outras.

Ressalta-se ainda a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). Trata-se de um sistema informatizado, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem.

Educação Superior

Cada vez mais, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior.

Ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do Ministério da Educação neste eixo de atuação. Proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Nos últimos anos, o MEC vem adotando uma série de medidas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à redefinição das formas de ingresso, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, à reformulação da avaliação de cursos e instituições, ao desenvolvimento dos instrumentos de regulação e supervisão, bem como à ampliação da pós-graduação.

No âmbito da expansão da rede federal de ensino superior, um dos objetivos é a interiorização com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Como resultado destes investimentos o Governo Federal espera atingir a meta de implantação de 47 novos câmpus até o final

de 2014. Ressalta-se ainda a criação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Universidade Federal do Cariri, e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas (UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) visa à ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Pnaes oferece moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

O Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior tem por objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Em relação à qualificação acadêmica, destaca-se o Programa de Extensão Universitária (ProExt). A iniciativa abrange programas e projetos de extensão universitária visando a incentivar ações de extensão universitária voltadas à promoção de políticas públicas e a fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das IES. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET) apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem, consolidando-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor.

Em 2013 foi lançado o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior. O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação destes estudantes. O combate ao racismo e a promoção da igualdade também são alvos desta cooperação internacional.

Para incentivar o acesso e a permanência no ensino superior por parte de indivíduos de renda mais baixa, o MEC implementa programas de concessão de bolsas e de financiamento, como o Prouni, o Fies e a Bolsa Permanência.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Mais de 1,2 milhão de estudantes foram beneficiados.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso à educação superior contribuindo para diminuição dos índices de desigualdade no país. O Fies consolidou-se como estratégia para o crescimento inclusivo, equalizando as oportunidades de ingresso ao ensino superior e contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico. Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, dentre eles a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o resultado foi a marca de 1,16 milhão de novos estudantes beneficiados.

O Programa Bolsa Permanência concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino superior oriundos de escolas públicas, com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e o rendimento acadêmico dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é uma iniciativa que possibilita a democratização do acesso ao ensino superior. Trata-se de um processo que seleciona os estudantes para a educação pública superior do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado.

Na área de educação em saúde, destaca-se a edição da Lei nº 12.871/2013 que instituiu o Programa Mais Médicos. O programa visa à melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa prevê também a reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência médica, priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante e com estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos. Com a edição da referida Lei, foram criadas novas vagas em cursos de graduação de Medicina, em instituições públicas e privadas, bem como a pré-seleção de municípios para instalação de cursos de Medicina privados. Destaca-se ainda no âmbito do Programa, a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior que prevê a oferta de novas vagas até 2017, o que inclui a criação de novos cursos.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria pelos ministérios da Educação e da Saúde, tem como objetivo condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde. Em 2013 foram realizados investimentos para aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde e ensino e pesquisa. Outra ação do Rehuf foi a realização de compras nacionais de equipamentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares que, com ganho de escala, garantiram à administração economia de recursos financeiros, transparência e padronização. Além da gestão do Rehuf, o MEC, a partir da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), mantém uma relação contratual com as universidades federais que possuem unidades hospitalares. O objetivo é permitir que a empresa colabore com as instituições na melhoria da gestão, sendo preservada a autonomia universitária.

O MEC também tem direcionado esforços para a promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. Cabe registrar a edição de portaria normativa em 2013 que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC, oferecendo aos regulados previsibilidade quanto ao prazo de conclusão de seus processos.

Com relação à avaliação da educação superior, cabe mencionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que realiza o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da educação superior. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. É um dos pilares da avaliação do Sinaes, e constitui-se em importante instrumento de aferição e de promoção da qualidade para os cursos de graduação e para as políticas de educação superior.

A pós-graduação também merece destaque. O desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica tem por objetivo formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Suas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, fomento e acesso à informação científica e tecnológica. Nesse sentido, em 2013 foram expandidas as ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo, assim, para prover ao país quadros de alto nível técnico e científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação.

No que se refere à internacionalização da pós-graduação, o grande destaque é o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Trata-se de um importante instrumento estratégico de cooperação internacional e de

grande impacto no desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia do Brasil. O Programa concede bolsas de estudo e viabiliza a formação de profissionais brasileiros com qualidade, fomentando o empreendedorismo e a competitividade no setor produtivo, em um contexto de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do País.

No âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, além do tradicional Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), merecem destaque ações desenvolvidas na África e no Mercosul. Na África, os Programas desenvolvidos com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) abrangem desde a formação científica de estudantes universitários até a implantação de educação superior a distância, envolvendo mobilidade de alunos, professores e pesquisadores. No Mercosul, por sua vez, o objetivo é promover programas de mobilidade no âmbito da educação superior, envolvendo alunos, professores e pesquisadores, de forma a propiciar salto qualitativo na cooperação regional.

A Avaliação da Pós-Graduação é realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc, e é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado e induzir a expansão do sistema. Essa expansão tem sido observada ao longo das últimas décadas e ocorre por meio da incorporação de novos cursos, cujas propostas são submetidas anualmente a este processo.

Quadro V - Educação Básica Objetivo 0596

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.				
Código	0596	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Básica			Código	2030

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares.					
2	Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares.					
3	Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.					
4	Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.					
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
2	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
3	Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para população na faixa etária entre 6 e14, de forma a alcançar a meta do PNE 2011 – 2020.					
4	Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011 – 2020.					
5	Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro VI - Educação Básica 2 Objetivo 0597

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
Código	0597	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Básica			Código	2030

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020.					
2	Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020.					
3	Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
4	Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro VII - Educação Básica Objetivo 0598

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.				
Código	0598	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Básica	Código	2030		

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. ¹					
2	Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.					
3	Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.					
4	Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3.					
5	Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
6	Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
7	Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
9	Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.					
10	Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.					
11	Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros.					
12	Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover a educação em direitos humanos.					
13	Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
14	Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

2.2.2.3.1 Análise Situacional da Meta

Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A evolução do investimento público total em educação em relação ao PIB de 4,7% em 2000 para 6,4% do PIB em 2012 resultou basicamente de alterações na forma de financiamento da educação negociadas entre o Poder Executivo, o Legislativo e a sociedade, principalmente pela introdução do Fundo de Manutenção e

¹ Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Objetivo 0598 do Programa 2030.

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir de 2007 e pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação entre 2009 e 2011.

Para o atendimento das diretrizes educacionais foram propostas metas para o período de vigência do PNE 2011-2020, ainda em tramitação no Congresso Nacional. No caso do financiamento, a meta proposta prescreve 10% do PIB para o décimo ano, o que exigirá um esforço maior de todos os entes federados para manter a evolução positiva do investimento público em educação. Será também necessário o estabelecimento de novas fontes de financiamento. Nesse sentido, o ano de 2013 foi pródigo, com a recente vinculação de parcela substancial da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural a ser aplicada na educação.

Com as jazidas da área do Pré-sal, as receitas dos royalties e da participação especial pela sua exploração irão proporcionar recursos adicionais para a educação. A Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação (75%) e para a saúde (25%) todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural. A Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve ainda que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Ressalta-se, ainda, no âmbito do financiamento da educação, o Fundeb, com vigência estabelecida para o período de 2007-2020. O Fundo financia toda a educação básica brasileira e foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos visando à equidade, à redução de desigualdades, à valorização do magistério e à qualidade da educação. A União complementa o Fundeb com recursos quando o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente em alguns estados. Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2013, foram consideradas 41,9 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2012. A receita dos estados e municípios chegou a R\$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante de 117,6 bilhões.

Estados e Municípios são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%. Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federados com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino.

Quadro VIII - Educação Básica Objetivo 0599

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.				
Código	0599	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Básica		Código	2030	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica.					
2	Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro IX - Educação Profissional e Tecnológica Objetivo 0582

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência				
Código	0582	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Profissional e tecnológica			Código	2031

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elevar o número de unidades da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562.					
2	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.					
3	Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.					
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. ²					
2	Elevar a Relação Aluno/Professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.					
3	Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.					
4	Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

² Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Objetivo 0598 do Programa 2030.

Quadro X - Educação Profissional e Tecnológica Objetivo 0588

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.		
Código	0588	Órgão	Ministério da Educação
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional.					
2	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro XI - Educação Superior Objetivo 0593

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da Educação Superior.				
Código	0593	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Superior			Código	2032

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro XII - Educação Superior Objetivo 0803

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Código	0803	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Superior			Código	2032

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
2	Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

Quadro XIII - Educação Superior Objetivo 0841

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Código	0841	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Educação Superior			Código	2032

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324.					
2	Elevar o número de Universidades Federais para 63.					
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. ³					
2	Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.					
3	Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020.					
4	Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal.					
5	Elevar a Relação Aluno/Professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020.					
6	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
7	Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					

*a análise situacional de cada meta constará no Relatório de Gestão da UJ responsável.

³ Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Objetivo 0598 do Programa 2030.

Quadro XIV - Autonomia e Emancipação da Juventude Objetivo 0996

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.				
Código	0996	Órgão	Ministério da Educação		
Programa	Autonomia e Emancipação da Juventude			Código	2044

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas para este objetivo.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foram definidas metas quantitativas regionalizadas para este objetivo.						
METAS QUALITATIVAS*						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos					

2.2.3 A seguir são apresentados os quadros e as análises críticas das ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS executadas no âmbito da Secretaria Executiva.

Quadro XV - Ação 00LZ

Identificação da Ação						
Código	00LZ		Tipo: Operação Especial			
Título	Participação da União no Capital Social - CESPE - em Brasília - DF					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Fonte: Siasi Gerencial

Essa ação foi alocada na LOA 2013 com vistas a dar suporte financeiro à criação do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília –Cespe/UNB como uma Empresa Pública, permitindo a continuidade da utilização da estrutura e da tecnologia desenvolvida pelo Cespe, com a agilidade que a natureza de suas atividades exige. No entanto, durante o processo de criação da Empresa, optou-se pelo modelo de Organização Social (OS), efetivado por meio do Decreto no. 8.078, 19 de agosto de 2013, que atribui a qualificação ao Cebraspe e estabelece que a OS terá o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos, apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional, mediante contrato de gestão a ser firmado com o Ministério da Educação. Assim, com a criação da OS, em detrimento da Empresa Pública, não foi preciso executar a ação 00LZ.

Quadro XVI - Ação 007B

Identificação da Ação							
Código		007B			Tipo: Operação Especial		
Título		Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD(MEC)-Nacional					
Iniciativa		Não se aplica					
Objetivo		Não se aplica					
Programa		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais			Código: 0910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária		26101 - Ministério da Educação					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados
1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000		-	-
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	

Fonte: Siasi Gerencial

Continuidade das atividades formalizadas no plano de trabalho 2012/2013 que prevê a execução de 4 componentes voltados para o fortalecimento institucional das Secretarias de Educação de Estados e Municípios e, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o desenvolvimento de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação, além das ações de valorização do profissional da educação com a perspectiva de fortalecimento dos sistemas de ensino, conforme estabelece o Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas e suas Agências Especializadas, conforme disposto no Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966.

Quadro XVII Ação 00B9

Identificação da Ação						
Código	00B9			Tipo: Operação Especial		
Título	Contribuição à Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (MEC) - Nacional					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais			Código: 0910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.000.000	16.341.000	16.341.000	16.341.000	16.341.000	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Fonte: Siafi Gerencial

Cooperação para o desenvolvimento de atividades consideradas prioritárias pelo Governo, na área da Educação, conforme projetos aprovados pelo Grupo Intersetorial de Coordenação (GIC), em reunião ordinária realizada em 16 de abril de 2013, além de contribuir para a elaboração de estudos de desenvolvimento técnico do Ministério da Educação com vistas à realização de pesquisas, informações e planejamento dos setores educacional, de forma a reforçar e estreitar a cooperação entre o Brasil e a UNESCO na área educacional e, subsidiar o desenvolvimento de intercâmbio de experiências e informação com os países em desenvolvimento em matéria educacional, conforme preconiza o Decreto nº 87.522/1980.

Quadro XVIII - Ações - OFSS - Ação 0181

Identificação da Ação							
Código	0181				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				Código: 0089	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

A execução da Ação 0181 ocorreu de acordo com as demandas recebidas pela CGGP, observada a legislação pertinente.

Quadro XIX - Ações - OFSS - Ação 0283

Identificação da Ação							
Código	0283				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e amortizações)				Código: 0905	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

Os créditos consignados na ação 0283 (Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna) é referente ao Contrato de Financiamento nº 513/TN – Processo nº 10951.001594/2002-51, ao qual encontra-se sob análise da Secretária de Educação Superior. Tão logo aquela secretaria dê o aval necessário, haverá a execução da ação. No entanto, enquanto isso não ocorrer, teremos que consignar os créditos necessários na LOA, tendo em vista que o contrato ainda não foi pago em sua integralidade.

Quadro XX - Ações - OFSS - Ação 00H7

Identificação da Ação							
Código	00H7				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais				Código: 0909	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 00H7– As dotações de Pessoal e Encargos Sociais de tais ações ficam integralmente alocadas na UO 26101. Ao longo de cada ano, essas dotações são canceladas na UO 26101 em favor das demais unidades orçamentárias do MEC, à medida que vão necessitando. Assim, não há execução na UO 26101, e sim nas unidades que recebem as dotações remanejadas por meio de crédito suplementar.

Quadro XXI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 0C04

Identificação da Ação							
Código	0C04				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo.						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Operações Especiais: Encargos Especiais				Código: 0909	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 0C04 – As dotações de Pessoal e Encargos Sociais de tais ações ficam integralmente alocadas na UO 26101. Ao longo de cada ano, essas dotações são canceladas na UO 26101 em favor das demais unidades orçamentárias do MEC, à medida que vão necessitando. Assim, não há execução na UO 26101, e sim nas unidades que recebem as dotações remanejadas por meio de crédito suplementar.

Quadro XXII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 0057

Identificação da Ação							
Código	0057				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC).						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Operações Especiais: Gestão Da Participação Em Organismos Internacionais				Código: 0910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	15.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprograma do (*)	Realizado	
0							

Fonte: Siafi Gerencial

Formação de capacidades humanas e organizacionais necessárias à implantação do alinhamento estratégico, à modernização e atualização dos processos de planejamento, gestão e avaliação nos diferentes órgãos que formam a estrutura interna do MEC, conforme previsto no art. 18 do Estatuto do Organismo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 97/1980 e, no Acordo de Sede promulgado pelo Decreto nº 5.128/2004.

Quadro XXIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2000

Identificação da Ação							
Código	2000				Tipo: Atividade		
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	210.309.440	210.309.440	144.340.303	97.138.953	97.092.077	46.875	47.201.350
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0053	11.175.982	320.855	9.239.916				
0053	56.700.262	31.882.819	7.805				

Fonte: Siafi Gerencial

As despesas referentes à Ação 2000 – Administração da Unidade, dizem respeito aos gastos administrativos de custeio e investimentos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA e da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI.

As despesas de custeio da SAA incluem os gastos fixos, para pagamento de água, luz, esgoto, despesas com manutenção, recuperação ou reforma prediais, manutenção de equipamentos, aquisição de açúcar, água, café e gás e outros materiais de consumo, passagens, diárias e eventos, serviços de tele atendimento (0800), serviços de publicidade que não fazem parte da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, serviços de lavanderia, correios, chaveiro, transporte, locação de veículos, fornecimento de jornais e revistas, publicação do Diário Oficial, contratação de mão-de-obra terceirizada para serviços de secretariado, contínuo, recepcionista, limpeza, cozinha, garçom, ascensorista, copeiragem, carregador, brigada de bombeiro e vigilância. Estão incluídas também despesas com bolsa estágio, moradia funcional, ajuda de custo a servidores, auxílio-funeral e auxílio-natalidade (até 2013, esses auxílios eram pagos à conta da Ação 2000, entretanto para o exercício de 2014 estas despesas foram consignadas em Ação própria de pessoal).

Outras despesas de custeio da SAA, realizadas no exercício de 2013, foram: controle sanitário de ambiente integrado no combate a pragas urbanas englobando desinsetização e desratização, confecção de crachás para servidores, serviços técnicos de assessoria de comunicação para atender o Gabinete do Ministro, serviços de fornecimento, instalação e manutenção de persianas e painéis, fornecimento e instalação de pisos, fornecimento, remanejamento e reparo de vidros, espelhos e molduras, divisórias e serviços de Circuito Fechado de TV – CFTV para aprimoramento e modernização do sistema de segurança do MEC.

Em consonância com o Plano Diretor de Obras 2011/2014 da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL foram realizadas despesas com a reforma estrutural do Edifício-Garagem, projetos executivos com detalhamentos complementares ao projeto de arquitetura desenvolvido pela equipe interna do MEC para construção do Centro de Formação do MEC, contratação de laudo de avaliação dos sistemas estruturais do Ed. Sede/ Anexos/ CNE/ SIA, serviços de engenharia para recuperação do túnel, das fachadas e escadas, serviços de engenharia para recuperação do espaço do servidor, projeto de prevenção e combate a incêndio.

Também foram realizadas despesas com aquisições de materiais médicos/ odontológicos e contratação de auxiliar em saúde bucal e serviços de imunização preventiva contra gripe, em virtude da expansão dos programas de qualidade de vida do servidor.

As despesas de capital da SAA foram usadas para aquisição de livros para as unidades da SAA, aquisição de mobiliário para o espaço do servidor, aquisição de cadeiras para o novo auditório, bem como cadeiras para as salas do MEC.

Os valores inscritos em RAP são para pagamento das despesas fixas do mês de dezembro decorrente dos contratos continuados e outros contratos cuja execução se dá mês a mês; bem como de algumas despesas realizadas próximas ao encerramento do exercício cujo faturamento não foi concluído em 2013, como, por exemplo, instalação e manutenção de persianas e painéis e serviços de Circuito Fechado de TV – CFTV.

As despesas de custeio da DTI incluem despesas com contratos continuados de telefonia móvel e fixa, manutenção de central PABX, manutenção de software, suporte aos usuários de TI, manutenção da sala cofre, renovação de licenças de *software*, manutenção de *nobreak*, acesso *on-line* à base de dados do Serpro e da Receita Federal, serviços de sustentação de infraestrutura de rede que incluem Serviços de Tecnologia da Informação de Operação de toda a Infraestrutura de TI do MEC, de forma a prover a monitoração contínua e efetiva do ambiente tecnológico, maior gerenciamento dos processos e atividades da área técnica, permitir maior redução de indisponibilidade dos recursos e sistemas de TI.

As despesas de capital da DTI foram com aquisição de bens como: *switches*, microcomputadores, *notebooks*, servidores de rede, aquisição de licenças de *software*, desenvolvimento e manutenção de *software*, e outras aquisições que contribuem para manutenção e modernização do parque tecnológico do MEC.

As despesas inscritas em restos a pagar são para pagamento de despesas realizadas no exercício de 2013 e ainda não concluídas. Assim de como para pagamento de despesas de contratos continuados que não teve o faturamento de 2013 concluído.

Quadro XXIV - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2004

Identificação da Ação							
Código	2004				Tipo: Atividade		
Descrição	Assistência Medica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes.						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	4.345.895	5.443.395	3.985.547	3.766.326	3.640.071	126.255	219.221
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado
0							
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0053	182	-	182				
0053	438.140	421.426	-	Pessoa Beneficiada		Unidade	2.276

Fonte: Siafi Gerencial

Para a Ação 2004 foi estabelecida uma previsão de gastos, tendo em vista o fornecimento dos serviços para todos os servidores, empregados, dependentes e pensionistas deste Ministério, entretanto foi executado um valor abaixo do designado em razão de esses serviços serem oferecidos em caráter facultativo, justificando, desta forma, a não utilização de toda a verba prevista.

Quadro XXV - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 09HB

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo: Operação Especial		
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	14.666.630	22.566.630	16.230.201	15.987.019	15.987.019	-	243.182
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado

Fonte: Siafi Gerencial

A execução ocorreu de acordo com a rotina de cumprimento da legislação para a previdência social.

Quadro XXVI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2010

Identificação da Ação							
Código	2010				Tipo: Atividade		
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	168.000	668.000	139.650	139.650	139.650	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado
0000530	Criança atendida			147	147	147	118

Fonte: Siafi Gerencial

Com relação à Ação 2010, sua execução está diretamente ligada à solicitação do servidor e o benefício é para crianças de 0 a 6 anos, o que facilita no acompanhamento da ação. Não houve fatores que dificultaram a execução da ação. Os resultados obtidos estão dentro do esperado, pois sempre há mudança nos quantitativos do quadro de ser Com relação à Ação 2010, sua execução está diretamente ligada à solicitação do servidor e o benefício é para crianças de 0 a 6 anos, o que facilita no acompanhamento da ação. Não houve fatores que dificultaram a execução da ação. Os resultados obtidos estão dentro do esperado, pois sempre há mudança nos quantitativos do quadro de servidores.

Quadro XXVII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2011

Identificação da Ação							
Código	2011				Tipo: Atividade		
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.416.000	1.916.000	1.296.856	1.292.936	1.292.936	-	3.920
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0	Servidor Beneficiado			unidade	656	656	1.089

Fonte: Siafi Gerencial

A execução da Ação 2011 depende de requerimento preenchido pelo servidor solicitando o benefício. É uma rotina efetuada automaticamente pelo SIAPE. O resultado foi maior que o da meta inicial, pois houve alterações nos valores do auxílio e alteração no quantitativo de servidores requerentes.

Quadro XXVIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 2012

Identificação da Ação							
Código	2012				Tipo: Atividade		
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	5.520.000	7.710.000	6.139.975	6.139.975	6.139.975	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado
0	Pessoa beneficiada			unidade	1.513	1.513	1.375

Fonte: Siafi Gerencial

A execução da Ação 2012 também depende de solicitação do servidor, e o resultado apresentado esteve dentro de esperado devido à constante alteração do quantitativo do quadro de servidores.

Quadro XXIX - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20TP

Identificação da Ação							
Código	20TP				Tipo: Atividade		
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

A execução ocorreu de acordo com a rotina de pagamento de pessoal, observada a legislação pertinente.

Quadro XXX - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4172

Identificação da Ação						
Código		4172				
Descrição		Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino E Pesquisa - RNP/OS				
Unidade Responsável		Secretaria Executiva/DTI/SPO				
Unidade Orçamentária		26101 – Ministério da Educação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
153.000.000,00	172.770.800,00	155.358.589,30	155.358.589,30	0	0	155.358.589,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País. Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.	1	1	1	172.770.800,00	155.358.589,30

Fonte: Siafi

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-OS) é responsável pelo Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da RNP (PI-RNP) que planeja, implanta e desenvolve a infraestrutura de rede nacional para educação, pesquisa e inovação. Dentre suas principais organizações usuárias, totalizando cerca de 485 conexões institucionais em todas as unidades da federação, destacam-se:

- 213 Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo Hospitais e TVs Universitários;
- 197 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- 67 Unidades de Pesquisa Federais, sendo 27 institutos do MCT e 40 centros da Embrapa; e
- 8 agências federais de educação superior e fomento à pesquisa: MCTI, MEC, CAPES, CNPq, INEP, FNDE, FINEP e AEB.

O Comitê Gestor do Programa RNP (CG-RNP), instituído pela Portaria Interministerial nº 580, de 21/12/1999, aprovou através de sua Resolução nº1, de 2/12/2009 que o processo de contratação de infraestrutura e serviços de telecomunicações para o PI-RNP seja realizado diretamente pela RNP-OS, baseado nas diretrizes e metas estabelecidas pelo CG-RNP. Para o ano de 2013, o CG-RNP manteve as recomendações de ampliação da rede nacional multigigabit, tanto através do Acordo de Cooperação Técnica com a Oi Telecomunicações, como através da atualização de capacidade de conexões de organizações usuárias, da conectividade internacional e de investimento em infraestrutura de equipamentos e serviços. Também foi recomendada a manutenção do projeto de interiorização Veredas Novas que parte de acordo com a Telebras S.A., empresa pública que tem como desafio inicial a implantação do Programa Nacional de Banda Larga.

Quadro XXXI - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4572

Identificação da Ação							
Código	4572				Tipo: Atividade		
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	2.350.000	3.649.479	1.019.443	865.080	865.080	-	154.364
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado
0							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001	161.100	42.056	116.738				
0001	186.286	107.706	5				

Fonte: Siafi Gerencial

No quadro relativo à Ação 4572, verifica-se que a meta prevista de 600 servidores capacitados não foi atingida, tendo sido capacitados um total de 537 servidores, porém, considerando que um servidor pode participar de mais de uma ação de capacitação, foram realizadas 969 capacitações no total.

A seguir, será demonstrado no Quadro Síntese das Ações Realizadas que, das 969 capacitações realizadas, 812 foram ações de aperfeiçoamento, sendo 350 em cursos internos presenciais, 100 em palestras, 100 em cursos a distância, 127 em eventos externos e 135 beneficiários em cursos de Idiomas. Houve, também, 147 participações de servidores em ações de educação formal, sendo 54 em cursos de Graduação, 57 em cursos de Pós-graduação *lato sensu* e 6 em cursos de Pós-graduação *stricto sensu* no âmbito do Programa Incentivo Educacional e, ainda, 30 participações nos dois cursos de Mestrado Profissional. Além disso, 7 servidores solicitaram licença para capacitação e 3, afastamento integral.

As 812 participações em ações de aperfeiçoamento se dividiram, quanto à área de conhecimento, em: 178 (25%) se deram na área de Comunicação e Linguagens (sendo 135 participações em cursos de idiomas estrangeiros); 119 em Informática (16,71%), sendo 37 em Aplicativos e Sistemas Internos e 82 em Programação e TI; 123 em Gestão da Informação (13%); 79 em Planejamento (11%); 78 em Gestão da Logística Pública (11%); 74 em Gestão de Pessoas (10,39%), 58 em Direito (8,14%); 40 em Gestão Pública (5,61%). As demais foram: Gestão da Informação (34); Desenvolvimento Gerencial (22); Economia Orçamento e Finanças (11); Políticas Educacionais (9); Saúde (3) e outras áreas (107).

É importante destacar, que o Programa Incentivo Educacional, também, teve um acréscimo 61,53% no número de beneficiários. O novo processo de seleção, com frequência bimestral, propiciou a participação de um maior número de servidores.

Quadro XXXII - Síntese das ações realizadas em 2012 e 2013

Ações	Execução física			
	2013			
	Nº de Eventos	Nº Turmas	Nº de servidores capacitados	Nº de capacitações realizadas / nº total beneficiários Incentivo e Mestrado
Cursos internos presenciais	25 cursos e 5 palestras	29	352	450
Cursos internos a distância	3 cursos	3	87	100
Participação de servidores em eventos externos	35 eventos	-	75	127
Programa Incentivo Educacional à Graduação e Pós-graduação	-	-	117	117
Programa Incentivo ao Estudo de idiomas	-	-	135	135
Mestrado Profissional em Administração	1 curso	1	6	6
Mestrado Profissional em Educação	1 curso	2	24	24
Licenças para capacitação/ Afastamentos	-	-	10	10
Total			806	969

Fonte: Relatório de Gestão da CGGP, 2013

No decorrer de 2013, foram ofertadas 830 vagas de capacitação, contudo somente 450 foram concluídas. Inúmeros fatores podem ter contribuído para a não participação dos servidores do MEC nas ações de capacitação propostas, entre elas: o número reduzido da força de trabalho nas unidades, a ausência de um plano de carreira que contemple o incentivo à qualificação, a desmotivação do servidor, a não autorização por parte da chefia imediata, entre outros.

Para a correta interpretação dos resultados aqui apresentados é necessário distinguir nº de servidores capacitados (Produto da Ação 4572) e nº de capacitações realizadas:

Ao contabilizar o nº de servidores capacitados (537 servidores em 2013), considera-se que, mesmo tendo o servidor participado de mais de uma ação de capacitação (interna ou externa, presencial ou a distância), ele será contabilizado apenas uma vez.

Ao contabilizar as capacitações realizadas (969 no ano de 2013), são consideradas todas as participações de servidores em todas as ações de capacitação realizadas no ano, inclusive nos cursos de Mestrado Profissional e como beneficiários do Programa Incentivo Educacional. Ou seja, o mesmo servidor, se tiver participado de mais de uma ação de capacitação, será contabilizado mais de uma vez. Essa diferença certamente impacta na leitura dos resultados e deve sugerir uma revisão da unidade de medida da referida ação no PPA.

Quadro XXIII - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 4641

Identificação da Ação							
Código	4641*				Tipo: Atividade		
Descrição	Publicidade de Utilidade Pública						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais				Código: 0909	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC						

Fonte: Siafi Gerencial

*Verificar o Anexo V, o Relatório da Comunicação Social.

Quadro XXXIV - AÇÃO - 4475

Identificação da Ação						
Código	4475Tipo: Atividade					
Título	Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão					
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo Realizado			unidade	1	5	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional

Refere-se à cooperação estratégica entre MEC e MCTI, com participação do CGEE, para a elaboração de estudos que subsidiem o desenvolvimento e aprimoramento de Políticas Públicas do MEC, nas seguintes áreas: ENESES/Brasil Graduado; Sustentabilidade Econômica e Financeira das IES privadas; Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; Promoção das atividades do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI; Promoção da Educação Superior Indígena. Os projetos tratam de pesquisas relacionadas com o desenvolvimento da educação superior e tecnológica, sendo essenciais para a promoção do alinhamento da política educacional com o desenvolvimento científico, tecnológico e regional do País.

Em 27 de novembro de 2013 foram repassados ao CGEE R\$ 3 milhões para a execução das ações previstas no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado entre o MCTI e o CGEE. Embora o repasse dos recursos já tenha sido efetuado, o MCTI somente terá disponíveis os resultados dos trabalhos a partir de 1º de março de 2014, quando receber o relatório anual da execução do Contrato de Gestão com o CGEE, que ainda dependerá de avaliação da Comissão de Avaliação do respectivo Contrato de Gestão.

Quadro XXXV - AÇÃO 20RH

Identificação da Ação						
Código	20RH - PO: 000C – Gerenciamento de Políticas de Educação Tipo: Atividade					
Título	GERENCIAMENTO DE POLITICAS DE EDUCACAO					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão					
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.666.716,00	5.197.073,00	2.335.217,71	1.834.202,35	1.800.780,99	0,00	501.015,36
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional

O empenho de R\$ 1.627.320 na ação 20RH - Gerenciamento das Políticas de Educação, refere-se à prestação de serviços de impressão e distribuição de material de publicidade e do Documento Referência - CONAE 2014, necessários à realização da Segunda Conferência Nacional de Educação – CONAE - Fase de Conferências Municipais/ Intermunicipais, coordenada pela Secretaria Executiva Adjunta do MEC, com a participação das Universidades Federais. O evento convoca para debate diversos segmentos da Educação, quais sejam: pais, estudantes, gestores e trabalhadores da educação bem como movimentos sociais e setores da sociedade ligados a essa área.

As demais despesas realizadas no Plano Orçamentário 000C - Gerenciamento de Políticas de Educação da ação 20RH, gerenciado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC e no montante de R\$ 707.897,71, foram destinadas ao pagamento de passagens, de agenciamento de viagens, de diárias a servidor e a colaboradores eventuais e à confecção de cartilhas. Para estas últimas despesas, foi registrado um montante de R\$ 501.015,36 de Restos a Pagar, referente ao contrato de agenciamento de viagens.

Quadro XXXVI - Ação 20RH

Identificação da Ação						
Código	20RH - PO: Não Detalhado Tipo: Atividade					
Título	GERENCIAMENTO DE POLITICAS DE EDUCACAO					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão					
Unidade Orçamentária	26101 – Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

0,00	26.975.380,00	7.021.340,00	1.795.222,77	1.795.222,77	0,00	5.226.117,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise Situacional

Os valores constantes nessa ação 20RH - Gerenciamento das Políticas de Educação, sem definição de PO, se referem à reabertura de crédito por superávit financeiro. Os referidos empenhos tiveram como objetivo a contratação de empresa para a execução de serviços técnicos nas especialidades de apoio jurídico, revisão de textos e digitalização de documentos para a Consultoria Jurídica deste MEC – CONJUR/MEC e a prorrogação da vigência do contrato celebrado com a Empresa GV2 Produções, para a prestação de serviços de eventos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA – MEC. Os RAP não-processados se referem justamente ao contrato de eventos, que ainda possui prestação de serviços a comprovar, não estando integralmente habilitado ao pagamento.

Quadro XXXVII - Ações - OFSS - Ação 00DU

Identificação da Ação						
Código	00DU			Tipo: Operação Especial		
Título	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MEC) - Nacional					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					
Programa	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais			Código: 0910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
450.000	450.000	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
450.000	-	- 450.000				

Fonte: Siafi Gerencial

A Ação 00DU – Contribuição à Organização dos Estados Americanos-OEA não foi executada tendo em vista que as despesas obrigatórias para o escritório OEA, no Brasil, para o exercício 2013, foram executadas diretamente pelo Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão-MP pela Ação 00B7

Quadro XXXVIII - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS - AÇÃO 2272

Identificação da Ação					
Código	2272		Tipo: Atividade		
Título	Gestão e Administração do Programa				
Iniciativa	Não se aplica				
Objetivo	Não se aplica				
Programa	Gestão da Política de Educação	Código: 1067		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	26101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.218.490.04	985.12	-11.497.89	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

O saldo inscrito em restos a pagar não processados na ação acima descrita diz respeito a registros efetuados, em sua maioria, pela UG 150002 (Subsecretaria de Assuntos Administrativos), nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, e são compostos de despesas diversas, dentre elas, capacitações, eventos e gestão de unidades. Seus saldos serão analisados e não havendo mais obrigações para a UJ serão estornados. Tal procedimento deverá ser realizado no primeiro semestre de 2014.

Quanto ao item 2.3, foi do entendimento da equipe responsável que não havia “informações sobre outros resultados gerados pela gestão” e que os itens respondidos já esgotam as informações relativas à Secretaria Executiva.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Itens que tratam de Estrutura de Governança e Remuneração Paga a Administradores não se aplicam à estrutura da Secretaria Executiva.

3.1 Estrutura de Governança

É importante mencionar que no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério da Educação existem comitês que contribuem para o melhor desempenho de suas atividades, tais como:

- **Comitê de Compras e Contratos** – Instituído por meio da Portaria MEC nº 433, de 09/05/2007, com o objetivo de assegurar a uniformidade de procedimentos, a padronização de produtos, a racionalidade burocrática, a qualidade e melhores custos para as compras, no âmbito do Ministério da Educação e dos demais órgãos integrantes do Comitê.
- **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação** que foi criado pela Portaria nº 810, de 24/08/2007, inicialmente denominado Comitê de Informação e Informática – COMINF. É integrado por dirigentes do MEC, FNDE, CAPES e INEP. Seus principais objetivos são: definição de políticas, coordenação e articulação de ações de TI do MEC e demais integrantes. Dentre suas competências estão: propor políticas de articulação e implantação de projetos de racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de TI no âmbito do MEC e autarquias; estabelecer ações visando à integração de sistemas de informação; definir padrões de integração, qualidade e segurança de informações.
- **Comitê de Segurança da Informação e Comunicação do Ministério da Educação** – criado pela portaria n. 942, de 22 de junho de 2012, com a finalidade de analisar e aprovar normas de segurança da informação e comunicação; fornecer direcionamento estratégico para orientar as ações de segurança da informação e comunicação; prover a divulgação da Política de Segurança da informação e Comunicações – POSIC; dentre outras.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.

O quadro representa informações consolidadas do Gabinete da Secretaria Executiva, SPO, SAA e DTI. Cabe destacar que no quadro abaixo como não houve divergência, em relação ao seu preenchimento, entre a unidade consolidadora Secretaria executiva e suas consolidadas, SPO, SAA e DTI, optou-se por apresentar um único quadro.

Quadro XXXIX - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Secretaria Executiva.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Remuneração paga a administradores

Não se aplica à Secretaria Executiva

3.4. Sistema de Correição

Em 26 de agosto de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU a Portaria N° 788, de 23/8/2013, que aprovou o regimento interno do Núcleo para Assuntos Disciplinares. Esse núcleo integra o Gabinete do Ministro e compõe a estrutura oficial de correição no âmbito do MEC.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Política de Uso do Sistema CGU-PAD, elaborada e em vigência no âmbito do Ministério da Educação, tem por objetivo estabelecer as regras e políticas de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD – no gerenciamento das informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito desta pasta, consoante o disposto na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Até setembro de 2013, era atribuição da SAA conduzir a política de uso do sistema. Com a publicação da Portaria N° 788, em 26/8/2013, o responsável oficial pela correição no MEC passou a ser o Núcleo para Assuntos Disciplinares que é subordinado ao Gabinete do Ministro.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Não se aplica.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Neste item são compilados dados e informações, qualitativas e quantitativas, que permitem avaliar os resultados alcançados das ações executadas no exercício de 2012, voltados à implementação de políticas educacionais, em especial, à execução do Plano Plurianual - PPA, somente no que é de competência da Secretaria Executiva.

Na Secretaria Executiva a Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira são realizadas pela SPO e SAA. As informações que foram consolidadas estão apresentadas como sendo realizadas pela Secretaria Executiva, já o que não foi possível consolidar estão apresentadas com realizadas pela SPO e SAA

Neste item são compilados dados e informações, qualitativas e quantitativas, que permitem avaliar os resultados alcançados pelos principais programas, projetos e ações executados no exercício de 2013, voltados à implementação de políticas educacionais, em especial, à execução do Plano Plurianual - PPA, somente no que é de competência da Unidade Jurisdicionada tratada neste relatório.

Os itens 4.2 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e movimentação 4.6 Renúncia sob Gestão e Gestão de precatórios e 4.7 os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores não se aplicam à unidade jurisdicionada Secretaria Executiva.

4.1 Programação Orçamentária

Quadro XL - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Educação			Código UO: 26101		UGO: 150014	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.211.064.692,00	-	1.111.396.578,00	
CRÉDITOS	Suplementares		54.867.127,00	-	193.388.931,00	
	Especiais	Abertos		-		
		Reabertos		-		
	Extraordinários	Abertos		-		
		Reabertos		-		
	Créditos Cancelados		(781.340.441,00)	-	(40.939.765,00)	
Outras Operações				-		
Dotação final 2013 (A)			484.591.378,00	-	1.263.845.744,00	
Dotação final 2012(B)			750.842.175,00	-	1.456.531.514,00	
Variação (A/B-1)*100			-35,46%	0%	-13,23%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			311.221.847,00	5.000.000,00	1.504.228,00	-
CRÉDITOS	Suplementares		83.558.061,00	11.110.000,00		-
	Especiais	Abertos				-
		Reabertos				-
	Extraordinários	Abertos				-
		Reabertos	77.123.948,00	1.666.667,00		-
	Créditos Cancelados		(101.496.800,00)	(6.666.667,00)		-
Outras Operações						-
Dotação final 2013 (A)			370.407.056,00	11.110.000,00	1.504.228,00	-
Dotação final 2012(B)			1.440.643.191,00	33.124.667,00	1.504.228,00	-
Variação (A/B-1)*100			-74,29%	-66,46%	0%	-

Análise Crítica

No tocante às despesas de "Pessoal e Encargos Sociais - GND 1", as ações "0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo" e "00H7 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações" ficam integralmente alocadas na UO 26101. Ao longo de cada ano, essas dotações são canceladas na UO 26101 em favor das demais unidades orçamentárias do MEC, à medida que vão necessitando.

No que diz respeito ao grupo de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes houve uma redução de 13,23% da dotação final de 2013 em relação a 2012. Essa redução deve-se, em grande parte, pelo remanejamento para o FNDE das ações orçamentárias 0048 - *Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais* e 0A12 - *Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior*, visto que tal Unidade possui uma estrutura administrativa mais propícia à operacionalização dessas despesas. Já a dotação da ação 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais, foi alocada diretamente nos Hospitais Universitários Federais e na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

Para os grupos de despesa 4 e 5, verificou-se uma redução de 74,29% e de 66,46%, respectivamente, da dotação atual de 2012 em relação a 2013. O remanejamento das ações 0048 e 20RX, conforme citado anteriormente, também impactou na variação negativa das despesas com investimentos. A ação 20RG - *Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*, que em 2012 era executada em grande parte por meio de descentralização de créditos, passou a ser alocada diretamente no orçamento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quadro XLI - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	150014	150011	26101.12.122.2109.20RH			398.036,27
	150014	150019	26101.12.122.2109.20RH			255.328,00
	150014	152389	26101.12.122.2109.20RH			201.000,00
	150014	152390	26101.12.364.2032.6344			110.000,00
	152734	150011	26101.12.122.2109.20RH			951.553,78
	152734	150011	26101.12.364.2032.20GK			7.591.040,29
	152734	150016	26101.12.363.2031.6380			1.211.132,60
	152734	150019	26101.12.122.2109.20RH			2.208.544,21
	152734	150019	26101.12.368.2030.20RF			40.000.000,00
	152734	150028	26101.12.122.2109.20RH			1.545.782,40
	152734	152389	26101.12.122.2109.20RH			335.000,00
	152734	152390	26101.12.122.2109.20RH			56.645,70
	152734	152390	26101.12.364.2032.6344			266.904,24

Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	152734	150011	26101.12.364.2032.20GK	4.642.699,93		
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	150014	152005	26101.09.272.0089.0181	26.100,00		
	150014	153015	26101.09.272.0089.0181	23.019,34		
	150014	154041	26101.12.122.2109.20TP	270.000,00		
	150014	154049	26101.09.272.0089.0181	33.000,00		
	150014	158009	26101.12.122.2109.20TP	106.625,00		
	150014	158121	26101.12.122.2109.20TP	177.901,40		
	150014	158123	26101.12.122.2109.20TP	36.605,53		
	150014	158125	26101.12.122.2109.20TP	144.000,00		
	150014	158127	26101.12.122.2109.20TP	130.000,00		
	150014	158138	26101.12.122.2109.20TP	470.000,00		
	150014	158141	26101.12.122.2109.20TP	313.660,00		
	150014	158142	26101.12.122.2109.20TP	287.300,00		
	150014	158147	26101.12.122.2109.20TP	205.000,00		
	150014	158155	26101.12.122.2109.20TP	290.000,00		
	150014	158517	26101.12.122.2109.09HB	23.384,00		
	150014	150007	26101.12.122.2109.20RH			1.790.375,48
	150014	153034	26101.12.301.2109.2004			5.720,00
	150014	153061	26101.12.301.2109.2004			31.774,06
	150014	153080	26101.12.306.2109.2012			4.838,56
	150014	153173	26101.12.331.2109.2011			3.920,00
	150014	154039	26101.12.301.2109.2004			200.000,00
	150014	154045	26101.12.301.2109.2004			38.510,16
	150014	154046	26101.12.301.2109.2004			36.956,00
	150014	154048	26101.12.301.2109.2004			259.253,55
	150014	158124	26101.12.301.2109.2004			8.622,08

150014	158126	26101.12.331.2109.2011		32.638,93
150014	158155	26101.12.301.2109.2004		79.492,70
150014	158195	26101.12.301.2109.2004		25.849,69
150014	158516	26101.12.301.2109.2004		4.938,39
150002	154040	26101.12.122.2109.4572		4.206,73
152734	150218	26101.12.364.2032.4005		3.050.309,96
152734	150220	26101.12.364.2032.4005		397.787,98
152734	150221	26101.12.364.2032.4005		7.629.347,63
152734	150224	26101.12.364.2032.4005		6.674.182,86
152734	150229	26101.12.364.2032.4005		5.061.628,97
152734	150231	26101.12.364.2032.4005		7.311.639,06
152734	150232	26101.12.364.2032.4005		5.708.993,10
152734	150233	26101.12.364.2032.4005		10.672.613,79
152734	150244	26101.12.364.2032.4005		10.547.058,11
152734	150247	26101.12.364.2032.4005		3.069.349,20
152734	150248	26101.12.364.2032.4005		1.699.324,10
152734	150426	26101.12.364.2032.4005		2.498.394,68
152734	150432	26101.12.364.2032.4005		19.859.673,01
152734	153028	26101.12.364.2032.4005		793.104,04
152734	153031	26101.12.364.2032.4005		46.639.875,35
152734	153031	26101.12.364.2032.8282		8.000.000,00
152734	153032	26101.12.364.2032.4002		1.000.000,00
152734	153032	26101.12.364.2032.4005		425.369,56
152734	153032	26101.12.364.2032.8282		5.000.000,00
152734	153034	26101.12.364.2032.4005		564.172,13
152734	153035	26101.12.364.2032.4002		1.000.000,00
152734	153036	26101.12.364.2032.4005		355.546,03
152734	153036	26101.12.364.2032.8282		98.024,10
152734	153038	26101.12.364.2032.4002		37.320,00
152734	153038	26101.12.364.2032.4005		750.360,57
152734	153040	26101.12.364.2032.4005		7.853.786,79
152734	153045	26101.12.364.2032.4005		2.717.829,50
152734	153047	26101.12.364.2032.4005		5.561.924,26
152734	153052	26101.12.364.2032.8282		1.800.000,00
152734	153054	26101.12.364.2032.4005		11.424.499,59
152734	153056	26101.12.364.2032.4005		1.511.687,36
152734	153057	26101.12.364.2032.4005		9.675.868,47
152734	153062	26101.12.364.2032.4002		283.632,00
152734	153062	26101.12.364.2032.4005		2.262.872,02
152734	153062	26101.12.366.2030.8526		1.675.895,03
152734	153063	26101.12.364.2032.4005		4.671.609,34
152734	153065	26101.12.364.2032.4002		67.176,00
152734	153071	26101.12.364.2032.4005		5.294.978,03

152734	153080	26101.12.363.2031.6358			174.600,00
152734	153080	26101.12.364.2032.4005			1.531.010,10
152734	153080	26101.12.366.2030.8526			116.940,30
152734	153094	26101.12.364.2032.4005			8.824.570,76
152734	153103	26101.12.364.2032.4005			6.268.173,99
152734	153103	26101.12.364.2032.8282			3.936.352,00
152734	153103	26101.12.366.2030.8526			1.819.106,06
152734	153114	26101.12.364.2032.4002			111.960,00
152734	153114	26101.12.364.2032.4005			1.781.851,76
152734	153115	26101.12.364.2032.8282			6.800.000,00
152734	153166	26101.12.364.2032.4002			2.000.000,00
152734	153166	26101.12.364.2032.4005			461.411,56
152734	153173	26101.12.122.2109.20RH			8.992.240,00
152734	153173	26101.12.363.2031.6380			2.820.000,00
152734	153173	26101.12.364.2032.20GK			69.867.336,00
152734	153173	26101.12.364.2032.6344			660.000,00
152734	153173	26101.12.368.2030.20RU			3.059.000,00
152734	153261	26101.12.364.2032.4005			18.797.463,54
152734	153610	26101.12.364.2032.4005			11.129.934,96
152734	153808	26101.12.364.2032.4005			17.058.688,83
152734	154003	26101.12.363.2031.6358			784.014,45
152734	154003	26101.12.364.2032.20GK			521.464,00
152734	154032	26101.12.364.2032.4005			13.306.659,50
152734	154032	26101.12.364.2032.8282			1.373.760,00
152734	154034	26101.12.364.2032.4002			2.000.000,00
152734	154035	26101.12.364.2032.4005			6.201.085,87
152734	154040	26101.12.363.2031.6358			71.972,00
152734	154040	26101.12.364.2032.8282			799.360,00
152734	154041	26101.12.364.2032.4005			7.241.710,88
152734	154041	26101.12.364.2032.8282			2.696.569,00
152734	154042	26101.12.364.2032.8282			3.749.404,02
152734	154043	26101.12.364.2032.8282			2.000.000,00
152734	154044	26101.12.364.2032.4005			2.386.917,32
152734	154044	26101.12.364.2032.8282			3.712,00
152734	154046	26101.12.364.2032.4002			1.999.986,82
152734	154046	26101.12.364.2032.4005			368.749,41
152734	154046	26101.12.364.2032.8282			4.613.683,48
152734	154047	26101.12.364.2032.4002			2.000.000,00
152734	154047	26101.12.364.2032.8282			9.000.000,00
152734	154048	26101.12.364.2032.4005			4.676.428,91
152734	154049	26101.12.364.2032.4002			13.684,00
152734	154049	26101.12.364.2032.4005			442.244,45
152734	154049	26101.12.364.2032.8282			4.283.151,28

	152734	154051	26101.12.364.2032.4005			1.522.268,22
	152734	154051	26101.12.364.2032.8282			899.989,97
	152734	154054	26101.12.364.2032.4005			345.302,85
	152734	154055	26101.12.364.2032.8282			844.779,78
	152734	154069	26101.12.364.2032.4005			191.827,25
	152734	154069	26101.12.364.2032.8282			799.997,00
	152734	154070	26101.12.364.2032.4005			5.660.770,22
	152734	154072	26101.12.364.2032.4005			2.893.263,64
	152734	154106	26101.12.364.2032.4005			7.954.637,96
	152734	154145	26101.12.364.2032.4005			5.983.350,72
	152734	154177	26101.12.364.2032.4005			5.775.739,67
	152734	154215	26101.12.364.2032.4005			1.530.336,16
	152734	154357	26101.12.364.2032.4005			6.013.541,05
	152734	154359	26101.12.364.2032.8282			2.000.000,00
	152734	154419	26101.12.364.2032.4005			1.024.559,68
	152734	154421	26101.12.364.2032.4005			1.760.524,31
	152734	154421	26101.12.364.2032.8282			661.711,30
	152734	155001	26101.12.364.2032.4005			18.489.437,94
	152734	155007	26101.12.364.2032.20GK			2.250.000,00
	152734	158009	26101.12.363.2031.6380			558.446,39
	152734	158092	26101.12.364.2032.4005			302.932,88
	152734	158099	26101.12.363.2031.6380			389.749,13
	152734	158122	26101.12.363.2031.6380			236.644,05
	152734	158124	26101.12.363.2031.6380			618.635,90
	152734	158127	26101.12.363.2031.6380			1.254.605,71
	152734	158128	26101.12.363.2031.6380			223.687,36
	152734	158131	26101.12.363.2031.6380			1.004.670,71
	152734	158135	26101.12.363.2031.6380			194.540,00
	152734	158137	26101.12.363.2031.6380			756.703,91
	152734	158138	26101.12.363.2031.6380			250.020,00
	152734	158147	26101.12.363.2031.6380			251.324,27
	152734	158155	26101.12.363.2031.6380			1.687.185,93
	152734	158172	26101.12.364.2032.4005			1.390.827,02
	152734	158195	26101.12.364.2032.4005			500.805,73
	152734	158196	26101.12.364.2032.4005			1.615.109,47
	152734	158516	26101.12.363.2031.6380			2.279.559,90
Recebidos	153173	150002	26298.12.122.2109.20RH			23.764.462,43
	153173	150002	26298.12.131.2109.4000			4.950.000,00
	153978	150002	26271.12.364.2032.6328			387.775,00
	153978	150002	26290.12.122.2109.2000			7.000.000,00
	153978	150002	26290.12.131.2109.4641			825.000,00
	153978	150002	26290.12.364.2032.20RN			3.562.027,00
	153978	150002	26290.12.368.2030.20RM			4.833.651,90

	153978	150002	26290.12.368.2030.4014			475.777,00
	154003	150002	26291.12.122.2109.2000			2.345.601,58
	154003	150002	26291.12.364.2032.0487			1.020.017,91
	154003	150002	26291.12.364.2032.20GK			527.720,15
	154040	150002	26271.12.364.2032.6328			5.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	152734	153028	26101.12.364.2032.8282	1.897.670,00		
	152734	153030	26101.12.364.2032.8282	2.558.923,57		
	152734	153032	26101.12.364.2032.8282	2.400.000,00		
	152734	153038	26101.12.364.2032.8282	5.775.114,25		
	152734	153056	26101.12.364.2032.8282	4.596.880,00		
	152734	153063	26101.12.364.2032.8282	3.034.387,89		
	152734	153065	26101.12.364.2032.8282	2.084.770,00		
	152734	153080	26101.12.364.2032.8282	300.000,00		
	152734	153114	26101.12.364.2032.8282	299.206,35		
	152734	153163	26101.12.364.2032.8282	3.000.000,00		
	152734	153165	26101.12.364.2032.8282	149.099,46		
	152734	153173	26101.12.363.2031.6380	2.700.000,00		
	152734	153173	26101.12.364.2032.20GK	250.000,00		
	152734	153173	26101.12.368.2030.20RF	800.000,00		
	152734	154032	26101.12.364.2032.8282	712.458,62		
	152734	154034	26101.12.364.2032.8282	2.000.000,00		
	152734	154040	26101.12.364.2032.8282	1.505.000,00		
	152734	154042	26101.12.364.2032.8282	3.000.000,00		
	152734	154045	26101.12.364.2032.8282	3.975.739,30		
	152734	154046	26101.12.364.2032.8282	6.492.107,25		
	152734	154047	26101.12.364.2032.8282	4.935.117,05		
	152734	154048	26101.12.364.2032.8282	500.000,00		
	152734	154054	26101.12.364.2032.8282	965.173,86		
	152734	154055	26101.12.364.2032.8282	904.936,15		

	152734	154080	26101.12.364.2032.8282	1.925.307,70		
	152734	154421	26101.12.364.2032.8282	3.362.827,88		
	152734	158123	26101.12.363.2031.6380	1.000.000,00		
	152734	158124	26101.12.363.2031.20RG	2.296.182,82		
	152734	158124	26101.12.363.2031.6380	4.608.609,89		
	152734	158125	26101.12.363.2031.20RG	7.391.548,49		
	152734	158125	26101.12.363.2031.6380	995.528,32		
	152734	158126	26101.12.363.2031.20RG	3.774.443,82		
	152734	158127	26101.12.363.2031.20RG	2.600.000,00		
	152734	158127	26101.12.363.2031.6380	5.207.649,71		
	152734	158128	26101.12.363.2031.20RG	4.000.000,00		
	152734	158129	26101.12.363.2031.20RG	17.926.370,18		
	152734	158133	26101.12.363.2031.20RG	896.462,56		
	152734	158133	26101.12.363.2031.6380	2.282.635,21		
	152734	158137	26101.12.363.2031.6380	2.317.975,61		
	152734	158139	26101.12.363.2031.20RG	2.000.000,00		
	152734	158151	26101.12.363.2031.20RG	11.159.260,78		
	152734	158153	26101.12.363.2031.20RG	4.000.000,00		
	152734	158155	26101.12.363.2031.20RG	11.965.000,00		
	152734	158155	26101.12.363.2031.6380	8.906.908,75		
	152734	158516	26101.12.363.2031.20RG	10.005.895,19		
	152734	158516	26101.12.363.2031.6380	2.709.825,52		
	152734	158517	26101.12.364.2032.8282	1.999.977,57		
	152734	153032	26101.12.364.2032.8282		1.110.000,00	
	152734	158122	26101.12.363.2031.20RG		5.904.454,56	
	152734	158139	26101.12.363.2031.20RG		3.470.000,00	
Recebidos						

Fonte: SIAFI

Quadro XLII - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	150002	170009	26101.12.122.2109.4572			143.540,55
	150002	170017	26101.12.122.2109.4572			52.041,84
	150002	240005	26101.12.122.2109.2000			1.600,00
	152734	200021	26101.12.122.2109.20RH			90.068,90
	152734	240005	26101.12.122.2109.2000			48.000,00
	152734	240101	26101.12.121.2109.4475			3.000.000,00
	152734	240101	26101.12.126.2109.4172			155.358.589,30
	152734	240101	26101.12.363.2031.6380			251.102,19
	152734	240116	26101.12.363.2031.6358			3.498.139,00
	152734	364001	26101.12.363.2031.6380			12.999.999,66
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	152734	364001	26101.12.363.2031.6380	7.727.162,73		
Recebidos						

Análise Crítica

Sobre a Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas

As provisões concedidas na ação 20RH - *Gerenciamento das Políticas de Educação* ao Conselho Nacional de Educação – CNE (UG 150007) e às secretarias de Educação Superior (UG 150011), de Educação Básica (UG 150019), de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (UG 150028) e de Articulação com os Sistemas de Ensino (UG 152389), financiaram despesas com diárias a servidores e a colaboradores eventuais, com ressarcimento a despesas de locomoção, com material de consumo e com registros ISBN para publicações técnicas, entre outras destinadas a dar suporte às atividades fim das unidades. No caso do CNE, o pagamento de jetons aos Conselheiros também foi financiado com tais movimentações.

A provisão concedida à Secretaria de Regulação e Supervisão de Ensino Superior, tanto na ação 20RH como na ação 6344 - *Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior*, destinou orçamento para o pagamento de diárias e demais despesas necessárias à consecução da atividade fim da Secretaria.

A ação 6380 - *Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional*, utilizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, teve a mesma função da ação 20RH, sendo utilizada por esta secretaria para pagamento de diárias e demais despesas inerentes a sua atividade.

Sobre a movimentação referente à ação 20GK – *Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão*, utilizada pela Secretaria de Educação Superior, a mesma foi destinada ao Programa de Extensão Universitária (ProExt), com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

Em relação à ação 20RF – *Tecnologia de Informação e Comunicação para a Educação Básica*, a mesma foi utilizada pela Secretaria de Educação Básica para o pagamento do contrato referente à produção e transmissão da TV Escola. Esta é uma política pública com o objetivo de promover a capacitação e atualização permanente dos professores, complementando sua própria formação e suas práticas de ensino.

Sobre a Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão

Os créditos concedidos pela Unidade Gestora 150014 visaram atender a despesas referentes à folha de pessoal e operações especiais. Em referência às ações de Pessoal e Encargos Sociais (ações 20TP, 0181 e 09HB) e Benefícios aos Servidores (ações 2004, 2010, 2011 e 2012), a SOF/MP, tal como fez em 2012, alocou no mês de dezembro de 2013 uma dotação excedente na UO 26101, nessas ações orçamentárias, para que fossem objeto de destaque orçamentário em favor das demais unidades do MEC. Desta forma, nos últimos dias do exercício foi concedido, por meio de movimentações externas, o montante de R\$ 2.536.595,27 no Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 732.514,12 no Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, para as ações de Benefícios.

Convém ressaltar que, com a aprovação da nova estrutura regimental do Ministério da Educação pelo Decreto PR nº 7.690, de 2 de março de 2012, foi instituída na estrutura da SPO a Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária – CGSO. Com a criação dessa Coordenação-Geral, houve um rearranjo entre as funções relativas à movimentação orçamentária desenvolvida pelas Secretarias finalísticas do MEC, concentrando os procedimentos de descentralização de créditos orçamentários e execução orçamentária na CGSO/SPO e Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, respectivamente, facilitando o planejamento e o controle da execução do orçamento. Desse modo, pode-se dizer que algumas movimentações orçamentárias, anteriormente realizadas entre a CGO/SPO e as Secretarias, passaram a ser realizadas de forma direta pela SPO, por meio da CGSO (UG 152734), após a formalização e assinatura dos instrumentos de transferência denominados Termos de Cooperação, os quais são assinados pelas Secretarias.

Os destaques orçamentários realizados pela UG 152734 tinham como objetivo fomentar e auxiliar ações e projetos nas Universidades Federais, Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e Hospitais Universitários. Em sua totalidade, tais destaques foram instrumentalizados por Termos de Cooperação, nos quais figuram como concedente as Secretarias do MEC. Observa-se que a UG 152734 apenas operacionaliza as descentralizações de crédito e cadastramento dos instrumentos de transferências, sendo que a descrição pormenorizada das políticas e resultados constam dos relatórios de gestão de cada uma das Secretarias mencionadas.

Com relação ao quadro Movimentações Orçamentárias por Grupo de Despesa, que trata de Movimentação de Créditos Interna, cabe inicialmente esclarecer que não há movimentações internas recebidas pela UG 150014, tendo em vista que esta se refere à UG Setorial, na qual são alocadas as dotações constantes da LOA para a Unidade Orçamentária 26101.

As movimentações relativas aos termos de cooperação firmados com a UG 150011 – Secretaria de Educação Superior – SESU, referem-se à ação 20GK – *Fomento às ações de ensino, pesquisa e extensão*, 4002 – *Assistência ao estudante de ensino superior*, 4005 – *Apoio à residência em saúde*, 8282 – *Reestruturação e expansão das Universidades Federais*.

Com relação à ação 20GK, as descentralizações visaram o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária, a melhoria da infraestrutura de ensino e pesquisa, promoção de congressos, seminários e cursos, bem como a aquisição de insumos. A ação 4002 foi utilizada para auxílio financeiro a estudantes, como alojamento, alimentação e transporte. A ação 4005 serviu para o pagamento das bolsas de residência médica, enquanto a ação 8282 visou à aquisição de equipamentos e material permanente e realização de obras e instalações, entre outras.

As movimentações relativas aos termos de cooperação firmados com a UG 150016 – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, entre unidades orçamentárias do mesmo órgão, referem-se às ações do Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, mais precisamente às ações 20RG – *Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*, 6358 – *Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica*, 6380 – *Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica*.

Com relação à ação 20RG, as descentralizações visaram à construção, modernização, ampliação, aquisição e locação de bens para uso das Instituições Federais de Educação Profissional. A ação 6358 foi utilizada para capacitação dos docentes e profissionais da área de educação profissional. Por fim, a ação 6380 serviu para expansão e desenvolvimento da IFES, por meio da expansão das vagas, aquisição de máquinas, equipamentos, mobiliários, entre outros.

A movimentação relativa ao termo de cooperação firmado com a UG 150019 – Secretaria de Educação Básica – SEB, refere-se à ação 20RH - *Gerenciamento das Políticas de Educação* e está relacionada com despesas de auxílio à avaliação educacional (AAE), operacionalizada pelo FNDE.

As movimentações relativas aos termos de cooperação firmados com a UG 150028 – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI, entre unidades orçamentárias do mesmo órgão, referem-se à ação 20RH – *Gerenciamento das Políticas de Educação* e à ação 8526 – *Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos*.

Em relação à ação 20RH, foi firmado apenas um termo de cooperação para pagamento de Despesas de Auxílio Avaliação Educacional. A ação 8526 foi utilizada em três termos de cooperação da Secretaria e serviu para realização de cursos e colóquios, bem como para avaliação de livros didáticos inscritos no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos 2014.

A movimentação relativa ao termo de cooperação firmado com a UG 152389 – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE, refere-se às ações 20RU - *Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino* e 20RH - *Gerenciamento das Políticas de Educação*. Esse termo visava apoiar a elaboração ou adequação dos planos de educação, por meio de assistência técnica e financeira aos estados e municípios.

A movimentação relativa ao termo de cooperação firmado com a UG 152390 – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, refere-se à ação 6344 - *Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior*. Este único termo visava o pagamento de Auxílio Avaliação Educacional, operacionalizado pelo FNDE.

Sobre a Movimentação Orçamentária Externa

As Unidades Gestoras 152734 - CGSO e 150002 - SAA foram os responsáveis por realizar todas as movimentações de créditos externas, também denominadas Destaques Orçamentários, do Ministério da Educação.

Tais descentralizações de crédito tinham como objetivo atender parcerias firmadas entre o MEC e outros órgãos a fim de atender e ou viabilizar projetos e atividades, tais quais: fomento a estudos e pesquisas sobre políticas educacionais, incentivo ao desenvolvimento da Rede Nacional de Pesquisa – RNP, viagens internacionais, dentre outras.

O destaque orçamentário realizado para o Ministério das Relações Exteriores – MRE (UG 240005) referem-se aos gastos de viagens do Senhor Ministro ao exterior, durante a 37ª Conferência Geral da UNESCO, nos eventos que acontecerão no contexto da Conferência, Paris – França, bem como a XLV Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL, Caracas – Venezuela.

Deve-se destacar que houve duas descentralizações para a Secretaria de políticas para as mulheres (UG 200021), por meio da ação 20RH, em termo assinado pela SECADI. Estes destaques orçamentários foram utilizados para realização e premiação do concurso nacional de igualdade de gênero, que visa estimular e fortalecer a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país.

Os destaques orçamentários realizados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foram realizados por meio das ações: 4475 – *Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão*

Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE-OS); 4172 – Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-OS); 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

Com relação à ação 4475, na tabela é possível evidenciar um destaque de R\$ 3.000.000,00, destinado à formulação de estudos que subsidiem Políticas Públicas do MEC. A ação 4172 foi utilizada principalmente para promover a manutenção da infraestrutura de comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para as instituições federais de ensino do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Por fim, a ação 6380 visou apoiar com os custos de infraestrutura para a realização das atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada em Brasília.

Ressalta-se que foi realizado um único termo de cooperação com a Secretaria de Política de Informática do MCTI (UG 240116), por meio da ação 6358 - *Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica*. Este termo teve o objetivo de contribuir para a formação de recursos humanos e de massa crítica em software e serviços de TI para apoiar ao Programa Brasil Mais TI.

Com relação ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (UG 364001), a SETEC realizou um termo de cooperação com o mesmo, por meio da ação 6380, que tinha como objetivo de apoiar projetos de pesquisa aplicada e de extensão tecnológica cooperados entre Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, com o setor produtivo.

4.1.3. Realização da Despesa

Quadro XLIII.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Ministério da Educação			Código UO: 26101	UGO: 150014
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c)	162.010.799	273.865.192	151.277.466	251.264.996
a) Convite	-	1.300	-	1.300
b) Tomada de Preço	417.822	5.283.337	270.258	5.281.150
c) Concorrência	13.625.198	57.448.36	11.648.460	53.840.509
d) Pregão	146.850.272	211.132.219	138.268.221	192.142.037
e) Regime Diferenciado de Contratação	1.117.507	-	1.090.527	-
2. Contratações Diretas (d+e)	76.303.819	65.838.866	66.168.636	59.973.716
d) Dispensa	69.786.884	53.055.071	60.962.765	49.384.825
e) Inexigibilidade	6.516.935	12.783.795	5.205.871	10.588.891
3. Regime de Execução Especial	9.140	11.193	9.140	11.193
f) Suprimento de Fundos	9.140	11.193	9.140	11.193
4. Pagamento de Pessoal (g+h)	351.901.656	359.600.151	351.282.250	359.531.583
g) Pagamento em Folha	346.008.940	352.950.488	345.421.639	352.950.488
h) Diárias	5.892.716	6.649.663	5.860.611	6.581.095
5. Outros	655.630.214	565.968.886	650.772.639	562.245.711
6. Total (1+2+3+4+5)	1.245.855.628	1.265.284.288	1.219.510.131	1.233.027.199

Fonte: Siai Gerencial

Quadro XLIV - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - valores executados diretamente pela Secretaria Executiva

Unidade Orçamentária: Ministério da Educação	Código UO: 26101		UGO: 150014	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	128.226.102	120.002.219	128.174.755	119.998.070
a) Concorrência	9.495.163	19.361.829	9.495.163	19.361.829
b) Pregão	118.730.939	100.640.390	118.679.592	100.636.241
2. Contratações Diretas (c+d)	8.122.418	6.408.374	8.121.799	6.335.395
c) Dispensa	5.412.645	4.956.273	5.412.645	4.956.273
d) Inexigibilidade	2.709.773	1.452.102	2.709.154	1.379.122
3. Regime de Execução Especial	3.408	5.744	3.408	5.744
e) Suprimento de Fundos	3.408	5.744	3.408	5.744
4. Pagamento de Pessoal (f+g)	344.388.451	335.886.552	343.941.123	335.848.724
f) Pagamento em Folha	343.571.605	334.833.334	343.140.560	334.833.334
g) Diárias	816.846	1.053.217	800.562	1.015.389
5. Outros	62.244.032	43.944.435	62.231.985	43.944.435
6. Total (1+2+3+4+5)	542.984.411	506.247.324	542.473.069	506.132.367

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro XLV – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Ministério da Educação			Código UO: 26101		UGO: 150014			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	135.632.565,15	132.281.538,02	135.632.565,15	132.281.538,02	-	-	135.626.453,75	132.281.538,02
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.043.009,87	109.201.604,95	109.033.944,16	109.201.604,95	9.065,71	-	109.033.944,16	109.201.604,95
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	76.052.684,36	77.414.932,02	76.052.684,36	77.414.932,02	-	-	76.052.684,36	77.414.932,02
Demais elementos do grupo	25.903.892,02	34.052.413,08	25.289.746,12	34.052.413,08	614.145,90	-	24.708.557,12	34.052.413,08
2. Juros e Encargos da Dívida					-	-		
3. Outras Despesas Correntes					-	-		
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	393.418.473,42	367.767.913,65	303.497.313,85	255.571.568,54	89.921.159,57	112.196.345,11	298.888.240,10	248.260.693,26
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	322.299.191,07	21.759.335,00	317.665.266,06	18.114.990,00	4.633.925,01	3.644.345,00	316.854.245,21	18.114.190,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	69.647.624,71	69.693.595,08	41.163.015,12	54.959.223,63	28.484.609,59	14.734.371,45	36.542.031,82	52.504.827,12
Demais elementos do grupo	235.621.656,32	510.568.837,67	194.815.084,05	459.074.777,73	40.806.572,27	51.494.059,94	192.119.383,41	450.195.314,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
OBRAS E INSTALACOES	89.908.778,58	408.809.707,28	6.495.215,44	42.340.258,11	83.413.564,14	366.469.449,17	3.932.569,39	39.629.506,92
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	88.121.233,42	359.675.899,41	16.742.828,86	43.761.398,53	71.378.404,56	315.914.500,88	13.748.080,99	33.860.595,53
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	12.522.969,81	25.128.031,01	4.238.768,95	16.029.046,33	8.284.200,86	9.098.984,68	4.238.768,95	16.029.046,33
Demais elementos do grupo	13.563.431,55	53.034.076,79	4.744.743,28	2.055.289,99	8.818.688,27	50.978.786,80	3.185.176,81	2.055.289,99
5. Inversões Financeiras								
AQUISICAO DE IMOVEIS	10.484.454,56	25.348.000,00	10.484.454,56	20.427.247,71	-	4.920.752,29	4.580.000,00	19.427.247,71
6. Amortização da Dívida								
TOTAL	1.582.219.964	2.194.735.883,96	1.245.855.629	1.265.284.288,64	336.364.335	929.451.595,32	1.219.510.136	1.233.027.199,87

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro XLVI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Ministério da Educação			Código UO: 26101			UGO: 150014		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	135.609.545,81	131.637.531,16	135.609.545,81	131.637.531,16	-	-	135.603.434,41	131.637.531,16
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	106.886.448,10	98.103.671,34	106.886.448,10	98.103.671,34	-	-	106.886.448,10	98.103.671,34
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	75.994.244,63	72.059.885,46	75.994.244,63	72.059.885,46	-	-	75.994.244,63	72.059.885,46
Demais elementos do grupo	25.695.320,67	22.134.866,00	25.081.366,48	22.134.866,00	613.954,19	-	24.656.432,94	22.134.866,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	153.943.937,12	128.365.182,94	85.517.206,06	73.046.102,94	68.426.731,06	55.319.080,00	85.465.858,70	72.969.221,04
CONTRIBUIÇÕES	41.841.000,00	33.400.000,00	41.841.000,00	33.400.000,00	-	-	41.841.000,00	33.400.000,00
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	30.868.472,32	19.903.902,66	22.353.843,53	18.199.155,83	8.514.628,79	1.704.746,83	22.353.843,53	18.199.155,83
Demais elementos do grupo	47.041.773,67	46.828.600,77	37.507.052,69	35.362.015,19	9.534.720,98	11.466.585,58	37.478.103,27	35.323.940,29
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.770.398,51	18.403.248,08	7.758.374,65	7.260.574,84	6.012.023,86	11.142.673,24	7.758.374,65	7.260.574,84
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	12.508.680,14	24.015.400,13	4.238.768,95	15.043.521,08	8.269.911,19	8.971.879,05	4.238.768,95	15.043.521,08
MATERIAL DE CONSUMO	196.560,00		196.560,00		-	-	196.560,00	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro XLVII Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	41.796.581,42	44.354.938,79	41.765.921,37	43.815.939,62
a) Concorrência	5.158.292,81	10.780.113,24	5.158.292,81	10.241.152,14
b) Pregão	36.638.288,61	33.574.825,55	36.607.628,56	33.574.787,48
2. Contratações Diretas	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
5. Outros	5.000,00	-	5.000,00	-
6. Total (1+2+3+4+5)	41.801.581,42	44.354.938,79	41.770.921,37	43.815.939,62

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro XLVIII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	49.692.032,97	53.086.232,76	41.796.581,42	44.354.938,79	7.895.451,55	8.731.293,97	41.765.921,37	43.815.939,62
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	5.000,00	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

No que diz respeito aos créditos originários totais, tendo como entendimento o total de créditos da UO 26101 – Administração Direta do MEC, a maioria do recurso é referente ao pagamento de pessoal. Em relação a 2012, houve redução das descentralizações para fechamento da folha de dezembro, pois os recursos alocados diretamente nas universidades e institutos atenderam quase que integralmente as despesas realizadas com este grupo de despesa. Cumpre informar que no caso dos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4- Investimentos e 5- Inversões Financeiras, a maioria do recurso é descentralizado conforme Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2. Também houve uma redução dos valores empenhados, liquidados e pagos em 2013 em relação a 2012. Essa redução deve-se, em grande parte, pelo remanejamento para o FNDE das ações orçamentárias 0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais e 0A12 - Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior, visto que tal Unidade possui uma estrutura administrativa mais propícia à operacionalização dessas despesas. Já a dotação da ação 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais, foi alocada diretamente nos Hospitais Universitários Federais e na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH. No caso dos investimentos (GND 4), as ações 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, que em 2012 eram executadas em grande parte por meio de descentralização de créditos, passaram a ter a maior parte de seus recursos alocada diretamente no orçamento das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, respectivamente.

Sobre a execução feita diretamente pela UJ, o aumento nas despesas de 2013 em relação a 2012 ficou dentro do previsto no planejamento da Unidade de Gestão. Houve um incremento na ação de prestação de serviços que desencadeou a necessidade de outros investimentos, tais como despesas com pessoal, cujo montante foi a força motriz na implantação da estrutura planejada. Foi realizada grande aquisição de material de consumo e

de expediente para atender às necessidades do Órgão e realizados serviços de adaptação no prédio do Ministério, com vistas a atender a recomendações de segurança emitidas por órgãos competentes.

Foi constatada uma diminuição no número de licitações realizadas na modalidade concorrência e um consequente aumento nas aquisições realizadas por Pregão. A preferência pelo Pregão decorre da agilidade com que a Administração tem conseguido ultimar as licitações e também da economicidade alcançada por meio da fase de lances, em que o menor preço é oferecido, bem como a habilitação técnica que propicia a aquisição mais vantajosa para a Administração Pública.

Nos casos em que a regra de licitar foi excepcionada, houve restrita obediência às disposições constantes nos Artigos 17, 24 e 25 da Lei de Licitações nº 8.666/93. Em todos os processos estavam presentes alguma das condições de dispensa ou inexigibilidade, a licitação formalista seria dispendiosa e optou-se pela contratação direta com o objetivo de atender a providências concretas e a necessidades excepcionais.

O aumento de 8,5% no número de contratações realizadas por dispensa e de 4,6% por inexigibilidade decorreu do atendimento às necessidades estabelecidas no Plano Estratégico do Órgão que envolve investimentos em infraestrutura, capacitação de funcionários, alcance de padrões de qualidade e execução de programas e projetos prioritários e necessários aos servidores tais como o Programa de Incentivo Educacional, a Política de Segurança do MEC, entre outros, para que se garantisse o nível de motivação e de resultados prementes.

Tendo em vista as limitações orçamentárias no último exercício, as necessidades de despesas investimento foram analisadas assegurando-se três pilares centrais, quais sejam: demandas necessárias; oportunas e convenientes. A prudência ao longo da execução orçamentária ficou evidenciada por meio da economicidade obtida nos certames, a qual chegou, em alguns processos, a mais de 35% em relação ao valor estimado. Para amenizar os efeitos causados pelo contingenciamento de recursos, buscou-se ampliar o poder de barganha, negociando junto aos fornecedores preços mais vantajosos para a Administração e, junto às áreas demandantes, buscando esforços para a obtenção de soluções mais avançadas em termos de valores e eficiência, além de melhores especificações nos termos de referência, mantendo os padrões de qualidade exigidos pelo Órgão.

O MEC priorizou as iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento de pessoal, segurança de informações e realização de obras necessariamente urgentes e reformas cujo objetivo estivessem voltados para a segurança predial e ao bem-estar dos servidores. Todas as ações não vinculadas a esse viés foram rigorosamente reavaliadas, sendo muitas vezes postergadas até melhorias na conjuntura econômica do País. A consequência de tais ações foi uma redução significativa sobre as atividades meio do Órgão, todavia por meio de esforços conjuntos da SAA foi possível a manutenção dos padrões de eficiência e produtividade na execução dos serviços.

O Plano de Execução Orçamentária da SAA propiciou a presença dos servidores e a atuação institucional em assuntos de grande relevância, tais como as adequações trazidas pela Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental, a participação e promoção de debates de interesse nacional e o ajuste dos processos às novidades das áreas jurídicas e administrativas. Os empenhos foram realizados tempestivamente e houve celeridade nas respostas aos pedidos de reserva de orçamento.

A SAA também realizou os pagamentos referentes às contribuições para organismos internacionais que totalizaram R\$ 41.841.000,00.

As despesas de créditos de movimentação se referem aos serviços de teleatendimento, cujo contrato é compartilhado com o FNDE, INEP e CAPES. Também foi registrada execução de movimentação recebida da UnB para pagamento de encargo por curso ou concurso.

Quadro XLIX - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	97.336.259	46.263.501	7.805	51.064.953
2011	36.104.690	1.542.409	13.579.005	20.983.276
2010	19.278.525	1.459	-	19.277.065
2009	2.297.538	-	-	2.297.538
2008	31.719	-	-	31.719
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	653.956	611.992	-	41.964
2011	8.305	58	-	8.247
2010	7.994	-	-	7.994
2009	7.183	-	-	7.183

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

Em 2012, iniciaram-se as negociações sobre a inscrição e controle dos Restos a Pagar, com os setores gestores dos contratos, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Assim, no exercício de 2013, foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados todos os saldos de empenhos de contratos. Alguns Restos a Pagar não Processados, justificavam-se pelo fato de haver frequentes apurações de valores de serviços a serem cobrados, e, devido a essas negociações permanecerem inconclusivas por mais de um exercício financeiro e seus valores representarem somas consideráveis, não se podia abdicar dessas disponibilidades, sem as quais, o prejuízo para o orçamento do exercício vigente seria evidente, exigindo-se reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

Existem ainda Restos a Pagar dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011, sobre os quais, até o encerramento do exercício de 2013, não houve manifestação das respectivas áreas gestoras dos contratos, no sentido de se definir quanto à manutenção ou cancelamento daqueles valores, parcial ou totalmente, assim, houve a necessidade da prorrogação do término dessa apuração no primeiro semestre de 2014.

4.4 Transferência de recursos.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência

Quadro L - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Posição em 31.12.2013										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento										
CNPJ: 00.394.445.0002-84					UG/GESTÃO: 150014/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Situação da Transferência	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
3	676073	1	240101/00001	3.000.000,00		3.000.000,00	3.000.000,00	09/10/2013	31/12/2013	
LEGENDA										
Modalidade:					Situação da Transferência:					
1 - Convênio					1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído					
					5 - Excluído					
					6 - Rescindido					
					7 - Arquivado					
Fonte: SIAFI										

Posição em 31/12/2013										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Diretoria de Tecnologia da Informação										
CNPJ: 00.394.445/0139-39					UG/GESTÃO: 150004/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Situação da Transferência	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	674773	1	240101/00001	155.358.589,30		155.358.589,30	155.358.589,30	11/06/2013	31/12/2013	
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado										
Fonte: SIAFI										

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos									
CNPJ: 00394.455/0003-65					UG/GESTÃO: 150002/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumula do até o Exercício	Início	Fim	Sit.
3	s/nº	240005	5.374,10	0	5.374,10	5.374,10	04/11/2013	04/12/2013	4
3	s/nº	240005	1.663,20	0	1.663,20	1.663,20	14/11/2013	14/12/2013	4
3	s/nº	240005	34.700,00	0	34.700,00	34.700,00	30/10/2013	30/11/2013	4
3	01/2013	240005	1.600,00	0	1.600,00	1.600,00	22/03/2013	22/04/2013	4
3	014936 /2009-60	170009	676.933,59	0	199.865,05	676.933,59	29/01/2010	29/01/2014	1
3	01/2011 - Educação	154040	458.578,40	0	230.139,20	458.578,40	30/05/2011	31/12/2013	4
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013									

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro LI - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento						
CNPJ: 00.394.445.0002-84						
UG/GESTÃO: 150014/00001						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	235	296	158.358.589,30	705.973,11	763.078,89
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
2013	Termo de cooperação nº 827 de acordo com o SIMEC 2013	Parceria entre o MEC e o MCTI para elaboração de estudos que subsidiem o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas na área de educação.	3.000.000,00	1
Total:			3.000.000,00	1
Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
2012	23000.018463/2011-94	Encontro para orientação sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 – ênfase em SIAFI GERENCIAL	210.452,88	109
	23000.016700/2012-63	VII Encontro de Encerramento de Exercício Financeiro 2012	495.520,23	126
Total:			705.973,11	235
Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
2011	23000.001379/2011-31	Encontro de Orientação para o Rel. Gestão 2010-ênfase Siafi Gerencial	157.743,47	97
	23000.012343/2011-83	Curso Capacitação Novo CPR	468.621,32	116
	23000.012345/2011-72	Encontro de Encerramento do Exercício Financeiro 2011	136.714,10	83
Total:			763.078,89	296

Quadro LII – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Diretoria de Tecnologia da Informação							
CNPJ: 00.394.445/0139-39							
UG/GESTÃO: 150004/00001							
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	
Convênio							
Contrato de Repasse							
Termo de Cooperação	1	1	2	155.358.589,30	111.000.000,00	83.025.082,75	
Termo de Compromisso							
Totais							

Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
2013	Termo de cooperação nº 266 de acordo com o SIMEC 2013	Fomentar o desenvolvimento da Infraestrutura de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP 2013.	155.358.589,30	1
Total:			155.358.589,30	1

Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
	23000.009752/2012-83	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP 2012	111.000.000,00	1
Total:			111.000.000,00	1

Fonte	Processo nº	Assunto	Valor	Qtde de Termos
	23000.013188/2011-12	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP	60.500.000,00	1
	23000.001639/2010-98	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP	22.525.082,75	1
Total:			83.025.082,75	2

Quadro LIII – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Subsecretaria de Assuntos Administrativos				
CNPJ:		00394.455/0003-65				
UG/GESTÃO:		150002/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	2	0	0	131.369,02
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	6	3	3	473.341,55	616.525,71	422.413,21
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	6	3	5	473.341,55	616.525,71	553.782,23

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013.

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro LIV – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Secretaria Executiva na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos					
CNPJ: 00394.455/0003-65			UG/GESTÃO: 150002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	131.369,02	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: Relatório de Gestão de CGGA, 2013.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro LV – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. **Posição 31/12 em R\$ 1,00**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos					
CNPJ: 00394.455/0003-65			UG/GESTÃO: 150002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
	Montante Repassado (R\$)		0	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	2012	Quantidade de contas prestadas			2
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		2	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
		Montante repassado		131.369,02	0
Contas NÃO Analisadas		Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
2011	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
		Montante Repassado		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013.					

4.4.5 Análise Crítica

SPO:

Termo de cooperação nº 827 de acordo com o SIMEC 2013

Refere-se à cooperação estratégica entre MEC e MCTI, com participação do CGEE, para a elaboração de estudos que subsidiem o desenvolvimento e aprimoramento de Políticas Públicas, nas seguintes áreas: ENESES/Brasil Graduado; Sustentabilidade Econômica e Financeira das IES privadas; Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; Promoção das atividades do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI; Promoção da Educação Superior Indígena. Os projetos tratam de pesquisas relacionadas com o desenvolvimento da educação superior e tecnológica, sendo essenciais para a promoção do alinhamento da política educacional com o desenvolvimento científico, tecnológico e regional do País.

DTI:

Termo de cooperação nº 266 de acordo com o SIMEC 2013

Refere-se à manutenção da infraestrutura de comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para as instituições federais de ensino do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); visando ainda promover em conjunto com a RNP, soluções e serviços de conectividade óptica entre MEC, INEP, CAPES, FNDE e UnB (Anel Educacional da REDECOMEP-DF) para uso na educação.

SAA:

Os recursos descentralizados ao Ministério das Relações Exteriores – MRE no exercício de 2013 tiveram o objetivo de custear despesas de apoio logístico para viabilizar a participação do Ministro da Educação em diversas viagens oficiais, a saber:

No dia 24 de janeiro de 2013, o Sr. Ministro Aloizio Mercadante dirigiu-se a Santiago/Chile para a seguinte programação:

- 1) Mesa Redonda de Alto Nível Igualdade e Desenvolvimento: Cooperação e Políticas Públicas para fechar brechas estruturais, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no dia 25/01;
- 2) Encontro Bilateral com o Presidente do Chile, Sebastián Piñera e assinatura de Memorando de Entendimento, no dia 26/01;
- 3) Encontro Bilateral com o Presidente do México, Enrique Peña Nieto, no dia 26/01;
- 4) Reunião de Cúpula entre a Comunidade dos Estados Latino-americanos (CELAC) e a União Européia (UE), nos dias 26 e 27/01;
- 5) Reunião de Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), no dia 27/01.

No uso de sua prerrogativa, o Senhor Ministro solicitou apoio de transporte à Embaixada do Brasil em Santiago. Constatada a indisponibilidade de recursos para responder à solicitação, o MEC providenciou repasse financeiro e orçamentário para contratação de carro executivo a ser utilizado nos eventos em questão.

Em março de 2013, o Ministro da Educação esteve em Bruxelas – Bélgica, para cumprir agendas com autoridades da Comissão Europeia, como reunião com a Presidente da Comissão de Educação do Parlamento Europeu; reunião com a Comissária para Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude da Comissão Europeia; e, reunião com o Presidente da Comissão Europeia.

Para a adequada realização das atividades foi contratado intérprete português-inglês, que acompanhou o Ministro da Educação em suas reuniões. As contratações foram viabilizadas por

meio de descentralização orçamentária para o Ministério das Relações Exteriores. A Missão do Brasil junto à União Europeia realizou as cotações e fechou o contrato em Bruxelas.

Entre os dias 4 e 8 de novembro de 2013, o Ministro da Educação esteve em Paris para cumprir diversas agendas e reuniões com a Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO e outra com a Diretora-Geral da UNESCO, além de proferir discurso como chefe da delegação brasileira, do Debate de Política Geral, no âmbito da 37ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, onde também participou do Fórum de Líderes, representando a Presidenta da República.

A agenda incluiu, ainda, reunião com os ministros da educação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul) e com os ministros da educação da América Latina e Caribe, além de Reunião bilateral com o Ministro da Educação Nacional da França. Promoveu Mesa Redonda com países africanos de língua portuguesa, na qual se discutiu o Programa “Educação como Ponte Estratégica Brasil-África”. Reuniu-se com o Ministro do Ensino Superior e Pesquisa da França, posteriormente com o Ministro da Educação da Espanha, bem como com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, além de palestrar na Universidade Paris-Sorbonne a estudantes do Programa Ciência sem Fronteiras.

Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), participou de reunião com o seu Secretário-Geral, onde também tratou do PISA (*Programme for International Student Assessment*) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e proferiu palestra em Sessão Especial de Alto Nível, no contexto do “Brazil Informal Reflection Group” da OCDE.

Para a adequada realização das atividades, foram contratados serviços de interpretação consecutiva/simultânea (para o ministro e para a Mesa Redonda com países africanos de língua portuguesa); de transporte do ministro; e de alimentação (lanche oferecido aos participantes da Mesa Redonda com países africanos de língua portuguesa).

As contratações foram viabilizadas por meio de descentralização orçamentária para o Ministério das Relações Exteriores. A Delegação do Brasil junto à UNESCO realizou as cotações e fechou os contratos em Paris. No entanto, até o dia 29/01/14, a descentralização financeira àquele Ministério ainda não havia sido efetivada.

No dia 22 de novembro de 2013 realizou-se a XLV Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL, na cidade de Caracas, Venezuela. O Ministério da Educação executou repasse ao Ministério das Relações Exteriores como forma de viabilizar a contratação de serviço de transporte para o Senhor Ministro, durante sua estada naquela cidade. No entanto, por motivo de demandas da agenda da Presidenta, o Sr. Ministro cancelou sua participação nesta reunião, fazendo-se representar pelo Sr. Secretário de Educação Superior. O montante repassado ao MRE não foi devolvido ao MEC até o presente momento.

A maioria das ações de capacitação interna que integraram o Plano Anual de Capacitação do MEC de 2013 foi realizada em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, durante o exercício, foram realizadas descentralizações de recursos orçamentários e financeiros à ESAF, com vistas a cobrir despesas referentes às 28 (vinte e oito) ações de capacitação de curta duração que consistem em cursos, palestras, oficinas, *workshops* e outras ações previstas no Plano Anual de Capacitação do Ministério da Educação, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre Ministério da Educação e ESAF com vigência até 29 de janeiro de 2014, promovidas e realizadas sob a responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento. Em 2013, essas ações foram realizadas por meio de instrutoria interna, conforme os dispositivos apresentados pelo Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, e por meio de acordo de cooperação celebrado com a Escola Nacional de Administração Fazendária – ESAF. Os valores descentralizados correspondem a despesas de pessoal e material de consumo.

Em 2013, encontravam-se vigentes dois termos de cooperação com a Universidade de Brasília para a realização de dois cursos de mestrado profissional. O primeiro curso foi o de Mestrado Profissional em Administração Pública, iniciado em outubro de 2010 e concluído em 2013, realizado por meio de Termo de Cooperação firmado em 2010, entre o MEC e a Universidade

de Brasília/Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP)/Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE)/Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA).

O outro foi o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais, iniciado em 2011 e concluído em 2013, realizado por meio de Termo de Cooperação firmado em 2011, entre o Ministério da Educação e a Universidade de Brasília/Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP) /Faculdade de Educação/Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE).

No ano de 2011, houve repasse ao Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, referente a despesas com o Programa de Estágio Supervisionado no Ministério da Educação, formalizado no 6º Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2008, celebrado entre o CIEE e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

4.5. Suprimento de fundos

É importante informar que nesta UG não há conta tipo B, subitem 4.5.2.

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro LVI – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	14	3.408,37	3.408,37
2012	-	-	-	-	43	5.744,00	5.744,00
2011	-	-	-	-	102	24.318,00	24.318,00

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro LVII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador Valores em R\$
1,00

Código da UG	150002	Limite de Utilização da UG	10.600,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
MARIA SOLEDADE MORAIS LIMA	143.978.201-63	8.600,00	-	3.158,37	3.158,37
SIERRA JANE DE MOURA ROCHA GONÇALVES	221.503.311-87	2.000,00	-	250,00	250,00
Total Utilizado pela UG				3.408,37	3408,37
Total Utilizado pela UJ				3408,37	3408,37

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro LVIII - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qt d.	Valor	Qt d.	Valor	Qt d.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0						
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0						
PC em Análise	0	0	0	0	0	0						
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0						
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	06	3.408,37	11	5.744,00	11	24.318,00

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013

Análise Crítica

No exercício de 2013, foram designados dois servidores como portadores dos Cartões de Pagamentos do Governo Federal, de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos que efetuaram despesas na modalidade de suprimento de fundos: uma servidora da Coordenação-Geral de Compras e Contratos, Maria Soledade Moraes Lima, que atende às demandas do Gabinete do Ministro, da Secretaria Executiva e da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, e outra servidora da Diretoria de Tecnologia da Informação, Sierra Jane de Moura Rocha Gonçalves, para atender a compras e serviços relacionados com informática, e um outro servidor da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, José Osvaldo de Araújo, que tem cartão, porém não foi necessária sua utilização.

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos solicitou ao Banco do Brasil S. A. o registro de um valor para limite de gastos com suprimento de fundos, estimado para atendimento às demandas do exercício. A orientação para os setores interessados (demandantes e atendentes) foi, novamente, a de que se buscasse cada vez menos a utilização desta modalidade de gastos, exceto quando não houvesse tempo hábil para a formalização do processo licitatório próprio. E, nessa linha de procedimento, a utilização do Cartão de Pagamentos foi menor que a dos últimos exercícios, conforme quadros apresentados.

Com um número reduzido de portadores do Cartão de Pagamentos do Governo Federal e um contato frequente com os mesmos, para orientação sobre eventuais dúvidas, tem-se a certeza de procedimentos adequados às exigências da legislação vigente, o que resulta no registro da totalidade de prestações de contas aprovadas e, portanto, orientações dos órgãos de controle e legislação vigente.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os subitens 5.1.6 e 5.1.7 não ocorreram no período, por isso não constaram deste relatório. O subitem 5.1.8 não será abordado, tendo em vista que não há indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Lotação

Para a composição do Quadro A.5.1.1.1, particularmente do item 1.2, foram considerados os servidores classificados no quadro de pessoal dentro das categorias ativo permanente, excedente à lotação e celetistas/anistiados. Não estão incluídos na demonstração os servidores cedidos, uma vez

que se entende que não estão à disposição da Unidade e, também, por que não há como apurar o número de cedidos separados por UORG.

Quadro LIX - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	329	24	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	329	24	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	323	22	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	4	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	1	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	13	1	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	343	25	18

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

No que diz respeito à coluna “Lotação Autorizada”, é preciso esclarecer que há cargos cujas vagas estão não ocupadas, seja por motivo de exoneração, aposentadoria, falecimento e não provimento por concurso público ou outra forma de provimento. No entanto, não há designação de vagas por unidade organizacional, o que impede o preenchimento dos dados específicos do quadro de servidores da SAA.

Baseando-se na estrutura do Quadro A.5.1.1.1, este item apresenta a quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas do quadro da SAA, conforme suas diversas tipologias.

Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da Unidade, conforme previsões legais (Lei nº 8.112/90). Para cada tipologia de afastamento é informada a quantidade de servidores do quadro de pessoal da SAA que se encontravam naquelas situações em 31 de dezembro de 2013.

Quadro LX - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	2
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0

3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	2
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	3
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	10

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Em relação ao Quadro A.5.1.1.2, item 1, importa tecer algumas considerações sobre seu preenchimento. Inicialmente, informa-se que não há possibilidade de identificar a quantidade de servidores cedidos para outros órgãos, separados por Unidade Organizacional – UORG, assim, a informação disponível (315 servidores cedidos) refere-se a todos os servidores do quadro do MEC que estão em exercício em outros órgãos por motivo de cessão, independentemente de suas UORGs de origem.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

O quadro a seguir visa retratar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da SAA. Segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.2.1, visto que classifica os ocupantes de cargos efetivos e em comissão segundo suas idades. Informa a situação verificada em 31/12/2013.

Estrutura de Cargos e de Funções
 Quadro LXI - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
 (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	72	44	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	72	44	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	53	32	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	16	10	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	107	41	11
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	106	40	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	1	2
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	179	85	23

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

As quantidades totais da coluna "Lotação Autorizada" para os Cargos em Comissão (Item 1) e para as Funções Gratificadas (Item 2) correspondem às definidas para a SAA no Anexo II do Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Como não há definição de vagas autorizadas, para cargos comissionados e/ou funções gratificadas, separadas por UORG, não é possível informar os subitens dos Itens 1 e 2, para a SAA. Ainda, em relação aos cargos em comissão, este órgão segue o disposto no Decreto nº 5.497 de 2005, que trata sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da Administração Pública Federal.

Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade
O Quadro A.5.1.2.2 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da MEC. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

Quadro LXII - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	26	51	71	114	42
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	26	50	71	114	42
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	1	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	4	1	2	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	4	1	2	3
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	31	55	72	116	45

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Esse item demonstra a qualificação do quadro de pessoal da SAA segundo a escolaridade. O Quadro LXIII segue estrutura semelhante as dos Quadros A.5.1.2.1 e A.5.1.2.2, visto que classifica os ocupantes de cargos efetivos e comissionados segundo o nível de escolaridade verificado em 31/12/2013.

Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro LXIII - Quantidade de servidores do MEC por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	4	19	27	145	122	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	4	19	27	145	121	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	15	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	15	10	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	4	19	27	160	132	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Em relação ao quadro acima, é importante esclarecer que os dados sobre escolaridade são aqueles constantes do SIAPE à data da consulta. São dados informados pelo servidor (geralmente à época da posse) e podem não corresponder ao atual nível de instrução possuído, pois a maioria dos servidores não solicita a alteração de seus registros cadastrais no SIAPE.

Em síntese, é possível verificar que 26% dos servidores que preencheram os dados de escolaridade/formação acadêmica possuem especialização e que, neste nível de escolaridade, em contraste, não há qualquer registro no quadro A.5.1.2.3 acima. É possível, portanto, inferir a desatualização dos dados SIAPE, no que se refere à escolaridade dos servidores.

Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro LXIV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores R\$

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciário s	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	7.340.923,33	46.891,74	1.482.210,11	515.948,62	1.238.422,91	647.712,73	5.354.552,88		56.358,48	16.683.020,80
	2012	6.117.436,11	39.076,45	1.235.175,09	429.957,18	1.032.019,09	539.760,61	4.462.127,40		46.965,40	13.902.517,33
	2011	5.069.101,85	83.029,61	1.187.580,66	401.486,10	1.101.901,41	330.691,34	4.775.663,39		46.789,64	12.996.244,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	16.183,20	7.601,20	4.377,60	-	88.272,00		-	116.434,00
	2012	-	-	13.486,00	6.334,33	3.648,00	-	73.560,00		-	97.028,33
	2011	-	-	20.688,74	6.130,00	6.308,00	-	127.299,67		-	160.426,41
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	12.048.264,40	227.183,86	2.486.278,84	656.838,79	1.630.380,60	932.745,94	7.479.015,04		86.817,97	25.547.525,42
	2012	10.040.220,33	189.319,88	2.071.899,03	547.365,66	1.358.650,50	777.288,28	6.232.512,53		72.348,31	21.289.604,52
	2011	7.783.319,10	542.810,93	1.885.308,79	461.690,89	1.354.398,07	420.525,13	6.317.785,49		51.657,36	18.817.495,76
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	2.759.971,48	1.344.299,00	755.161,58	195.607,13	424.918,76	185.272,12	2.104.898,24		871,80	7.771.000,12
	2012	2.299.976,23	1.120.249,17	629.301,32	163.005,94	354.098,97	154.393,43	1.754.081,87		726,50	6.475.833,43

	2011	2.167.060,85	1.356.023,34	690.951,87	177.277,91	440.683,53	87.307,86	2.083.005,07		121,54	7.002.431,97
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.424.244,24	30.731,24	784.296,59	228.652,90	659.051,41	350.218,51	2.733.651,98		9.607,14	8.220.454,02
	2012	2.853.536,87	25.609,37	653.580,49	190.544,08	549.209,51	291.848,76	2.278.043,32		8.005,95	6.850.378,35
	2011	2.634.326,42	27.183,25	663.318,31	183.376,13	639.235,42	171.743,79	2.786.585,20		11.219,11	7.116.987,63

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Em 31/12/2013 o Ministério da Educação contava com 1.939 servidores aposentados e 1520 instituidores de pensão, conforme demonstram os quadros abaixo:

Quadro LXV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	1338	22
1.1 Voluntária	1136	21
1.2 Compulsória	09	00
1.3 Invalidez Permanente	193	01
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	601	02
2.1 Voluntária	521	01
2.2 Compulsória	12	00
2.3 Invalidez Permanente	67	01
2.4 Outras	01	00
3. Totais (1+2)	1939	24

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Quadro LXVI - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	599	43
1.1. Integral	485	35
1.2. Proporcional	114	08
2. Em Atividade	921*	04
3. Total (1+2)	1520	47

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

(*) Em relação a esses 921 instituidores de pensão não constam dados de aposentadoria no sistema SIAPE, contudo não podemos afirmar que todos faleceram em atividade.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Quadro LXVII - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	24	34	19	34
Concessão de pensão civil	47	53	45	48
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	04	01	03	01
Totais	75	88	67	83

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Obs.: 05 atos de concessão de pensão, do final do exercício de 2012, foram registrados no exercício 2013.

05 atos de aposentadoria, 07 de pensão e 01 de alteração de fundamento foram concedidos no mês de dezembro/2013, e não foram registrados no exercício 2013, porém o prazo estipulado pela IN TCU 55/2007 para registro é de 60 dias.

Quadro LXVIII - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	73	70	73	70
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	73	70	73	70

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Quadro LXIX – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	23	9	0	0
Concessão de aposentadoria	11	7	2	0
Concessão de pensão civil	29	12	1	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	3	0	0	0
Total	66	28	3	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	54	7	9	3
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	54	7	9	3

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

Quadro LXX – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SIAPE, Relatório de Gestão da CGGP, 2013.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

No que se refere ao item 5.2.1, é importante destacar que ele não se aplica e que o 5.2.2, Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados, não ocorreu no período.

Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Para prestação de serviços de Limpeza e Vigilância são:

- referente à prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, a serem executados de forma nos prédios do Ministério da Educação, celebrado com a empresa Juiz de Fora Empresa de Vigilância LTDA, e

- referente à prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra, de materiais e de equipamentos necessários, a serem executados nas dependências do Ministério da Educação, celebrado com a Empresa de Serviços Gerais, vigente até 11/7/2014.

e prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Dados Gerais											
Identificação do Contrato			CNPJ: 00394445.0030-38		Situação						
Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								Sit.
			F		M		S				
			Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
O	39/2011	082479600001-62	24/06/2011	11/07/2014	3	3	101	101			P
O	36/2009	027174600001-60	03/07/2009	01/07/2014	89	89					P

Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Os contratos de locação de mão obra geridos pela SAA, em 2013 (excetos os serviços de limpeza e conservação), foram:

- Contrato nº 20/2010 – referente à prestação de serviços de suporte operacional, recepcionista e contínuo para o MEC, formalizado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria, vigente até 1º/3/2014;
- Contrato nº 57/2010 – referente à prestação dos serviços de carregador, para atender às necessidades do Ministério da Educação, celebrado com a empresa PH Serviços e Administradora, vigente até 19/5/2014;
- Contrato nº 20/2011 – referente à prestação de serviços de locação de veículos aferidos por quilômetro rodado, incluindo combustíveis e motoristas, devidamente habilitados para atender as necessidades do Ministério da Educação, no transporte do Senhor Ministro, Secretários e de servidores, formalizado com a empresa Certa Serviços e Turismo LTDA-EPP, vigente até 29/3/2014;
- Contrato nº 45/2011 – referente à prestação de serviços de copeiragem, de forma contínua, para atender às necessidades do Ministério da Educação, em Brasília – DF, formalizado com a empresa IPEPPI – Instituto de Pesquisa e Elaboração de Projetos e Planos Integrados, vigente até 4/7/2014;
- Contrato nº 50/2011 – referente à prestação dos serviços de lavagem de veículos da frota oficial do Ministério da Educação, em Brasília – DF, com fornecimento de materiais, formalizado com a empresa Prime Consultoria E Serviços Especializados LTDA, vigente até 15/8/2014;
- Contrato nº 16/2012 – referente à prestação de serviços de garçom, de forma contínua, para atender às necessidades do Ministério da Educação, celebrado com a empresa R L Cunha Filho Terceirização-ME, vigente até 5/3/2014;
- Contrato nº 14/2013 – referente à prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, por meio de Brigada de Bombeiros Particular, com o fornecimento dos respectivos Equipamentos de Proteção Individual, Equipamento de Proteção Coletivo e de Material de Primeiros Socorros, para atuação no MEC, celebrado com a empresa City Service Segurança LTDA, vigente até 21/01/2015;
- Contrato nº 25/2013 – referente à prestação de Serviços de ascensoristas (cabineiro), de forma contínua, para atender às necessidades do MEC, celebrado com a empresa Cidade Serviços, encerrado em 30/6/2013; e
- Contrato nº 50/2013 – referente à prestação de Serviços de ascensoristas (cabineiro), de forma contínua, para atender às necessidades do MEC, celebrado com a empresa Zarcone, Construções, Serviços e Transportes LTDA, vigente até 11/6/2014.

Quadro LXXII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

Unidade Contratante													
Nome: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS													
UG/Gestão: 150002							CNPJ: 00304445.0003.65						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	20/2010	785335120001.58	01/03/2010	01/03/2014			60	60			P
2010	12	O	20/2010	785335120001.58	01/03/2010	01/03/2014	38	38					P
2010	12	O	57/2010	060900650001.51	19/05/2010	19/05/2014	16	16					P
2011	2	O	20/2011	096526130001.88	29/03/2011	29/03/2014	06	06	36	36	03	03	P
2011	4	O	45/2011	059338610001.46	01/07/2011	01/07/2014	01	01	32	32			P
2011	12	O	50/2011	129784430001.30	15/08/2011	15/08/2014	01	01	02	02			P
2012	12	O	16/2012	142385090001.81	05/03/2012	05/03/2014			26	26			P
2013	10	O	14/2013	370777160001.05	21/01/2013	21/01/2015			61	51	1	1	p
2013	12	E	25/2013	264147550001.26	28/02/2013	30/06/2013			4	4			E
2013	12	O	50/2013	017571380001.00	11/06/2013	11/06/2014	9	9					A

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;

7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013.

Análise Crítica

A duração dos contratos continuados no âmbito do Ministério da Educação está limitada a (60) sessenta meses, conforme determinações da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Geralmente, os contratos possuem duração de 12 (doze) meses, com prorrogações por períodos iguais e sucessivos, até o limite estabelecido pela lei.

Os contratos vigentes no exercício de 2013 não apresentaram aos fiscais de contrato e ao MEC dificuldades em seu acompanhamento, como também na fiscalização do pagamento de verbas trabalhistas.

Contudo, algumas empresas anteriormente prestadoras de serviço ao Ministério da Educação, em 2013, foram ajuizadas por seus empregados em diversas ações trabalhistas, as quais o MEC compôs o polo passivo, quadro a seguir:

Quadro LXXIII – Empresas Prestadoras de Serviço que foram ajuizadas por seus empregados

Contratada	Descrição dos Serviços
Ultralimpo Serviços de Locação de Mão-De-Obra Empresarial Ltda	Prestação dos serviços de limpeza e conservação; serviços de desinsetização e desratização.
Guanaba Sistema Contra Incêndio Ltda	Prestação de Serviço de Prevenção e Combate a Incêndio por meio de Brigada de Bombeiros Particular.
Lyon – Serviços Terceirizados Ltda	Prestação dos serviços de copeiragem, e serviços de ascensorista.
Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda	Prestação de serviços de ascensorista.

Cumpre ainda informar que, em 2013, o contrato nº 44/2011 foi rescindindo devido à contratada SETER - Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda., prestadora dos serviços de ascensorista, informar ao MEC o encerramento de suas atividades. Para isso, a empresa encaminhou a Carta Circular nº 02/2013 que solicitou ao sindicato da Classe (SINDSERVIÇOS- DF) providências necessárias junto ao Judiciário com o fito de promover a retenção dos créditos junto aos tomadores de serviço e o imediato repasse aos funcionários. Várias ações foram adotadas para realizar a rescisão unilateral do contrato nº 44/2011, visando resguardar os funcionários da contratada quanto à quitação de verbas rescisórias.

Em virtude da necessidade de continuidade dos serviços, o MEC procedeu com a adesão à Ata de Registro de Preços da CAPES sob nº 11/2012, sendo celebrado contrato emergencial com a empresa CIDADE - Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda.

Em 2013, a SAA promoveu curso de capacitação dos fiscais de contratos visando à melhor condução dos contratos de prestação de serviços. Essas ações de capacitação deverão ser intensificadas no ano de 2014.

Quadro LXXIV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	42	46	39	42	183.456,00
1.1 Área Fim	36	37	30	34	
1.2 Área Meio	06	09	09	08	
2. Nível Médio	29	54	53	52	114.492,00
2.1 Área Fim	22	38	33	33	
2.2 Área Meio	07	16	20	19	
3. Total (1+2)	71	100	92	94	297.948,00

Fonte: Relatório de Gestão da CGGP, 2013

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A garagem do Ministério da Educação está localizada no Setor de Garagens Norte, Lote A s/n, via N3, Brasília- DF, composto por prédios e um posto de abastecimento de combustível desativado.

O quadro funcional é composto por servidores no cargo de motoristas que atendem demandas relativas aos carros oficiais do MEC, e colaboradores terceirizados contratados para atender às necessidades do ministério em carros de empresa especializada em serviços de transportes.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, relativa ao Controle Geral de Veículos Oficiais, com o objetivo de orientar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional quanto aos procedimentos a serem adotados para classificação, identificação, aquisição, cadastramento, utilização, reaproveitamento, transferência, cessão, alienação e definição do quantitativo de veículos automotores de transporte rodoviário.

O Ministério da Educação, não dispõe de viaturas oficiais suficientes e em condições de utilização para atender a todas as demandas, bem como não dispõe no quadro de pessoal da quantidade necessária de motoristas.

Em virtude disso, desde 2010, o Ministério da Educação não adquire novos veículos, e, em 2013, efetuou a doação do veículo ambulância, pois a mesma estava em situação de ociosidade.

Contudo, o transporte em veículos ainda é utilizado, principalmente para o transporte de cargas, transporte coletivo de passageiros, e quando necessário o transporte de servidores.

A seguir consta quadro com a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Quadro LXXV - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

ORDEM	PLACA	ANO	MOD / MARCA	Tipo de Veículo	Situação do Funcionamento
1	JFO 8641	1996	Volkswagen/Gol	Serviço Comum	Em Utilização
2	JJU 1291	2010	Fiat/Uno Miller	Serviço Comum	Em Utilização
3	JJU 1301	2010	Fiat/Uno Miller	Serviço Comum	Em Utilização
4	JJE 9891	2008	Marcopolo/Volare	Serviço Comum-Transporte de Passageiros Coletivo	Em Utilização
5	JJU 7391	2010	Ducato	Serviço Comum-Transporte de Passageiros Coletivo	Em Utilização
6	JKZ 5265	1997	Toyota/Hilux	Serviço Comum-Transporte De Carga Leve	Em Utilização
7	JFO 5952	1996	Gm/Pick-Up/D20	Serviço Comum Transporte De Carga Leve	Em Utilização
8	JFO 8706	1994	Mb/Caminhão	Serviço Comum Transporte De Carga Pesado	Em Utilização
9	JKH 5023	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização
10	JKH 5033	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização
11	JKH 5043	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização
12	JKH 5053	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização
13	JKH 5073	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização

14	JKH 5083	2006	Ford/Focus **	Veículo Institucional	Em Utilização
15	JKH 5093	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Em Utilização
16	JJE 1887	2006/2007	Renault/Megane***	Veículo Institucional	Em Utilização
17	JGL-0051	2008	M.B / SPRINTER	Serviço Comum ambulância	Doado ao final de 2013
18	MPB 8940	1996	Gm/Corsa	Serviço Comum	Veículo Irrecuperável
19	MZN 4211	1996/1997	Vw/Parati Cl	Serviço Comum	Veículo Irrecuperável
20	JFO 9285	1995	Vw/Gol Cli *	Serviço Comum	Veículo Irrecuperável
21	JKH 5103	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Veículo Irrecuperável
22	JKH 5063	2006	Ford/Focus	Veículo Institucional	Veículo Irrecuperável
23	JFP 1543	200/2001	Fiat/Marea Elx	Veículo Institucional	Veículo Irrecuperável
24	JFO 8805	1995	Vw/Santana Cl 1800	Veículo Institucional	Veículo Irrecuperável

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

*Veículo Doado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no entanto a documentação de transferência, ainda não foi efetivada. ** Veículo doado para o INEP. *** Oficina.

Quadro LXXVI - média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida acima

Item	Grupo de Veículo	Qt. de Veículos	Média anual de km rodado total
1	Veículo Institucional	08	2.804
2	Veículo de Serviços Comum	09	6.014

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

*07 veículos não estão em utilização por serem considerados irrecuperáveis (sucata).

Em 2013, foi efetivada doação do veículo classificado como ambulância a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), processo nº 23000.014754/2013-75.

Quadro LXXVII – Veículo doado a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Placa	Ano	Modelo	Descrição
JGL-0051	2008	M.B / SPRINTER	Sinalizador óptico e acústico; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula.

A idade média da frota, por grupo de veículos é de 7 anos para veículos institucionais e de 10 anos para veículos de serviços.

Os custos associados à manutenção da frota foram de R\$ 180.072,92, sendo considerados os serviços com lavagem dos veículos, manutenção e combustível, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro LXXVIII - Valores pagos com Lavagens, manutenção e combustíveis

Contrato	Empresa	Serviços	Valor total pago
50/2011	PRIME - Consultoria E Serviços Especializados Ltda.	Lavagem	R\$ 195.385,82
03/2013	AUTO UNIÃO - Distribuidora E Comercio Ltda.	Manutenção	R\$ 90.942,80
66/2011	NUTRICASH - Serviços Ltda.	Combustível	R\$ 63.133,39
Total			R\$ 180.072,92

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

Como o MEC optou por realizar locação (terceirização) de veículos, não há plano de substituição da frota. A Norma Operacional nº 01, de 21 de junho de 2005, disciplina o uso do Serviço de Transporte oficial e terceirizado, do Ministério da Educação estabelecendo procedimentos e fixando responsabilidades e o controle da utilização dos veículos é realizado através do Sistema de Administração de Transporte (SAT), que permite o cadastro das solicitações de transporte, viabiliza o controle da quilometragem e a gestão dos serviços.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A legislação que rege a contratação de mão-de-obra terceirizada encontra amparo no parágrafo primeiro do art. 1º do Decreto nº 2.271/97, e tem como importância o atendimento das demandas dos serviços do MEC, interno e externos, com agilidade, tempestividade e presteza.

A seguir é apresentada a justificativa definida no Termo de Referência para contratação dos serviços, constante do Pregão Eletrônico nº 08/2011:

A contratação em questão é necessária para a melhoria do desempenho das atividades operacionais do MEC e se destinam a dar continuidade à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do MEC, levando em consideração que os cargos de Motorista Oficial encontram-se extintos e/ou em extinção, em virtude da Lei nº 9.632/98, o que impede a recomposição da força de trabalho por meio de concurso.

O nome da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte é Certa Serviços e Turismo Ltda – ME e seu CNPJ é 09.652.613/0001-88. A licitação efetuada foi o Pregão Eletrônico nº 08/2011 e o contrato celebrado é o nº 20/2011 – referente à prestação de serviços de locação de veículos aferidos por quilômetro rodado, incluindo combustível e motorista, devidamente habilitados para atender às necessidades do MEC no transporte do ministro, secretários e de servidores em serviço, em deslocamento no Distrito Federal e Entorno. A vigência do contrato é 28/3/2014, o valor original contratado foi R\$ 2.775.018,30 (dois milhões setecentos e setenta e cinco mil e dezoito reais, trinta centavos), valores pagos desde a contratação foram R\$ 5.155.842,48 (cinco milhões cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos, incluindo motoristas, está prevista no § 1º, do art. 1º, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, bem como foi disciplinada pela IN SLTI/MPOG nº 2/2008, por ser considerado serviço auxiliar, necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, portanto passível de terceirização, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades.

A importância da frota de veículos está relacionada à necessidade de atendimento das demandas do MEC, face sua distribuição de espaços, com seis imóveis em utilização, bem como o deslocamento de pessoas a destinos mais comuns, tais como: INEP, CAPES, CGU, TCU, FNDE, UNESCO, entre outros.

Os veículos são utilizados para circulação de produtos, informações, pessoas e para a distribuição de documentos e materiais. Os serviços contratados (terceirizados) são de extrema relevância, sendo destinados ao atendimento das autoridades do órgão e transporte de pessoal a serviço do Ministério da Educação.

A contratação desses serviços tornou-se necessária, pois o MEC não dispõe de viaturas oficiais suficientes e em condições de utilização para atender todos os serviços necessários ao Ministério da Educação, nem de pessoal em seu quadro para exercer a função de motorista para o atendimento desses serviços.

Devido à complexidade de manutenção dos veículos, bem como variáveis do tipo depreciação e inutilização, desde 2010, o MEC não adquire veículos para sua frota. Por isso, conforme anteriormente exposto, a partir de 2011, foi assinado contrato para prestação de serviços de locação de veículos aferidos por quilômetro rodado, no qual estão incluídos todos os custos associados à manutenção da frota.

O próximo quadro apresenta a quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação, bem como sua totalização por grupo e geral:

Quadro LXXIX – Quantidades de veículos por grupos

Item	Grupo de Veículo	Qt. de Veículos
1	Veículo de Representação	01
2	Veículo Institucional	09
3	Veículo de Serviços Comum	22

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

O próximo quadro apresenta a média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
Quadro LXXX - Média anual de quilômetros rodados

Item	Grupo de Veículo	Qt. de Veículos	Média anual de km rodado total
1	Veículo de Representação	01	33.275
2	Veículo Institucional	09	230.865
3	Veículo de Serviços Comum	22	610.782

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

No que tange à idade média anual, por grupo de veículos, cumpre citar: veículos de representação - 2 anos; veículos institucionais - 2 anos; veículos de serviço - 3 anos.

O controle da utilização dos veículos é realizado pelo Sistema de Administração de Transporte (SAT) que permite o cadastro das solicitações de transporte, viabiliza o controle da quilometragem, e a gestão dos serviços indicando os valores a serem pagos à empresa contratada para a prestação dos serviços de transporte.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

No que se refere ao item 6.2.d, ressalta-se que o documento utilizado como base para a elaboração do Relatório de Gestão, a Portaria—TCU N° 175, de 9/7/2013, que aprova a parte A do Anexo II da DN-TCU N° 127, de 15/5/2013, não faz menção ao referido item. Contudo na pág. 118, o texto informa: “O Ministério da Educação ocupa 6 (seis) edificações localizadas no Distrito Federal sendo classificadas como Edifício-Sede; Edifícios-Anexos I e II; Conselho Nacional de Educação; Centro de Treinamento do Ministério da Educação; Edifício-Garagem; e Depósito.” e na pág. 119, no quadro LXXXI, foi apresentado o quantitativo de imóveis – 6 (seis)– de responsabilidade patrimonial do MEC. Não havendo cessão/locação para terceiros.

Cumprir destacar que os subitens 6.2.3 e 6.3 não se aplicam ao MEC

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Ministério da Educação ocupa 6 (seis) edificações localizadas no Distrito Federal sendo classificadas como Edifício-Sede; Edifícios-Anexos I e II; Conselho Nacional de Educação; Centro de Treinamento do Ministério da Educação; Edifício-Garagem; e Depósito.

Quadro LXXXI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Distrito Federal	6	6
	Brasília	6	6
Subtotal Brasil		6	6
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

Quadro LXXXII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
150002	9701.17591.500.0	13	2	5.000,00	23/10/2013	988.437,11	Valor global mensal	Valor global mensal
150002	9701.17598.500.8	13	4	5.000,00	23/10/2013	115.010,15	Valor global mensal	Valor global mensal
150002	9701.19017.500.3	13	2	475.000,00	23/10/2013	987.948,92	Valor global mensal	Valor global mensal
150002	9701.17436.500.6	13	4	4.945,00	23/10/2013	226.874,29	Valor global mensal	Valor global mensal
150002	9701 32239.500-5	12	2	-	7/11/2012	40.701.075,54	Valor global mensal	Valor global mensal
150002	9701 17539.500-6	12	3	-	1º/03/2013	7.806.230,73	Valor global mensal	Valor global mensal
Total R\$							7.253.269,62	5.081.228,97

Fonte: SPIUnet

Obs.: As Licitações referentes às Reformas e Manutenção atendem a todos os edifícios do Ministério da Educação, não sendo possível a mensuração por imóvel.

Análise Crítica:

O Ministério da Educação ocupa 6 (seis) edificações localizadas no Distrito Federal sendo classificadas como Edifício-Sede; Edifícios-Anexo I e II; Conselho Nacional de Educação; Centro de Treinamento do Ministério da Educação; Edifício-Garagem; e Depósito.

No intuito de implementar a gestão dos recursos patrimoniais do MEC, está sendo feito o mapeamento da situação funcional de todos os prédios vinculados, bem como o cadastramento e atualização de informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Entre as demais medidas de melhoria, cumpre citar a proposição de agenda e formação de grupo de trabalho, para mapeamento, catalogação, registros no SPIUnet, capacitações, definição de rotinas e metodologias de trabalho, visando à manutenção e ao controle administrativo dos bens imóveis do MEC.

O Ministério da Educação possui o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de utilização dos seguintes imóveis:

a) RIP de Utilização 9701.19017.500-3:

Referente ao imóvel dos Edifícios-Anexo I e II do Ministério da Educação, localizado à Esplanada dos Ministérios, LT 05, área de Expansão – Lote 08, Brasília-DF.

b) RIP de Utilização 9701.17591.500-0:

Referente ao imóvel do Conselho Nacional de Educação – CNE, SGAS, Quadra 607, Módulo 50, Brasília-DF.

c) RIP de Utilização 9701.17598.500-8:

Referente ao imóvel do Centro de Treinamento do Ministério da Educação – CETREMEC, SGAS, Quadra 604, Lote 28, Brasília-DF.

d) RIP de Utilização 9701.17436.500-6:

Referente ao imóvel do Edifício-Garagem do Ministério da Educação, Setor de Garagens Norte, Lote A s/n, via N3, Brasília-DF.

O imóvel do Depósito e o imóvel do Edifício-Sede constam da Gerência Regional Patrimônio da União GRPU/DF (UG 170021), identificados pelos RIP: 9701 32239.500-5 e RIP: 9701 22787.500-3, respectivamente. Em outubro de 2013, foram enviados ofícios à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF) no sentido de regularizar os imóveis, com a efetivação da transferência de UG para o MEC (UG 150002), bem como os trâmites necessários para emissão do Termo de Entrega dos referidos imóveis.

Até o presente momento, não foi recebida resposta da SPU/DF quanto à regularização dos imóveis, abaixo listados:

a) Utilização Edifício-Sede – RIP: 9701 32239.500-5

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ministério da Educação (MEC) Brasília- DF.

b) Utilização Edifício-Depósito - RIP: 9701 17539.500-6

SIA, Trecho 3, Lote 120, Guará – DF – Este RIP faz referência ao Terreno composto por 8 lotes (1190, 1200, 1210, 1220, 1230, 1240, 1250 e 1260), sendo que o MEC utiliza apenas o imóvel localizado nos lotes 1190, 1200, 1210, sendo os outros imóveis de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), RIP de utilização: 9701 22787.500-3

Está sendo desenvolvido, por empresa contratada, o mapeamento de processos de modo que será possível apresentar uma metodologia de trabalho que possa identificar e prevenir antecipadamente possíveis riscos referentes à gestão de patrimônio, haja vista que registros incorretos no SPIUnet

dificultam o controle patrimonial. Visando à prevenção de riscos à estrutura física dos imóveis, a SAA celebra vários contratos para manutenção (elétrica e hidráulica), reformas, adequações, e seguros prediais, e tem desenvolvido medidas para a avaliação estrutural e projetos de segurança e combate a incêndio.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

As ações de gestão da tecnologia da informação, no âmbito da Secretaria Executiva, são executadas na sua totalidade pela Diretoria de Tecnologia da Informação e atende ao Ministério da Educação, administração direta.

Quadro LXXXIII – Gestão da Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10581&Itemid=
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Nos itens 2, 3 e 4, o documento faz referência ao exercício 2012. Foram considerados, nas respostas, os aspectos referentes ao ano de 2013.	

Análise Crítica

Quanto à DTI, importante ressaltar os seguintes aspectos relevantes à gestão da tecnologia da informação:

Em referência ao quesito 4 (*Em relação ao PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação ou instrumento congênere*) entende-se que o modelo do Planejamento Estratégico de TI do MEC 2012-2013 (Anexo IV) que abrange ações estratégicas da DTI, contempla as iniciativas do PDTI.

Este entendimento se baseia no Guia de Elaboração do PDTI do SISP v1.0 que diz em sua pág. 17:

“É importante ressaltar que o SISP não apresenta um modelo específico para PETI. Apenas apresenta um modelo de PDTI. Modelo esse que abrange, além do conteúdo tático característico desse tipo de documento, alguns elementos estratégicos, os quais, em princípio, seriam constantes de um PETI.

Essa ampliação de escopo foi necessária pois diagnosticou-se que grande parte dos órgãos integrantes do SISP não possuíam maturidade em planejamento para utilizar dois instrumentos distintos. Dessa forma, o modelo aborda elementos como missão, visão, valores e análise SWOT, tipicamente estratégicos, e também prevê projetos e ações necessários para o alcance dos objetivos da organização, o que é essencialmente tático. Todavia, não há impedimentos para que a organização, a medida em que aprimore suas práticas de planejamento, comece a utilizar instrumentos distintos - PETI e PDTI- para aprofundar e aperfeiçoar sua gestão de TI.”

Em 2013, houve alteração no modelo do PETI, passando a abordar temas estratégicos de TI de modo que as ações táticas/operacionais estarão contempladas no PDTI 2014-2016.

Cumprir destacar a estruturação da Coordenação de Governança de TI - CGOV, que tem auxiliado a DTI nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão de TI.

O alinhamento estratégico entre o MEC, as Autarquias (CAPES, FNDE e INEP) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH permite que as ações em comum possam ser compartilhadas e otimizadas, assim, economizando tempo, diminuindo custos e padronizando tecnologias.

Objetivando o cumprimento dos normativos emanados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foram aprovadas 27 normas pelo Comitê de Segurança da Informação.

As ações acima citadas contribuíram para o aumento da maturidade dos processos internos e da Governança de TI do MEC.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro LXXXIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					x
	Nos editais dos certames licitatórios do MEC, há a exigência da apresentação da(e) Declaração(ões) e Certidão(ões) pertinentes aos órgãos competentes para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, Resoluções CONAMA (no que couber), além de outras exigências tratada conforme a singularidade do objeto a ser contratado.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Sim. Conforme já descrito anteriormente, com as exigências dos documentos acima, o MEC tem envidado esforços para a contratação/aquisição de bens que utilizem de forma sustentável os recursos naturais com menor consumo de energia, matéria-prima e quando possível utilizando conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis). No tocante a este questionamento, informa-se que o contrato nº 39/2011-MEC, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza onde se tem o maior percentual de utilização de produtos de limpeza há cláusula específica que faz esta exigência, literalmente, “<i>Manter critérios especiais para aquisição</i>” e uso de produtos biodegradáveis, que deverão conter marca de conformidade (INMETRO ou similar) e estar devidamente registrados no Órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (artigos 14 e 15 do Decreto 79.094, de 05 de janeiro de 1997, que regulamenta a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976).”				x	

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? • Certificação do INMETRO sobre produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; • ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, certificações da constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável; • ROHS, concentração de substâncias perigosas acima da recomendada; • Orientação para as licitações observarem e respeitarem as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos; • Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; e • Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.	☐ ☐ ☐ ☐ ☒
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	☐ ☐ ☐ ☐ ☒ O MEC firmou no exercício de 2012 os contratos nº 60 e 61/2012, ambos vigentes, cujos objetos, respectivamente são, manutenção hidráulica e manutenção elétrica predial e nestes contratos há cláusulas específicas que colaboram para a redução de consumo de água e energia: “(…) 3. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; 4. Os bens a serem fornecidos para o cumprimento dos serviços deverão ser

	preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; 5. A CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada na realização dos serviços, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; (...)” Além disso, cumpre ressaltar que todas as torneiras no MEC são automatizadas o que reduz o consumo de água, bem como todas as luminárias são fluorescentes e apresentam menor consumo energético.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<table><tr><td></td><td></td><td>x</td><td></td><td></td></tr></table> Em que pese à afirmação negativa, encontra-se em curso a instrução de Termo de Referência que tem em sua listagem diversos itens sustentáveis com as exigências de fabricação que causem menor impacto ambiental.			x		
		x				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<table><tr><td></td><td></td><td>x</td><td></td><td></td></tr></table> Considerando que os serviços passíveis de reutilização, ou reabastecimento (refil e/ou recarga), normalmente, são executados sem a autorização dos fornecedores, ou seja, num mercado paralelo/ilegal este			x		
		x				

	administração considerando as exceções opta por não contratar estes serviços.				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). Em função das exigências cobradas nos editais, os resíduos e entulhos são destinados a local próprio, pois é outro requisito da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 que este órgão atende. Ressalta-se também a Coleta Seletiva Solidária, instituída pela Portaria nº 763/2013 a Comissão da Coleta Seletiva do Ministério da Educação, a qual, por meio do Edital de Habilitação nº 01/2013 promoveu a habilitação de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para fins de coleta dos resíduos recicláveis descartados nos Edifícios do MEC.					x
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. Está em fase de elaboração, o Plano de Logística Sustentável que passará a adotar políticas mais intensas de conscientização do consumo sustentável, bem como a adoção de melhores práticas na utilização de recursos.			x		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					x
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Materiais e resíduos recicláveis utilizados nos serviços e obras contratadas por este Ministério são adquiridos e descartados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG. Entre os requisitos para aquisição dos produtos está o de sustentabilidade ambiental ou que causem menor impacto ambiental em relação aos similares e certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Os resíduos e entulhos são destinados a local próprio conforme estabelecido pela resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, sob responsabilidade da Contratada, no prazo máximo de 24 horas após a conclusão dos serviços. Todos os resíduos e entulho removidos são acompanhados, pela contratada, em conformidade com as Normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas de Resíduos. As Empresas Contratadas devem ter um Projeto de Gerenciamento de Resíduos provenientes dos serviços executados, atendendo às Normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002.					x
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Atendendo ao Decreto nº 5.940/2006 e visando implantar a Coleta Seletiva Solidária, foi instituída pela Portaria nº 763/2013 a Comissão da Coleta Seletiva do Ministério da Educação, a qual, por meio do Edital de Habilitação nº 01/2013 promoveu a habilitação de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para fins de coleta dos resíduos recicláveis descartados nos Edifícios do MEC. Ao final de 2013, foram habilitadas 4 (quatro) Associações/Cooperativas, sendo elas: (i) Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos do DF – RECICLO; (ii) Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis com Formação e Educação Ambiental do Recanto das Emas – SUPERAÇÃO; (iii) Associação dos Agentes Ecológicos da					x

Vila Planalto - AGEPLAN; e (IV) Associação de Recicladores de Resíduos Sólidos da Candangolândia. As atividades de separação e destinação dos resíduos recicláveis serão iniciadas no 1º semestre de 2014, sendo válido esclarecer que o contrato de limpeza e conservação, vigente realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados no Ministério.					
Considerações Gerais: Respondido por meio do Relatório de Gestão da CGCC.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Ministério da Educação participa de Programas voltados para sustentabilidade desde 2008, quando da adesão ao Programa de Eficiência do Gasto – PEG (2008 a 2011), o qual visava à melhora da qualidade do gasto público sendo acordadas metas de gasto e elaborados planos de ações. As principais despesas trabalhadas foram: energia elétrica; telefone; e vigilância.

Em novembro de 2012, o MEC aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), adotando um modelo de gestão organizacional e de processos voltados para ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração, trabalhando na gestão eficiente dos gastos com água e esgoto; energia elétrica; telefonia; vigilância; e limpeza e conservação.

O PES foi criado por meio do Acórdão nº 1752/2011 – TCU, o qual reuniu programas sustentáveis como o PEG, Programa de Eficiência do Gasto; o Procel, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica; a Coleta Seletiva Solidária e o A3P, Agenda Ambiental na Administração Pública. Além da preocupação com o meio ambiente, o programa tem como objetivo melhorar a qualidade do gasto público e aperfeiçoar a prestação de bens e serviços aos cidadãos. Segundo o secretário-adjunto

O Ministério vem aprimorando a utilização de práticas sustentáveis, tentando desenvolver nos últimos anos atividades, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de gestão bem como na conscientização de seus servidores/colaboradores quanto as ações para redução dos gastos e otimização de recursos.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacou-se o mapeamento de práticas inovadoras implementadas nas áreas de administração e planejamento; levantamento das melhores práticas; inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental nos Termos de Referência para efetivação de licitações; manutenção e aprimoramento das redes elétrica e hidráulica dos prédios sob responsabilidade do MEC.

Quadro LXXXV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Projeto Esplanada Sustentável		2012		Conscientização dos servidores; redução no consumo de energia, água e papel; aprimoramento dos sistemas de controle e gestão de gastos; eficácia nos procedimentos licitatórios, melhorias nos procedimentos e rotinas administrativas; cumprimento de metas.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	7.931.950	20.570.576	19.462.162	R\$ 134.807,00	R\$ 171.977,98	R\$ 162.025,33
Água	59.011	52.098	52.257	R\$ 996.646,69	R\$ 801.868,00	R\$ 665.995,31
Energia Elétrica	35.947	32.565	33.024	R\$ 3.194.352,79	R\$ 2.893.845,92	R\$ 2.934.610,34
			Total	R\$ 4.325.806,48	R\$ 3.867.691,90	R\$ 3.762.630,98

Fonte: Relatório de Gestão da CGRL, 2013

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

No período, não ocorreram deliberações do TCU.

Quanto ao item 9.3, o Ministério da Educação não possui unidade de auditoria interna, e sim uma Assessoria Especial de Controle Interno – AECl.

9.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no âmbito da Secretaria Executiva no exercício de 2013.

Em relação ao Órgão de Controle Interno-OCI foram atendidas, no exercício, pela SPO e Gabinete da Secretaria Executiva, a Solicitações de Auditoria nºs 20306175/001, 20306188/001 e 201306188/002, expedidas pela Controladoria Geral da União-CGU e foram respondidas por meio dos Ofícios nºs 33/2013-GAB/SPO/SE/MEC e 572/2013-GAB/SE/MEC.

As declarações de bens e rendas são de competências da SAA. A SPO não utiliza os SIASG e SICONV.

Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O Quadro abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações Expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Quadro LXXXVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Educação			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201306188	1.2.3	Ofício nº 19583/2013/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação: Que a Unidade, promova a atualização de seu PDTI, objetivando a inclusão, dentre outros que julgar pertinente e/ou necessário, de todos os itens, quesitos e aspectos elencados no Guia de Elaboração de PDTI do SISP, definindo de forma mais real possível o caminho a ser percorrido pelo Órgão com vista ao atingimento dos objetivos e das metas estabelecidas, de forma clara, efetiva, integrada e alinhada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação:			Código SIORG
Coordenação de Governança			
Síntese da Providência Adotada:			
Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (período 2014-2016).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Plano Diretor de TI está em fase de elaboração com previsão de término para abril de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Escassez de recursos humanos para elaboração do PDTI bem como a demora na conclusão do procedimento licitatório			

No que se refere ao subitem 9.1.2, não constam deliberações do TCU pendentes de Atendimento ao Final do Exercício. A SAA não possui unidade de auditoria interna, item 9.3.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro LXXXVII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA					8928
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-009357/2000-0				
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					73839
Descrição da Deliberação					
Solicita providências para que fosse dada ciência ao servidor					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhada carta ao servidor					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido.					

Quadro LXXXVIII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA					8928
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC-030034/2010-8	2515/2011-Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					73839
Descrição da Deliberação					
Cópia dos laudos periciais de pensionistas e solicitação para que seja dada ciência a pensionistas					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhada cópia dos laudos emitidos por junta médica e também notificação a pensionistas através de carta					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido.					

Quadro LXXXIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA					8928
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 016439/2013-9				
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.					73839
Descrição da Deliberação					
Esclarecimento acerca da parcela de opção incluída nos proventos e situação funcional					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica					
Síntese da Providência Adotada					
Houve erro no preenchimento do sistema SISAC, mas não temos condição de efetivar a correção, pois o ato não está disponível para edição do gestor de pessoal. Quanto à situação funcional – alteração do órgão – pois através de determinação judicial a servidora teve sua aposentadoria transferida para o Ministério da Fazenda.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
atendido					

Quadro XC- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA					8928
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 017315/2004-8	3872/2013 - TCU 2ª			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					73839
Descrição da Deliberação					
Registrar novo ato de concessão no SISAC, livre das irregularidades apontadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica					
Síntese da Providência Adotada					
Apesar da aposentada está vinculada à UNIR, registramos novo ato no SISAC, tendo em vista que foi este Ministério que concedeu a aposentadoria.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A aposentada foi redistribuída deste Ministério para a UNIR em março de 1999, apesar disto esta Pasta a aposentou em junho do mesmo ano, e fez o registro do SISAC inicial, o que gerou duvidas na competência, dos órgãos envolvidos, para a correção das irregularidades apontadas.					

Quadro XCI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA					8928
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 043001/2012-2	6104/2013 TCU 2ª			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					73839
Descrição da Deliberação					
Determina cassação da pensão tendo em vista o julgamento ilegal dessa concessão.					
Providências adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica					
Síntese da Providência Adotada					
Pagamento da beneficiária de pensão excluído					
Síntese dos Resultados Obtidos					
atendido					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício
Quadro XCII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1			Diligência nº 2012/1317/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Justificativa para a acumulação de cargos, TAE neste Ministério e Professor com DE na UFAL.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos a CGU que não havia acumulação pois a citada estava aposentada nos dois vínculos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			

Quadro XCIII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA	8928

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2			Diligência nº 2012-1320-DP/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Inclusão de vantagens e preenchimento dos sistemas SIAPE e SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
A concessão da aposentadoria foi retificada, com a exclusão do art. 192, e foram efetivas as correções apontadas no SIAPE e SISAC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A concessão original foi efetivada pela extinta representação deste Ministério, o que dificultou a localização das informações necessárias para a regularização do ato.			

Quadro XCIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3			Diligência nº 2012/1133/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Solicitação de documentos, retificação do ato de concessão da pensão e esclarecimentos sobre o fundamento da aposentadoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Os documentos solicitados foram juntados, o ato de concessão da pensão foi retificado e esclarecemos que o fundamento da aposentadoria foi indevidamente alterado, para invalidez, quando o ex-servidor solicitou a isenção de imposto de renda.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			

Quadro XCV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

4		Diligência nº 2012/1318/DPPCE/SFC/CG U/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas		73839
Descrição da Recomendação		
Correção da incorporação de função (quintos)		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica		
Síntese da Providência Adotada		
Esclarecemos as incorporações existentes, com a juntada das portarias de nomeações /exonerações e a elaboração do mapa de funções exercidas.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Atendido.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
No momento da concessão não foi observado à necessidade da juntada dos documentos referente às funções incorporadas.		

Quadro XCVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5			Diligência nº 2012-1460-DP/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Juntada de documentos (certidão de nascimento atualizada e declaração de acumulação, ou não, de pensão), e a retificação do ato de concessão de pensão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Juntamos a declaração de acumulação, enquanto pedimos reconsideração da solicitação da certidão atualizada, visto que em nada alteraria a relação pai/filho, pois a pensão é por invalidez, também retificamos o ato de concessão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			

Quadro XCVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA	8928
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6			Diligência nº 2012-1481-DP/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Correção no preenchimento do SISAC, e retificação do ato de aposentadoria do ex-servidor contemplando a EC nº 70/2012, com a finalidade de garantir paridade a pensão concedida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Corrigimos o SISAC e esclarecemos da impossibilidade de alteração do fundamento de aposentadoria do ex-servidor, pois o mesmo aposentou-se por invalidez em 3/10/1983, fora do período determinado pela EC nº 70, que é para aposentadorias concedidas a partir de 1º/01/2004.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			

Quadro XCVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7			Diligência nº 1087/2012/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Correção do SISAC			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Correções efetivadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Inexperiência no manuseio do SISAC.			

Quadro XCIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8			Diligência nº 2013/62/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Continuação da Diligência 2012-1320, sobre a incorporação de vantagens (art. 2º e 3º da Lei nº 8.911/93) na aposentadoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Lembramos que as correções foram efetivas na diligência anterior, e que a vantagem dos quintos é paga na forma do art. 62, a da Lei nº 8.112/90, como VPNI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			

Quadro C - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9			Diligência nº 2013-83/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Questiona o tempo de contribuição apurado para a concessão de aposentadoria, tendo em vista as ocorrências de afastamento da servidora.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Esclarecemos que os únicos afastamentos identificados da servidora foram com base no art. 202 da Lei nº 8.112/90, entretanto o sistema SIAPE estava com o cadastro errado, e o corrigimos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Atendido.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Falta de atualização do cadastro de afastamento (licenças médicas) da servidora no momento correto, causou o questionamento, e para o atendimento da diligência a busca destas informações nos arquivos é muito mais complicada.

Quadro CI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10			Diligência nº 2013-81/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Observação do redutor de 30%, previsto na Lei nº 10.887/2004.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Identificamos que na concessão do benefício não havia sido observado a questão do redutor, revisamos os cálculos e ajustamos o benefício.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Benefício concedido pela extinta representação deste Ministério, o que dificultou a localização das informações necessárias.			

Quadro CII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11			Diligência nº 2013-115/DP/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Questiona as funções incorporadas – quintos.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica	
Síntese da Providência Adotada	
Elaboração de mapa de funções exercidas e a correção dos sistemas SIAPE e SISAC quanto a essas funções.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendido.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
No momento da concessão não foi observado à necessidade da juntada dos documentos referentes às funções incorporadas.	

Quadro CIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12			Diligência nº 2012-959/DPPCE/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.			73839
Descrição da Recomendação			
Esclarecimento a respeito do art. 192 da Lei nº 8.112/90, e da ocorrência de aposentadoria por invalidez.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
A respeito da vantagem do art. 192, verificamos que ela havia sido concedida ao servidor no momento de sua aposentadoria, mas não foi lançada no sistema de pagamento SIAPE, corrigimos tal divergência. Sobre a ocorrência de aposentadoria por invalidez, sendo que a aposentadoria foi voluntária, esclarecemos que o fundamento da aposentadoria foi indevidamente alterado, para invalidez, quando o ex-servidor solicitou a isenção de imposto de renda.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Benefício concedido pela extinta Representação deste Ministério, o que dificultou a localização das informações necessárias.			

Quadro CIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

13		Diligência nº 2013-129/DP/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas		73839
Descrição da Recomendação		
Correção no preenchimento do SISAC.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica		
Síntese da Providência Adotada		
As correções solicitadas foram efetivadas.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Atendido.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Inexperiência no manuseio do SISAC.		

Quadro CV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14			Diligência nº 2013-192/DP/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Descrição da Recomendação			
Esclarecimento sobre o valor do benefício de pensão e correção do SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica			
Síntese da Providência Adotada			
Esclarecemos que o valor do benefício é razão do disposto na Lei nº 10.887/2004, e efetivamos as correções solicitadas no SISAC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Inexperiência no manuseio do SISAC.			

Quadro CVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
012	201306188/001	12	Ofício nº 12224/2013-CGU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	8928
Descrição da Recomendação Informar a existência de normativos internos que regulam o registro de informações disciplinares no sistema CGU-PAD pela Unidade, apresentando-os, sendo o caso.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	118415
Síntese da Providência Adotada Elaboração da Política de Uso	
Síntese dos Resultados Obtidos Cadastramento de Processos Administrativos Disciplinares/Sindicância	

Quadro CVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
015	201306188/001	15	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação Extraírelatório diretamente do sistema CGU-PAD, contendo a listagem de todos os processos disciplinares instaurados na Unidade, contendo, pelo menos, o número do processo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Síntese da Providência Adotada Foi extraído o relatório e entregue à Equipe de Auditoria.			

Quadro CVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
013	201306188/001	13	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação Apresentar relação de todos os processos administrativos disciplinares, instaurados na Unidade, encerrados ou em curso, contendo, pelo menos, o número do processo e a data da instauração.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	8928
Síntese da Providência Adotada Foi entregue à Equipe de Auditoria a relação dos processos. Após a publicação da Portaria nº 788/2013-GM, todos processos foram encaminhados ao Núcleo para Assuntos Disciplinares.	

Quadro CIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	201306175	4.1.2.1.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação 1-Que a Unidade promova ações de capacitação de servidores para operar o sistema SISAC. 2-Que a SAA estabeleça rotina de controle tempestivo dos prazos estabelecidos pelo artigo 7º da IN TCU nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Síntese da Providência Adotada 1- Os servidores da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas participaram de oficina no Tribunal de Contas da União, em 24 de setembro de 2013. 2- Foram criadas rotinas de controle dos prazos estabelecidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos Servidores capacitados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor A pouca disponibilidade de cursos ou oficiais, sobre o tema, pelo TCU.			

Quadro CX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201109267	2.1.7.1.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação 1- Os servidores deverão fazer opção pelo provento de uma das aposentadorias/pensão que lhe foram concedidas. Caso contrário, o MEC terá de suspender o pagamento da aposentadoria/pensão concedida ao citado servidor, tendo em vista a ilegalidade constatada na realização dessas despesas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			73839
Síntese da Providência Adotada			

A aposentada teve seus proventos suspenso, em setembro de 2013, até a conclusão do processo de acumulação ilegal de cargo.

Síntese dos Resultados Obtidos

Trata-se de acumulação ilegal de aposentadoria, cujo processo foi encaminhado em 20/12/2011 para abertura de processo disciplinar.

Quadro CXI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
010	201306175	4.2.1.4	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1 – Para os servidores/pensionistas que assinaram Termo de Opção em Maio/201, e considerando a irretroatividade financeira do mesmo (na forma da Lei nº 12.277/2010, art. 20, parágrafo único), apurar os valores recebidos indevidamente antes da assinatura do Termo e proceder aos descontos tendentes ao ressarcimento ao erário (apresentar comprovação). 2 – Suspender os pagamentos que estiverem sendo realizados conforme a Estrutura Remuneratória Especial para os servidores/pensionistas que não firmaram Termo de Opção; enquadrar tais pagamentos no Plano de Carreira /Cargos do qual faziam parte antes da promulgação da Lei 12.277/2010. Apurar os valores recebidos indevidamente e proceder aos descontos tendentes ao ressarcimento ao erário (apresentar comprovação).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.			73839
Síntese da Providência Adotada			
1 – Todos os aposentados e pensionistas foram notificados para apresentarem o termo de opção, entregue na época do enquadramento, ou um novo termo de opção, com a ressalva de que a opção não poderia gerar nenhum efeito retroativo. Os que apresentaram os termos de opção datados da época, não tiveram nenhuma alteração. Os que apresentaram novos termos de opção foram mantidos na estrutura remuneratória, mas tiveram que repor ao erário os valores recebidos até então. Ainda, os que não apresentaram nenhum termo de opção foram retirados da estrutura diferenciada, e tiveram a reposição ao erário já lançadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todos os aposentados e pensionistas que recebem seus benefícios, com base na Lei nº 12.277/2010, estão de acordo com as exigências legais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato de que todos os aposentados e pensionistas, que tiveram problemas com o termo de opção, serem oriundos da extinta Remec/RJ dificultou a correção dos dados, pela falta de informações nos arquivos.			

Quadro CXII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
021	201306175	4.2.1.5	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928

Descrição da Recomendação 1-Que a SAA apresente Parecer contendo o entendimento do órgão de assessoria jurídica do MEC em relação ao fato, sem prejuízo do eventual ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente pela pensionista matrícula 00639966.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	73839
Síntese da Providência Adotada A demanda foi encaminhada a CONJUR para pronunciamento.	
Síntese dos Resultados Obtidos A CONJUR emitiu o Parecer nº 1599/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU opinando pela impossibilidade da cobrança dos valores pagos à citada pensionista, nos benefícios das pensionistas remanescentes, como sugerido pela CGU.	

Quadro CXIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201306175	2.1.1.3	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Gabinete do Ministro			8928
Descrição da Recomendação 1-Regulamentar a estruturação e as atribuições do setor responsável pelos PADs e Sindicâncias no âmbito do MEC. 2-Implementar estrutura de pessoal suficiente e capacitada para realizar as atividades relativas aos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Especial de Controle Interno			
Síntese da Providência Adotada Aprovação da Portaria pelo Senhor Ministro. Publicação da Portaria Ministerial criando o Núcleo para Assuntos Administrativos na Assessoria Especial de Controle Interno. Implementado.			
Síntese dos Resultados Obtidos Núcleo implementado. Foram capacitados 56 servidores de diversos órgãos vinculados, sendo 11 do MEC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Setor estruturado com apoio dos dirigentes.			

Quadro CXIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
014	201306188-001	14	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
Apresentar a estrutura de pessoal e tecnológica disponível na Unidade para gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Especial de Controle Interno			124239
Síntese da Providência Adotada			
A partir do mês de agosto, por meio da Portaria nº 788/2013-GM, de 23/8/2013 foi instituído o Núcleo para Assuntos Disciplinares.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Servidores capacitados			

Quadro CXV- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201115248	1.1.1.1.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1-Tendo em vista a falta de previsão legal, inserir no Manual de Procedimentos do Comitê de Eventos, assim como em futuros editais de licitação (e seus termos de referência) de igual objeto, a vedação de solicitação, orçamentação e pagamento de itens não registrados na ata de preços, instruindo, sendo o caso, para a utilização de procedimento licitatório específico ou a contratação direta, quando for possível o enquadramento nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa			118415
Síntese da Providência Adotada			
O gestor do contrato e o Comitê de eventos não autorizam utilizar itens não registrados na ata de preços.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Utilização apenas dos itens registrado na ata.			

Quadro CXVI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	201115248	1.1.1.3.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1-Padronizar os procedimentos para análise e aprovação dos orçamentos iniciais e dos Relatórios Consolidados dos Serviços Prestados apresentados pela empresa prestadora de serviços de eventos, inserindo-os no Manual de Procedimentos do Comitê de Eventos e estendendo a obrigatoriedade de seu atendimento a todas as Unidades Demandantes desses serviços. Contemplar, dentre outras ações que julgar cabíveis, as seguintes: - Estabelecimento do objetivo das análises e das aprovações, deixando clara a importância de tais atos e a possibilidade de responsabilização do servidor na ausência de tais atos ou em casos de falha evidente decorrente de análise precária; - Estabelecimento formal de fiscal ou de outra figura responsável para a execução desses procedimentos; - Determinação da verificação, item a item, da adequação dos preços utilizados nas planilhas com os registrados em ata, considerando a localidade da realização do evento e as especificações dos itens; - Determinação da verificação, item a item, da adequação dos quantitativos estabelecidos nas planilhas, considerando o termo de referência apresentado pela Unidade Demandante, no caso dos orçamentos iniciais, e a prestação de contas da empresa e o relatório do fiscal do contrato, no caso dos Relatórios Consolidados dos Serviços Prestados; - Determinação da obrigação de questionamento da empresa sobre qualquer dúvida levantada ou divergência detectada; - Determinação de recusa de pagamento dos itens questionados sem a apresentação, pela empresa promotora de eventos, das devidas justificativas; - Determinação de emissão de despacho emitindo parecer, com anuência da chefia, sobre a análise realizada; - Determinação de juntada ao processo de cópia de toda a comunicação efetuada com a empresa, com os participantes/convidados e entre as Unidades/Secretarias envolvidas, que tenham como objeto eventuais alterações de itens ou quantitativos que impactem a execução física e financeira do evento. 2- Para cada evento, de forma cronológica e tempestiva, instruir o processo com a Proposta de Serviços apresentada pela empresa, com sua Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente datada e assinada, para análise e providências da Unidade Demandante, assim como instruir o processo com pronunciamento formal sobre a adequação orçamentária e sobre a adequação dos itens constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços (quantitativos e valores), inserindo novamente esses documentos, atualizados, em caso de eventuais alterações do primeiro, e mantendo, para fins de preservação do histórico, os anteriores. 3- Para cada evento, cuidar para que o processo esteja instruído com a Proposta de Serviços devidamente atualizada antes da realização do evento, de forma a permitir seu acompanhamento por parte da fiscalização da Unidade Demandante e dos órgãos de controle. 4- Avaliar a possibilidade de implementar no sistema SIMEC a inserção das Propostas de Serviços apresentadas pela empresa (Planilhas de Custos e Formação de Preços) de forma a mantê-las ali disponíveis para consultas e			

acompanhamentos , atentando para a manutenção das eventuais versões anteriores previamente inseridas, em caso de modificações, observando os termos das recomendações 2) e 3). 5-Inserir os procedimentos advindos das recomendações 3) a 5) no Manual de Procedimentos do Comitê de Eventos, nos termos da recomendação 1.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa	118415
Síntese da Providência Adotada	
Todas as ações foram realizadas com base na Norma Operacional nº 01/2013, que anualmente será revisada com a finalidade de manter atualizados os procedimentos e atribuições.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A instrução processual da realização dos eventos melhorou de acordo com as providências adotadas e o SIMEC mantém atualizadas as informações do fluxo.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A dificuldade dos fiscais de eventos em documentar todos os procedimentos, desde o projeto básico até a prestação de contas, ocasiona ausência de informações importantes que podem justificar fatos relevantes no processo da realização do evento.	

Quadro CXVII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	201115248	1.1.1.4.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1- Tendo em vista a padronização dos procedimentos para análise e aprovação dos orçamentos iniciais e dos Relatórios Consolidados dos Serviços Prestados, recomendada no item 1.1.1.3 deste relatório, contemplar, dentre as ações sugeridas, a seguinte: - Conferência das categorias dos hotéis declarados nas planilhas, cabendo à empresa prestadora de serviços de eventos a comprovação da classificação oficial dos meios de hospedagem; 2-Tendo em vista a necessidade de comprovação da classificação oficial dos meios de hospedagem e tendo em vista que, por serem finitos, os meios de hospedagem contratados necessariamente, em algumas localidades, se repetirão ao longo do tempo, criar um banco de dados (dinâmico e periodicamente renovável) com as classificações já efetivamente comprovadas pela empresa, dispensando a necessidade de repetição da comprovação da classificação desses locais, guardando, para fins de consulta e comprovação, os documentos apresentados para a comprovação dessas classificações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa			118415
Síntese da Providência Adotada			
Os fiscais de eventos foram orientados a solicitar ao próprio hotel documentos que comprovem sua categoria e consultar o site: http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/pesquisarClassificados			
Síntese dos Resultados Obtidos			
É muito difícil obter a comprovação da categoria do hotel.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foi identificado ainda um instrumento de consulta confiável e completo para consulta. A ferramenta do Ministério do Turismo não atende plenamente às necessidades de acompanhamento contratual do MEC. Tudo isso dificulta atender a recomendação de comprovar a categoria do hotel.

Quadro CXVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
008	201115248	1.1.1.7.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
<i>1- Padronizar os procedimentos e o entendimento dos itens necessários para a composição dos processos de execução dos serviços de eventos contratados, inserindo-os no Manual de Procedimentos do Comitê de Eventos e estendendo a obrigatoriedade de seus atendimentos a todas as Unidades Demandantes desses serviços, observando sempre a cronologia dos documentos e a tempestividade na anexação deles ao processo. Contemplar, dentre outras que julgar cabíveis, e registrando as que já são regularmente efetuadas, as seguintes ações:</i> <i>Juntada dos seguintes documentos:</i> <i>- Solicitação de Abertura de Processo datado e assinado;</i> <i>- Deliberação sobre a aprovação do evento pelo Comitê de Eventos e cópia do veículo de publicação dessa deliberação (Diário Oficial, Boletim Interno...);</i> <i>- Documentos eventualmente emitidos pelo Comitê de Eventos quando da aprovação do evento;</i> <i>- Projeto Básico/Termo de Referência do evento, datado e assinado (discriminando o nome e cargo do assinante), contendo os itens já existentes hoje: Objeto, Justificativa, Objetivos, Público-Alvo, Material Para os Participantes, Descrição dos Temas, Infraestrutura Necessária, Programação, Dotação Orçamentária; e adicionando outros como: Fiscal Designado e seu Substituto (nomes e CPF), Responsável pelo Atesto dos serviços (no caso de não ser o Fiscal; nome e CPF), Outros Órgãos ou Empresas Colaboradoras (discriminar detalhadamente a participação de cada um deles na consecução do evento, relacionando, inclusive, os recursos financeiros acordados), Relação dos Palestrantes; Orçamento e a Planilha Orçamentária emitida pela Unidade Demandante;</i> <i>- Relação de todos os participantes do evento com, pelo menos, os seguintes dados: nome completo, cargo, nome do órgão ou da empresa, cidade de origem e contatos (preferencialmente e-mail e/ou telefone).</i> <i>- Comprovação de envio dos convites aos participantes (preferencialmente cópia dos e-mails), sempre que viável;</i> <i>- Observar a quantidade de participantes convidados para o evento, informando à empresa, tempestivamente, eventuais inclusões e exclusões a fim de evitar solicitação de hospedagem para desistentes, não confirmados e outros, incorrendo em pagamento de apartamento sem o efetivo uso.</i> <i>- A programação do evento deverá prever, prioritariamente, a utilização de instalações, materiais e equipamentos do MEC, exceto nos casos de comprovada indisponibilidade ou inviabilidade técnica.</i> <i>- Documento da empresa prestadora de serviços de eventos, datado e assinado (discriminando o nome e cargo), encaminhando, nos termos do item 5.4 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico Nº 72/2009, 03 (três) propostas,</i>			

equivalentes, de local para realização do evento, juntamente com a proposta de preços finais (apresentando a composição dos preços), para que a Unidade Demandante opte pela que melhor se encaixa ao perfil do evento solicitado. Não sendo possível enviar três propostas de local, a Contratada deverá apresentar comprovações de tentativas de negociação que foram negadas por, pelo menos, 05 (cinco) estabelecimentos;

- Para o item anterior, apresentar cópia de todos os e-mails encaminhados pela empresa prestadora de serviços de eventos aos estabelecimentos consultando disponibilidade e solicitando suas propostas;

- Despacho/comunicação da Unidade Demandante direcionada à empresa prestadora de serviços de eventos declarando a proposta escolhida para a realização do evento;

- Proposta de Serviços, datada e assinada (discriminando o nome e cargo), encaminhada pela empresa prestadora de serviços de eventos, apresentando de forma clara e objetiva as justificativas para as eventuais modificações realizadas nos itens e quantitativos solicitados pela Unidade Demandante;

- Análise crítica, por parte da Unidade Demandante, da Proposta de Serviços encaminhada, solicitando explicações para itens duvidosos, solicitando a retirada de itens ou alteração de quantitativos dos quais discorda, cancelando a solicitação de prestação de serviços, ou, por fim, emitindo despacho direcionado à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MEC solicitando, com ou sem ressalvas, a emissão da competente Ordem de Serviço à empresa, inserindo cópia de todas as comunicações no processo;

- Nova Proposta de Serviços, atualizada de acordo com a crítica efetuada pela Unidade Demandante, datada e assinada (discriminando o nome e cargo), no caso de alterações do documento;

- Ordem de Serviço autorizativa da execução dos serviços emitida pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MEC, com comprovação de recebimento por parte da empresa;

- Cópia da Nota de Empenho;

- Documentos e expedientes a respeito de quaisquer alterações quantitativas e/ou qualitativas na Proposta de Serviços, ainda que sem impacto financeiro, incluindo a ciência/concordância da outra parte;

- Quaisquer outros documentos necessários para a composição do processo antes da efetiva execução da prestação de serviços;

- Prestação de contas do evento pela empresa prestadora dos serviços;

- Lista de hóspedes (também em formato digital);

- Lista de presença (nome e assinatura) dos participantes, discriminada por turno. Original, cópia autenticada ou cópia atestada pelo fiscal do contrato (carimbo de conferência e assinatura/rubrica);

- Relação(ões), necessariamente emitidas pelo(s) hotel(is), da entrada e saída dos hóspedes (participantes do evento), contendo, minimamente, nome do hóspede, número do apartamento, tipo de apartamento, data de check-in e data de check-out. Original(is), cópia(s) autenticada(s) ou cópia(s) atestada(s) pelo fiscal do contrato (carimbo de conferência e assinatura/rubrica);

- Nota(s) fiscal(is) emitida(s) pelo(s) meio(s) de hospedagem utilizado(s);

- Comandas de realização dos serviços, inclusive de alimentação, atestadas pela coordenação do evento ou planilha demonstrativa dos serviços utilizados no evento. Originais, cópias autenticadas ou cópias atestadas pelo fiscal do contrato (carimbo de conferência e assinatura/rubrica);

- Relação de ligações telefônicas, sendo o caso;

- *Tickets de almoço e jantar assinados pelos participantes, se viável. Originais, cópias autenticadas ou cópias atestadas pelo fiscal do contrato (carimbo de conferência e assinatura/rubrica);*
- *Nota fiscal com a descrição dos serviços prestados, a discriminação do(s) preço(s) e dos tributos recolhidos, assim como o devido atesto dos serviços prestados pelo fiscal (ou outro servidor designado para o ato) com suas eventuais considerações (ou com referência a eventual documento anexo contendo considerações a respeito da nota fiscal);*
- *Cópia de todas as notas fiscais relativas aos serviços subcontratados pela empresa organizadora, de forma a possibilitar a identificação das despesas executadas;*
- *Juntada ao processo de material impresso (folders, relatórios etc.) distribuído no evento, e/ou gerado por ocasião do evento;*
- *Registro fotográfico do evento da forma mais completa possível, gravando nas fotos as datas em que foram tiradas, objetivando a visualização do evento e de seus espaços, a comprovação do fornecimento de itens relevantes, a disponibilização dos recursos humanos e dos equipamentos contratados;*
- *Quaisquer outros documentos necessários para a composição do processo para a comprovação da efetiva execução da prestação de serviços de eventos;*
- *Liquidação das despesas - Análise a fim de atestar os serviços prestados nos termos da recomendação 1) da constatação 1.1.1.3 deste relatório;*
- *Relatório do fiscal do contrato contemplando e registrando todos os procedimentos anteriores, indicando os itens cuja execução não fora comprovada para exclusão na fatura, após ciência e pronunciamento da empresa, e sendo o caso, contendo sugestão ao gestor do contrato de aplicação das penalidades previstas à empresa;*
- *Verificação, no ato do pagamento, da regularidade da contratada junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line” e anexação do documento ao processo; e*
- *Pagamento e anexação dos comprovantes ao processo.*

2-Dar conhecimento a todos os interessados (Unidades Demandantes, fiscais de contrato...) sobre os procedimentos estabelecidos.

3- Dentro do possível, todas as fases devem ser atualizadas e homologadas no sistema SIMEC, refletindo a atual situação da demanda. Para fins de controle, avaliar a possibilidade de se criar um bloqueio no SIMEC, entre cada uma dessas ações (ou conjunto de ações), até que a Unidade Demandante, ou setor competente, providencie e comprove as providências processuais de sua competência.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa	118415
Síntese da Providência Adotada As medidas foram adotadas por meio da Norma Operacional nº 01/2013 e implementadas, também, por meio do SIMEC. Serão revistas essas providências com a finalidade de reduzir ainda mais as dificuldades na fiscalização “in loco” dos eventos. As negociações para publicação dos eventos aprovados pelo Comitê no Boletim de Serviço do MEC estão em andamento e a publicação será implementada no próximo exercício.	
Síntese dos Resultados Obtidos Com as medidas adotadas é possível identificar maior compromisso das partes envolvidas no processo de realização de eventos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Os eventos são organizados e realizados diretamente pelas unidades demandantes, fator que dificulta o controle ou até mesmo a intervenção do gestor do contrato, tendo em vista as particularidades de que cada unidade demandante.	

Quadro CXIX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
022	201306175	1.1.1.2	Ofício nº 12224/2013 - CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1: Que a Unidade estabeleça e utilize sistemática de pesquisa de preços com vistas a obter uma avaliação real e fidedigna do valor de mercado dos bens e serviços a serem licitados considerando, dentre outros necessários e pertinentes, os seguintes parâmetros: - Realização de estimativas que considerem, além de pesquisa de preços junto a fornecedores, outras fontes, como, por exemplo, contratações em outros órgãos e entidades da Administração Pública, conforme previsto no art. 15, inciso V, § 1º, e o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993; - Estabelecimento de juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados, especialmente quando observados indícios de preços destoantes dos praticados no mercado; - Realização de estudo e estabelecimento de metodologia de cálculo para a obtenção de preço estimado, não se limitando à realização de média simples dos valores orçados, eliminando, assim, valores inexequíveis e/ou exorbitantes, que podem, de fato, comprometer a estimativa elaborada, puxando-a demasiadamente para cima ou para baixo. - Estabelecimento de critério objetivo que indique qual o parâmetro adotado para que determinado preço seja considerado inexequível ou exorbitante em termos de pesquisa de preços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Compras e Contrato			95110
Síntese da Providência Adotada			
Foi elaborado um <i>checklist</i> e padronizado metodologias de cálculo para o estabelecimento das pesquisas de preço e de mercado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em análise			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: Maior proximidade dos valores estimados com os valores ofertados no mercado. Fatores negativos: Falta de especificação técnica por parte das áreas demandantes sobre sua necessidade, bem como maior tempo na conclusão dos certames licitatórios.			

Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro CXX - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
006	201115248	1.1.1.5.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
3. Tomar providências para a apuração de responsabilidades pela ocorrência de dano ao erário conforme apresentado nesta constatação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Especial de Controle Interno			124239
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As providências para apuração de responsabilidade passaram para o Núcleo para Assuntos Disciplinares da Assessoria Especial de Controle Interno em razão da Portaria nº 788-GM, de 23/8/2013.			

Quadro CXXI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
007	201115248	1.1.1.6	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
4-Tomar providências para a apuração de responsabilidades pela ocorrência de dano ao erário conforme apresentado nesta constatação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Especial de Controle Interno.			124239
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As providências para apuração de responsabilidade passaram para o Núcleo para Assuntos Disciplinares da Assessoria Especial de Controle Interno em razão da Portaria nº 788-GM, de 23/8/2013.			

Quadro CXXII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	201115248	1.1.1.4.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928

Descrição da Recomendação	
6- Tomar providências para a apuração de responsabilidades pela ocorrência de dano ao erário conforme apresentado nesta constatação.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Assessoria de Controle Interno.	124239
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Em razão da Portaria nº 788-GM, de 23/8/2013, o Núcleo para Assuntos Disciplinares agora é o responsável para tomar as providências	

Quadro CXXIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	201109267	2.1.5.1.	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação			
1- Formalizar agenda de trabalho para atualização dos dados relativos aos Bens de Uso Especial da União sob responsabilidade da SAA e inclusão dos dados no SPIUnet. 2- Fazer gestões junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, com o objetivo de regularizar a situação dos imóveis sob responsabilidade da SAA, não registrados no SPIUnet. 3- No caso da conta SIAFI 142119100 - Obras em Andamento, providenciar a baixa dos valores relativos a obras concluídas, estabelecendo contato com a SPU nos casos relacionados aos Centros de Atenção Integral à Criança - CAICs.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos			2380
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Devido à falta de registro das documentações dos imóveis do MEC tanto em Cartório de Registros de Imóveis quanto nos sistemas da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ou arquivos internos, verificou-se a necessidade de estabelecer uma agenda de trabalho que compreendeu o mapeamento dos imóveis e obras em andamento, bem como a capacitação e treinamento de servidores. Em outubro de 2013, ocorreu a capacitação de servidores junto à SPU, quando foi possível mapear os imóveis do MEC, atualizando os RIPs (valores dos imóveis) assim como solicitar a doação e transferência dos imóveis do Depósito e Ed. Sede ao MEC. Em relação à conta SIAFI 142119100 – Obras em Andamento - Providências estão sendo tomadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldades na recuperação dos dados e na solução dos problemas junto a SPU.			

Quadro CXXIV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
015	201306175	3.1.1.2	Ofício nº 12224/2013-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos			2380
Descrição da Recomendação			
1- Atualizar a avaliação dos 04 imóveis registrados no SPIUnet e promover a regularização quanto ao registro e avaliação dos 02 imóveis não incluídos no Sistema. 2- Promover medidas que fortaleçam os controles internos administrativos do Setor responsável pela gestão dos bens			

imóveis da Unidade, com o estabelecimento de normas específicas e mapeamento dos processos de trabalho.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	2380
Justificativa para o seu não Cumprimento A Recomendação nº 01 foi integralmente atendida em outubro de 2013. No que tange à Recomendação nº 02, cumpre informar: (i) em 2013 iniciou-se o processo de revisão e elaboração das Normas Operacionais referentes à Segurança, Fiscalização, Almoxarifado, Transporte e Patrimônio do Ministério da Educação; (ii) a minuta da Norma Operacional esta em fase de elaboração pela Coordenação de Monitoramento e Suporte (CMS), responsável pelas atividades de patrimônio e almoxarifado; (iii) as competências e responsabilidade do serviço de patrimônio do MEC foi definido ainda em 2013, podendo ser verificado no Relatório de Gestão 2013; (iv) quanto ao mapeamento dos processos de trabalho, a empresa ELOGROUP Desenvolvimento e Consultoria Ltda, foi contratada com objetivo de apoiar à Gestão e Melhorar o Processo de Negócios do Ministério da Educação – MEC. Dentre os produtos a serem entregues pela empresa estão: Gerenciamento de Processos de Negócio, Modelagem de Processos, Análise de Processos, Desenho de Processos, Gerenciamento de Desempenho de Processos, Transformação de Processos, Organização de Gerenciamento de Processos, Tecnologias de Gerenciamento de Processos de Negócio. Recomendação nº 01 – atendida Recomendação nº 02 – em atendimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação nº 01 - Em virtude da realização de capacitações dos agentes responsáveis pelo Patrimônio do Ministério da Educação, como pode ser verificado no Quadro A6.2.2 do Relatório de Gestão 2013, todos imóveis de responsabilidade do Ministério foram avaliados em 23 de outubro de 2013. Cumpre informar, que a atualização do SPIUnet foi realizada em conjunto com servidor designado pela Superintendência Patrimônio da União em Brasília. Recomendação nº 02 - O quadro de pessoal atuante no setor de patrimônio do MEC é considerado pequeno em face de demanda dos serviços realizados pela área. A Coordenação de Monitoramento e Suporte (CMS) é composta por 07 (sete) servidores que atuam no Almoxarifado, Patrimônio e na Fiscalização de Contratos de concessão onerosa de espaço físico do MEC. Com a quantidade de servidores disponíveis, bem como a indisponibilidade de Sistemas de Controle e novos Softwares o atendimento da Recomendação torna-se difícil. Contudo espera-se, que após o mapeamento de processos pela empresa ELOGROUP Desenvolvimento e Consultoria Ltda., possam ser identificadas fragilidades e necessidades do setor de almoxarifado, proporcionando assim melhorias cabíveis ao setor.	

Quadro CXXV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
018	201109267	2.1.9.1	Ofício nº 12224/2013 – CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8928
Descrição da Recomendação Promover o levantamento e o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos à Poliedro a título de CPMF, considerando os exercícios de 2008 a 2011, e aditivar o contrato no sentido de excluir o percentual correspondente ao valor da CPMF, ainda previsto.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Compras e Contrato			95110
Justificativa para o seu não Cumprimento Foi criado um grupo de trabalho para concluir a análise dos processos, por meio da Portaria SAA nº 25, de 17 de janeiro de 2014. Obs: A equipe da CGCC solicitou reunião com a equipe da CGU para esclarecer algumas dúvidas e está aguardando manifestação da CGU com vistas ao correto andamento dos trabalhos do Grupo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: Possibilidade recolhimento dos valores devidos à União.			

Fatores Negativos: Entraves burocráticos e legais e dificuldades na comunicação entre os órgãos competentes para o saneamento das impropriedades detectadas.

9.4 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro CXXVI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	1
	Entregaram a DBR	0	0	1*
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	96	40	897
	Entregaram a DBR	35	23	663
	Não cumpriram a obrigação	61**	17	234**

Fonte: Controles internos da CAP

* DBR sob guarda do Assessor de Controle Interno do Gabinete do Ministro.

** Setor de Pagamento/ CAP/ CGGP formulou cobrança por mensagem eletrônica às Unidades para encaminhamento das DBRs.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A atividade de acompanhamento da entrega das DBRs é realizada em cada setor do Ministério da Educação Chefe de Gabinete, sendo repassadas ao Setor de Pagamento da Coordenação de Administração de Pessoal/CGGP para arquivamento em caixas lacradas por até 5 anos. Após esse período, tais documentos são remetidos para guarda na Coordenação de Documentação e Gestão de Processos – CDGP/arquivo. O não encaminhamento de tais declarações enseja em cobrança via mensagem eletrônica e/ou memorando.

No exercício foram recepcionadas declarações de bens e rendas (DBR) e autorizações de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física, assinadas pelo declarante, em papel, visto a não existência de sistema informatizado para esse gerenciamento. Contudo, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 67/2011 verifica-se a tendência ao encaminhamento apenas de autorizações.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro CXXVII – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativa s internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
41	41	-	-	-	-	-		-

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Cumprir destacar que no âmbito da SAA, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV não é utilizado.

Quadro CXXVIII – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Jacira Akico Tomioka, CPF nº 375.289.201-34, Coordenadora de Contratos/substituta, exercido na Coordenação Geral de Compras e Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

À exceção dos contratos abaixo:

Cto nº	Contratada
25/2013	Cidade Serviços E Mão De Obra Especializada Ltda;(Adesão da CAPS)
35/2013	JM Buffet e Eventos Ltda EPP (concessão de uso onerosa)

Brasília, 6 de março de 2014.

JACIRA AKICO TOMIOKA

CPF: 375.289.201-34

Coordenadora de Contratos/Substituta

SAA/SE/MEC

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Quanto aos itens 10.2 e 10.3, cumpre acrescentar que não há mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, consequentemente, não há demonstrativos de resultados de pesquisas de opinião.

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC foi instituído por meio da Lei de Acesso à Informação nº 12.527 e regulamentado pelo Decreto nº 7.724, de 18 de novembro de 2011. O atendimento ao público teve início em 16 de maio de 2012.

O SIC é um dos canais de acesso do cidadão ao MEC, e é responsável pelo recebimento, processamento e gerenciamento dos pedidos de informação feitos com base na referida lei, sua gestão é da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

O SIC viabiliza as informações aos cidadãos por meio do acesso ao seu sítio oficial na *internet* e no quiosque de atendimento presencial ao cidadão. A equipe responsável pelas atividades do Serviço de Informação ao Cidadão no MEC é assim composta:

Autoridade responsável pela implementação da Lei 12.527 no órgão – Secretário Executivo do MEC; Gestor SIC no MEC – Subsecretário de Assuntos Administrativos, responsável pelo gerenciamento do cadastro de SICs e de servidores (Cadastrador e Respondente). Cabe à Coordenação-Geral de Gestão Administrativa a execução das atividades do SIC; Interlocutor responsável SIC – CGU – Assessor Especial de Controle Interno; Respondente – são as pessoas de cada unidade do MEC autorizadas a registrar as respostas no SIC; Cadastradores – aqueles a quem compete registrar as demandas dos cidadãos no SIMEC. Integram a equipe de monitoramento CGGA/SAA; Triagem – Equipe de monitoramento e triagem das demandas CGGA/SAA – responsável pelo cadastramento das solicitações no SIC e direcionamento à área competente, bem como o acompanhamento do atendimento; Unidade demandada – equipe de respondentes nos órgãos do MEC; Núcleo de acesso à informação – NAI – núcleo que analisa as respostas e aprova seu envio aos solicitantes.

Cada secretaria do Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e as unidades vinculadas contam com seu Gestor, Respondente e Cadastrador.

A estrutura e o atendimento em Brasília ocorrem das seguintes maneiras:

- Posto de atendimento instalado no térreo do Edifício-Sede do MEC, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, em Brasília, onde o cidadão é atendido por pessoal capacitado para registrar sua demanda, ou ainda pode fazer uso de terminal disponibilizado no mesmo ambiente para pessoalmente formalizar seu pedido de informação em formulário eletrônico;

- Meio eletrônico: O acesso ao sistema é via *web*, centralizado no portal de acesso à informação do Poder Executivo Federal (www.acessoainformacao.gov.br) ou por meio do portal do MEC, www.mec.gov.br. O Portal do MEC reúne e divulga, de forma espontânea, dados do Ministério da Educação que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública.

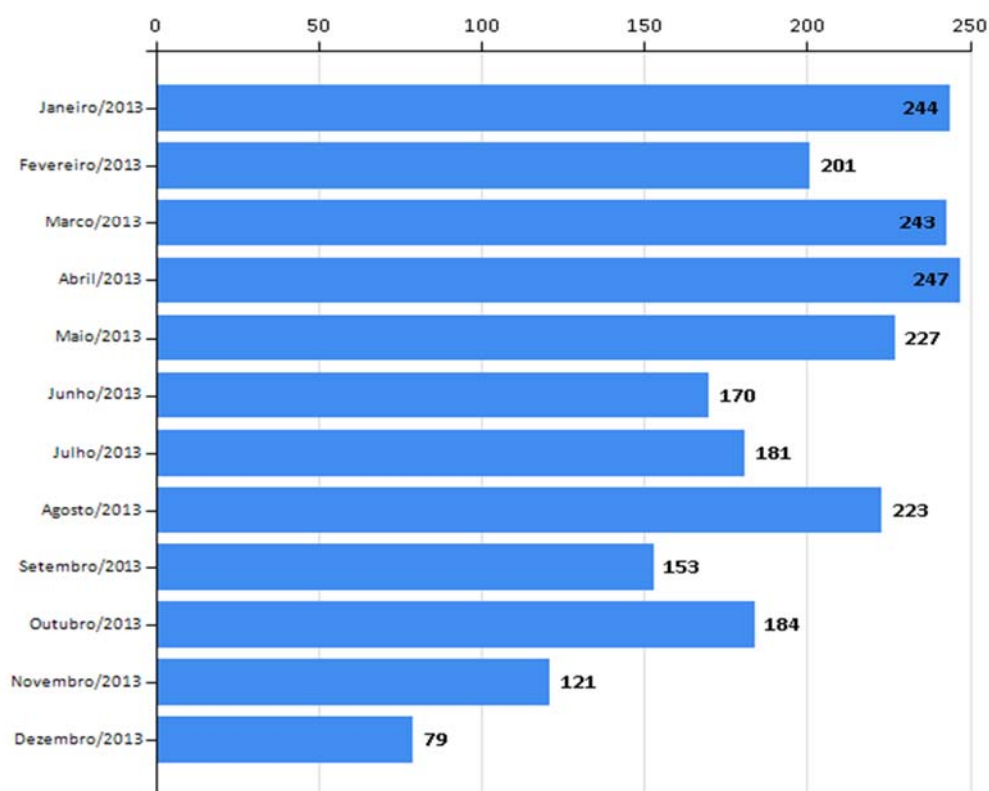
No portal do MEC o cidadão encontra os seguintes itens de navegação: Institucional, Ações e programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e contratos, Servidores, Perguntas frequentes, Sobre a Lei de Acesso à Informação, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, Termos de cooperação, Informações Classificadas.

- Sistemas de solicitação: o acesso se dá por intermédio do Sistema da CGU www.acessoainformacao.gov.br e para o uso interno da equipe do MEC está disponível no SIMEC-Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle um conjunto de dados informatizados para o trâmite interno da demanda. O objetivo é integrar as unidades do Ministério no atendimento ao cidadão e possibilitar instrumento de acompanhamento das respostas.

Em 2013, o fluxo de processos foi o seguinte:

- As solicitações são cadastradas no sistema E-SIC da CGU e automaticamente enviadas ao Ministério;
- Os cadastradores, pertencentes ao setor de monitoramento, realizam o cadastro das solicitações no SIMEC e enviam para os responsáveis das secretarias e órgãos vinculados (respondentes);

Quantidade de pedidos registrados por mês



Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

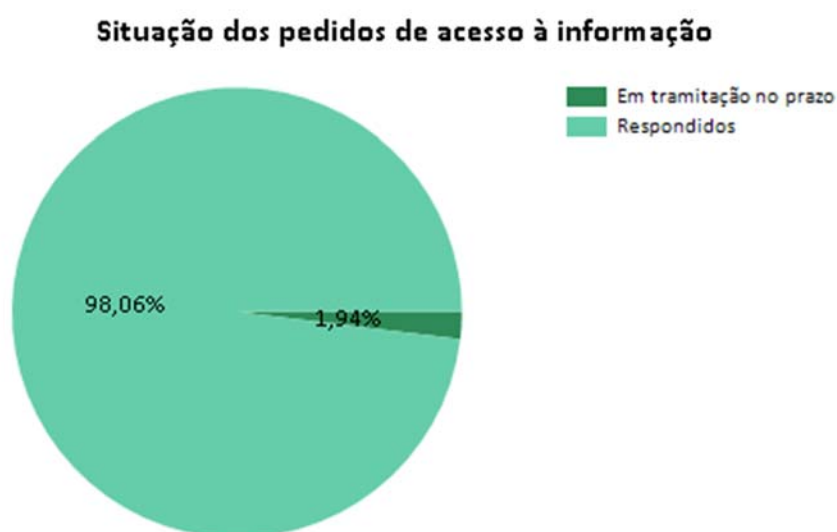
Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2013	244	-
Fevereiro/2013	201	-17.62%
Março/2013	243	17.28%
Abril/2013	247	1.62%
Maio/2013	227	-8.1%
Junho/2013	170	-25.11%
Julho/2013	181	6.08%
Agosto/2013	223	18.83%
Setembro/2013	153	-31.39%
Outubro/2013	184	16.85%
Novembro/2013	121	-34.24%
Dezembro/2013	79	-34.71%
TOTAL:	2273	
MÉDIA:	189,42	

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Todos os pedidos foram atendidos no prazo legal. Em 2013, o tempo médio de resposta foi de 23,03 dias, esse dado leva em consideração o percentual de prorrogações de prazo para manifestações das áreas competentes.

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	2229
Em tramitação no prazo	44

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.



Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Verifica-se que, do total das demandas registradas, foram geradas 3.291 perguntas, sendo que 1.833 requerentes apresentaram um único pedido. O maior número de pedidos apresentados por um solicitante foi de 20 perguntas.

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	3291	Total de solicitantes:	1833
Perguntas por pedido:	1,48	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	20
		Solicitantes com um único pedido:	1607

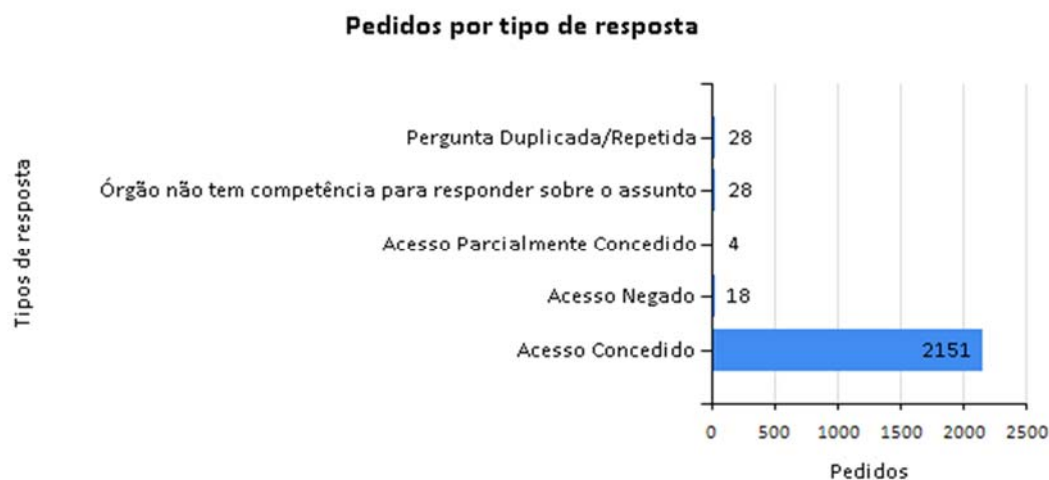
Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

A seguir, quadro com dados sobre os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Assistência ao estudante	650	28,60%
Educação - Educação superior	546	24,02%
Educação - Educação básica	281	12,36%
Educação - Legislação educacional	229	10,07%
Educação - Profissionais da educação	227	9,99%
Educação - Educação profissional e tecnológica	206	9,06%
Educação - Gestão escolar	27	1,19%
Educação - Métodos e meios de ensino e aprendizagem	19	0,84%
Educação - Parâmetros e diretrizes curriculares nacionais	12	0,53%
Educação - Educação de jovens e adultos	9	0,40%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

No gráfico são apresentados os tipos de respostas geradas pelas demandas registradas no Serviço de Informações ao Cidadão do MEC:



Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

A seguir, quadro com os motivos de negativas de respostas:

Motivos de negativa de respostas			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido genérico	9	50%	0,40%
Pedido exige tratamento adicional de dados	4	22,22%	0,18%
Dados pessoais	2	11,11%	0,09%
Pedido incompreensível	2	11,11%	0,09%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	1	5,56%	0,04%
TOTAL:	18	100%	0,79%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

No quadro abaixo estão demonstrados os meios de respostas utilizados para atendimento às demandas encaminhadas ao MEC:

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por e-mail)	1384	60,89%
Correspondência eletrônica (e-mail)	862	37,92%
Buscar/Consultar pessoalmente	17	0,75%
Correspondência física (com custo)	10	0,44%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

A seguir são apresentadas as informações sobre perfil dos cidadãos que acessaram o SIC/MEC: Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).

Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;

Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (empresas, organizações não governamentais, sindicatos).

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	1792	97,76%
Pessoa Jurídica	41	2,24%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Localização dos solicitantes			
Estado	Nº de solicitantes	% dos solicitantes	Nº de pedidos
AC	3	0,17%	3
AL	21	1,17%	26
AM	17	0,95%	20
AP	7	0,39%	8
BA	96	5,36%	121
CE	50	2,79%	56
DF	241	13,45%	359
ES	44	2,46%	46
GO	65	3,63%	79
MA	18	1,00%	36
MG	170	9,49%	193
MS	15	0,84%	18
MT	23	1,28%	28
PA	38	2,12%	45
PB	27	1,51%	31
PE	38	2,12%	49
PI	18	1,00%	20
PR	74	4,13%	94
RJ	197	10,99%	228
RN	26	1,45%	28
RO	16	0,89%	17
RR	6	0,33%	6
RS	73	4,07%	94
SC	48	2,68%	54
SE	18	1,00%	21
SP	368	20,54%	433
TO	13	0,73%	17

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Perfil dos solicitantes - pessoa física:

Gênero	
M	48,55%
F	46,43%
Não Informado	5,02%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Escolaridade	
Ensino Superior	41,63%
Ensino Médio	20,59%
Pós-graduação	17,52%
Mestrado/Doutorado	11,55%
Não Informado	6,81%
Ensino Fundamental	1,67%
Sem instrução formal	0,22%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Profissão	
Estudante	14,28%
Servidor público federal	13,61%
Outra	13,45%
Professor	12,83%
Empregado - setor privado	12,00%
Não Informado	9,99%
Servidor público municipal	6,31%
Servidor público estadual	5,92%
Profissional liberal/autônomo	3,63%
Jornalista	2,62%
Empresário/empreendedor	2,62%

Pesquisador	1,73%
Membro de ONG nacional	0,39%
Membro de ONG internacional	0,17%
Membro de partido político	0,22%
Representante de sindicato	0,11%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Perfil dos solicitantes - pessoa jurídica:

Tipo de pessoa jurídica	
Instituição de ensino e/ou pesquisa	24,39%
Org. Não Governamental	24,39%
Outro	12,20%
Empresa – PME	12,20%
Órgão público municipal	12,20%
Empresa - grande porte	4,88%
Veículo de comunicação	2,44%
Órgão público federal	2,44%
Órgão público estadual/DF	2,44%
Não informado	2,44%

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão/CGU – Dezembro/2013.

Destaca-se que a maioria das solicitações foi registrada por meio eletrônico, sendo muito pouco o atendimento pessoal no quiosque de atendimento instalado no órgão.

Outro canal de comunicação sob responsabilidade da SAA é o desenvolvido pelo Tele atendimento (0800), por meio das empresas CTIS e Embratel, que tem a finalidade de prestar o atendimento ao público em geral por meio de informações fornecidas pelo MEC.

À CTIS cabe a prestação de serviços de *Contact Center* com funções de Ativo e Receptivo, englobando os equipamentos e sistemas de atendimento multimeios, os recursos humanos para atendimento, supervisão, monitoramento e gestão da qualidade, em apoio ao Atendimento Institucional do MEC, FNDE, INEP e CAPES.

A prestação de serviço de telecomunicações, feita pela EMBRATEL, na modalidade de Discagem Direta Gratuita – DDG 0800 é operado pela central de atendimento do MEC, beneficiando suas secretarias e autarquias. A manutenção do serviço visa facilitar o acesso às informações sobre as ações do MEC para a Educação.

As principais informações prestadas são referentes a:

- Programa Ciências sem Fronteiras;
- ENEM, ENADE, CENSO e demais avaliações;

- FIES e demais programas do FNDE;
- SISU, PROUNI e demais assuntos da Educação Superior;
- Regulação e supervisão da Educação Superior;
- Pró-Jovem e Programa Secretaria de Educação;
- Assuntos da Educação Básica;
- CAPES, mestrado, doutorado e Plataforma Freire;
- PRONATEC e demais programas da Educação Profissional e Tecnológica; e
- Valorização Profissional da Educacional, piso salarial, planos estaduais/ municipais da educação.

Para efeito de ilustração, constam a seguir quadros com informações relevantes sobre esse tipo de atendimento:

Atendimentos											
Mês	ACS/ SAA	SESu	FNDE	INEP	CAPES	SECADI	SASE	SETEC	SERES	SEB	TOTAL de Atendimentos
janeiro/13	19.119	175.335	191.579	135.612	35.648	26.209	6.165	8.059	10.868	8.560	617.154
fevereiro/13	13.271	59.338	153.849	29.383	23.368	17.058	2.755	13.592	11.074	8.193	331.881
março/13	12.897	30.687	163.948	20.978	31.751	20.771	2.647	15.753	10.552	8.877	318.861
abril/13	12.140	15.932	129.202	28.322	32.817	18.034	2.795	13.155	9.103	9.728	271.228
maio/13	9.308	19.002	119.757	118.779	29.677	14.721	3.340	11.913	8.898	9.823	345.218
junho/13	9.224	44.957	121.968	56.653	33.120	14.738	3.208	15.016	9.516	15.061	323.461
julho/13	8.434	44.871	179.139	30.384	37.094	20.444	3.576	18.240	11.925	14.099	368.206
agosto/13	10.366	36.097	168.151	39.417	23.410	22.099	4.162	39.685	14.080	15.383	372.850
setembro/13	8.198	23.952	121.585	50.217	20.945	22.084	3.162	38.050	11.563	15.650	315.406
outubro/13	7.131	25.882	143.329	125.214	30.664	22.106	3.227	23.079	12.290	11.154	404.076
novembro/13	5.364	18.325	113.637	35.597	32.295	21.739	2.486	20.920	9.627	9.783	269.773
dezembro/13	4.753	19.030	104.913	28.022	31.300	23.162	2.190	13.779	9.400	9.849	246.398
TOTAL	120.205	513.408	1.711.057	698.578	362.089	243.165	39.713	231.241	109.869	136.160	4.184.512
Ligações (0800)											
Mês	ACS/ SAA	SESu	FNDE	INEP	CAPES	SECADI	SASE	SETEC	SERES	SEB	TOTAL de Ligações
janeiro/13	17.619	115.404	159.381	112.929	20.482	21.904	6.000	5.134	7.326	7.647	473.826
fevereiro/13	12.095	40.880	121.673	22.774	11.731	11.984	2.652	9.390	6.945	7.207	247.331
março/13	11.430	19.162	127.510	15.155	16.839	12.435	2.490	10.849	5.765	7.754	229.389
abril/13	10.693	8.448	94.623	21.087	18.996	11.218	2.661	10.850	4.987	8.615	192.178
maio/13	8.303	10.308	83.381	107.179	17.668	10.377	3.213	10.141	5.059	8.898	264.527
junho/13	8.585	29.777	90.258	48.824	18.336	11.191	3.090	10.512	5.664	14.040	240.277
julho/13	7.577	34.004	146.494	24.589	21.712	17.179	3.483	11.898	8.069	13.104	288.109
agosto/13	9.215	27.520	134.538	31.922	13.200	18.522	4.056	35.518	8.883	14.197	297.571
setembro/13	7.512	18.224	93.701	42.642	11.575	18.852	3.060	34.473	6.937	14.601	251.577
outubro/13	6.264	17.877	107.405	107.428	16.209	18.510	3.124	19.769	7.056	9.421	313.063
novembro/13	4.598	11.552	84.089	26.147	17.546	18.736	2.405	17.708	5.481	8.107	196.369
dezembro/13	3.981	11.070	81.654	21.834	17.567	15.364	2.142	11.762	5.237	8.226	178.837
TOTAL	107.872	344.226	1.324.707	582.510	201.861	186.272	38.376	188.004	66.691	121.817	3.173.054

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013

11.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Neste item são apresentadas as ações tomadas pela UJ - Secretaria Executiva do Ministério da Educação (SE/MEC), responsável pela consolidação das informações sobre a gestão das unidades da estrutura do MEC (Administração Direta), não relacionadas para apresentação de relatórios individuais em cumprimento aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.9) e (NBC T 16.10), publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.

Os procedimentos, a metodologia adotada para estimativa da vida útil econômica dos ativos, do cálculo da depreciação do imobilizado (bens móveis e imóveis) e da amortização do ativo intangível; as taxas utilizadas para os respectivos cálculos, a metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração de ativos e passivos estão especificados no Manual Siafi, macrofunção 020330, que trata da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no capítulo que trata dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (5.ed – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013: pp. 2-108).

Todos os valores informados neste item foram obtidos na transação Balancete do Sistema Siafi e se referem aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2013 pelas unidades gestoras: 150002 - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, 150014 - Subsecretaria de Planejamento de Orçamento - SPO e 152734 Coordenação-Geral de Suporte a Gestão Orçamentária- CSGO/SPO.

11.1 Bens móveis adquiridos antes de 2010

O item 14 da Macrofunção 020330 estabelece que os bens colocados em condições de uso a partir do mês de janeiro de 2010, já podem ter o cálculo da depreciação efetuado por já representarem uma base monetária inicial confiável. Em cumprimento a este dispositivo, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), efetuou o cálculo depreciação acumulada dos bens móveis adquiridos em 2010, cujo registro no Siafi foi efetuado no mês de dezembro. Nos exercícios seguintes, a unidade passou a efetuar o cálculo mensalmente.

A conta contábil utilizada no Siafi para registro da depreciação, que representa uma variação quantitativa diminutiva do patrimônio é a 5.2.3.2.8.01.00, em contrapartida à conta do bem móvel 14212.XX.00 e a sua retificadora 14290.00.00.

11.2 Estimativa de vida útil econômica dos bens móveis

A SAA/MEC que vincula em sua estrutura o setor de patrimônio da administração direta do MEC tem efetuado o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 27 da macrofunção 020330, o qual estabeleceu uma tabela de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação, juntamente com o percentual aplicável para o cálculo, assim como ficou estabelecido o método das cotas constantes (item 47) para utilização por todos os órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A padronização de informações permite a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

11.3 Amortização e Exaustão

O Cálculo da Amortização, o qual deveria ser realizado, por exemplo, para as licenças de softwares não vem sendo efetuado pela SAA/MEC. A conta utilizada no Siafi para registro da amortização, que representa uma variação quantitativa diminutiva do patrimônio é a 5.2.3.2.8.02.00, em contrapartida à conta do bem Intangível 144X0.00.00 e a sua retificadora 14290.00.00.

O cálculo referente à exaustão não se aplica a UJ.

11.4 Depreciação de bens imóveis

No âmbito das unidades do MEC o cálculo da depreciação de bens imóveis ainda não está sendo realizado. Segundo informações da CCONT/STN, haverá a implantação de um módulo para cálculo automático da depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), gerenciado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A conta que registra os bens imóveis da União é 14211.XX.00.

11.5 Avaliação/mensuração de Ativos e Passivos

11.5.1 Disponibilidades Financeiras

As Disponibilidades Financeiras da UJ são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido pelo item 02.05.03.01 do MCASP. A conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial prevista no MCASP não se aplica ao UJ.

11.5.2 Créditos a Receber

A conta de Créditos a Receber, 11200.00.00 Registra valores a receber por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais oriundos de outras transações. Os créditos da UJ são avaliados e mensurados, conforme estabelecido 02.05.03.02 do MCASP, ou seja, pelo seu valor original. Entre as contas que possuem maior representatividade destacamos:

a) 11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP, esta conta, que envolve diversos órgãos do MEC, possui uma retificadora, a 11216.25.00, de mesmo montante que, por sua vez, acaba anulando saldo nessa rubrica. A primeira conta, pertence ao sistema financeiro e a segunda pertence ao sistema patrimonial, para controlar a variação aumentativa no patrimônio. A UJ, apresenta em 2013, um montante de R\$ 15.671.114.340,39 no exercício de 2013, com o mesmo montante da conta retificadora.

11216.01.00 - Recursos a Receber por Transferência - Termo de Cooperação: R\$ Esta conta refere-se aos recursos a receber pelos órgãos decorrentes dos Termos de Cooperação Firmados com outros órgãos da administração pública federal. O montante apresentado pela UJ em 2013 é de R\$ 79.166.954,36

b) 11216.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Esta conta, que, refere-se ao valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional estabelecido pelo órgão central e programação financeira (COFIN), para atender despesas com vinculação de pagamento, isto é, refere-se ao limite que os órgãos têm direito a sacar para custear suas despesas. O saldo apresentado no final de 2013 é de R\$ 1.302.630.785,03.

c) 11229.08.00 - Diversos Responsáveis Apurados - Falta ou Irregularidade de Comprovação. A conta de diversos responsáveis (11229.00.00) registra a responsabilidade de agentes públicos pelos danos materiais causados à Fazenda Pública, em descumprimento às normas vigentes. Inclui-se da mesma forma os danos causados por terceiros, quando for instaurada Tomada de Contas Especial. Envolve também a falta de documentação comprobatória da execução da despesa referente aos recursos recebidos, inclusive apresentação da prestação de contas fora do prazo legal, bem como a inadimplência ou ainda irregularidade na documentação apresentada aos órgãos. A UJ apresenta um montante de R\$ 26.881.085,66 nesta conta.

d) 11211.01.02 - Faturas/Duplicatas a Receber - Não se Aplica a UJ.

11.1.5.3 Dívida Ativa

e) Não se Aplica a Unidade Jurisdicionada SE/MEC.

11.5.4 Estoques

De acordo o MCASP, item 02.05.03.03, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os estoques da UJ são avaliados com base no valor da aquisição. O maior montante referente a Estoques na UJ está concentrado na conta de Estoque Interno (11318.00.00), R\$ 1.866.432,59 referente a material de consumo, incluindo material de expediente, material de copa e cozinha, entre outros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO**, que apresenta o Relatório de Gestão.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 18 de Março de 2014.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA**, que apresenta o Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) Saldos alongados em contas transtóricas do Ativo Permanente: 14.211.10.99 – Outros Bens Imóveis e 14.212.99.00 – Outros Bens Móveis;
- b) Ausência do registro da Conformidade de Registro de Gestão nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, perfazendo o total de 47 dias sem registro no exercício de 2013;
- c) Ausência do registro mensal da Depreciação e Amortização de Bens, assim como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Almoxarifado- RMA e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB, destinados a subsidiar o registro da conformidade contábil, caso em que desvirtua a situação patrimonial da unidade;
- d) Saldos remanescentes relativos a Bens Imóveis de Unidades Gestoras extintas pendentes de regularização;
- e) Saldos Patrimoniais procedentes de unidades extintas do MEC ainda não transferidos para a SAA.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 18 de Março de 2014.



Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6

Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Secretaria Executiva

Cabe destacar neste momento, alguns processos/atividades que foram desenvolvidos durante o exercício.

No que tange à concessão de passagens, a CGGA é responsável pela cotação das passagens de todo as unidades do Ministério da Educação, com objetivo de reduzir os custos das passagens adquiridas e fiscalizar a empresa contratada responsável pela emissão dos bilhetes.

O Fluxograma de serviços no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) envolve:

- O responsável pelo cadastro da Proposta de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP no SCDP é a unidade demandante (Secretaria e CNE);
- A cotação de preços é realizada pela SAA e encaminhada à Secretaria demandante para autorizações;
- A autorização do proponente e do ordenador de despesas é atribuição da Secretaria demandante;
- Nos casos de autorizações fora do prazo, prestações de contas pendentes e viagens internacionais a autorização deve ser pela Autoridade Superior (Secretaria Executiva);
- Após autorizações, a PCDP é encaminhada para a empresa contratada (Aires Turismo) que providencia a emissão conforme cotação realizada pela SAA e autorizações da Secretaria demandante;
- Após a emissão, a Secretaria demandante providencia a prestação de contas para constatar se a viagem foi realizada conforme emissão, caso contrário haverá devolução de valores ou complementação de viagem.

A conferência das faturas é realizada pela CGGA, o atesto das mesmas é responsabilidade das Secretarias demandantes e o pagamento realizado pela CGGA.

Em 2013, foram realizadas 11568 solicitações, sendo os valores comprometidos listados a seguir:

Unidades	Valores comprometidos para gastos com passagens até 31/12/2013****
	VALOR ABSOLUTO
Conselho Nacional de Educação	R\$ 588.853,97
Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino	R\$ 913.802,05
Secretaria de Educação Básica	R\$ 3.926.665,81
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	R\$ 1.807.995,65
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 2.692.838,37
Secretaria de Educação Superior	R\$ 2.331.914,94
Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	R\$ 583.096,54
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (TOTAL)*	R\$ 1.446.995,86
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	R\$ 81.330,90
Secretaria-Executiva	R\$ 807.693,58
Consultoria Jurídica	R\$ 30.305,94
Gabinete do Ministro	R\$ 527.665,44
Diretoria de Tecnologia da Informação	R\$ 15.828,38
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	R\$ 76.025,12
TOTAL	R\$ 14.384.016,69

Fonte: Relatório de Gestão da CGGA, 2013

Com relação à gestão de eventos, em 2013, a CGGA se tornou gestora do contrato, que tem como objeto a prestação dos serviços de eventos, compreendendo: planejamento, organização, promoção e execução, incluindo a elaboração e fornecimento de infraestrutura no que se refere à locação de espaço físico, com mobiliário necessário e adequado, fornecimento de layout ou design para estandes, exposições ou feiras, compreendendo a montagem, desmontagem, manutenção, instalações elétricas, hidráulicas, de equipamentos, transporte e outros serviços correlatos, para atender os eventos do MEC. Cabendo àquela Coordenação-Geral, a administração do módulo do SIMEC, bem como, analisar a instrução processual de cada evento; elaborar *check list* da documentação necessária para pagamento; realizar pagamento; e, acompanhar e controlar a execução orçamentária contratual.

Em 2013, foram feitas melhorias no módulo Administrativo do SIMEC e criada a Norma Operacional nº 01/2013 para que o controle desse contrato se torne mais efetivo.

15. PARTE B- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS, PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

As informações referentes à Ação 4641Publicidade de Utilidade Pública estão no Anexo V



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre a criação de Cadastro Nacional de Supervisores para o Projeto Mais Médicos para o Brasil no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o inciso III do art. 200 da Constituição, que atribui ao Sistema Único de Saúde - SUS a competência de ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

Considerando o inciso III do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que inclui no campo de atuação do SUS a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;

Considerando o art. 17 da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Mais Médicos e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 21 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde, e a articulação interfederativa;

Considerando o art. 6º do Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010, que institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS e dá outras providências;

Considerando o Parecer Normativo LA nº 05, da Advocacia-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2013, aprovado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos dos arts. 4º, X e XI, e 40, §1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

Considerando a Portaria Interministerial MS/MEC nº 10, de 11 de julho de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010;

Considerando o art. 15 da Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 08 de julho de 2013, que estabelece as atribuições dos supervisores em ações de aperfeiçoamento do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolvem:

Art. 1º Fica autorizado o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS a criar Cadastro Nacional de Supervisores para atuação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, observadas as disposições de regência do Projeto.

Art. 2º O Cadastro Nacional de Supervisores será composto por profissionais médicos mediante chamamento público nacional realizado pela Coordenação Nacional do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 3º O Cadastro Nacional de Supervisores poderá ser utilizado pelas instituições supervisoras que aderiram ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do edital de chamamento público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

PORTARIA Nº 1.022, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Anexo I do mesmo Decreto, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, na forma do Anexo a esta portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MEC nº 1.891, de 29 de novembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Capítulo I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO-SPO, órgão subordinado diretamente à Secretaria Executiva do Ministério da Educação e órgão setorial dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, tem por competência:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério da Educação;

II - promover articulação com o órgão central dos sistemas referidos no inciso I, informando e orientando as unidades do Ministério da Educação e as entidades a esse vinculadas, quanto ao cumprimento das normas vigentes;

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério da Educação e submetê-los à decisão superior;

IV - desenvolver, coordenar e avaliar atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério da Educação; e

V - monitorar e avaliar metas e resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais, em articulação com as demais secretarias, autarquias, empresas públicas e fundações vinculadas ao Ministério da Educação.

Capítulo II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete:

a) Divisão de e Orientação Técnica - DISOT

b) Divisão de Acompanhamento dos Processos Orçamentários - DIAP

c) Coordenação de Gestão Interna - COGI

1. Serviço Administrativo - SERAD

2. Serviço de Recursos Humanos - SEREH

3. Serviço de Protocolo e Arquivo - SEPRO

4. Serviço de Tecnologia - SERTI

II - Coordenação-Geral de Planejamento - CGP:

a) Coordenação de Programação e Monitoramento - CP-

MO:

1. Divisão de Metodologia e Sistemas de Monitoramento -

DIMES

1.1. Serviço de Apoio e Acompanhamento - SEAPA

b) Coordenação de Avaliação - COAV:

1. Divisão de Avaliação de Planos e Programas da Educação -

DAPE

1.2. Serviço de Análise e Avaliação - SEAV

c) Coordenação de Estudos, Análises e Diagnósticos -

CEAD:

1. Serviço de Análises Socioeducacionais - SEASO

III - Coordenação-Geral de Orçamento - CGO:

a) Coordenação de Estudos e Acompanhamento Orçamentário - CEAO:

1. Divisão de Análise de Processos Administrativos e Ju-

diciais - DIPAJ

1.1. Serviço de Análise e Acompanhamento de Receitas Próprias - SAREP

1.2. Serviço de Análise e Acompanhamento de Despesas Obrigatórias - SADEO

b) Coordenação de Programação Orçamentária - CPPO:

1. Divisão de Programação Orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES

2. Divisão de Programação Orçamentária das Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológico - DIFET

IV. Coordenação-Geral de Finanças - CGF:

a) Coordenação de Programação e Acompanhamento Finan-

ceiro - CPAF:

1. Divisão de Programação Financeira - DIMOF

2. Divisão de acompanhamento Financeiro - DIAPP

2.1. Serviço de Análise e Execução da Despesa - SEAUD

b) Coordenação de Análise e Execução da Programação Finan-

ceira - CAEF:

1. Divisão de Movimentação Financeira - DEMOF

2. Divisão de Acompanhamento do Pagamento de Pessoal-

DAPP

2.1. Serviço de Apuração do Caixa SEACX

c) Coordenação de Contabilidade e de Custos - CCON:

1. Divisão de Análise Integridade Contábeis e de Custos -

DAIC

2. Divisão de Acompanhamento e Orientação Contábil -

DAOC

3. Serviço de Elaboração e Orientação de Tomada e Pres-

tação de Contas-SOTPC

V. Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária -

CGSO:

a) Coordenação de Suporte aos Programas da Educação -

CSPE

1. Divisão de Suporte aos Programas de Educação Profis-

sional e Tecnológica - DISETEC

1.1. Serviço de Movimentação de Créditos - SEMOV

2. Divisão de Suporte aos Programas de Educação Superior -

DISES

3. Serviço de Suporte aos Programas de Educação Básica -

SESEB

Art. 3º A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento será dirigida por Subsecretário, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, as Divisões e os Serviços por Chefes.

Parágrafo único. Os dirigentes citados no caput serão, em seus afastamentos ou impedimentos legais, representados por servidores previamente designados, conforme o art. 38 da Lei nº. 8.112/90.

Capítulo III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete compete:

I - planejar e organizar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Subsecretário bem como as ações que envolvam sua representação institucional;

II - coordenar o processo de elaboração do relatório de gestão da Secretaria Executiva;

III - promover, em conjunto com a área técnica responsável, a divulgação interna e externa de atos oficiais, notícias de interesse da Subsecretaria e o atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação; e

IV - Participar das atividades e atender demandas relacionadas ao Comitê Assessor do Fundo de Financiamento para o Setor Educacional do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL.

Art. 5º À Divisão de Orientação Técnica compete:

I - acompanhar as normas e a legislação específicas das áreas de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade e divulgar nas respectivas áreas;

II - elaborar documentos e instrumentos normativos e exposição de motivos relativos à sua área de competência; e

III - realizar estudos e pesquisas suplementares, de forma a apoiar as atividades das coordenações.

Art. 6º À Divisão de Acompanhamento dos Processos Orçamentários compete:

I - realizar consultas nos sistemas de informação relativos ao processo orçamentário, no âmbito do Ministério da Educação; e

II - elaborar e analisar relatórios gerenciais para o acompanhamento da programação orçamentária.

Art. 7º À Coordenação de Gestão Interna compete:

I - coordenar e acompanhar a execução das atividades da SPO relacionadas à gestão, à administração, ao desenvolvimento e à aplicação da legislação de recursos humanos em conformidade com as orientações do setor de recursos humanos do MEC

II - coordenar o suporte técnico-operacional com vistas ao desenvolvimento da funcionalidade da tecnologia de informação voltadas à melhoria das atividades de trabalho na SPO; e

III - administrar e monitorar os recursos logísticos e de infraestrutura no âmbito da SPO.

Art. 8º Ao Serviço Administrativo compete:

I - administrar e executar o apoio logístico, controlar, acompanhar e distribuir materiais de expediente e patrimônio e providenciar o serviço de manutenção e de reprodução de documentos, no âmbito da SPO.

Art. 9º Serviço de Recursos Humanos compete:

I - executar na SPO as atividades relacionadas a aplicação da legislação de recursos humanos em conformidade com as orientações do setor de recursos humanos do MEC;

Art. 10. Serviço de Protocolo e Arquivo compete:

I - executar atividades de recebimento, conferência, triagem, classificação, registro, transferência, arquivamento e preservação, distribuição e acompanhamento de todos os documentos e correspondências oficiais, bem como solicitar diárias e passagens e providenciar a correspondente prestação de contas; e

II - elaborar e padronizar correspondências e documentos oficiais;

Art. 11. Serviço de Tecnologia compete:

I - fornecer suporte técnico-operacional, desenvolver ferramentas de informação voltadas à melhoria de processos e atividades de trabalho, bem como zelar pela integridade das informações e das bases de dados e dos equipamentos e gerenciar o sistema de correspondência eletrônica institucional, no âmbito da SPO.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Planejamento, em consonância com as normas emanadas do órgão central do Sistema Federal de Planejamento e Orçamento compete:

I - planejar, elaborar, coordenar e revisar o Plano Plurianual do Ministério da Educação em articulação com os órgãos centrais do Sistema Federal de Planejamento e Orçamento, promovendo a compatibilização dos programas, objetivos, metas, iniciativas e ações;

II - exercer as funções de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual do Ministério da Educação;

III - exercer as funções de acompanhamento e monitoramento das ações orçamentárias do Ministério da Educação;

IV - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério da Educação nos assuntos relacionados ao Plano Plurianual e ao acompanhamento das ações orçamentárias; e

V - coordenar a elaboração de estudos e pesquisas sócio-econômicas relacionadas à educação.

Art. 13. À Coordenação de Programação e Monitoramento compete:

I - avaliar e propor métodos e instrumentos de monitoramento dos programas do Plano Plurianual e das ações orçamentárias;

II - coordenar ações de melhoria das metodologias para o acompanhamento e o monitoramento dos Planos, Programas e Orçamentos;

III - exercer as funções de acompanhamento e monitoramento das ações orçamentárias do Ministério da Educação; e

IV - analisar e homologar as subações orçamentárias, instrumento de convergência entre as agendas estratégicas e as ações orçamentárias do Ministério da Educação.

Art. 14. À Divisão de Metodologia e Sistema de Monitoramento compete:

I - oferecer suporte técnico-metodológico às unidades na definição dos atributos dos programas e ações orçamentárias;

II - orientar as unidades subordinadas e vinculadas ao MEC a respeito da legislação vigente sobre planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações orçamentárias; e

III - manter registros sobre alterações em atributos de programas e ações para possibilitar a construção de séries históricas sobre o desenvolvimento das políticas educacionais.

Art.15. Ao Serviço de Apoio e Acompanhamento compete:

I - executar o processo de atualização de dados no sistema informatizado de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Ministério da Educação; e



II - fornecer dados e informações sobre a execução física dos programas e ações do Plano Plurianual.

Art.16. À Coordenação de Avaliação compete:

I - elaborar relatórios para subsidiar a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Mensagem ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, a Avaliação Anual do Plano Plurianual e a Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR);

II - produzir informações para o processo de elaboração e revisão do Plano Plurianual, na sua etapa qualitativa e exercer a coordenação de seu monitoramento e avaliação no âmbito do Ministério da Educação;

III - subsidiar a elaboração, criação e reformulação de indicadores para os programas do Ministério da Educação; e

IV - apoiar o processo de monitoramento do Plano Plurianual no âmbito do Ministério da Educação, segundo as orientações do órgão central de planejamento.

Art. 17. À Divisão de Avaliação de Planos e Programas da Educação compete:

I - elaborar relatórios para subsidiar a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Mensagem ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, a Avaliação Anual do Plano Plurianual (PPA) e a Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR);

II - analisar os indicadores do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério da Educação; e

III - acompanhar e analisar os registros de avaliação da gestão do plano plurianual das unidades subordinadas e vinculadas ao Ministério da Educação.

Art. 18. Ao Serviço de Análise e Avaliação compete:

I - sistematizar informações para subsidiar o processo de avaliação e revisão do PPA; e

II - manter registro sobre criação e alteração de indicadores de programas e ações do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 19. À Coordenação de Estudos, Análises e Diagnósticos compete:

I - propor, coordenar, elaborar, planejar, e orientar estudos técnicos sobre o financiamento da educação, os impactos recíprocos entre as políticas econômicas e as políticas educacionais e realizar análises sobre as vinculações constitucionais e legais da educação, nas diferentes instâncias.

III - realizar estudos sobre a evolução dos indicadores dos programas do Ministério da Educação ou relacionados com o desempenho da educação em geral;

IV - elaborar e atualizar séries históricas sobre a aplicação de recursos públicos em educação e sobre índices econômicos;

V - contribuir na definição dos atributos de programas e ações do Plano Plurianual e na definição de limites orçamentários; e

VI - realizar análise histórica comparativa dos indicadores educacionais e dos mínimos legais de vinculação tributária para compor a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, a Avaliação Anual do Plano Plurianual e a Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR).

Art. 20. Ao Serviço de Análises Socioeducacionais compete:

I - produzir informações para análise, formulação e avaliação de políticas públicas nacionais para a educação;

II - construir demonstrativos estatísticos internacionais sobre a evolução dos indicadores da educação e de seu financiamento nos diversos países e no Brasil; e

III - colaborar na elaboração, criação e reformulação de indicadores socioeducacionais para o Ministério da Educação.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Orçamento, em consonância com as normas emanadas pelos órgãos centrais dos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira e de Contabilidade compete:

I - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual, da programação orçamentária e da solicitação de créditos adicionais;

II - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e as alterações promovidas na lei orçamentária;

III - supervisionar as atividades e estabelecer procedimentos que visem à orientação e suporte técnico às unidades orçamentárias, quanto ao cumprimento das disposições de Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais, decretos, instruções normativas, portarias e outros instrumentos legais que regem o orçamento;

IV - elaborar estudos, análises, pareceres, propostas de instrumentos normativos, exposições de motivos, relativos à sua área de competência; e

V - coordenar ações para a obtenção dos limites de pagamento e liberação das cotas orçamentárias necessárias à execução da programação orçamentária.

Art. 22. À Coordenação de Estudos e Acompanhamento Orçamentário compete:

I - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e das solicitações de créditos referentes às despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios ao servidor e outras despesas de caráter obrigatório;

II - coordenar a elaboração das solicitações de créditos referentes a excesso de arrecadação e superávit orçamentário;

III - coordenar o processo de programação, avaliação e projeção de receitas próprias e de despesas de caráter obrigatório;

IV - acompanhar a execução orçamentária de despesas de caráter obrigatório das unidades e analisar sua evolução em face do orçamento aprovado;

V - elaborar estudos técnicos e análises sobre os assuntos que visem ao aperfeiçoamento do processo orçamentário; e

VI - monitorar as informações sobre movimentação e empenho de benefícios ao servidor no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 23. À Divisão de Análise de Processos Administrativos e Judiciais compete:

I - analisar os processos administrativos e judiciais, verificar a disponibilidade orçamentária para os seus atendimentos e proceder à homologação da ação no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos para o cumprimento das determinações judiciais;

II - administrar e acompanhar os registros dos processos no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ; e

III - orientar as unidades a respeito da aplicação das normas orçamentárias e da legalidade e legitimidade dos atos.

Art. 24. Ao Serviço de Análise e Acompanhamento de Receitas Próprias compete:

I - analisar e consolidar projeções, bem como acompanhar a realização de receitas próprias dos órgãos e unidades no âmbito do Ministério da Educação;

II - fornecer orientações e suporte técnico sobre projeções de arrecadação de receitas próprias às unidades orçamentárias; e

III - elaborar e gerenciar a programação orçamentária do Ministério da Educação no âmbito das despesas financiadas com recursos próprios.

Art. 25. Ao Serviço de Análise e Acompanhamento de Despesas Obrigatórias compete:

I - analisar e consolidar projeções, bem como acompanhar a execução das despesas com pessoal e encargos sociais e com benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes;

II - fornecer orientações e suporte técnico às unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação, no que diz respeito à alocação e execução das despesas obrigatórias; e

III - elaborar e gerenciar a programação orçamentária do Ministério da Educação no âmbito das despesas com benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes.

Art. 26. À Coordenação de Programação Orçamentária compete:

I - Coordenar o processo de elaboração da proposta orçamentária anual, da programação orçamentária e das alterações orçamentárias relativas a outras despesas correntes e de capital no âmbito do Ministério;

II - acompanhar a execução do orçamento anual e adotar as providências necessárias visando à consolidação dos planos e programas no âmbito do Ministério da Educação;

III - elaborar e gerenciar a programação orçamentária relativa a outras despesas correntes e de capital no âmbito do Ministério;

IV - coordenar a atualização dos dados relativos à programação da dívida no Sistema de Acompanhamento de Operações de Créditos; e

V - monitorar as informações sobre movimentação e empenho das despesas e capital do Ministério da Educação.

Art. 27. À Divisão de Programação Orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior, compete:

I - captar os dados, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual, as solicitações de créditos e outras alterações orçamentárias;

II - acompanhar a execução do orçamento anual;

III - realizar a inclusão dos dados relativos à programação da dívida no Sistema de Acompanhamento de Operações de Créditos;

IV - elaborar e acompanhar a certificação de disponibilidade orçamentária;

V - elaborar minutas de portarias e anexos relativos a trocas de modalidades de aplicação no âmbito da Unidade Orçamentária (26101) MEC;

VI - orientar as unidades quanto ao cumprimento das normas de elaboração da proposta, alteração da lei orçamentária e da programação orçamentária;

VII - gerenciar o módulo de programação orçamentária do sistema informatizado do Ministério da Educação; e

VIII - elaborar e operacionalizar a programação orçamentária no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 28. Divisão de Programação Orçamentária das Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológico, compete:

I - Captar os dados, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual, as solicitações de créditos e outras alterações orçamentárias;

II - acompanhar a execução do orçamento anual;

III - realizar a inclusão dos dados relativos à programação da dívida no Sistema de Acompanhamento de Operações de Créditos;

IV - elaborar e acompanhar a certificação de disponibilidade orçamentária;

V - elaborar minutas de portarias e anexos relativos a trocas de modalidades de aplicação no âmbito da Unidade Orçamentária 26101 - MEC;

VI - orientar as unidades quanto ao cumprimento das normas de elaboração da proposta, alteração da lei orçamentária e da programação orçamentária; e

VII - gerenciar o módulo de programação orçamentária do sistema informatizado do Ministério da Educação.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Finanças, em consonância com as normas emanadas do Órgão Central dos Sistemas Federais de Administração Financeira e de Contabilidade compete:

I - coordenar, supervisionar, avaliar, bem como propor melhorias, às atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Administração Financeira e de Contabilidade;

II - coordenar ações para obtenção dos limites de pagamento e liberação das cotas financeiras necessárias à execução da programação financeira;

III - coordenar o desenvolvimento e manutenção de sistema de custos e definir indicadores que permitam a avaliação e o acompanhamento satisfatório da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

V - acompanhar e sistematizar as atividades de orientação às unidades acerca das normas de programação financeira, de realização da receita e execução da despesa pública e de registros contábeis; e

Art.30. À Coordenação de Programação e Acompanhamento Financeiro compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à programação financeira;

II - manter atualizado o registro dos pagamentos efetuados dos contratos de financiamento de programas e ações, inclusive durante a fase de desembolso, incluindo-se amortizações e encargos financeiros; e

III - Contribuir com o órgão central na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, em especial no aprimoramento da Programação Financeira bem como, promover a divulgação de tal sistema, no âmbito do Ministério da Educação, de suas normas e informações sob a orientação do respectivo órgão central.

Art.31. À Divisão de Programação Financeira compete:

I - elaborar a programação financeira mensal e anual e fixar os limites de pagamento em consonância com as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional;

II - promover, com o órgão central do Sistema de Administração Federal, a conciliação dos valores efetivamente pagos em relação aos limites autorizados no decreto de programação orçamentária e financeira anual; e

III - apurar a liquidação da despesa e saldos financeiros das unidades do Ministério da Educação para fins de liberação de recursos, de acordo com a programação financeira.

Art.32. À Divisão de Acompanhamento Financeiro compete:

I - monitorar os desembolsos financeiros efetuados pelo órgão central do Sistema Federal de Administração Financeira;

II - acompanhar e controlar os dispêndios financeiros de modo a garantir o cumprimento da programação financeira aprovada;

III - acompanhar e analisar o fluxo de liberação de recursos;

IV - monitorar as informações sobre limites de saque do Ministério da Educação; e

V - analisar a execução financeira referente a restos a pagar.

Art. 33. Ao Serviço de Análise da Execução da Despesa compete:

I - acompanhar e analisar a execução da despesa pública dos órgãos e unidades.

Art.34. À Coordenação de Análise e Execução da Programação Financeira compete:

I - supervisionar e acompanhar a execução financeira, de acordo com a programação financeira;

II - solicitar cotas financeiras ao órgão central do Sistema Federal de Administração Financeira;

III - registrar as conformidades de gestão e de operadores da Unidade Gestora da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento no SIAFI; e

IV - atender às consultas sobre os procedimentos relativos à execução financeira e à operacionalização do SIAFI.

Art. 35. À Divisão de Movimentação Financeira compete:

I - apurar a liquidação de despesas e saldos financeiros das unidades da Administração Direta do Ministério da Educação para fins de liberação de recursos, de acordo com a programação financeira;

II - analisar propostas de liberação de recursos, acompanhar saldos de dotações orçamentárias e cotas financeiras e liberar recursos financeiros de acordo com a programação financeira aprovada.

Art. 36. À Divisão de Acompanhamento do Pagamento de Pessoal compete:

I - acompanhar a execução da folha de pagamento de pessoal e do auxílio funeral para fins de liberação dos recursos financeiros, nos termos da programação financeira;

II - efetuar a liberação dos recursos financeiros destinados ao pagamento de processos administrativos e judiciais.

Art.37. Ao Serviço de Apuração do Caixa compete:

Gerenciar o fluxo de caixa da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, observando-se as normas estabelecidas pelo órgão central do Sistema Federal de Administração Financeira.

Art. 38. À Coordenação de Contabilidade e de Custos compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas ao Sistema Federal de Contabilidade e ao Sistema de Custos do Governo Federal;

II - apoiar o órgão central e propor medidas de aperfeiçoamento às rotinas e procedimentos do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e do Sistema de Informações de Custos-SIC, ambos do Governo Federal;

III - propor medidas para a apuração dos custos dos programas, projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão das unidades;

IV - acompanhar e orientar, a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 39. À Divisão de Análise e Integridade Contábil e de Custos compete:

I - acompanhar e analisar a consistência dos balanços, balançetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis no SIAFI;



II - acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuado pelas unidades gestoras da administração direta e registrar a conformidade de operadores da unidade gestora da Setorial de Contabilidade no SIAFI;

III - realizar a conformidade contábil das unidades gestoras da administração direta e do órgão superior referente aos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI;

V - efetuar registros contábeis que não possam ser realizados pelas unidades gestoras executoras; e

VI - prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como os relatórios que deverão compor a PCPR, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União-TCU.

Art. 40. À Divisão de Acompanhamento e Orientação Contábil compete:

I - monitorar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

II - monitorar e orientar os lançamentos de aquisição e mobilização de bens de modo a assegurar o efetivo controle patrimonial no âmbito da administração direta; e

III - fornecer e gerenciar a utilização de senhas de usuários e cadastradores do SIAFI, Rede do Serviço Federal de Processamento de Dados - Rede Serpro e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV.

Art. 41. Ao Serviço de elaboração e orientação de Tomada e Prestação de Contas compete:

I - cumprir os atos requeridos para compor o processo de Tomada de Contas Anual dos órgãos da administração direta;

II - instaurar processo de tomada de contas especial relativas a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, efetuar o registro contábil do responsável nas demais unidades da administração direta, bem como verificar e efetuar a respectiva baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento do débito apurado; e

III - orientar as unidades quanto aos procedimentos para a realização de tomada ou de prestação de contas.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária, em consonância com as normas emanadas pelos órgãos centrais dos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira e de Contabilidade compete:

I - coordenar as atividades de elaboração da proposta orçamentária anual, da programação orçamentária e da solicitação de créditos adicionais das unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação, segundo as diretrizes estabelecidas pela CGO;

II - acompanhar a execução do orçamento anual, dos planos e programas das unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação;

III - supervisionar os processos de movimentação de créditos do orçamento das unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação;

IV - gerenciar a elaboração e revisão dos planos internos das ações das unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação e das políticas das secretarias executadas com ações do FNDE.

Art. 43. À Coordenação de Suporte aos Programas da Educação compete:

I - elaborar e gerenciar a programação orçamentária relativa a outras despesas correntes e/ou de capital das unidades administrativas diretamente subordinadas do Ministério da Educação;

II - dar suporte às unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação no processo de elaboração da proposta orçamentária anual, da programação orçamentária e da solicitação de créditos adicionais relativas a outras despesas correntes e/ou de capital;

III - acompanhar a execução do orçamento anual e adotar as providências necessárias visando à consolidação dos planos e programas das unidades administrativas diretamente subordinadas ao Ministério da Educação;

IV - intermediar o relacionamento entre as demais coordenações da SPO e as Secretarias do Ministério da Educação; e

V - registrar as conformidades de gestão e de operadores da Unidade Gestora da Coordenação Geral de Suporte a Gestão Orçamentária.

Art. 44. À Divisão de Suporte aos Programas de Educação Profissional e Tecnológica compete:

I - captar os dados, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual, as solicitações de créditos e outras alterações orçamentárias para o programa de Educação Profissional e Tecnológica;

II - acompanhar a execução orçamentária das ações do programa de educação profissional e tecnológica;

III - elaborar e revisar planos internos das ações dos programas de educação profissional e tecnológica.

IV - orientar as unidades administrativas gestoras do programa de educação profissional e tecnológica quanto ao cumprimento das normas de elaboração da proposta, alteração da lei orçamentária e da programação orçamentária;

Art. 45. Ao Serviço de Movimentação de Créditos compete:

I - executar e acompanhar os processos de descentralização orçamentária e respectivo repasse financeiro para as ações orçamentárias dos programas de educação profissional e tecnológica;

Art. 46. À Divisão de Suporte aos Programas de Educação Superior compete:

I - captar os dados, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual, as solicitações de créditos e outras alterações orçamentárias para os programas de educação superior;

II - acompanhar a execução orçamentária das ações dos programas de educação superior;

III - executar e acompanhar os processos de descentralização orçamentária e respectivo repasse financeiro para as ações orçamentárias dos programas de Educação Superior;

IV - elaborar e revisar planos internos das ações dos programas de educação superior;

V - orientar as unidades administrativas gestoras dos programas de educação superior quanto ao cumprimento das normas de elaboração da proposta, alteração da lei orçamentária e da programação orçamentária;

Art. 47. Ao Serviço de Suporte aos Programas de Educação Básica compete:

I - captar os dados, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual, as solicitações de créditos e outras alterações orçamentárias para o programa de educação básica;

II - acompanhar a execução orçamentária das ações do programa de educação básica;

III - executar e acompanhar os processos de descentralização orçamentária e respectivo repasse financeiro para as ações orçamentárias do programa de educação básica;

IV - elaborar e revisar planos internos das ações do programa de educação básica e das políticas das secretarias executadas com ações do FNDE.

V - orientar as unidades administrativas gestoras do programa de educação básica quanto ao cumprimento das normas de elaboração da proposta, alteração da lei orçamentária e da programação orçamentária;

Capítulo IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E
DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 48. Ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades da SPO e, especificamente:

I - assessorar o Secretário-Executivo e disponibilizar informações referentes às funções desempenhadas como órgão setorial dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade;

II - contribuir para a melhoria contínua das ações de planejamento, orçamento, administração financeira e contabilidade;

III - supervisionar a elaboração, o acompanhamento, a avaliação e processos de revisão dos planos plurianuais, bem como as propostas anuais de orçamento;

IV - coordenar a compatibilização entre recursos aprovados e ações planejadas pelo Ministério da Educação;

V - autorizar as alterações de modalidades de aplicação das dotações orçamentárias consignadas na Unidade Orçamentária 20101 - Ministério da Educação;

VI - referendar o plano de gestão da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

VII - ordenar despesa e praticar os demais atos de administração orçamentário-financeira e patrimonial relativos aos recursos da Subsecretaria;

VIII - propor alterações na estrutura organizacional e no regimento interno da SPO; e

IX - aprovar a programação anual de trabalho da Subsecretaria.

Art. 49. Aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar, e avaliar as atividades de suas unidades e, especificamente:

I - assistir o Subsecretário de Planejamento e Orçamento nos assuntos de sua competência;

II - estabelecer a programação de trabalho de sua área;

III - promover a integração operacional entre as unidades da Coordenação-Geral;

IV - propor e acompanhar programas continuados de capacitação destinados aos servidores da Coordenação-Geral;

V - verificar o cumprimento das diretrizes gerais e das determinações do Subsecretário de Planejamento e Orçamento;

VI - elaborar estudos, análises, pareceres, propostas de instrumentos normativos, exposições de motivos, relativos à sua área de competência;

VII - representar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, sob orientação de seu dirigente, em reuniões técnicas, seminários e congressos;

VIII - articular-se com os demais dirigentes em atividades voltadas para a produção de informações gerenciais agregadas;

IX - colaborar na formulação de processos de suporte técnico-metodológico de desenvolvimento de sistemas de informação voltados para a melhoria das atividades de planejamento e de orçamento, de administração financeira e de contabilidade da Subsecretaria;

X - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas por seu superior imediato; e

XI - subsidiar a elaboração do relatório de gestão da SPO.

Art. 50. Aos Coordenadores incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar, e avaliar as atividades de suas unidades e, especificamente:

I - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos de sua competência;

II - representar a Coordenação-Geral, sob orientação, em reuniões técnicas, seminários e congressos;

III - administrar os recursos humanos, materiais e tecnológicos de sua área;

IV - identificar as necessidades e propor programa anual de treinamento e de aperfeiçoamento dos servidores das respectivas áreas; e

V - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas por seu superior imediato.

Art. 51. Aos chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de suas unidades, e especificamente:

I - responder pela regularidade dos trabalhos e outros encargos afetos a sua área;

II - emitir pareceres sobre assuntos relacionados à sua área de competência;

III - submeter à apreciação superior métodos e processos de racionalização dos trabalhos sob sua atuação; e

IV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas por seu superior imediato.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. Observadas às disposições deste Regimento Interno, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento expedirá normas e planos de organização, que terão por objetivo definir e detalhar atribuições, atividades e procedimentos internos relacionados ao funcionamento da Subsecretaria.

Parágrafo único. As normas de organização a que se refere o caput deste artigo deverão ser divulgadas internamente no Boletim de Serviço do Ministério da Educação.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em, 16 de outubro de 2013

Processo nº: 23000.005942/2013-11

Interessado(a): Instituto Macapaense de Ensino Superior S.S Ltda.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1684/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.005949/2013-24

Interessado(a): Associação Brasileira de Educação.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1686/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.005954/2013-37

Interessado(a): Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos S/C Ltda - CESREI.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1687/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.006051/2013-73

Interessado(a): Idex Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1692/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.006028/2013-89

Interessado(a): Associação Piauiense de Ensino Superior Ltda.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1665/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.005803/2013-89

Interessado(a): Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior.

Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos-Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer no 1669/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão no 1/2013-SE-Su/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 20 de maio de 2013.



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

**Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da
Educação, exercício 2013**

Anexo I

Março, 2014

§ 8º A apresentação da experiência em desconformidade com o disposto no § 2º, art. 9º deste Regulamento, implicará sua exclusão sumária do processo de avaliação.

Art. 10 A inscrição corresponderá à aceitação, pelos autores, das disposições do presente Regulamento e, inclusive, da autorização para publicação e uso de imagem pelo MEC e instituições parceiras.

CAPÍTULO V - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA E DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Art. 11 Para confirmar a participação no Prêmio, os candidatos deverão enviar o formulário impresso gerado pelo sistema eletrônico e anexar:

- cópias da carteira de identidade e do CPF do candidato;
- declaração fornecida pela secretaria da escola na qual a experiência foi realizada, atestando o efetivo exercício da atividade docente do professor;
- documentação comprobatória da realização da experiência que evidencie sua qualidade e resultados obtidos, tais como: artigos e matérias publicadas em jornais, revistas e Internet, materiais didáticos produzidos, estatísticas que demonstrem efetivas melhoras nos indicadores educacionais de acesso, de permanência e de rendimento dos alunos envolvidos, registro fotográfico e videográfico, entre outros.

§ 1º O relato da experiência a ser preenchido no formulário eletrônico corresponde à estrutura de um documento digitado em fonte Arial, tamanho 12, espaço simples, contendo entre 10 (mínimo) e 20 (máximo) páginas de papel tamanho A4, não computando neste cálculo as páginas referentes aos seguintes itens: capa, folha de rosto, sumário, síntese da experiência e anexos. A quantidade de páginas refere-se à escrita contínua, sem quebra de páginas ou inserção de fotos, imagens e cópias de produções de alunos, que somente devem constar nos anexos.

§ 2º O relato, juntamente com seus anexos e documentação aludida nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo deverá ser acomodado em envelope, pacote ou caixa e lacrado.

Art. 12 As inscrições, em hipótese alguma, serão validadas caso a documentação exigida esteja incompleta ou em desacordo com a orientação dada neste artigo.

CAPÍTULO VI - DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Art. 13 A avaliação e seleção das experiências ocorrerão, sob a responsabilidade da Comissão Julgadora Nacional que selecionará, sem ordem de classificação, no máximo, 40 (quarenta) experiências, sendo até 08 (oito) para cada grande região do país e no limite de até 02 (duas) experiências por categoria.

CAPÍTULO VII - DA COMISSÃO JULGADORA NACIONAL

Art. 14 A Comissão Julgadora Nacional será constituída mediante Portaria do Ministro de Estado da Educação. Seus componentes serão indicados pelo MEC e instituições parceiras.

Art. 15 A Comissão Julgadora Nacional se dissolverá após a Solenidade de Entrega dos Prêmios.

CAPÍTULO VIII - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 16 A seleção das experiências levará em conta os seguintes critérios de avaliação:

- Qualidade da experiência inscrita, no que se refere à:
 - clareza e objetividade do relato da experiência;
 - clareza e objetividade do conteúdo exposto;
 - respeito às normas da Língua Portuguesa; e
 - consistência pedagógica e conceitual.
- Sintonia com os objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contemplem, a partir de resultados concretos, os seguintes aspectos:
 - ações empreendidas visando ao sucesso escolar dos alunos e à qualidade da aprendizagem;
 - contribuição para a permanência do aluno na escola com a adoção de práticas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos, reduzindo a repetência, o abandono e a evasão;
 - ações no sentido de facilitar a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos e a abertura da escola à comunidade na qual ela está inserida; e
 - práticas visando à formação ética, artística, cultural e cidadã dos alunos.

III - Contextualização, entendida aqui como a descrição do espaço escolar, as peculiaridades e a realidade sociocultural e econômica da comunidade na qual a escola está inserida.

IV - Potencial de aplicabilidade da experiência em outras realidades educacionais.

CAPÍTULO IX - DA PREMIAÇÃO

Art. 17 Os autores das experiências selecionadas pela Comissão Julgadora Nacional, independentemente de sua região e da categoria a que concorrem, receberão a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), além de troféu e certificados expedidos pelas instituições promotoras do Prêmio. Os prêmios dos professores serão pagos pelos parceiros (Fundação SM, Fundação Bunge, Instituto Pró-Livro e Instituto Votorantim).

Art. 18 As escolas nas quais foram desenvolvidas as experiências selecionadas serão premiadas com a aquisição de equipamentos audiovisuais ou multimídia, a critério delas, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Os equipamentos serão adquiridos pelos parceiros (Fundação SM, Fundação Bunge, Instituto Pró-Livro e Instituto Votorantim) e repassados às escolas em forma de doação.

Art. 19 A critério da Comissão Julgadora Nacional, poderão ser selecionadas até 5 (cinco) experiências para receber Diplomas de Honra ao Mérito.

CAPÍTULO X - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA ENTREGA

Art. 20 A divulgação oficial do resultado final do Prêmio Professores do Brasil - 4ª Edição ocorrerá até o dia 30 de outubro de 2009, a cargo da Coordenação Organizadora Nacional do Prêmio, por

meio de publicação no Diário Oficial da União e nos sites das instituições promotoras do Prêmio.

Art. 21 A cerimônia de premiação do concurso terá lugar em sessão pública, em data, local e horário a serem definidos, como parte da programação do Seminário Professores do Brasil, organizado pelo MEC e instituições parceiras.

Art. 22 O Seminário Professores do Brasil será promovido pelo MEC e instituições parceiras com os seguintes objetivos: conhecer, valorizar e divulgar o trabalho dos docentes premiados; promover o intercâmbio das experiências vencedoras e a reflexão sobre a prática pedagógica; fortalecer a educação básica a partir de uma visão sistêmica que articule e integre todas as suas etapas.

§ 1º Os professores e diretores ou representantes das escolas premiadas nessa edição do Prêmio têm participação assegurada no Seminário, com passagens e hospedagem custeadas pelas instituições promotoras.

§ 2º Mediante prévia inscrição junto à Coordenação Nacional do Prêmio, poderão participar do Seminário os professores co-autores das experiências premiadas, desde que assumam as despesas com seu deslocamento e hospedagem.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Será da responsabilidade dos autores das experiências inscritas o ônus relativo aos direitos autorais de textos, imagens e outros recursos que acompanhem o seu trabalho.

Art. 24 Os documentos e anexos das experiências inscritas não serão devolvidos aos seus autores, cabendo ao MEC a decisão de arquivar ou descartar a documentação das experiências não selecionadas.

Art. 25 As decisões tomadas pela Comissão Julgadora Nacional, relativas à seleção final das experiências inscritas, assim como as decisões quanto aos casos omissos neste Regulamento, são de inteira responsabilidade das instituições promotoras do Prêmio, representados na Coordenação Organizadora Nacional, de forma soberana e irrecorrível.

PORTARIA Nº 787, DE 14 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, resolve

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Diretoria de Tecnologia da Informação, órgão específico singular, diretamente subordinado à Secretaria Executiva do Ministério da Educação, tem por finalidade:

I - instrumentalizar o Secretário-Executivo com informações gerenciais, relacionadas à Tecnologia da Informação e da Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação;

II - exercer as funções de Órgão Setorial, colaborando com o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, na análise e proposições de mecanismos, processos, e atos normativos, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;

III - promover a articulação com o Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, informando e orientando os órgãos e as unidades do Ministério da Educação quanto ao cumprimento das normas vigentes;

IV - exercer as funções de Unidade de Monitoramento e de Avaliação, de modo a oferecer subsídios técnicos na definição de conceitos e dos procedimentos específicos nas ações relativas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;

V - planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério;

VI - estabelecer e coordenar a execução da política de segurança de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;

VII - definir e adotar metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas Tecnologias de Informação e da Comunicação no âmbito do Ministério;

VIII - promover ações visando garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério;

IX - coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e as contratações estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério;

X - planejar e implementar estratégias de soluções de Tecnologia da Informação e da Comunicação, de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério;

XI - garantir que os produtos e serviços relativos à Tecnologia da Informação e da Comunicação sejam conduzidos de acordo com a legislação pertinente; e

XII - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação -

CRTI

2. Coordenação Geral de Desenvolvimento - CGD

2.1 Coordenação de Escritório de Projetos - CProj

2.1.1 Divisão de Banco de Dados - DBD

2.1.2 Divisão de Testes - DITE

2.1.3 Divisão de Normas e Padrões - DNP

2.1.4 Serviço de Monitoramento de Desenvolvimento -

SMD

2.1.5 Serviço de Acompanhamento de Demandas - SAD

2.1.6 Serviço de Controle de Processos- SCP

3.Coordenação-Geral de Infra-Estrutura - CGI

3.1 Coordenação de Banco de Dados e Serviços de Infra-Estrutura - CBSI

3.1.1 Divisão de Telecomunicações - DiTel

3.1.2 Divisão de Gerenciamento de Rede - DGR

3.1.3 Divisão de Monitoramento e Controle - DMC

3.1.4 Serviço de Assessoria Técnica - SAT

3.1.5 Serviço de Cabeamento e Elétrica - SeCE

3.1.6 Serviço de Atendimento e Suporte Técnico - SAST

Art. 3º A Diretoria de Tecnologia da Informação será dirigida por Diretor; as Coordenações Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; as Divisões, os Serviços, por Chefes, cujos cargos serão providos na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções o Diretor de Tecnologia da Informação contará com um coordenador.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente, cabendo ao Diretor de Tecnologia da Informação aprovar as respectivas indicações.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação
Art. 5º A Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar os atos necessários à Gestão Contratual de bens e serviços, decorrentes das aquisições de Tecnologia da Informação;

II - coordenar a elaboração de relatórios financeiros e controlar os pagamentos dos contratos efetivados da área correlata;

III - coordenar, dirigir e orientar a execução das atividades inerentes à estrutura da Diretoria;

IV- acompanhar e conduzir atividades referentes às viagens, despachos e demais atividades da Diretoria;

V - providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas com a área de atuação da Diretoria;

VI - coordenar ações para efetivação do planejamento orçamentário da área, segundo planos de trabalho previamente estabelecidos e de acordo com orientações da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério;

VII - supervisionar e controlar a gestão de materiais de Tecnologia da Informação, em articulação com a Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL, compreendendo: supervisão de solicitações de material de expediente, movimentação e doação de bens e acompanhamento dos deslocamentos de bens patrimoniais;

VIII - controlar ações diretamente relacionadas ao gerenciamento da força de trabalho, alocada na Diretoria de Tecnologia da Informação;

IX - planejar, promover e executar, em articulação com o Órgão Setorial de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, treinamentos referentes a sistemas, aplicativos e inclusão digital dos servidores do Ministério;

X - acompanhar e fiscalizar a execução de contratos de terceirização de serviços de Tecnologia da Informação, de telecomunicações e de aquisições de equipamentos;

XI - analisar e acompanhar a construção de termos de referência e projetos básicos desta Diretoria, em articulação com a Coordenação Geral de Compras e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, possibilitando o enquadramento dos mesmos em conformidade com a legislação e jurisprudência vigentes;

XII - acompanhar e avaliar a elaboração e execução de projetos e contratações estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério; e

XIII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Desenvolvimento - CGD

Art. 6º A Coordenação-Geral de Desenvolvimento compete:

I - orientar, acompanhar, coordenar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento, modelagem e customização de sistemas informatizados e de administração de banco de dados;

II - propor e acompanhar a implementação de projetos de sistemas de informação no âmbito do Ministério da Educação; definir padrões para a especificação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação no Ministério;

III - identificar as necessidades relacionadas aos sistemas automatizados e em produção no Ministério da Educação, promovendo as ações corretivas, adaptativas e evolutivas que se façam necessárias;

IV - apoiar os usuários finais na solução de problemas nos sistemas em operação no Ministério;



V - definir e implementar metodologia de desenvolvimento de sistemas, bem como manter e administrar os sistemas de gerenciamento de banco de dados do Ministério;

VI - promover estudos prospectivos sobre novas tecnologias, visando à melhoria dos serviços prestados ao Ministério; e

VII - manter documentação dos dicionários de dados, códigos fonte, manuais de usuário, metodologia de desenvolvimento de sistemas e outros vinculados a sua área de atuação.

Art. 7º À Coordenação de Escritório de Projetos compete:

I - dar suporte aos projetos da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e promover treinamentos, consultoria, gerenciamento de recursos, implementação de metodologias e padronização de processos;

II - prover demais atividades decorrentes de Gerencia de Projetos como: manutenção de cronogramas, controle de pontos de função ou pontos de caso de uso,

III - promover a produção e distribuição de relatórios, arquivamento dos documentos relacionados aos projetos (propostas, ordens de mudanças, controle de horas, orçamentos, cronogramas);

IV - definir metodologia de processos, promovendo assim a padronização entre os diversos projetos;

V - prover a manutenção de histórico de projetos e a capacitação de equipes e gerentes de projetos; e

VI - apoiar a elaboração de projetos básicos, relatórios, estudos e minutas técnicas e termos de referência, relativos aos assuntos pertinentes à sua competência.

Art. 8º À Divisão de Banco de Dados compete:

I - administrar o banco de dados e dar suporte às permissões de acesso dos sistemas corporativos, garantindo o bom desempenho de sua operação; e

II - aplicar política de administração de dados, visando à integridade, qualidade, segurança e disponibilidade das informações dos sistemas de informações do Ministério.

Art. 9º À Divisão de Normas e Padrões compete:

I - empreender ações de normatização de sistemas, de forma a suprir as necessidades relacionadas aos sistemas automatizados e em produção no Ministério da Educação, originando, assim, demandas por ações corretivas, adaptativas e evolutivas;

II - empreender ações de padronização de sistemas, de forma a suprir as necessidades relacionadas aos sistemas automatizados e em produção no Ministério da Educação; e

III - propor a adoção de normas e padrões técnicos de procedimentos, de forma a promover a segurança física e lógica do ambiente de informática, inclusive com relação às interconexões com outros ambientes.

Art. 10 À Divisão de Testes compete:

I - empreender ações de testes e experimentos, de forma a suprir as necessidades relacionadas à padronização de sistemas no Ministério da Educação; e

II - motivar ações internas de adequações aos normativos externos ao Ministério.

Art. 11 Ao Serviço de Monitoramento de Desenvolvimento compete:

I - acompanhar e dar suporte ao processo de desenvolvimento, modelagem e customização de sistemas informatizados;

II - supervisionar ações de implementação de projetos de sistemas de informação no âmbito do Ministério da Educação, afim de manter padronização para especificações, desenvolvimento e implantação de sistemas de informações no Ministério; e

III - promover as ações corretivas, adaptativas e evolutivas que se façam necessárias;

Art. 12 Ao Serviço de Acompanhamento de Demandas compete:

I - controlar documentos encaminhados e expedidos pela Diretoria; e

II - acompanhar processos expedidos pela Diretoria, quanto a execução das ações para efetivação da referida demanda, no Ministério da Educação.

Art. 13 Ao Serviço de Controle de Processos compete:

I - promover ações de modernização e atualização de fluxos de processos; e

II - propor normas de uniformização de procedimentos e comunicação a serem observados no âmbito da Diretoria.

Seção III

Da Coordenação-Geral de Infraestrutura - CGI

Art. 14 À Coordenação Geral de Infraestrutura compete:

I - orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de atendimento de suporte técnico, manutenção de equipamentos de informática e administração da rede corporativa do Ministério;

II - coordenar, gerir e supervisionar os projetos de comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática do Ministério;

III - coordenar a execução da política de segurança de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;

IV - coordenar, propor e manter políticas, diretrizes e critérios referentes a recursos de rede de computadores, banco de dados e suporte técnico;

V - propor ações e sugerir prioridades nas atividades de rede de computadores, banco de dados e suporte técnico;

VI - elaborar e rever, periodicamente, os documentos normativos necessários ao bom andamento das atividades da rede de computadores, banco de dados e suporte técnico, segundo padrões e orientações emanados do Governo Federal; e

VII - avaliar e propor a aquisição de novas tecnologias, novos produtos e serviços que garantam funcionamento adequado e compatível com as necessidades de funcionamento da rede e banco de dados.

Art. 15 À Coordenação de Banco de Dados e Serviços de Infraestrutura compete:

I - controlar e monitorar a administração do banco de dados e monitorar as permissões de acesso dos sistemas corporativos, garantindo o bom desempenho de sua operação;

II - gerenciar a política de administração de dados, com vistas à integridade, qualidade, segurança e disponibilidade das informações dos sistemas corporativos do Ministério; e

III - manter a infraestrutura necessária de administração de banco de dados para o processamento e a integridade dos dados e informações;

Art. 16 À Divisão de Gerenciamento de Rede compete:

I - supervisionar e monitorar a operação e a disponibilidade dos serviços da rede corporativa do Ministério, incluindo os ativos de rede e suas conexões com o ambiente externo;

II - avaliar e controlar a qualidade dos serviços contratados com empresas terceirizadas para fornecimento de links de comunicação, acesso à internet, correio eletrônico e outros que se façam necessários à condução da administração de redes;

III - realizar acompanhamentos da segurança física do ambiente e dos equipamentos do Ministério;

IV - realizar acompanhamentos da segurança dos equipamentos servidores e estações de trabalho contra vírus e ataques externos;

V - acompanhar as atividades de backups dos programas e das bases de dados dos sistemas do Ministério; e

VI - supervisionar as ações de execução e manutenção da Política de Segurança da Informação do Ministério.

Art. 17 À Divisão de Telecomunicações compete:

I - monitorar o atendimento ao usuário do Ministério, por meio do controle de demandas e solicitações direcionadas à comunicação de voz e dados;

II - supervisionar e orientar as ações para a manutenção e inovação dos processos de comunicação de voz e dados; e

III - controlar os serviços de atendimento de comunicação de voz e dados e demais atividades inerentes à condução eficaz da comunicação no Ministério da Educação

Art. 18 À Divisão de Monitoramento e Controle compete:

I - controlar e monitorar as demandas inerentes à Diretoria de Tecnologia da Informação;

II - supervisionar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, bem como acompanhar e monitorar sua implementação;

III - acompanhar o cumprimento das ações definidas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação; e

IV - promover ações para a construção da Governança de Tecnologia da Informação no Ministério.

Art. 19 Ao Serviço de Assessoria Técnica compete:

I - monitorar o atendimento ao usuário do Ministério através do controle de demandas e solicitações direcionadas à Coordenação Geral de Infra-estrutura; e

II - supervisionar as ações de controle de recursos tecnológicos, no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 20 Ao Serviço de Gerenciamento de Cabeamento e Elétrica compete:

I - monitorar o atendimento ao usuário do Ministério, de forma a acompanhar e controlar as demandas direcionadas à área;

II - monitorar a adequação de tomadas e pontos de rede para instalações de equipamentos e componentes de informática; e

III - apoiar processos de mudanças no tocante à espaço físico, promovendo a instalação de componentes necessários ao empreendimento de realocações.

Art. 21 Ao Serviço de Gerenciamento de Atendimento e Suporte Técnico compete:

I - monitorar o atendimento ao usuário do Ministério, de forma a administrar o fluxo de demandas e cumprimento de acordos referenciados em contratos; e

II - emitir relatórios gerenciais para acompanhamento dos níveis de serviço acordados nos contratos de suporte técnico em equipamentos, softwares básicos instalados e instalação e configuração de equipamentos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I

Do Diretor

Art. 22 Ao Diretor de Tecnologia da Informação incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e dos projetos e programas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em sua área de competência;

II - articular, junto aos órgãos centrais, setoriais e seccionais do SISP, com vistas ao aperfeiçoamento e ao aprimoramento da atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação, mediante o intercâmbio de experiências e informações;

III - apoiar e prestar orientação técnica e normativa aos órgãos e entidades do Ministério da Educação, na elaboração e implementação de projetos e atividades pertinentes à área de informação e informática;

IV - orientar, monitorar a avaliar a elaboração e implementação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

V - instrumentalizar o Secretário-Executivo com informações gerenciais, relacionadas à Tecnologia da Informação e da Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação;

VI - planejar e definir estratégias de soluções de Tecnologia da Informação e da Comunicação, de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério; e

VII - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

Seção II

Do Coordenador de Recursos de Tecnologia da Informação e Coordenadores-Gerais

Art. 23 Ao Coordenador de Recursos de Tecnologia da Informação incumbe:

I - coordenar, dirigir e orientar a execução das atividades inerentes à estrutura da Diretoria;

II - elaborar e acompanhar audiências, viagens, despachos e demais atividades da Diretoria;

III - providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas com a área de atuação da Diretoria;

IV - planejar, promover e executar, em articulação com o Órgão Setorial de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, treinamento referente a sistemas, aplicativos e inclusão digital dos servidores do Ministério.

V - analisar e acompanhar a construção de termos de referência e projetos básicos desta Diretoria, em articulação com a Coordenação Geral de Compras e Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, possibilitando o enquadramento dos mesmos na conformidade da legislação e jurisprudência vigentes.

VI - coordenar ações para efetivação do planejamento orçamentário da área, segundo planos de trabalho previamente estabelecidos e de acordo com orientações da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas.

Art. 24 Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; e

II - participar de Comitês Técnicos de Tecnologia da Informação, representando o Ministério da Educação e a Diretoria de Tecnologia da Informação para consultas, informações e deliberações.

Seção III

Dos Coordenadores, Chefes de Divisões e Chefes de Serviços

Art.25 Aos Coordenadores, Chefes de Divisões e de Serviços incumbe coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 Aos Servidores com funções gratificadas não especificadas neste Regimento caberá executar as atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.

Art. 27 Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas às unidades e aos servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir os objetivos e às finalidades da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Art. 28 Os casos omissos e as dúvidas advindas quando da aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Diretor de Tecnologia da Informação.

PORTARIA Nº 788, DE 14 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 15, 31, § 5º, 32, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, no art. 7º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, e na Portaria/MEC nº 932, de 13 de julho de 2008, e, considerando, a necessidade de revisão das estimativas das receitas dos impostos e transferências que compõem o FUNDEB em 2009, em face da tendência apontada no comportamento da arrecadação, decorrente dos resultados verificados no primeiro semestre do corrente exercício, resolvem

Art. 1º Na operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, serão observados, no exercício de 2009, os parâmetros anuais ora atualizados, na forma dos seguintes anexos à presente Portaria:

I - No Anexo I são definidos:

a) o valor anual por aluno, estimado no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, desdobrado por etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, na forma do disposto nos arts. 10 e 36, § 2º, da Lei nº 11.494/2007, observadas as ponderações aprovadas na forma da Portaria/MEC nº 932, de 13 de julho de 2008;

b) a estimativa da receita total dos Fundos, tomando como base a composição prevista no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 11.494/2007;

c) a Complementação da União ao FUNDEB, distribuída por Estado e para o Distrito Federal, tomando como base o valor total definido no art. 31, § 3º, III, da Lei nº 11.494/2007, atualizado pelo INPC de 12,67% (referente ao período de dezembro de 2006 a dezembro de 2008), em cumprimento ao disposto no art. 31, § 5º, do mesmo diploma legal;

II - No Anexo II é contemplado o cronograma de repasses mensais da Complementação da União aos entes governamentais beneficiários, desdobrados por mês e Unidade Federada Estadual;

III - No Anexo III é divulgado o valor por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, de cada Estado e do Distrito Federal, referente ao exercício de 2006,



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

**Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da
Educação, exercício 2013**

Anexo II

Março, 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

PETI

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC

Elaboração: 2011
Execução: 2012/2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012



Ministro da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Secretário Executivo
José Henrique Paim Fernandes

Diretor de Tecnologia da Informação
Bruno Adann Sagratzki Coura

Coordenadores-Gerais
Alex Sandro Scremin Molinari (Coordenador-Geral de Infraestrutura)
Merched Cheheb de Oliveira (Coordenador-Geral de Desenvolvimento)

Responsáveis Técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação
Denise Barros de Sousa Nogueira
Mário Higino Taveira de Almeida
Tiago Silva Miari

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06
		Código: RPETIMEC-01-VC-06
		Data de versão: 25/06/2012

Histórico das Revisões

Data	Versão	Descrição	Autores
25/01/2012	01	Criação do documento (RPETIMEC-01-VC-01).	Denise Barros de Sousa (denise.sousa@mec.gov.br) Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br) Tiago Silva Miari (tiago.miari@mec.gov.br)
24/02/2012	01	Revisão do documento (RPETIMEC-01-VC-02).	Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br)
26/03/2012	01	Revisão do documento (RPETIMEC-01-VC-03).	Denise Barros de Sousa (denise.sousa@mec.gov.br) Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br) Tiago Silva Miari (tiago.miari@mec.gov.br)
29/03/2012	01	Revisão do documento (RPETIMEC-01-VC-04).	Denise Barros de Sousa (denise.sousa@mec.gov.br) Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br) Tiago Silva Miari (tiago.miari@mec.gov.br)
20/04/2012	01	Revisão do documento (RPETIMEC-01-VC-05).	Denise Barros de Sousa (denise.sousa@mec.gov.br) Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br)
25/06/2012	01	Correção do item 8 (Mapa Estratégico). Não foi alterado a versão, somente o controle da 1ª versão (RPETIMEC-01-VC-06).	Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br)

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06
		Código: RPETIMEC-01-VC-06
		Data de versão: 25/06/2012

SUMÁRIO

1.	Origem do documento	05
2.	Introdução.....	05
2.1.	A Diretoria de Tecnologia da Informação	05
2.2.	A Estrutura Organizacional.....	07
3.	Objetivo.....	07
4.	Escopo.....	08
5.	Não escopo.....	08
6.	Metodologia aplicada.....	08
7.	Postura estratégica.....	11
7.1.	Análise interna.....	11
7.2.	Análise externa	11
7.3.	Ambiente externo	12
7.4.	Ambiente interno	13
8.	Mapa estratégico	15
9.	Declarações estratégicas	16
10.	Objetivos estratégicos	17
11.	Considerações finais	32
12.	Vigência.....	32
13.	Aprovação.....	33
14.	Anexos.....	34
14.1.	Anexo A - Gabinete	
14.2.	Anexo B - CRTI – Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação	
14.3.	Anexo C - Escritório de Processos	
14.4.	Anexo D - CGI – Coordenação-Geral de Infraestrutura	
14.5.	Anexo E - CGD – Coordenação-Geral de Desenvolvimento	

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

1. ORIGEM DO DOCUMENTO

MEC/SE/DTI

Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva, do Ministério da Educação.

2. INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação tem como finalidade orientar o planejamento e o monitoramento de seus objetivos estratégicos e suas metas na Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI do Ministério da Educação - MEC, de maneira a consolidar a importância estratégica da área e garantir seu alinhamento às áreas de negócio da instituição.

A TI do MEC é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação que atendam a política educacional do país. Citam-se, com este fim, os programas: PROUNI, BRASIL ALFABETIZADO, EDUCACENSO, E-MEC, PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO, SIMEC, PRONATEC, SISU e outros. A Tecnologia da Informação contribui para a execução de políticas educacionais e auxilia o Ministério da Educação a beneficiar milhões de estudantes e professores.

Para promover a viabilidade e a sustentabilidade do novo modelo de gestão, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo foi responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como co-autora no processo de educação. Isso exigiu um instrumento jurídico que permitisse inaugurar um novo regime de colaboração, um compromisso fundado em diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, voltadas para a melhoria da qualidade da educação e o fortalecimento da escola pública: o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que garante a sustentabilidade das ações que o compõem, a partir da elaboração de um Plano de Ações Articuladas (PAR).

Em sua Visão, a Diretoria de Tecnologia da Informação coloca-se como co-responsável pela garantia do cumprimento das propostas do PDE, de forma a obter um norte na construção de seus objetivos estratégicos e para composição de suas ações estratégicas e metas.

Este planejamento estratégico irá abranger toda a área de TI do Ministério da Educação e terá um período de validade abrangendo o biênio 2012-2013, permitindo revisões anuais ou sempre que necessário objetivando atingir suas metas.

2.1 A DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação foi criada pelo Decreto Nº 6320, de 20 de dezembro de 2007, que reformula a estrutura regimental do Ministério da Educação, empreendendo, assim, um novo formato, a área de tecnologia da instituição, sendo este substituído pelo Decreto Nº 7690, de 02 de março de 2012, que estabelece as seguintes responsabilidades à DTI:

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 5/34

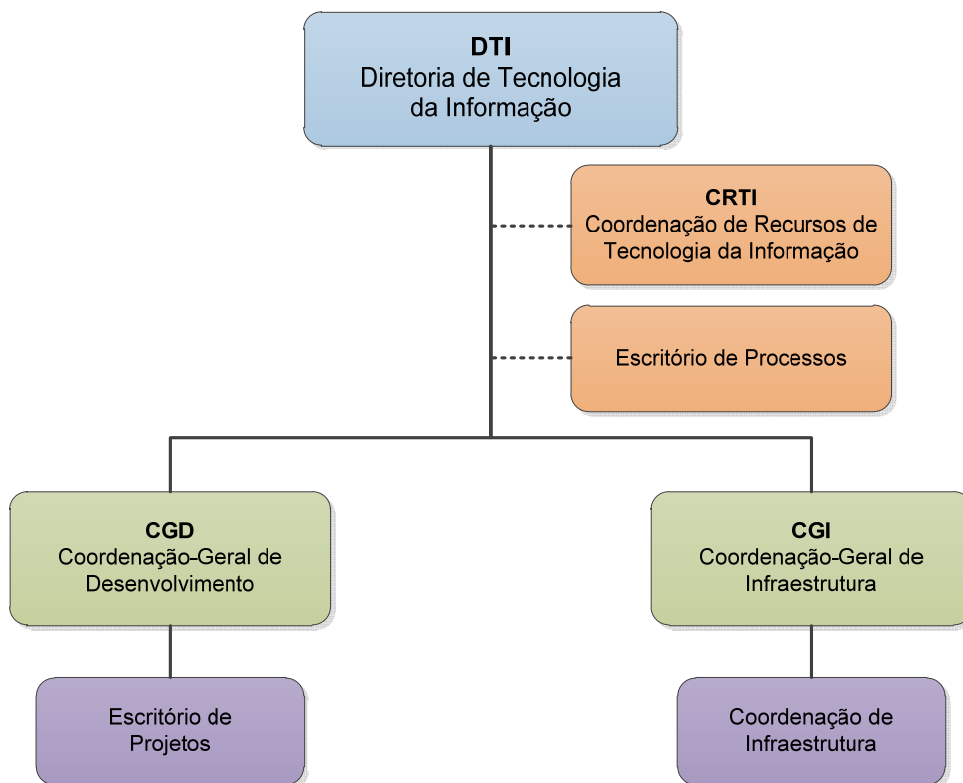
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Art. 7º À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

- I - coordenar e supervisionar a elaboração, execução e avaliação das ações relativas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;
- II - planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;
- III - estabelecer e coordenar a execução da política de segurança da informação, no âmbito do Ministério;
- IV - definir e adotar metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas tecnologias de informação e comunicação, no âmbito do Ministério;
- V - promover ações visando garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Ministério;
- VI - coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e contratações estratégicas de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;
- VII - planejar e implementar estratégias de soluções de tecnologia da informação e de comunicação, de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério;
- VIII - garantir que os produtos e serviços relativos à tecnologia da informação e comunicação sejam conduzidos de acordo com a legislação pertinente;
- IX - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação e comunicação;
- X - assessorar o comitê de informação e informática - COMINF/MEC, oferecendo o apoio técnico e operacional necessário ao seu adequado funcionamento.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com o Decreto nº 7480, de 16 de maio de 2011, a estrutura organizacional da DTI se divide da seguinte forma:



3. OBJETIVO

O objetivo do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação é:

- Nortear as ações da Diretoria de Tecnologia da Informação para os próximos 2 anos e possibilitar o crescimento organizado e planejado da TI, conforme necessidade do MEC;
- Melhorar a interação entre a Diretoria e demais Coordenações-Gerais;
- Analisar a relação custo/benefício dos investimentos tecnológicos;
- Estabelecer ações, prazos e custos;
- Padronizar os procedimentos para análise, implementação, implantação e suporte dos projetos;
- Definir projetos e prioridades, com acompanhamento das ações de execução dos mesmos.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01-VC-06 Data de versão: 25/06/2012

4. ESCOPO

O escopo deste PETI está relacionado diretamente ao planejamento estratégico da DTI e suas Coordenações, ou seja:

- Assessoria do Gabinete;
- Coordenação-Geral de Desenvolvimento – CGD;
- Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGI;
- Escritório de Processos;
- Coordenação de Recursos da Tecnologia da Informação – CRTI.

5. NÃO ESCOPO

Não faz parte do escopo deste PETI outras Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações que não estejam subordinadas a Diretoria de Tecnologia da Informação do MEC (ver organograma, item 2.2).

6. METODOLOGIA APLICADA

Toda organização deve, além de definir suas atribuições, ter clareza sobre o rumo a seguir, com o objetivo de atingir o futuro desejado. E é fundamentalmente com essa questão que se ocupa o Planejamento Estratégico.

O Planejamento e a Gestão Estratégica têm a função precípua de estabelecer o direcionamento da organização, promovendo, para isso, o alinhamento dos recursos e esforços da organização. O planejamento e sua respectiva gestão procuram garantir para a organização o desenvolvimento de uma cultura que a leve a fazer a coisa certa no momento certo, e que lhe permita solucionar as duas equações sempre presentes nas decisões organizacionais: a importância e a urgência.

Assim, o foco principal do Planejamento e da Gestão Estratégica concentra-se nas decisões de alta importância, as quais devem ser tomadas no tempo certo, porém sem a pressão da urgência, uma vez que são objeto do próprio planejamento.

A metodologia empregada ao se fazer o planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação foi o Planejamento Corporativo, adotado pela maioria das grandes organizações públicas e privadas. O primeiro passo dessa metodologia é o estabelecimento das Declarações Estratégicas, entendidas como o conjunto de enunciados que permite identificar a razão de ser da organização, seu caminho rumo ao futuro e os esforços para alcançá-lo. A Missão é a razão de ser da organização, tendo em vista o seu ambiente de atuação em termos de caracterização da demanda e identificação dos beneficiários. Definida a Missão, parte-se para o enunciado da Visão de Futuro, que expressa externamente o resultado que se espera atingir se a organização cumprir corretamente a sua Missão e projeta internamente a organização no futuro, com as suas novas competências e áreas de atuação.

Essas Declarações são complementadas pelas Diretrizes Estratégicas, vetores fundamentais da atuação organizacional e eixos a serem considerados para que a instituição, desempenhando a sua Missão, alcance a Visão desejada. Com a formulação das Declarações Estratégicas, uma

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 8/34



outra etapa do processo de planejamento deve ser vencida, com a definição dos Objetivos Estratégicos, que é o conjunto de fatos, resultados e comportamentos a serem alcançados em um futuro determinado, para que a organização atinja a Visão de Futuro.

Na origem da construção dessa metodologia, os objetivos estavam marcadamente ligados às questões financeiras. Entretanto, dois autores – Robert S. Kaplan e David P. Norton –, ao perceberem que as questões financeiras eram insuficientes para efetivar o Planejamento, desenvolveram os conceitos de uma metodologia que ficou conhecida como *Balanced Scorecard* (BSC). Em síntese o BSC é um modelo de gestão estratégica que auxilia a organização a traduzir as Declarações Estratégicas em termos operacionais, para que direcione a sua atuação e melhore o seu desempenho.

Os Objetivos Estratégicos são, então, enunciados com base em quatro perspectivas interligadas, o que leva a um equilíbrio (balanço) das dimensões organizacionais, não mais privilegiando apenas a vertente financeira. As quatro perspectivas consideradas pelo BSC são as seguintes:

- Cliente: Quais são os nossos clientes/beneficiários? Como criamos valor para o cliente/beneficiário?
- Perspectiva Financeira: Como criamos valor para o cliente/ beneficiário dentro dos nossos limites financeiros? Como financiamos a nossa missão?
- Processos Internos: Que processos devemos criar ou tornar mais eficientes para satisfazer os clientes/beneficiários dentro dos contornos financeiros e legais?
- Aprendizado e Conhecimento: O que devemos aprender e desenvolver para crescer e mudar, indo ao encontro do futuro desejado?



 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01-VC-06 Data de versão: 25/06/2012

A definição das perspectivas não é rígida; fundamental é a distribuição equilibrada dos Objetivos Estratégicos em relação às diversas perspectivas.

A Gestão Estratégica responde pela operacionalização do Planejamento, o qual deve ser entendido como um processo permanente de gestão; seu monitoramento, sua avaliação e suas possíveis revisões e readequações de rumo devem ser incorporadas à cultura da organização. Para isso, cada objetivo deve ser descrito com precisão e deve ser associado a Indicadores e Metas que possibilitem o acompanhamento constante e a avaliação periódica. Os Indicadores mostram como aferir a consecução do Objetivo, enquanto a Meta estabelece, geralmente de forma quantitativa, o resultado esperado.

Para permitir a efetiva gestão, deve-se aprofundar o nível de operacionalização, indicando as principais Ações que levarão ao cumprimento de cada Objetivo Estratégico. As Ações, por sua vez, poderão gerar Projetos específicos, em relação aos quais se aplicam os conceitos e a metodologia de Gestão de Projetos.

Finalmente, cabe destacar o modo como foram obtidas as Declarações Estratégicas e como foram definidos os Objetivos Estratégicos. O processo contou, primeiramente, com a solicitação por parte do Tribunal de Contas da União pela criação de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, capaz de direcionar as ações estratégicas, para transformar o órgão responsável pelas soluções de tecnologia em um setor alinhado com a área de negócios.

Por conseguinte, o Secretário Executivo do Ministério da Educação, em reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, solicitou às instituições participantes do Comitê a realização de um processo de Planejamento Estratégico de Tecnologia Integrado, de forma que as diretrizes estratégicas discutidas possibilitassem a convergência de ideias e posteriores decisões.

O Ministério da Educação, representado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) empreenderam o processo presente, formalizado pela Portaria de nº 01, de 05 de agosto de 2011. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) optou por contratar empresa especializada para tal fim, e designou profissionais para composição do Grupo de Trabalho, além de auxiliar nos eventos de todas as instituições.

Após a designação formal da Comissão, foram realizados diversos encontros, de forma a encontrar a melhor metodologia de planejamento, e empreendidos eventos, com a participação da alta e média administração de cada órgão, de forma a possibilitar às três instituições um formato simples e efetivo de construção das diretrizes e declarações estratégicas.

7. POSTURA ESTRATÉGICA

A Postura Estratégica foi analisada a partir do empreendimento do Diagnóstico Estratégico. Também denominado auditoria de posição, é a determinação do “como se está”. Essa fase é realizada através de pessoas representativas de várias áreas, que analisam e verificam todos os aspectos inerentes à realidade externa e interna da instituição.

7.1. Análise Interna:

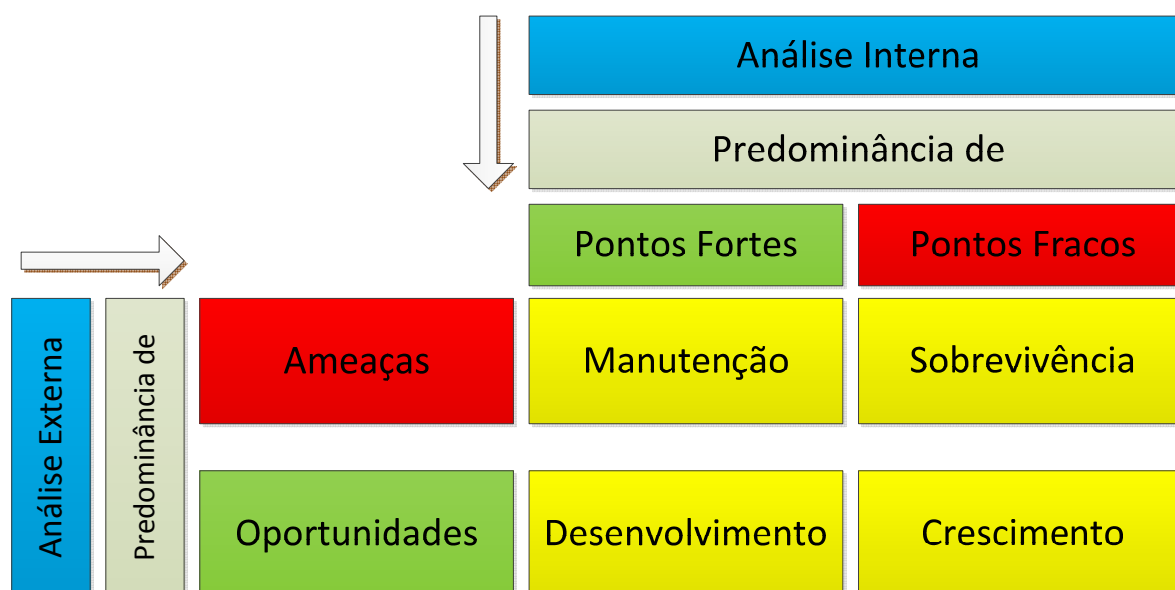
Ponto forte: é a diferenciação conseguida pela instituição – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional.

Oportunidades de melhoria / ponto fraco: é uma situação inadequada da instituição – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente em que se situa.

7.2. Análise Externa:

Oportunidade: é a força ambiental incontrolável pela instituição, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdure.

Ameaças: é a força ambiental incontrolável pela instituição, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que conhecida em tempo hábil.



 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01-VC-06 Data de versão: 25/06/2012

O objetivo da análise de SWOT é definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando oportunidades e protegendo-se de ameaças. Diante da predominância de pontos fortes e fracos e de oportunidades e ameaças, pode-se adotar as estratégias que busquem a sobrevivência, manutenção, crescimento ou desenvolvimento da organização.

A Postura Estratégica, após análise dos insumos construídos pelos grupos de trabalho designados no evento de Planejamento Estratégico, e posterior discussão, foi analisada sob o viés da Sobrevivência. Abaixo relata-se os pormenores da escolha do item Sobrevivência para Postura Estratégica.

7.3. Ambiente Externo

Diversos fatores foram analisados para se chegar a um ponto de discussão, que integrasse as diversas ideias dos grupos participantes do Planejamento Estratégico e convergissem a escolha da Postura Estratégica pela Sobrevivência, entre eles:

Tecnologia: O avanço da tecnologia possibilita a inserção de práticas inovadoras e melhorias para o negócio da tecnologia do Ministério, em ressalva apenas o processo de contratação, que dificulta a entrada das inovações em tempo hábil, munidos de garantia e demais benefícios.

Situação Política: a situação política do país evidencia o crescimento de políticas educacionais e fortalece a necessidade de uma área de tecnologia que suporte essas políticas. Como desvantagem, existem as perspectivas frequentes de mudança da alta gestão e a influência de instituições com interesses distintos na definição de políticas.

Governo: Como desvantagem percebe-se a substituição dos governantes, principalmente do Ministro e Secretário Executivo, que influencia diretamente na mudança da gestão da Diretoria. Outra desvantagem percebida refere-se ao envolvimento da Diretoria em projetos diversos, que não possuem necessariamente conexão com as atividades a serem desempenhadas pela área responsável pela tecnologia do órgão.

Sistema Financeiro: a instabilidade na economia mundial pode gerar grandes cortes no orçamento do Governo Federal e afetam diretamente no orçamento da TI.

Sindicato: o impacto na Diretoria ocasionado por greves e decisões sindicais de servidores e de profissionais de TI é visto pelos grupos como algo desvantajoso, já que repercute diretamente na disponibilidade dos serviços.

Sociedade: a exigência da sociedade por políticas educacionais de qualidade repercute em crescimento e amadurecimento profissional da tecnologia da instituição.

Mercado de mão-de-obra: um contrato de prestação de serviços onde a produtividade está contratada por um valor baixo remete diretamente em dificuldades para contratar bons profissionais de tecnologia.

Consumidores dos projetos e do produto final: a fim de atender a maior exigência na qualidade dos produtos de TI que suportam os programas de governo do MEC, existe a oportunidade de fortalecer a estrutura da área de TI, até mesmo para comportar a expansão do grupo de cidadãos atendidos por programas do Ministério.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 12/34

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Fornecedores (informação, matéria-prima, terceirização): as formas de contratação do governo federal dificultam a contratação de mão-de-obra especializada e serviços de qualidade, o excesso de intermediários não capacitados para contratação de produtos e serviços especializados muitas vezes dificulta o bom andamento de alguns processos. Como vantagem de fornecedores podemos citar o aumento do número de fornecedores habilitados em tecnologia, devido aos recentes incentivos fiscais.

7.4. Ambiente Interno

Durante o processo de Planejamento Estratégico, foram formuladas algumas proposições aos grupos de trabalho, de forma a obter informações sobre fatores como LIDERANÇA, CIDADÃO E SOCIEDADE, INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS, USUÁRIOS INTERNOS, PESSOAS, PROCESSOS E RESULTADOS. Abaixo se descreve as impressões obtidas:

Quanto à Liderança, os valores e diretrizes são disseminados a todos os integrantes das equipes, visto que a gerência participativa que existe na DTI auxilia na disseminação dos objetivos, e a chefia assegura o seu entendimento e aplicação. Apesar do acompanhamento, existe a oportunidade de aprimorar os processos e indicadores de desempenho.

Existe a necessidade de aprimorar a comunicação com toda força de trabalho para que as decisões tomadas sejam difundidas.

Quanto a se as estratégias estão desdobradas em ações estratégicas para as diversas áreas ou unidades e se estão previstos os recursos necessários para a realização destas ações, percebeu-se que falta a definição formal das estratégias e desdobramento em planos de ação. Não existe monitoramento formal de implantação das estratégias e ações.

As necessidades dos grupos de usuários internos e externos são analisadas, gerenciadas e atendidas.

Quanto à avaliação formal da satisfação dos usuários, tem-se que as informações obtidas são utilizadas para implementar ações de melhoria, mas não são documentadas formalmente.

Melhorias são necessárias para a documentação dos processos de negócio. A documentação do conhecimento ainda é precária e falta definição dos processos e metodologias.

Para o quesito desempenho e reconhecimento gerenciados, de forma a estimular a obtenção de metas de desempenho, não existem metas formalmente definidas, apesar de haver reconhecimento sobre o desempenho das equipes.

As necessidades de capacitação não são identificadas e tratadas, considerando as competências exigidas para cada atividade, as estratégias, os planos e as necessidades das pessoas que integram as equipes.

Os fatores que afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da força de trabalho ainda não são identificados, para avaliação da satisfação e promoção de ações de melhoria.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 13/34

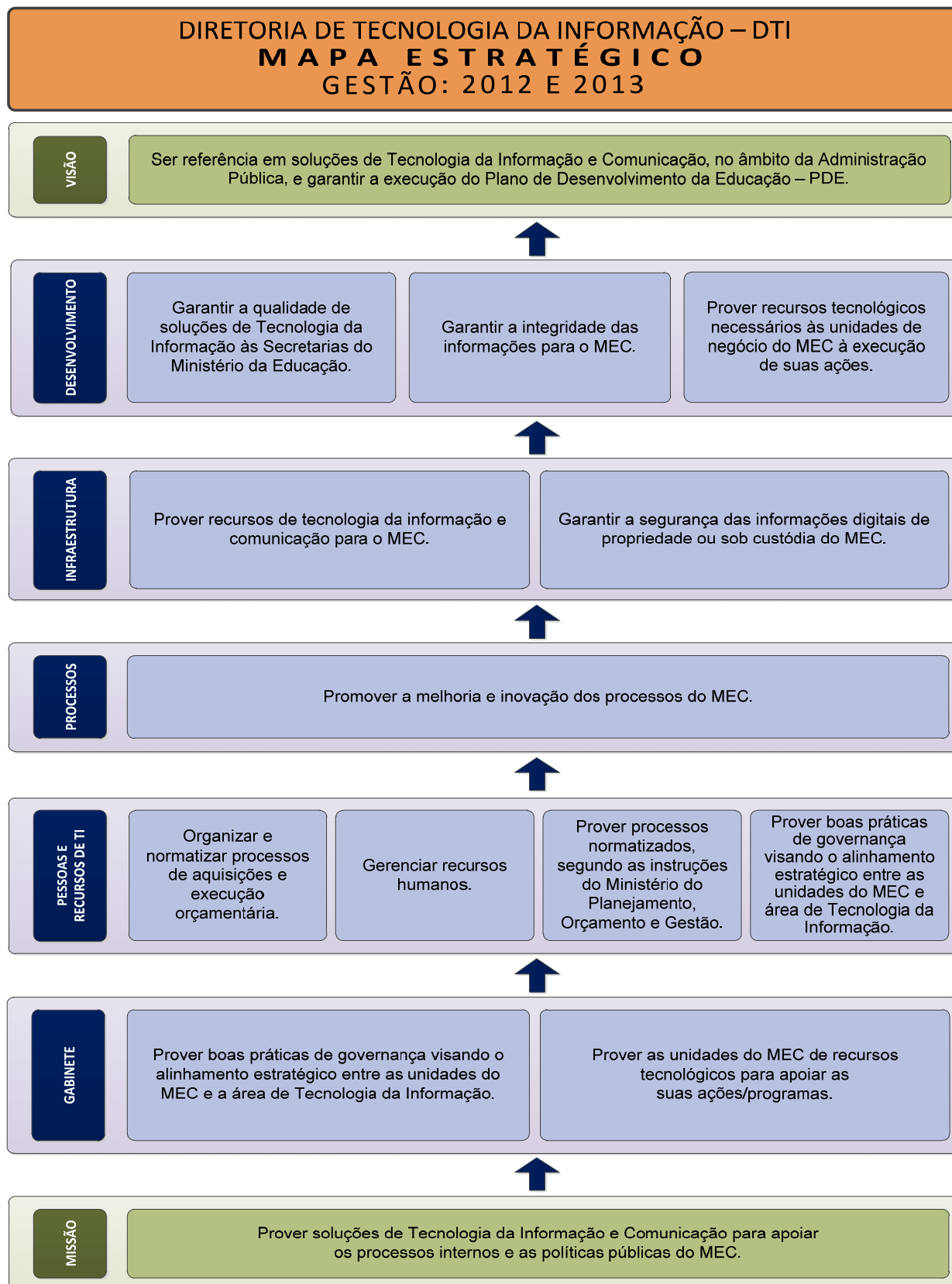
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06
		Código: RPETIMEC-01-VC-06
		Data de versão: 25/06/2012

O desempenho dos processos finalísticos e dos principais processos de apoio não são acompanhados integralmente, o que compromete o acompanhamento por meio de estabelecimento de padrões de referência, de indicadores e outras formas de monitoramento.

A gestão orçamentária e financeira está alinhada com as estratégias e planos mais importantes para a Diretoria, restando ainda um gerenciamento mais efetivo, de modo a garantir a segurança e comprovação do retorno do investimento.



8. MAPA ESTRATÉGICO





9. DECLARAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ministério da
Educação



Secretaria Executiva DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NEGÓCIO

Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoio às políticas públicas da educação.

MISSÃO

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoiar os processos internos e as políticas públicas do MEC.

VISÃO

Ser referência em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da Administração Pública, e garantir a execução do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

VALORES

- Ética
- Efetividade
- Comprometimento e Profissionalismo
- Cooperação
- Confiabilidade
- Inovação

PRINCÍPIOS

- Satisfação do Cliente
- Aperfeiçoamento Contínuo
- Garantia de Qualidade
- Valorização e Desenvolvimento Humano
- Gerência Participativa
- Inovação
- Transparência
- Melhoria Contínua

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

10. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Serão detalhados os objetivos estratégicos com seus respectivos objetivos funcionais e metas da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, separado por área, ou seja, na seguinte ordem:

- Gabinete;
- Coordenação de Recursos da Tecnologia da Informação – CRTI;
- Escritório de Processos;
- Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGI;
- Coordenação-Geral de Desenvolvimento – CGD.

Foi elaborada uma numeração específica para o controle dos objetivos estratégicos e seus respectivos objetivos funcionais, metas e ações estratégicas.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01-VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

GABINETE

Objetivo Estratégico:

1. Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e a área de Tecnologia da Informação.

Objetivos Funcionais:

- 1.1 Implementar a governança de TI.

Metas:

- 1.1.1 Conduzir as áreas técnicas da DTI no uso de *frameworks* de governança.
- 1.1.2 Atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Ações Estratégicas:

- 1.1.1.1 Divulgar e acompanhar a Política de Segurança da Informação - POSIC do MEC.
- 1.1.1.2 Publicar e acompanhar a institucionalização das normas que complementam a POSIC do MEC.
- 1.1.2.1 Acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
- 1.1.2.2 Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.
- 1.1.2.3 Publicar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

GABINETE

Objetivo Estratégico:

2. Prover as unidades do MEC de recursos tecnológicos para apoiar as suas ações/programas.

Objetivos Funcionais:

- 2.1 Gerenciar testes e qualidade de *software*.

Metas:

- 2.1.1 Promover sistemas em operação, estáveis e testados e manter a documentação atualizada.

Ações Estratégicas:

- 2.1.1.1 Planejar, preparar, especificar e entregar os tipos de testes necessários, por meio de ferramenta de gestão de testes e de técnicas, como planos de testes e casos de testes.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CRTI.

Objetivo Estratégico:

3. Organizar e normatizar processos de aquisições e execução orçamentária.

Objetivo Funcional:

3.1 Aprimorar os mecanismos de planejamento e controle de execução orçamentária da DTI.

Metas:

3.1.1 Dimensionar, com base nas demandas das Coordenações-Gerais da DTI, de forma antecipada, às necessidades orçamentárias.

Ações Estratégicas:

- 3.1.1.1 Solicitar às Coordenações-Gerais da DTI o levantamento de necessidades de aquisições e contratações.
- 3.1.1.2 Consolidar as necessidades levantadas pelas Coordenações-Gerais da DTI.
- 3.1.1.3 Formalizar necessidade orçamentária da DTI ao Diretor de TI.
- 3.1.1.4 Mapear o processo de execução orçamentária.
- 3.1.1.5 Definir pontos de controle da execução.
- 3.1.1.6 Controlar os níveis de execução.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CRTI.

Objetivo Estratégico:

4. Gerenciar recursos humanos.

Objetivo Funcional:

- 4.1 Dotar a DTI de servidores efetivos em quantidade e qualidade para atendimento aos objetivos institucionais estabelecidos pelo Decreto 7690/2012.
- 4.2 Qualificar os servidores para que possam desenvolver suas atividades com foco no cumprimento da visão da DTI.
- 4.3 Dotar a DTI de servidores efetivos em quantidade suficiente para condução das ações inerentes à área de tecnologia da informação.

Metas:

- 4.1.1 Aumentar o quantitativo D.A.S. e funções gratificadas.
- 4.2.1 Elaborar e implementar plano de capacitação da DTI para 2012.
- 4.3.1 Elaborar proposta de reestruturação regimental da DTI.

Ações Estratégicas:

- 4.1.1.1 Mapear a necessidade de DAS em cada Coordenação-Geral.
- 4.1.1.2 Mapear a necessidade de gratificações em cada Coordenação-Geral.
- 4.1.1.3 Negociar o aumento da quantidade de DAS e gratificações com a SAA.
- 4.2.1.1 Mapear a necessidade de treinamento dentro de cada Coordenação-Geral.
- 4.2.1.2 Verificar a disponibilidade de orçamento.
- 4.2.1.3 Verificar com o CETREMEC a viabilidade do treinamento.
- 4.2.1.4 Priorizar treinamentos de acordo com a necessidade do MEC.
- 4.3.1.1 Verificar as necessidades de cada área pela reestruturação e recomposição de força de trabalho.
- 4.3.1.2 Justificar nova estrutura regimental.
- 4.3.1.3 Enviar documentos para as áreas responsáveis, como SAA – MEC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais a serem contatadas.
- 4.3.1.4 Iniciar processo para solicitar realização de Concurso Público específico para área de Tecnologia da Informação.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CRTI.

Objetivo Estratégico:

5. Prover processos normatizados, segundo as instruções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Objetivo Funcional:

- 5.1 Normatizar os processos de aquisição e contratação de produtos e serviços.

Metas:

- 5.1.1 Elaborar e implementar o manual de compras e contratações da DTI.

Ações Estratégicas:

- 5.1.1.1 Mapear os processos de compras e contratações de TI.
- 5.1.1.2 Validar e otimizar o processo.
- 5.1.1.3 Elaborar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
- 5.1.1.4 Aprovar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
- 5.1.1.5 Implementar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
- 5.1.1.6 Acompanhar os processos licitatórios.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CRTI.

Objetivo Estratégico:

6. Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e a área de Tecnologia da Informação.

Objetivo Funcional:

- 6.1 Implementar a governança de TI.

Metas:

- 6.1.1 Atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Ações Estratégicas:

- 6.1.1.1 Contratar empresa especializada para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

ESCRITÓRIO DE PROCESSOS.

Objetivo Estratégico:

7. Promover a melhoria e inovação dos processos do MEC.

Objetivos Funcionais:

7.1 Contribuir para o monitoramento dos programas do MEC

7.2 Realizar projetos de melhoria e inovação.

7.3 Otimizar os serviços do Escritório de Processos.

Metas:

7.1.1 Viabilizar a inserção das ações estratégicas no sistema de monitoramento.

7.2.1 Possibilitar a implantação das melhorias identificadas nos processos finalísticos.

7.2.2 Estruturar os processos das Subsecretarias de Assuntos Administrativos, Planejamento e Orçamento, Consultoria Jurídica e Diretoria de Tecnologia da Informação.

7.3.1 Implantar fluxo de repasse da visão das áreas gestoras à DTI até dezembro de 2012.

7.3.2 Implantar metodologia de gestão por processos até dezembro de 2013.

Ações Estratégicas:

7.1.1.1 Adequar o fluxo de trabalho para o monitoramento das ações de acordo com o direcionamento estratégico.

7.1.1.2 Mapear o caminho crítico e os indicadores dos programas e ações estratégicas.

7.1.1.3 Alinhar o entendimento do caminho crítico entre a área gestora, a Secretaria Executiva e a DTI.

7.1.1.4 Acompanhar a execução do caminho crítico das ações estratégicas.

7.2.1.1 Definir o planejamento e estratégia de atuação nos projetos de melhoria e inovação.

7.2.1.2 Modelar e redesenhar os processos de negócio.

7.2.1.3 Acompanhar a implantação das melhorias e inovação dos processos.

7.2.1.4 Analisar resultados das melhorias e inovação dos processos implantados.

7.2.2.1 Definir o planejamento e a estratégia de atuação na estruturação dos processos de suporte.

7.2.2.2 Modelar e redesenhar os processos de suporte.

7.2.2.3 Analisar os resultados da estruturação dos processos de suporte.

7.3.1.1 Definir o processo de trabalho para atender a DTI.

7.3.1.2 Alinhar entendimento dos processos com as áreas da DTI.

7.3.1.3 Acompanhar a implantação das soluções de TI.

7.3.2.1 Definir processos, artefatos e indicadores do Escritório de Processos.

7.3.2.2 Reestruturar e ampliar o portal do MEC.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 24/34

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01-VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

CGI – COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA.

Objetivo Estratégico:

8. Prover recursos de tecnologia de informação e comunicação para o MEC.

Objetivos Funcionais:

- 8.1 Prover infraestrutura tecnológica para que a DTI possa suportar as atividades fins do MEC.
- 8.2 Gerenciamento dos serviços de Infraestrutura baseado em boas práticas e padrões internacionais.

Metas:

- 8.1.1 Consolidar o ambiente *data center* do MEC até dezembro de 2012 para os principais sistemas críticos do MEC.
- 8.1.2 Prover infraestrutura mínima para continuidade de negócio dos sistemas de missão crítica do MEC até dezembro de 2012 (FIES, SISU, PROUNI, PRESENÇA, SIMEC e Portal do MEC).
- 8.1.3 Prover infraestrutura mínima para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC até dezembro de 2013.
- 8.1.4 Prover infraestrutura de tecnologia da informação para suportar as atividades desenvolvidas por colaboradores do MEC.
- 8.2.1 Implantar o gerenciamento de serviços de infraestrutura até dezembro de 2013 baseado nas boas práticas preconizadas pela ITIL e ISO 20000.

Ações Estratégicas:

- 8.1.1.1 Adquirir servidores de rede e *racks* para hospedagem dos serviços e sistemas de Informação do MEC.
- 8.1.1.2 Renovar licenças de sistemas operacionais para os servidores de rede do MEC.
- 8.1.1.3 Adquirir licenças para banco de dados *Oracle*.
- 8.1.1.4 Adquirir e atualizar licenças de banco de dados *SQL Server*.
- 8.1.1.5 Padronizar e atualizar os bancos de dados de todos os ambientes de infraestrutura do *data center*.
- 8.1.1.6 Capacitar equipe técnica e de gestão dos serviços de infraestrutura.
- 8.1.1.7 Consolidar os ambientes de desenvolvimento, testes, homologação e produção do *data center*, com as tecnologias necessárias para suportar os sistemas de informação do MEC.
- 8.1.1.8 Adquirir ferramentas de monitoramento e produção para serviços de banco de dados e rede para todos os ambientes do MEC.
- 8.1.1.9 Prover uma sala de monitoramento para a infraestrutura de TI do MEC.
- 8.1.1.10 Adquirir ferramentas de administração de banco de dados.
- 8.1.1.11 Finalizar o desenvolvimento e implementação do SIGBD.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 25/34

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Ações Estratégicas (cont.):

- 8.1.1.12 Implantar um sistema de climatização na antessala do *data center*.
- 8.1.1.13 Implantar uma solução de GMG (Grupo Motor Gerador) para atendimento do *data center*.
- 8.1.1.14 Adquirir *switches* topo de *rack* para suportar o CPD e ativação do lado corporativo do *data center*.
- 8.1.1.15 Adquirir solução de *firewall*.
- 8.1.1.16 Adquirir solução de *VPN*.
- 8.1.1.17 Adquirir solução de *syslog* e correlacionador de eventos.
- 8.1.1.18 Contratar consultoria para suporte e execução de testes de penetração / intrusão / vulnerabilidades da infraestrutura (PENTEST).
- 8.1.1.19 Contratar serviços para certificação de infraestrutura.
- 8.1.1.20 Contratar subscrição da plataforma *Zend PHP* e *Zend PHP Consulting Services*.
- 8.1.1.21 Contratar empresa para operação do *data center*.
- 8.1.1.22 Adquirir solução de *backup*.
- 8.1.1.23 Adquirir *storage* para consolidar a estrutura de armazenamento do MEC.
- 8.1.1.24 Contratar empresa especializada para serviço de envio de SMS em massa.
- 8.1.1.25 Adquirir solução de virtualização.
- 8.1.1.26 Contratar manutenção preventiva da sala cofre.
- 8.1.2.1 Contratar provedor de Internet para redundância.
- 8.1.2.2 Contratar solução de distribuição de conteúdo estático.
- 8.1.2.3 Adquirir solução de balanceamento de carga para site *backup*.
- 8.1.2.4 Adquirir solução de *firewall* para site *backup*.
- 8.1.2.5 Adquirir sistema de prevenção de intrusão para site *backup*.
- 8.1.2.6 Prover ambiente físico fora do MEC e cabeamento estruturado para o site *backup*.
- 8.1.3.1 Ampliar solução de armazenamento para continuidade de negócio.
- 8.1.3.2 Adquirir servidores de rede para continuidade de negócio.
- 8.1.3.3 Ampliar solução de balanceamento de carga do site *backup*.
- 8.1.3.4 Ampliar solução de *firewall* do site *backup*.
- 8.1.3.5 Ampliar solução de sistema de prevenção de intrusão do site *backup*.
- 8.1.3.6 Ampliar solução de virtualização do site *backup*.
- 8.1.3.7 Ampliar solução de conectividade do site *backup*.
- 8.1.3.8 Licenciar os bancos de dados para o site *backup*.
- 8.1.4.1 Atualizar e substituir o cabeamento estruturado do MEC (Dados, Voz e Elétrica estabilizada).
- 8.1.4.2 Substituir a solução de *switches* dos TCs do MEC.
- 8.1.4.3 Realizar substituição e atualização de estações de trabalho e notebooks corporativos do MEC.
- 8.1.4.4 Licenciar *softwares*.
- 8.1.4.5 Implantar solução de voz sobre IP para colaboradores MEC.
- 8.1.4.6 Contratar SMP – Serviço Móvel Pessoal para os serviços de voz e dados.
- 8.1.4.7 Implantar a gestão dos serviços de telefonia fixa - Plataforma IP.
- 8.1.4.8 Adquirir solução de *Proxy* e controle de conteúdo.
- 8.1.4.9 Adquirir solução de *NAC (Network Access Control)*.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 26/34



Ações Estratégicas (cont.):

8.1.4.10 Adquirir solução de *DLP (Data Loss Prevention)*.

8.1.4.11 Adquirir solução de controle e inventário de *hardware* e *software* nas estações de trabalho.

8.1.4.12 Adquirir sistema de prevenção de intrusão para rede corporativa e interna do MEC.

8.1.4.13 Substituir a solução de rede *wireless* do MEC.

8.1.4.14 Consolidar estrutura de videoconferência.

8.1.4.15 Adquirir projetor multimídia e telão retrátil.

8.1.4.16 Adquirir TV *LCD/LED*.

8.1.4.17 Adquirir solução de criptografia de voz.

8.1.4.18 Adquirir solução de gerenciamento remoto de estações de trabalho.

8.2.1.1 Contratar consultoria especializada em ITIL.

8.2.1.2 Implementar os processos ITIL para a TI do MEC.

8.2.1.3 Contratar empresa especializada em ISO 20000 (Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI).

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

CGI – COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA.

Objetivo Estratégico:

9. Garantir a segurança das informações digitais de propriedade ou sob custódia do MEC.

Objetivo Funcional:

9.1 Prover os recursos necessários para que seja garantida a segurança das informações digitais de propriedade ou sob custódia do MEC, que estejam sob a responsabilidade da DTI.

Metas:

- 9.1.1 Elaborar os procedimentos operacionais de segurança da informação até dezembro de 2013.
- 9.1.2 Implantar a gestão de riscos baseada na ISO 27005.
- 9.1.3 Adequar processos e procedimentos para atender aos requisitos da ISO 27002 até dezembro de 2013.
- 9.1.4 Implantar a equipe de tratamento de incidentes de rede – ETIR até dezembro de 2012.

Ações Estratégicas:

- 9.1.1.1 Elaborar os procedimentos operacionais complementares às Normas de Segurança da Informação e Comunicações do MEC, afim de institucionalizar as mesmas.
- 9.1.2.1 Implantar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação do MEC.
- 9.1.3.1 Contratar empresa especializada em ISO 27002 (Sistema de Gestão de Segurança da Informação).
- 9.1.4.1 Definir integrantes da ETIR e alocar espaço adequado.
- 9.1.4.2 Definir responsabilidades, escopo e fluxo de trabalho da ETIR.



Área:

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO – CGD.

Objetivo Estratégico:

10. Garantir a integridade das informações para o MEC.

Objetivo Funcional:

10.1 Fortalecer as bases corporativas.

Metas:

10.1.1 Criar normas e padrões.

Ações Estratégicas:

10.1.1.1 Criar padrões e normas para banco de dados.

10.1.1.2 Unificar a solução de segurança.

10.1.1.3 Criar uma biblioteca de componentes homologados para serem utilizados em novos projetos.

10.1.1.4 Monitorar aplicação das metodologias e resultados obtidos.

10.1.1.5 Criar padrão e implantar um DW (*Data Warehouse*) corporativo.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO – CGD.

Objetivo Estratégico:

11. Garantir a qualidade de soluções de TI às Secretarias do Ministério da Educação.

Objetivo Funcional:

11.1 Obter certificações de garantia de qualidade.

Metas:

11.1.1 Obter certificações de maturidade em desenvolvimento de *software*.

Ações Estratégicas:

11.1.1.1 Contratar empresa de consultoria para realizar atividade de auditoria, visando à obtenção de certificação MPS-BR.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

Área:

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO – CGD.

Objetivo Estratégico:

12. Prover recursos tecnológicos necessários às unidades de negócio do MEC à execução de suas ações.

Objetivos Funcionais:

- 12.1 Gerir demandas das unidades de negócio do MEC.
- 12.2 Prover serviços por gestão de contratos.
- 12.3 Definir e aplicar padrões e procedimentos.
- 12.4 Gerenciar projetos.

Metas:

- 12.1.1 Aperfeiçoar a gestão de demandas.
- 12.2.1 Administrar contratos para provimento de serviços.
- 12.3.1 Promover a normatização de metodologias e procedimentos.
- 12.4.1 Promover a maturidade em gerenciamento de projetos.

Ações Estratégicas:

- 12.1.1.1 Regulamentar o uso do módulo de gestão de demandas e fábrica (SIMEC).
- 12.1.2.1 Firmar / manter contrato de fábrica de *software*.
- 12.1.2.2 Contratar fábrica de processos
- 12.1.2.3 Contratar fábrica de testes e qualidade.
- 12.1.2.4 Contratar fábrica de métricas.
- 12.1.2.5 Firmar / manter contrato de fábrica *web*.
- 12.1.2.6 Contratar suíte/ferramentas para implementar o processo de desenvolvimento do MEC.
- 12.1.2.7 Executar plano de providências para os contratos firmados com os organismos internacionais.
- 12.1.3.1 Normatizar metodologias e procedimentos de desenvolvimento.
- 12.1.3.2 Transferir conhecimento de metodologias.
- 12.1.3.3 Elaborar plano de comunicação.
- 12.1.3.4 Definir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação dos resultados e do desempenho.
- 12.1.4.1 Aplicar metodologias e ferramentas para acompanhar o planejamento e a execução de projetos.
- 12.1.4.1 Viabilizar estrutura de RH para o gerenciamento de projetos que seja composta exclusivamente de funcionários do MEC (carreira, CTU, outros).

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 31/34

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a construção do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC, verificaram-se possibilidades que poderão ser trabalhadas futuramente, como forma de estabelecimento da maturidade do que hoje se entende como início de implementação.

De forma a concentrar as demandas por espaço e compartilhamento a partir da integração das áreas de tecnologia da informação do Ministério da Educação e Autarquias, prevê-se um possível desenvolvimento de Computação em Nuvem Interna, podendo esta ser implementada em três etapas: primeiramente no Ministério da Educação, em seguida entre o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, quando enfim poderá ser efetivado, após identificação da maturidade desse processo, nas demais instituições, ou seja, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A Computação em Nuvem é um modelo computacional que permite acesso por demanda, independente da localização, a um conjunto compartilhado de recursos configuráveis (rede de computadores, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços), provisionados com esforços mínimos ou interação com um provedor de serviço. Foi criada para utilização e reutilização de memórias, capacidades de armazenamento e todos os serviços compartilhados e disponibilizados por meio da Internet. Como principais vantagens para utilização da Nuvem destacam-se:

- ▶ **Disponibilidade:** Qualquer aplicação e seus dados poderão ser disponibilizados em qualquer lugar e a qualquer hora;
- ▶ **Escalabilidade:** Poderá ser alocado ou retirado qualquer tipo de recursos como memória, processamento e capacidade de armazenamento em conformidade com suas necessidades;
- ▶ **Economia:** Por utilizar recursos compartilhados, seus gastos poderão ser diluídos entre as entidades.

A implementação da Computação em Nuvem para o Ministério da Educação e suas Autarquias permitirá ganhos que vão além de cifras monetárias, permitindo uma integração substancial de ativos e aplicações.

Outra possibilidade percebida, para desenvolvimento futuro, vislumbra-se na criação de um *data center* centralizado, para o estabelecimento posterior de uma integração formal de ativos e recursos entre as instituições supracitadas. Desta forma, almeja-se pela formação de equipe especializada com dedicação exclusiva, para oferecer suporte às soluções integradas, com agilidade de respostas na implementação de novos serviços e garantir a continuidade destes serviços.

12. VIGÊNCIA

Este documento entra em vigor na data de sua assinatura com prazo de validade de 31/12/2013.

A comissão técnica do PETI, caso seja necessária alguma atualização deste documento, deve gerar uma nova versão, observando o mesmo período de execução (2012 e 2013), na qual só terá validade desde que seja devidamente assinada e publicada.

DTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Relatório Final\RPETIMEC-01-VC-06 - Relatório do PETI do MEC - Versão Completa (Versão Final).doc	Página: 32/34

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06 Código: RPETIMEC-01- VC-06 Data de versão: 25/06/2012

13. APROVAÇÃO

Brasília-DF, 25 de junho de 2012.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Secretário Executivo
Ministério da Educação - MEC

BRUNO ADANN SAGRATZKI COURA
Diretor de Tecnologia da Informação
Ministério da Educação - MEC

DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA
Comissão Técnica do PETI
Ministério da Educação - MEC

MÁRIO HIGINO TAVEIRA DE ALMEIDA
Comissão Técnica do PETI
Ministério da Educação - MEC

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 06
		Código: RPETIMEC-01-VC-06
		Data de versão: 25/06/2012

14. ANEXOS

Serão detalhadas nos anexos, as ações de cada coordenação da DTI:

- 14.1. Anexo A – Gabinete;
- 14.2. Anexo B – CRTI – Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação;
- 14.3. Anexo C – Escritório de Processos;
- 14.4. Anexo D – CGI – Coordenação-Geral de Infraestrutura;
- 14.5. Anexo E – CGD – Coordenação-Geral de Desenvolvimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

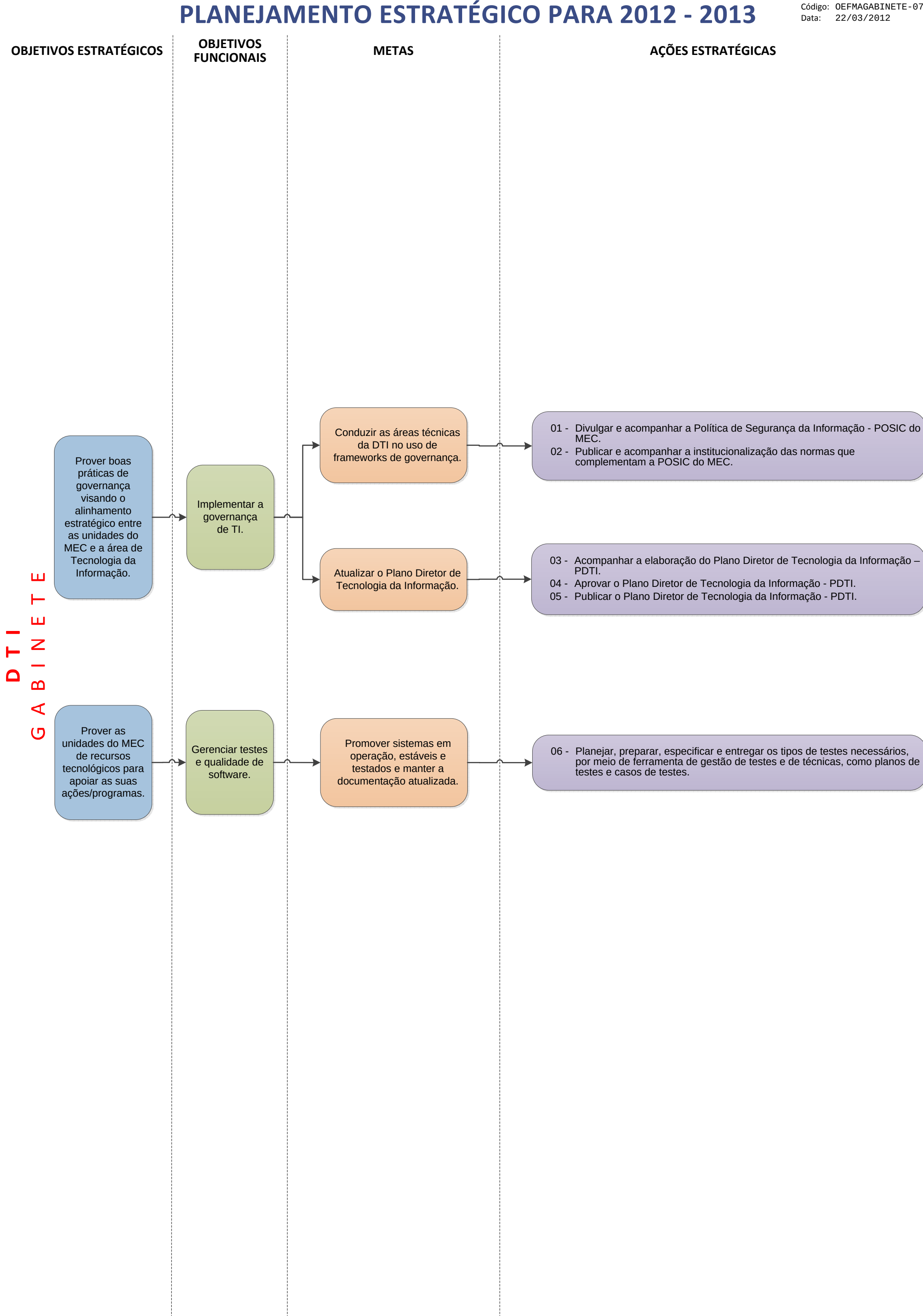
Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

ANEXO A

Gabinete



 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 05
		Código: FPATPETI-GABINETE-M01-05
		Data da versão: 21/03/2012

Area:		Responsável:				
GABINETE		TIAGO SILVA MIARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA VISANDO O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE AS UNIDADES DO MEC E A ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
IMPLEMENTAR A GOVERNANÇA DE TI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
CONDUZIR AS ÁREAS TÉCNICAS DA DTI NO USO DE <i>FRAMEWORKS</i> DE GOVERNANÇA.					31/12/2013	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					IMPLEMENTAR GOVERNANÇA EM 50% DOS PROCESSOS DA DTI.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
01	Divulgar e acompanhar a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do MEC.	Necessidades de melhoria e controle de processos, sistemas, ambientes e pessoas que trabalham na CGI/DTI/SE do MEC.	Atuar no desenvolvimento e implantação da segurança da informação do MEC.	Tiago Miari	Jan 2012 a Jun 2012	Não se aplica
02	Publicar e acompanhar a institucionalização das normas que complementam a POSIC do MEC.	Necessidades de melhoria e controle de processos, sistemas, ambientes e pessoas que trabalham na CGI/DTI/SE do MEC.	Atuar no desenvolvimento e implantação da segurança da informação.	Tiago Miari	Jan 2012 a Jun 2013	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 05
		Código: FPATPETI-GABINETE-M02-05
		Data da versão: 22/03/2012

Area:		Responsável:				
GABINETE		TIAGO SILVA MIARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA VISANDO O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE AS UNIDADES DO MEC E A ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
IMPLEMENTAR A GOVERNANÇA DE TI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
ATUALIZAR O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.					31/12/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100%	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
03	Acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.	Para realizar o alinhamento com o Planejamento Estratégico de TI - PETI do MEC e para cumprimento dos prazos.	Definir grupo de trabalho para acompanhamento da elaboração do PDTI.	Tiago Miari	Jul 2012 a Nov 2012	Não se aplica
04	Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.	Para ter validade legal dentro do órgão.	Submeter ao dirigentes para a aprovação.	Tiago Miari	Dez 2012	Não se aplica
05	Publicar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.	Para tornar público a todos do MEC e à sociedade.	Encaminhar para a CGGP para a publicação.	Tiago Miari	Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 06

Código:
FPATPETI-GABINETE-
M03-06

Data da versão:
22/03/2012

Area:		Responsável:				
GABINETE		SONIA REGINA RODRIGUES MOTTA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER AS UNIDADES DO MEC DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA APOIAR AS SUAS AÇÕES/PROGRAMAS.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
GERENCIAR TESTES E QUALIDADE DE <i>SOFTWARE</i> .						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
PROMOVER SISTEMAS EM OPERAÇÃO, ESTÁVEIS E TESTADOS E MANTER A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA.					31/12/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					PADRÃO DE TESTES DE SOFTWARE DEFINIDO, APROVADO E EM EXECUÇÃO.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What)	Por Que? (Why)	Como? (How)	Quem? (Who)	Quando? (When)	Quanto? (How Much)
	Ações a serem executadas	Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Prazos com definição de datas para início e fim	Caso seja necessário algum tipo de investimento
06	Planejar, preparar, especificar e entregar os tipos de testes necessários, por meio de ferramenta de gestão de testes e de técnicas, como planos de testes e casos de testes.	Permitir o registro e acompanhamento de defeitos encontrados nos <i>softwares</i> .	Definir padrão dos artefatos de teste; Definir padrão de ferramenta de gestão de testes; Definir quais testes devem ser realizados.	Escritório de Projetos e CGD	Jun 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

ANEXO B

CRTI **Coordenação de Recursos de** **Tecnologia da Informação**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2012 - 2013

Código: OEFMACRTI - 08
Data: 22/03/2012

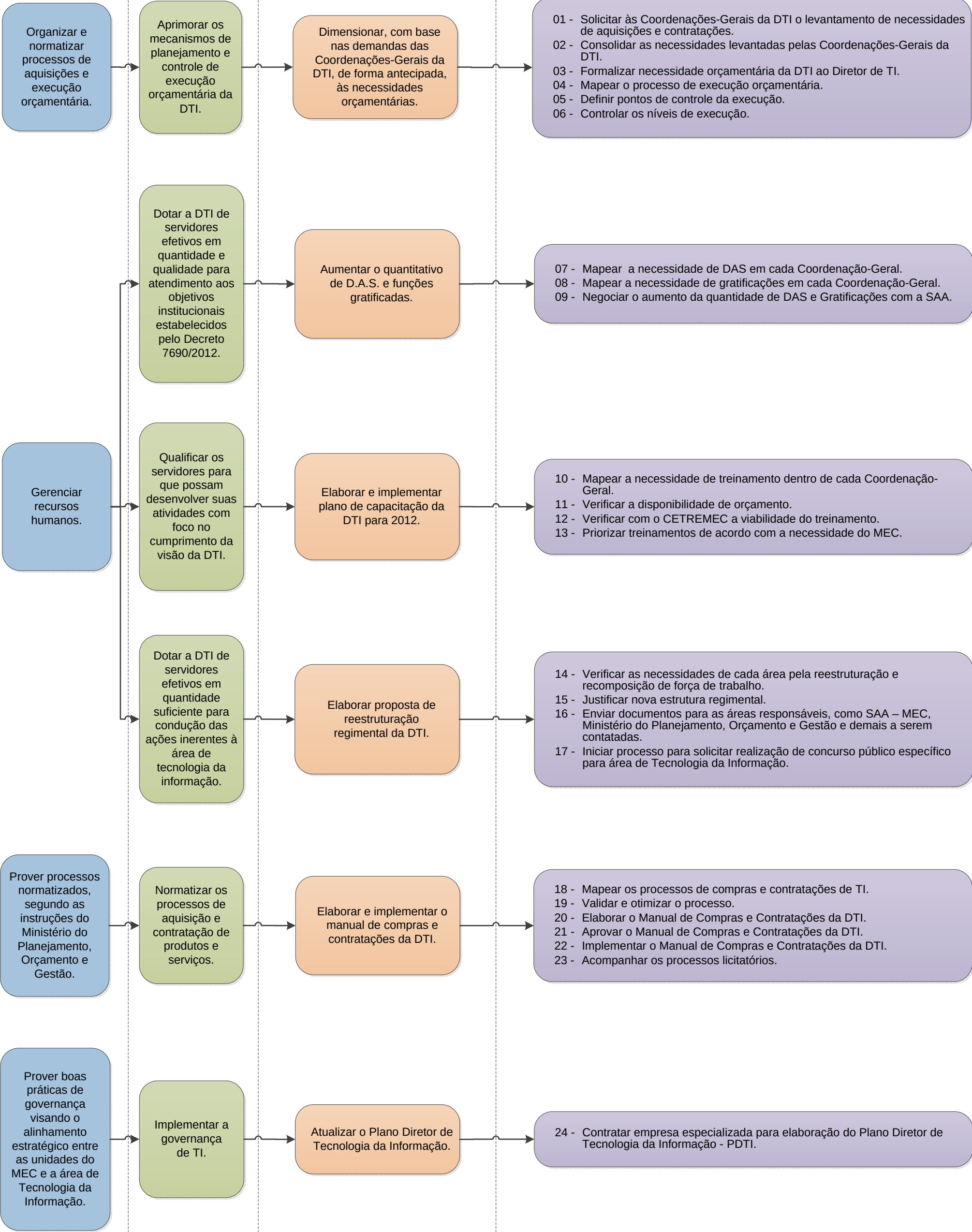
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

CRTI
COORDENAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 05
		Código: FPATPETI-CRTI-M01-05
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
ORGANIZAR E NORMATIZAR PROCESSOS DE AQUISIÇÕES E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
APRIMORAR OS MECANISMOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DTI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
DIMENSIONAR, COM BASE NAS DEMANDAS DAS COORDENAÇÕES-GERAIS DA DTI, DE FORMA ANTECIPADA, AS NECESSIDADES ORÇAMENTÁRIAS.					31/12/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100% DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MAPEADOS E ORGANIZADOS.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
01	Solicitar às Coordenações-Gerais da DTI o levantamento de necessidades de aquisições e contratações.	Mensurar o orçamento necessário ao atendimento das demandas.	Através de memorando	Denise Barros	Jan 2012 a Abr 2012	Não se aplica
02	Consolidar as necessidades levantadas pelas Coordenações-Gerais da DTI.	Mensurar o orçamento necessário ao atendimento das demandas.	Elaboração de planilhas no SIMEC	Fábio Lopes	Jan 2012 a Abr 2012	Não se aplica
03	Formalizar necessidade orçamentária da DTI ao Diretor de TI.	Elaborar a Proposta de Orçamento Anual.	Através de memorando	Denise Barros	Jan 2012 a Abr 2012	Não se aplica
04	Mapear o processo de execução orçamentária.	Conhecer as etapas de execução	Mapeamento de processos	Itamar Silva (Escritório de Processos)	Jan 2012 a Abr 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 05

Código:
FPATPETI-CRTI-M01-05

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
05	Definir pontos de controle da execução	Identificar pontos críticos na execução	Identificar falta de crédito orçamentário ou atraso nos prazos estipulados, com monitoramento no SIMEC.	Denise Barros, Fábio Lopes	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
06	Controlar os níveis de execução	Conhecer a disponibilidade de recursos e a necessidade de créditos suplementares	Elaboração de planilhas e relatórios de execução orçamentária, com monitoramento no SIMEC.	Denise Barros, Fábio Lopes	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 06
		Código: FPATPETI-CRTI-M02-06
		Data da versão: 21/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GERENCIAR RECURSOS HUMANOS.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
DOTAR A DTI DE SERVIDORES EFETIVOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE, PARA ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDOS PELO DECRETO 7690/2012.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
AUMENTAR O QUANTITATIVO DE D.A.S E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA DTI.					31/12/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					AUMENTAR EM 30% O QUANTITATIVO DE D.A.S E EM 20% O DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
07	Mapear a necessidade de DAS em cada Coordenação-Geral.	Esta Diretoria está assumindo as atribuições de Unidade Gestora e mantém ainda a estrutura de funções e gratificações de Coordenação-Geral.	Enviar e-mail para os Coordenadores-Gerais para serem mapeados as necessidades. Fazer planilha com as requisições.	Denise Barros e Sierra Gonçalves	Mar 2012 a Dez 2012	Não se aplica
08	Mapear a necessidade de gratificações em cada Coordenação-Geral.	Planejar de forma conjunta a necessidade de Gratificações com os Coordenadores-Gerais.	Enviar e-mail para os Coordenadores-Gerais para serem mapeados as necessidades. Fazer planilha com as requisições.	Denise Barros e Sierra Gonçalves	Mar 2012 a Dez 2012	Não se aplica
09	Negociar o aumento da quantidade de DAS e Gratificações com a SAA.	Demonstrar para a SE a necessidade de remunerar melhor tarefas que já vem sendo desenvolvidas por servidores.	Montar um grupo de trabalho de Coordenadores-Grais e Diretoria da DTI para requerer e demonstrar junto a SAA a necessidade de tais.	Denise Barros	Dez 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 05
		Código: FPATPETI-CRTI-M03-05
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GERENCIAR RECURSOS HUMANOS.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
QUALIFICAR OS SERVIDORES PARA QUE POSSAM DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES COM FOCO NO CUMPRIMENTO DA VISÃO DA DTI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE CAPACITAÇÃO DA DTI PARA 2012.					31/05/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100% DAS PROPOSTAS DE CURSOS DO PLANO DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
10	Mapear a necessidade de treinamento dentro de cada Coordenação-Geral.	Conseguir de forma antecipada dimensionar a necessidade da DTI em treinamentos durante o ano de 2012.	Enviar e-mail para os Coordenadores-Gerais para serem mapeados as necessidades. Fazer planilha com as requisições.	Sierra Gonçalves	Fev 2012	Não se aplica
11	Verificar a disponibilidade de orçamento.	Necessidade de priorizar os treinamentos mais críticos.	Prorizar com os Coordenadores-Gerais os treinamentos mais críticos.	Denise Barros e Carolina Sanchez (CGGP)	Fev 2012	Não se aplica
12	Verificar com o CETREMEC a viabilidade do treinamento.	O CETREMEC deve definir se esse treinamento será feito de forma interna ou contratado externamente.	Mandar e-mail com os treinamentos para o CETREMEC.	Sierra Gonçalves	Mar 2012	Não se aplica
13	Priorizar treinamentos de acordo com a necessidade do MEC.	Muitos treinamentos são solicitados por interesse pessoal e não institucional.	Verificar com os Coordenadores-Gerais os treinamentos mais críticos.	Sierra Gonçalves	Mai 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 05
		Código: FPATPETI-CRTI-M04-05
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GERENCIAR RECURSOS HUMANOS.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
DOTAR A DTI DE SERVIDORES EFETIVOS EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA CONDUÇÃO DAS AÇÕES INERENTES À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
ELABORAR PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO REGIMENTAL DA DTI.					31/10/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					NOVA ESTRUTURA REGIMENTAL DA DTI PUBLICADA.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
14	Verificar as necessidades de cada área pela reestruturação e recomposição de força de trabalho.	Para reformulação das áreas técnicas da DTI, visto que, em detrimento de realocação de DAS 101.5, nada mais foi feito para readequar demandas e novas responsabilidades.	Mapeamento das necessidades de cada área e composição de relatório sobre dados do quadro de servidores efetivos, temporários e outros.	Denise Barros	Mar 2012	Não se aplica
15	Justificar nova estrutura regimental.	Revisar e readequar a estrutura regimental da DTI, visto que a mesma encontra dificuldades na execução efetiva de novas demandas e responsabilidades.	Construção de documento com exposição de motivos para reestruturação regimental da DTI.	Denise Barros	Abr 2012	Não se aplica
16	Enviar documentos para as áreas responsáveis, como SAA - MEC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais a serem contatadas.	Angariar parceiras para execução da reestruturação da DTI.	Contato com órgãos responsáveis, para explanações e justificativas quanto à necessidade de reestruturação regimental da DTI.	Denise Barros	Mai 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 05

Código:
FPATPETI-CRTI-M04-05

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
17	Iniciar processo para solicitar realização de concurso público específico para área de Tecnologia da Informação.	Aposentadoria iminente de servidores efetivos, assim como necessidade de recomposição de quadro de servidores, por desistência de servidores de concurso temporário (CTU) anterior.	Construção de documento com exposição de motivos para recomposição da força de trabalho efetiva da DTI.	Denise Barros	Jun 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 01
		Código: FPATPETI-CRTI-M05-01
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER PROCESSOS NORMATIZADOS, SEGUNDO AS INSTRUÇÕES DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
NORMATIZAR OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
ELABORAR E IMPLEMENTAR O MANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA DTI.					31/12/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100% DO MANUAL APROVADO E IMPLEMENTADO.	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
18	Mapear processos de compras e contratações de TI.	Para ter uma visão do processo e de seus pontos críticos.	Reunião com os envolvidos no processo.	Cláudio Florentino, Denise Barros	Jan 2012 a Fev 2012	Não se aplica
19	Validar e otimizar o Processo.	Validar o processo existente e propor melhorias.	Reunião e testes com os envolvidos no processo.	Cláudio Florentino, Denise Barros	Mar 2012	Não se aplica
20	Elaborar o Manual de Compras e Contratações da DTI.	Padronizar o processo de compras e contratações da DTI.	Construção textual, busca de legislação, mapas processuais, etc.	Cláudio Florentino, Denise Barros	Abr 2012	Não se aplica
21	Aprovar o Manual de Compras e Contratações da DTI.	Para ter validade legal dentro do órgão.	Apresentação para a equipe envolvida e para os dirigentes.	Cláudio Florentino, Denise Barros	Jun 2012	Não se aplica
22	Implementar o Manual de Compras e Contratações da DTI.	Garantir correta instrução processual.	Publicação e divulgação do manual de compras e contratações dentro da DTI.	Olavo Irineu	Jul 2012 a Dez 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 01
		Código: FPATPETI-CRTI-M05-01
		Data da versão: 19/03/2012

Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
23	Acompanhar os processos licitatórios.	Monitorar as ações pertinentes ao encaminhamento de processo em áreas como Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Consultoria Jurídica, e tudo o mais que se refira ao monitoramento de processos de contratações e aquisições de TI.	Monitoramento através de planilhas e sistema específico.	Denise Barros Olavo Irineu Marília Alarcão	Dez 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 04
		Código: FPATPETI-CRTI-M06-01
		Data da versão: 22/03/2012

Area:		Responsável:				
CRTI		DENISE BARROS DE SOUSA NOGUEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA VISANDO O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE AS UNIDADES DO MEC E A ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
IMPLEMENTAR A GOVERNANÇA DE TI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
ATUALIZAR O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.					30/06/2012	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100%	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
24	Contratar empresa para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.	Para fornecer uma visão completa e atual da DTI seguindo o Planejamento Estratégico de TI - PETI e possibilitando a otimização dos investimentos.	Designando uma equipe responsável pelo processo de contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria continua da respectiva documentação (TR etc.);	Lucas Gonçalves	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 450.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

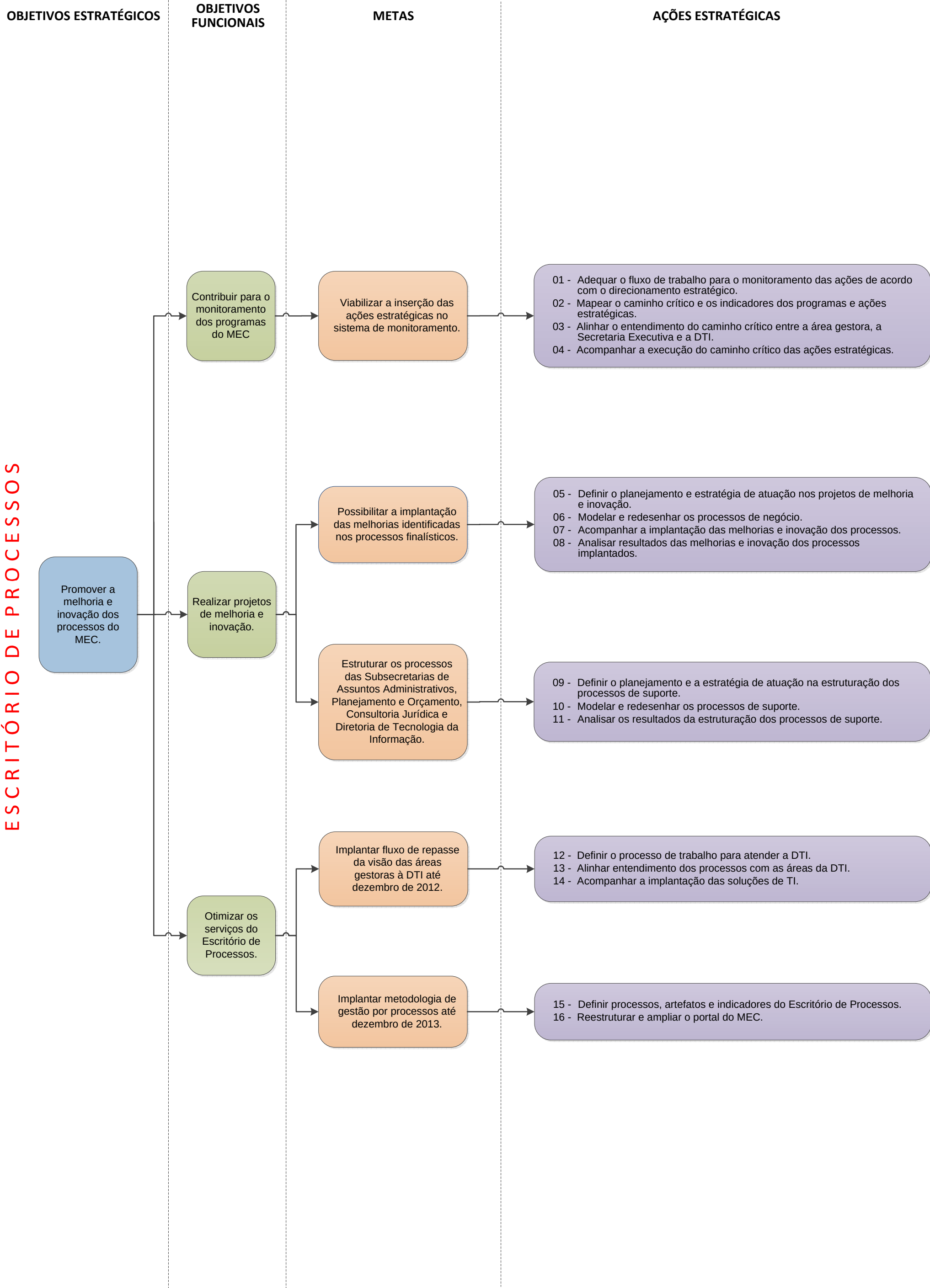
Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

ANEXO C

Escritório de Processos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M01-08

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS		JULIANA ABADIA DA SILVA ROCHA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROMOVER A MELHORIA E INOVAÇÃO DOS PROCESSOS DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
CONTRIBUIR PARA O MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DO MEC.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
VIABILIZAR A INSERÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						75%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
01	Adequar o fluxo de trabalho para o monitoramento das ações de acordo com o direcionamento estratégico.	Otimizar e agilizar o levantamento do caminho crítico e indicadores.	Reuniões de avaliação dos produtos gerados (plano de atendimento, diagramas de caminho crítico e planilhas de indicadores).	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
02	Mapear o caminho crítico e os indicadores dos programas e ações estratégicas.	Identificar os pontos de controle que necessitam ser monitorados, para subsidiar as decisões da alta gestão.	Reuniões de levantamento/validação de informações com as áreas gestoras e Secretaria Executiva, diagramação do caminho crítico e apoio na construção da planilha de indicadores.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
03	Alinhar o entendimento do caminho crítico entre a área gestora, Secretaria Executiva e a DTI.	Nivelar o conhecimento (visão ponta a ponta) entre as áreas envolvidas.	Reuniões de apresentação/revisão da versão preliminar dos diagramas de caminho crítico.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M01-08

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
04	Acompanhar a execução do caminho crítico das ações estratégicas.	Avaliar resultados e propor melhorias.	Realizar controle dos indicadores de processo por meio do sistema de monitoramento, identificar impactos e elaborar proposta de melhoria.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M02-08

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS		JULIANA ABADIA DA SILVA ROCHA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROMOVER A MELHORIA E INOVAÇÃO DOS PROCESSOS DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
REALIZAR PROJETOS DE MELHORIA E INOVAÇÃO.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
POSSIBILITAR A IMPLANTAÇÃO DAS MELHORIAS IDENTIFICADAS NOS PROCESSOS FINALÍSTICOS.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						50%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
05	Definir o planejamento e estratégia de atuação nos projetos de melhoria e inovação.	Assegurar uma proposta de trabalho alinhada à estratégia organizacional com a integração de pessoas, processos e sistemas.	Entender e analisar as estratégias e metas da organização. Identificar papéis, responsabilidades, expectativas de medições de desempenho e metodologias.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
06	Modelar e redesenhar os processos de negócio.	A sequência de atividades deve ser documentada incluindo o desenho do trabalho realizado, em que tempo, em que local, por quais atores de processo e utilizando qual metodologia.	Realizar reuniões de levantamento/validação de informações e diagramar na ferramenta <i>Bizagi Process Modeler</i> (freeware).	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Cristiane Souto, Ellen Souza, Ercy Godinho, Itamar Santos, Pedro Almeida e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M02-08

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
07	Acompanhar a implantação das melhorias e inovação dos processos.	Controlar a execução das atividades de acordo com o cronograma e identificar a necessidade de pequenos ajustes.	Criar plano de implantação (matriz de responsabilidades e cronograma).	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Cristiane Souto, Ellen Souza, Ercy Godinho, Itamar Santos, Pedro Almeida e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
08	Analisar resultados das melhorias e inovação dos processos implantados.	Avaliar informações de desempenho de processos para identificar atividades passíveis de melhoria ou redesenho (ajustes a fim de atingir objetivos do processo)	Coletar e mensurar as informações chave de desempenho de processo, considerando as metas e o valor para a organização.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M03-08

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS		JULIANA ABADIA DA SILVA ROCHA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROMOVER A MELHORIA E INOVAÇÃO DOS PROCESSOS DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
REALIZAR PROJETOS DE MELHORIA E INOVAÇÃO.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
ESTRUTURAR OS PROCESSOS DAS SUBSECRETARIAS DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, CONSULTORIA JURÍDICA E DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						30%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
09	Definir o planejamento e a estratégia de atuação na estruturação dos processos de suporte.	Pela necessidade de mobilizar a equipe da área envolvida para o entendimento do trabalho a ser realizado e definição/estruturação dos processos a serem mapeados.	Realizar articulação com a alta gestão das áreas de suporte. Identificar e compreender os processos a serem estruturados, definir escopo e plano de atendimento.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Itamar Santos	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
10	Modelar e redesenhar os processos de suporte.	Otimizar habilidade da organização em entregar produtos e serviços, e aumentar capacidade de realização dos processos finalísticos.	Conduzir grupo de trabalho (Escritório de Processos e atores envolvidos) com o objetivo de identificar as principais atividades considerando o prazo, atores e áreas envolvidas no processo. Realizar reuniões de levantamento/validação de informações e diagramar na ferramenta <i>Bizagi Process Modeler</i> (freeware).	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Cristiane Souto, Ellen Souza, Ercy Godinho, Itamar Santos, Pedro Almeida e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M03-08

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
11	Analisar os resultados da estruturação dos processos de suporte.	Avaliar informações de desempenho para saber quão bem os processos atendem aos seus objetivos estabelecidos.	Reunir grupo de trabalho (Escritório de Processos e atores envolvidos) com o objetivo de avaliar o desempenho dos processos considerando o tempo, custo, capacidade e qualidade.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Itamar Santos	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M04-08

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS		JULIANA ABADIA DA SILVA ROCHA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROMOVER A MELHORIA E INOVAÇÃO DOS PROCESSOS DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
OTIMIZAR OS SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
IMPLANTAR FLUXO DE REPASSE DA VISÃO DAS ÁREAS GESTORAS À DTI ATÉ DEZEMBRO DE 2012.						31/12/2012
						Indicadores de Eficácia (%):
						-
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
12	Definir o processo de trabalho para atender a DTI.	Facilitar o entendimento das equipes de tecnologia em relação aos processos, de modo organizado e padronizado.	Padronizar os tipos e a forma de entrega às equipes da DTI. (ex.: fluxo e cronograma)	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
13	Alinhar entendimento dos processos com as áreas da DTI.	Evitar o retrabalho das equipes de análise de sistemas, requisitos e processos.	Elaborar cronograma de repasse e realizar reuniões de alinhamento de acordo com a necessidade da área gestora.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M04-08

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
14	Acompanhar a implantação das soluções de TI.	Avaliar os impactos que alterem o fluxo do processo e a necessidade de ajustes no diagrama e/ou metodologia, considerando o cronograma.	Realizar análise de melhoria e inovação. Apresentar proposta de mudança alinhada com a DTI e/ou área gestora para validação.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-
EPROCESSOS-M05-08

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS		JULIANA ABADIA DA SILVA ROCHA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROMOVER A MELHORIA E INOVAÇÃO DOS PROCESSOS DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
OTIMIZAR OS SERVIÇOS DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
IMPLANTAR METODOLOGIA DE GESTÃO POR PROCESSOS ATÉ DEZEMBRO 2013.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						-
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
15	Definir processos, artefatos e indicadores do Escritório de Processos.	O Escritório investirá em padronização e metodologia para ampliar a quantidade e a qualidade dos projetos atendidos. A definição dos indicadores permitirá a avaliação e melhoria das ações do Escritório.	Elaborar documentos padronizados com rotinas, regras e indicadores necessários para realização de um projeto e sua visão ponta a ponta.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
16	Reestruturar e ampliar o portal do MEC.	Ampliar o portal facilitará o acesso aos fluxos e regras para todas as áreas envolvidas, agregando valor de forma única e decisiva. Permitir que o portal seja utilizado como uma ferramenta colaborativa, que mediado pela tecnologia, possa coletar informações relevantes para a melhoria dos processos. Deve-se permitir que o conteúdo do portal seja utilizado como fonte de referências seguras das informações dos processos do MEC.	Realizar diagnóstico da estrutura, layout, conteúdo e disponibilidade das informações para implantação de melhorias. Disponibilizar acesso externo utilizando autenticação de usuário. Divulgar a existência do portal via Intramec e informativos eletrônicos, incentivando sua utilização pelas áreas gestoras.	Responsável: Juliana Rocha Envolvidos: Adriana Seidel, Eduardo Noronha, Ercy Godinho e Raquel Caldeira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

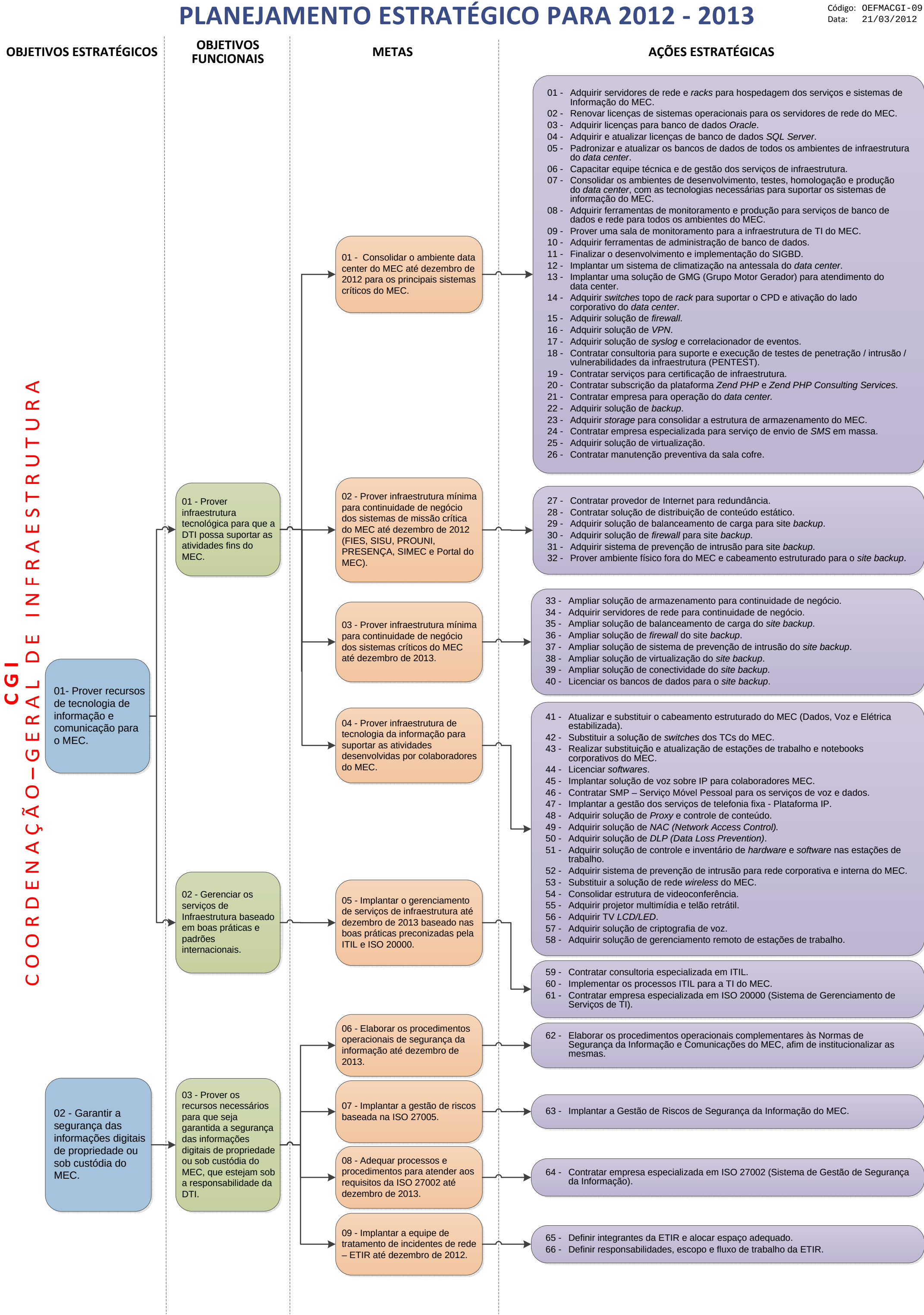
Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

ANEXO D

CGI **Coordenação-Geral de Infraestrutura**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 09

Código:
FPATPETI-CGI-M01-09

Data da versão:
08/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA QUE A DTI POSSA SUPORTAR AS ATIVIDADES FINIS DO MEC.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
CONSOLIDAR O AMBIENTE DATA CENTER DO MEC ATÉ DEZEMBRO DE 2012 PARA OS PRINCIPAIS SISTEMAS CRÍTICOS DO MEC.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
01	Adquirir servidores de rede e racks para hospedagem dos serviços e sistemas de Informação do MEC.	Substituição de equipamentos descontinuados e fora do período de garantia e instalação no <i>data center</i> , para <i>moving</i> dos sistemas de informação do CPD.	Emitir empenho para a aquisição através da Ata de Registro de Preços do MEC 2011.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Jairton Diniz e Leonardo Pires	Jan 2012 a Mar 2012	R\$ 4.301.020,00
02	Renovar licenças de sistemas operacionais para os servidores de rede do MEC.	Garantir atualização, suporte, disponibilidade e estabilidade dos Sistemas de Informação do MEC.	Emitir empenho para a aquisição através da Ata de Registro de Preços do FNDE 2011.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvido: Leonardo Pires	Out 2012 a Dez 2012	R\$ 2.800.000,00
03	Adquirir licenças para banco de dados <i>Oracle</i> .	Inicialmente os 5 (cinco) principais sistemas de informação do MEC serão migrados para o Oracle, afim de garantir estabilidade, disponibilidade e desempenho.	Realizar processo licitatório para aquisição das licenças ou aderir a ata de registro de preços do INEP de 2011.	Responsável: Marclio Ribeiro Envolvidos: Alexandre Galleno	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 3.500,000,00
04	Adquirir e atualizar licenças de banco de dados <i>SQL Server</i> .	Manter o ambiente <i>data center</i> atualizado, com suporte e licenciado.	Realizar processo licitatório para aquisição das licenças.	Responsável: Marclio Ribeiro Envolvidos: Elivan Martins	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 900.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 09

Código:
FPATPETI-CGI-M01-09

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
05	Padronizar e atualizar os bancos de dados de todos os ambientes de infraestrutura do <i>data center</i> .	A falta de padronização e atualização dos bancos de dados causam impactos diretos na segurança, estabilidade e disponibilidade dos sistemas de informação do MEC e, dificulta a gestão dos serviços de Banco de Dados.	Elaborar plano de migração e atualização dos bancos de dados para os Sistemas de Informação do MEC; Migrar / atualizar os bancos de dados dos Sistemas do MEC.	Responsável: Marcílio Ribeiro Envolvidos: Divisão de Banco de Dados	Fev 2012 a Dez 2013	Não se aplica
06	Capacitar a equipe técnica e de gestão dos serviços de infraestrutura.	Para a adequação da equipe a novas tecnologias e garantir a disponibilidade dos sistemas de informação e continuidade do negócio MEC.	Elaborar plano de capacitação para os períodos 2012 e 2013; Capacitar as equipes da CGI.	Responsável: Emerson Dezordi Marcílio Ribeiro Envolvido: Divisão de Redes e de Banco de Dados	Fev 2012 a Dez 2013	R\$ 850.000,00
07	Consolidar os ambientes de desenvolvimento, testes, homologação e produção do <i>data center</i> , com as tecnologias necessárias para suportar os sistemas de informação do MEC	Migrar e suportar os sistemas de informação do MEC para o ambiente <i>data center</i> .	Criar e disponibilizar os ambientes com as tecnologias necessárias.	Responsável: Wanderley Severino Envolvido: Divisão de Redes e de Banco de Dados	Fev 2012 a Dez 2013	Não se aplica
08	Adquirir ferramentas de monitoramento e produção para serviços de banco de dados e rede para todos os ambientes do MEC.	As ferramentas atuais não atendem as necessidades de monitoramento e produção para percepção e antecipação de incidentes, melhorias na produção de códigos de aplicações e análise de desempenho de sistemas de informação.	Analisar ferramentas de mercado e abrir processo de licitação.	Responsável: Wanderley Severino e Marcílio Ribeiro Envolvido: Divisão de Redes e de Banco de Dados	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 2.500.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 09

Código:
FPATPETI-CGI-M01-09

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
09	Prover uma sala de monitoramento para a infraestrutura de TI do MEC.	Prover um <i>NOC/SOC</i> para o MEC, afim de centralizar e realizar um monitoramento efetivo dos sistemas de informação.	Realizar processo licitatório para aquisição de solução.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvido: Divisão de Redes e de Banco de Dados	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 2.500.000,00
10	Adquirir ferramentas de administração de banco de dados.	As ferramentas atuais não atendem na totalidade as necessidades de administração para os diversos tipos de serviços que são executados.	Analisar ferramentas de mercado e abrir processo de licitação ou adesão.	Responsável: Marcílio Ribeiro Envolvidos: Divisão de Banco de Dados	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 600.000,00
11	Finalizar o desenvolvimento e implementação do SIGBD.	Monitoramento das rotinas e serviços de <i>backup</i> implementados e agendados nos servidores de banco de dados.	Implementação dos demais módulos do sistema SIGBD e aprimoramento dos módulos já implementados.	Responsável: Marcílio Ribeiro Envolvidos: Divisão de Banco de Dados	Fev 2012 a Dez 2012	Não se aplica
12	Implantar um sistema de climatização na antessala do <i>data center</i> .	Garantir a devida ambientação dos equipamentos instalados na antessala do <i>data center</i> .	Realizar processo licitatório para aquisição do novo sistema de climatização.	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Paulo Cesar	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 1.500.000,00
13	Implantar uma solução de GMG (Grupo Motor Gerador) para atendimento do <i>data center</i> .	Ter uma solução de GMG redundante, confiável, exclusiva para o <i>data center</i> do MEC e alinhado com a nova realidade da TI verde e Inº 01.	Realizar processo licitatório para aquisição de uma solução de GMG para o <i>data center</i> .	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Paulo Cesar	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 7.000.000,00
14	Adquirir switches topo de <i>rack</i> para suportar o CPD e ativação do lado corporativo do <i>data center</i> .	Substituição de equipamentos descontinuados e fora do período de garantia.	Emitir empenho para a aquisição através da Ata de Registro de Preços do INEP 2011 ou fazer licitação por <i>partnumber</i> .	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Karla e Paulo Cesar	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 5.888.180,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 09

Código:
FPATPETI-CGI-M01-09

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
15	Adquirir solução de <i>firewall</i> .	Prover segurança de acesso aos dados do MEC.	Realizar processo licitatório para aquisição de solução.	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Célula de Segurança	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 2.100.000,00
16	Adquirir solução de <i>VPN</i> .	Prover acesso aos servidores e sistemas internos de forma segura.	Incluir no processo licitatório de <i>firewall</i> .	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Célula de Segurança	Fev 2012 a Jul 2012	Não se aplica
17	Adquirir solução de <i>syslog</i> e correlacionador de eventos.	Prover centralização de <i>logs</i> , monitoramento de eventos na infraestrutura e responder a incidentes.	Realizar processo licitatório para aquisição de solução.	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Célula de Segurança	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 1.500.000,00
18	Contratar consultoria para suporte e execução de testes de penetração / intrusão / vulnerabilidades da infraestrutura (PENTEST).	Prover maior segurança dos dados.	Realizar processo licitatório para aquisição de suporte.	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Célula de Segurança	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 2.000.000,00
19	Contratar serviços para certificação de infraestrutura.	Garantir disponibilidade, estabilidade e confiabilidade dos sistemas de informação do MEC	Realizar processo licitatório para contratação dos serviços.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Célula de Operação	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 2.100.000,00
20	Contratar subscrição da plataforma <i>Zend PHP</i> e <i>Zend PHP Consulting Services</i> .	Desenvolver de acordo com as melhores práticas em programação na linguagem PHP afim de garantir a disponibilidade, estabilidade e confiabilidade dos Sistemas de Informação do MEC.	Realizar processo licitatório para contratação das subscrições e serviços.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Célula de Operação	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 4.000.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 09

Código:
FPATPETI-CGI-M01-09

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
21	Contratar empresa para operação do <i>data center</i> .	Para definir o modelo de contratação e prover uma operação do <i>data center</i> do MEC baseado nas melhores práticas de serviços de infraestrutura.	Realizar processo licitatório para contratação de empresa especializada.	Responsável: Alex Molinari Envolvidos: Ricardo Bertouza e integrantes da CGI	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 12.000.000,00
22	Adquirir solução de <i>backup</i> .	As ferramentas e infraestrutura que suportam o serviço de <i>backup</i> atualmente estão desatualizadas, sem garantia e apresentam constantemente falhas de operação.	Realizar processo licitatório para aquisição dos itens e composição da solução.	Responsável: Danilo Miranda Envolvidos: Ricardo Bertouza e André Esteve	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 1.200.000,00
23	Adquirir <i>storage</i> para consolidar a estrutura de armazenamento do MEC.	Para garantir o armazenamento dos bancos de dados, arquivos e sistemas de informação do MEC.	Adesão a ata de registro de preços do INEP vigente.	Responsável: Danilo Miranda Envolvidos: Ricardo Bertouza e André Esteve	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 15.520.000,00
24	Contratar empresa especializada para serviço de envio de <i>SMS</i> em massa.	Para atender as demandas dos programas de governo do MEC, atendidos por sistemas de informação.	Realizar processo licitatório para contratação de empresa especializada.	Responsável: Alex Molinari Envolvidos: Rodrigo Fonseca	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 800.000,00
25	Adquirir solução de virtualização.	Para atender as demandas dos programas de governo do MEC, atendidos por sistemas de informação.	Adesão a ata de registro de preços do INEP vigente.	Responsável: Leonardo Envolvidos: Wanderley Welder	Fev 2012 a Mar 2012	R\$ 930.000,00
26	Contratar manutenção preventiva da sala cofre.	Para garantir o perfeito funcionamento e estabilidade da sala cofre e seus componentes.	Adesão a ata de registro de preços do INEP vigente.	Responsável: Leonardo Envolvidos: Wanderley Welder	Fev 2012 a Jul 2012	R\$ 570.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M02-07

Data da versão:
08/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA QUE A DTI POSSA SUPORTAR AS ATIVIDADES FINIS DO MEC.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
PROVER INFRAESTRUTURA MÍNIMA PARA CONTINUIDADE DE NEGÓCIO DOS SISTEMAS DE MISSÃO CRÍTICA DO MEC ATÉ DEZEMBRO DE 2012 (FIES, SISU, PROUNI, PRESENÇA, SIMEC E PORTAL DO MEC).						31/12/2012
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
27	Contratar provedor de Internet para redundância.	Garantir a conectividade do MEC à Internet para disponibilidade dos sistemas de informação à sociedade.	Realizar pesquisa de mercado e realizar licitação para contratação.	Responsável: Wanderley Severino Envolvidos: Jairton Diniz	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 1.500.000,00
28	Contratar solução de distribuição de conteúdo estático.	Para garantir a disponibilidade dos sistemas de informação de portais institucionais do MEC, até mesmo em casos de desastre, bem como, aumento do desempenho e tempo de respostas destes sistemas.	Realizar pesquisa de mercado e realizar licitação para contratação.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Leonardo Pires	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 2.640.000,00
29	Adquirir solução de balanceamento de Carga para site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas missão crítica do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução MEC.	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Leonardo Pires	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 1.300.000,00
30	Adquirir solução de firewall para site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas missão crítica do MEC.	Realizar licitação para aquisição da solução.	Responsável: Alexandre Hirle	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 700.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M02-07

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
31	Adquirir sistema de prevenção de intrusão para site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas de missão crítica do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução MEC.	Responsável: Alexandre Hirle	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 1.200.000,00
32	Prover ambiente físico fora do MEC e cabeamento estruturado para o site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas de missão crítica do MEC.	Realizar licitação para provimento de local seguro para hospedagem do site <i>backup</i> .	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Paulo Cesar e Karla Shimith	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 2.500.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M03-07

Data da versão:
08/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA QUE A DTI POSSA SUPORTAR AS ATIVIDADES FINIS DO MEC.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
PROVER INFRAESTRUTURA MÍNIMA PARA CONTINUIDADE DE NEGÓCIO DOS SISTEMAS CRÍTICOS DO MEC ATÉ DEZEMBRO DE 2013.						30/06/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
33	Ampliar solução de armazenamento para continuidade de negócio.	Prover capacidade de armazenamento mínima para suportar os bancos de dados e informações dos sistemas de informação críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução MEC.	Responsável: Wanderley Severino Envolvidos: Danilo Miranda	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 15.000.000,00
34	Adquirir servidores de rede para continuidade de negócio.	Prover <i>pool</i> de servidores de rede, em site <i>backup</i> para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para aquisição de servidores de rede.	Responsável: Wanderley Severino Envolvidos: Jairton Diniz	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 5.000.000,00
35	Ampliar solução de balanceamento de carga do site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução do site <i>backup</i> .	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos: Leonardo Pires	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 1.100.000,00
36	Ampliar solução de <i>firewall</i> do site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução do site <i>backup</i> .	Responsável: Alexandre Hirle	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 700.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M03-07

Data da versão:
08/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
37	Ampliar solução de sistema de prevenção de intrusão do site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução do site <i>backup</i> .	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos:	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 950.000,00
38	Ampliar solução de virtualização do site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução do site <i>backup</i> .	Responsável: Alexandre Hirle Envolvidos:	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 750.000,00
39	Ampliar solução de conectividade do site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação da solução de conectividade do site <i>backup</i> .	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Karla Shimit e Paulo Cesar	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 2.500.000,00
40	Licenciar bancos de dados para site <i>backup</i> .	Prover infraestrutura para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC.	Realizar licitação para ampliação dos bancos <i>Oracle</i> e <i>SQL Server</i> .	Responsável: Marcílio Ribeiro Envolvidos: Wilton Santos e Paulo Espíndola	Jan 2013 a Jun 2013	R\$ 2.500.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-CGI-M04-08

Data da versão:
16/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA QUE A DTI POSSA SUPORTAR AS ATIVIDADES FINIS DO MEC.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
PROVER INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA SUPORTAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR COLABORADORES DO MEC.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
41	Atualizar e substituir o cabeamento estruturado do MEC (Dados, Voz e Elétrica estabilizada).	Para garantir a disponibilidade dos recursos de TI para os usuários MEC; - Para garantir a segurança física, no local de trabalho, dos colaboradores MEC.	Elaborar projeto e licitar a infraestrutura e serviço para início da execução em 2012 e conclusão em 2013.	Responsável: Jurandir Almeida Envolvidos: Edgard Uchoa	Jan 2012 a Dez 2013	R\$ 9.0000.000,00
42	Substituir a solução de <i>switches</i> dos TCs do MEC.	Para garantir a conectividade dos recursos de TI da rede MEC e porque os equipamentos atuais estão fora do período de garantia, descontinuados e apresentando defeitos constantemente.	Realizar licitação para aquisição da solução completa.	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Karla Shimith e Paulo César	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 3.500.000,00
43	Realizar substituição e atualização de estações de trabalho e notebooks corporativos do MEC.	Para garantir o bom andamento das atividades de colaboradores do MEC.	Realizar licitação para aquisição dos equipamentos.	Responsável: Paulo Edison Envolvidos: Josimar Pimentel e Adalberto Filho	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 992.640,00
44	Licenciar <i>softwares</i> .	Para fornecer as ferramentas de trabalho adequadas para os colaboradores internos usuários de estações de trabalho do MEC.	Realizar licitação para aquisição dos <i>softwares</i> necessários.	Responsável: Ricardo Bertouza	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 2.500.0000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-CGI-M04-08

Data da versão:
16/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
45	Implantar voz sobre IP para colaboradores MEC.	Para garantir a comunicação de voz para os usuários MEC e permitir a redução de custos com telefonia do Ministério.	Realizar licitação para aquisição de solução de telefonia IP.	Responsável: Gabriela Miranda Envolvidos: Jairton Diniz e Paulo Cesar	Jan 2012 a Dez 2013	R\$ 4.000.000,00
46	Contratar SMP - Serviço Móvel Pessoal para os serviços de voz e dados.	Necessidade de atualizar e aumentar os quantitativos dos serviços para que a DTI consiga atender às necessidades de comunicação do MEC.	Realizar processo licitatório para a contratação dos serviços de Telefonia Móvel Pessoal.	Responsável: Gabriela Miranda	Mar 2012 a Maio 2012	R\$ 1.300.000,00
47	Implantar a gestão dos serviços de telefonia fixa - Plataforma IP.	Garantir gestão dos serviços de telefonia fixa, bem como atender às demandas de comunicação do MEC.	Aguardar processo licitatório para a aquisição de novo <i>software</i> para a central PABX.	Responsável: Gabriela Miranda	Fev 2012 a Jun 2012	R\$ 350.000,00
48	Adquirir solução de <i>Proxy</i> e controle de conteúdo.	Para disponibilizar serviço de <i>cache</i> para a rede interna e restringir o acesso dentro das políticas de acesso do MEC.	Realizar licitação para aquisição de solução.	Responsável: Alexandre Hirle	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 1.000.000,00
49	Adquirir solução de <i>NAC</i> (<i>Network Access Control</i>).	Para garantir a conexão de rede, apenas para estações de trabalho dentro dos padrões estabelecido pelo MEC.	Realizar licitação para aquisição de solução.	Responsável: Alexandre Hirle	Jan 2013 a Jun 2013	
50	Adquirir solução de <i>DLP</i> (<i>Data Loss Prevention</i>).	Para proteger contra vazamento de informações sensíveis do MEC.	Realizar licitação para aquisição de solução.	Responsável: Alexandre Hirle	Jan 2013 a Jun 2013	
51	Adquirir solução de controle e inventário de <i>hardware</i> e <i>software</i> nas estações de trabalho.	Para garantir a integridade de <i>hardware</i> e <i>software</i> das estações de trabalho e ajudar no controle de patrimônio dos equipamentos.	Realizar licitação para aquisição de solução.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Jairton Diniz e Paulo Cesar	Jan 2013 a Jun 2013	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-CGI-M04-08

Data da versão:
16/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
52	Adquirir sistema de prevenção de intrusão para rede corporativa e interna do MEC.	Prover proteção para a rede interna de estações de trabalho do MEC.	Realizar licitação para aquisição da solução.	Responsável: Alexandre Hirle	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 1.000.000,00
53	Substituir a solução de rede <i>wireless</i> do MEC.	Os equipamentos já estão com a vida útil expirada; Equipamentos sem garantia; Equipamentos sem suporte; Equipamentos com o <i>firmware</i> desatualizado; Modelos descontinuados; Falta de redundância; Dificuldade de gerência; Problemas de autenticação com dispositivos móveis; Propagação de SSIDs não autorizados; Equipamentos trabalhando no limite.	Realizar licitação para aquisição de solução de rede <i>wireless</i> .	Responsável: Jairton Diniz Envolvidos: Karla Shimith	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 1.500.000,00
54	Consolidar estrutura de videoconferência.	Para eliminar pontos de falha, suportar a crescente demanda do MEC e possuir contrato de manutenção e garantia para os equipamentos em produção.	Empenhar equipamentos licitados pelo MEC em 2011.	Responsável: Ricardo Bertouza Envolvidos: Rangel Abreu	Jan 2012 a Jun 2012	R\$ 358.000,00
55	Adquirir projetor multimídia e telão retrátil.	Para atender grandes salas de reuniões e auditórios do MEC.	Realizar licitação para aquisição dos equipamentos.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Wanderley Welder	Jun 2012 a Dez 2012	R\$ 45.000,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-CGI-M04-08

Data da versão:
16/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
56	Adquirir TV LCD/LED.	Para atender as salas de reuniões do MEC.	Realizar licitação para aquisição dos equipamentos.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Laércio Oliveira	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 150.000,00
57	Adquirir solução de criptografia de voz.	Para garantir a segurança de comunicação de voz da telefonia móvel.	Realizar licitação para aquisição da solução.	Responsável: Gabriela Miranda Envolvidos: Alexandre Hirle	Jul 2013 a Dez 2013	
58	Adquirir solução de gerenciamento remoto de estações de trabalho.	Para garantir o atendimento remoto a usuários de TI do MEC e gerenciamento das estações.	Realizar licitação para aquisição dos equipamentos.	Responsável: Emerson Dezordi Envolvidos: Laércio Oliveira	Jan 2013 a Jun 2013	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 08

Código:
FPATPETI-CGI-M05-08

Data da versão:
21/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
GERENCIAR OS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA BASEADO EM BOAS PRÁTICAS E PADRÕES INTERNACIONAIS.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
IMPLANTAR O GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ATÉ DEZEMBRO DE 2013, BASEADO NAS BOAS PRÁTICAS PRECONIZADAS PELA ITIL E ISO 20000.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
59	Contratar empresa especializada em ITIL.	Para implantar os processos ITIL e garantir o gerenciamento efetivo dos recursos e serviços de tecnologia da informação do MEC.	Contratar empresa especializada em implantação da ITIL.	Responsável: Leandro Zenóbio Envolvidos: Ricardo Bertouza	Jul 2012 a Dez 2012	R\$ 350.000,00
60	Implementar os processos ITIL para a TI do MEC.	Para definir processos e garantir o gerenciamento efetivo dos recursos e serviços de tecnologia da informação do MEC.	Com apoio da empresa contratada para consultoria ITIL.	Responsável: Leandro Zenóbio Envolvidos: Ricardo Bertouza	Jan 2013 a Dez 2013	R\$ 410.000,00
61	Contratar empresa especializada em ISO 20000 (Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI).	A adoção da ISO 20000 garantirá ao MEC um melhor gerenciamento dos seus serviços de TI.	Contratar empresa especializada em implantação da ISO 20000.	Responsável: Leandro Zenóbio Envolvidos: Ricardo Bertouza	Jul 2013 a Dez 2013	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M06-07

Data da versão:
16/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA GARANTIDA A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC, QUE ESTEJAM SOB A RESPONSABILIDADE DA DTI.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
ELABORAR OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2013.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						75%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
62	Elaborar os procedimentos operacionais complementares às Normas de Segurança da Informação e Comunicações do MEC, afim de institucionalizar as mesmas.	Necessidade de criação e observância aos procedimentos que trazem mais eficácia e evitando a generalização da aplicação dos termos das Normas de Segurança da Informação e Comunicações do MEC.	Utilizando dos conhecimentos e expertise das pessoas que trabalham nos setores que serão abrangidos pelas normas, descrever e escrever os procedimentos dentro de padrão estabelecido.	Responsável: André Esteves Envolvidos: Andrei Amaral, Marcilio Soares, Alexandre Hirle, Emerson Dezordi.	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGI-M07-07

Data da versão:
16/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA GARANTIDA A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC, QUE ESTEJAM SOB A RESPONSABILIDADE DA DTI.						
Meta:					Indicadores de Eficiência (data):	
IMPLANTAR A GESTÃO DE RISCOS BASEADA NA ISO 27005.					31/12/2013	
					Indicadores de Eficácia (%):	
					100%	
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
63	Implantar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação do MEC.	Necessidade de evitar e tratar ameaças que possam comprometer a segurança das informações, ambientes pessoas e processos de TI do MEC.	Contratação de empresa para atuar no desenvolvimento e implantação de estrutura organizativa da segurança da informação para auxiliar o MEC no atendimento de normativos e recomendações específicas como acórdãos do TCU e PDTI MEC 2009/2012.	Responsável: André Esteves Envolvidos: Andrei Amaral, Marcílio Soares, Alexandre Hirle, Emerson Dezordi.	Jan 2012 a Dez 2013	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 06

Código:
FPATPETI-CGI-M08-06

Data da versão:
16/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA GARANTIDA A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC, QUE ESTEJAM SOB A RESPONSABILIDADE DA DTI.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
ADEQUAR PROCESSOS E PROCEDIMENTOS PARA ATENDER AOS REQUISITOS DA ISO 27002 ATÉ DEZEMBRO DE 2013.						31/12/2013
						Indicadores de Eficácia (%):
						75%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
64	Contratar empresa especializada em ISO 27002 (Sistema de Gestão de Segurança da Informação).	Existem processos e controles críticos que atualmente não estão de acordo com a norma ISO 27002, podendo ocasionar falhas de segurança e não conformidades com a legislação vigente.	Contratar empresa especializada em implantação da ISO 27002.	Responsável: Mário Higino Envolvidos: Ricardo Bertouza	Jul 2013 a Dez 2013	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 03

Código:
FPATPETI-CGI-M09-03

Data da versão:
16/03/2012

Area:		Responsável:				
CGI		ALEX SANDRO SCREMIM MOLINARI				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA GARANTIDA A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS DE PROPRIEDADE OU SOB CUSTÓDIA DO MEC, QUE ESTEJAM SOB A RESPONSABILIDADE DA DTI.						
Meta:						Indicadores de Eficiência (data):
IMPLANTAR A EQUIPE DE TRATAMENTO DE INCIDENTES DE REDE - ETIR, ATÉ DEZEMBRO 2012.						31/12/2012
						Indicadores de Eficácia (%):
						100%
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
65	Definir integrantes da ETIR e alocar espaço adequado	Para cumprir as normas complementares do DSIC e instruções da SLTI e garantir o adequado tratamento para incidentes de segurança da informação do MEC	Providenciar espaço físico adequado para os integrantes da equipe e publicar Portaria interna nomeando os integrantes da equipe	Responsável: Alex Molinari Envolvidos: Wanderley Severino	Jan 2012 a Fev 2012	Não se aplica
66	Definir responsabilidades, escopo e fluxo de trabalho da ETIR	Para cumprir as normas complementares do DSIC e instruções da SLTI e garantir o adequado tratamento para incidentes de segurança da informação do MEC	Definir com o apoio de consultoria prestada pela empresa contratada de Governança, Risco e Conformidade	Responsável: Alex Molinari Envolvidos: Wanderley Severino	Jan 2012 a Jun 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 06

Código:
RPETIMEC-01-
VC-06

Data de versão:
25/06/2012

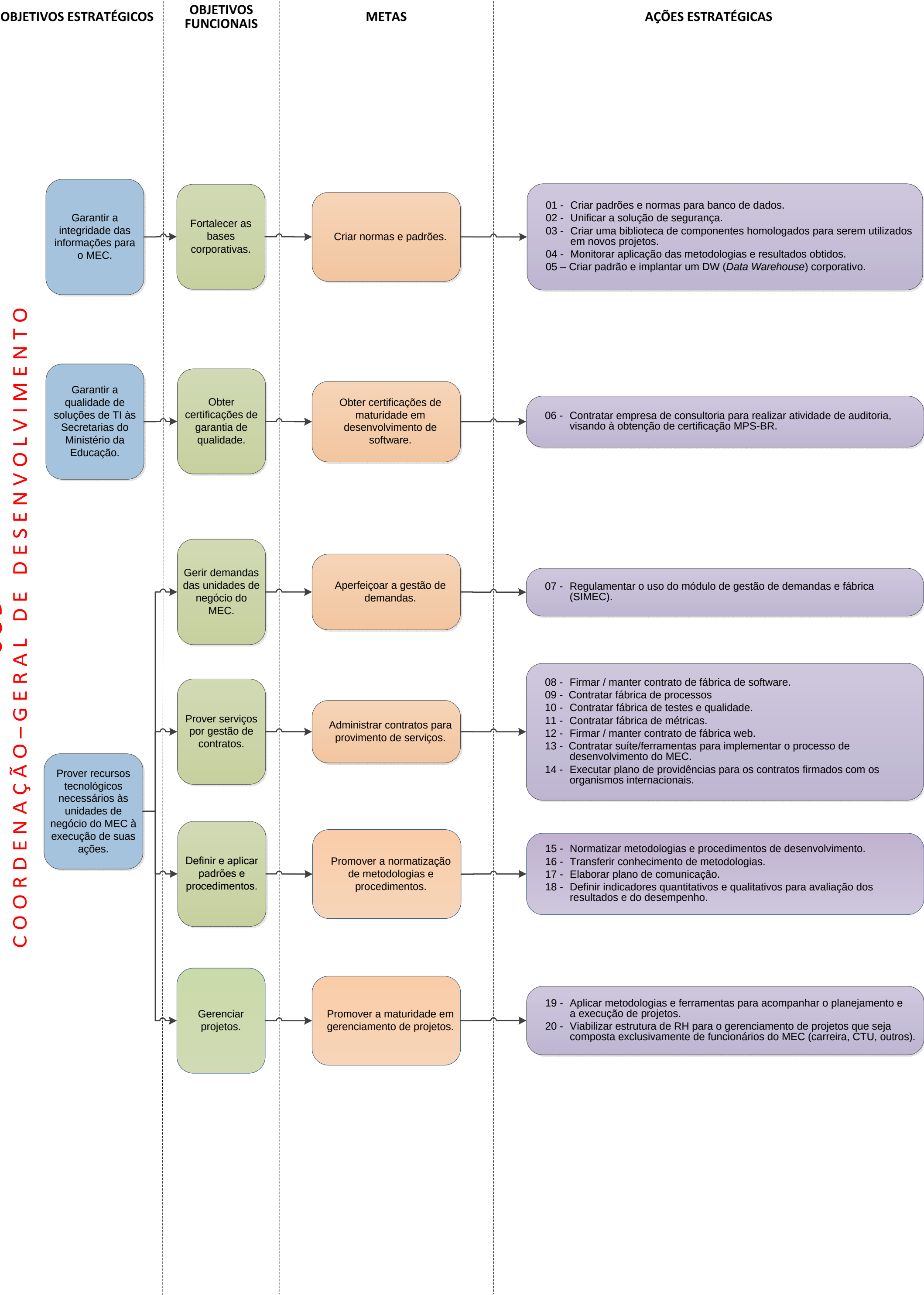
ANEXO E

CGD **Coordenação-Geral de Desenvolvimento**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2012 - 2013

Código: OEFMACGD - 06
Data: 19/03/2012

CGD
COORDENAÇÃO – GERAL DE DESENVOLVIMENTO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M01-07

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEB DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES PARA O MEC.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
FORTALECER AS BASES CORPORATIVAS.						
Meta:		Indicadores de Eficiência (data):				
CRIAR NORMAS E PADRÕES.		1) Nº de Bases de dados aderentes aos padrões e normas. 2) Nº de aplicativos (soluções MEC) utilizando o padrão de segurança definido como único. 3) Nº de Bases de dados referentes aos sistemas críticos (definir quais) aderentes aos padrões e normas. 4) Definição de sistemas críticos aderentes aos padrões e normas.				
		Indicadores de Eficácia (%):				
		1) 80% das bases de dados com aderência aos padrões estabelecidos. 2) 50% dos aplicativos adotando o padrão estabelecido. 3) 15% em julho de 2012 e 65% em dezembro de 2012. 4) 10% em julho de 2012, 40% em dezembro de 2012 e 50% em dezembro de 2013.				
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
01	Criar padrões e normas para Banco de Dados	Pela necessidade de estabelecer e criar padrões e normas, o que proporcionará a disponibilização de sistemas com integridade de dados.	Definindo uma equipe responsável pelo projeto de padronização e normatização do processo de criação e manutenção de bases corporativas.	Célula D - Aline Gazola	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
02	Unificar a solução de segurança	Possibilitar a unificação da solução de segurança, que além de padronizar o uso dos sistemas, viabilizará o reaproveitamento com celeridade na implementação da camada de segurança das aplicações mantidas pelo MEC.	Designando uma equipe responsável pelo projeto de padronização e institucionalização. Realizar suporte para viabilizar a plena utilização destes padrões.	Célula D - Aline Gazola	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M01-07

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
03	Criar uma biblioteca de componentes homologados para serem utilizados em novos projetos	Pela necessidade de reutilização e padronização dos componentes desenvolvidos nos sistemas, com o objetivo de agilizar e manter a arquitetura dos sistemas.	Designando uma equipe para criar ambiente único de componentes e plano para padronização e utilização dos frameworks utilizados no desenvolvimento de sistemas do MEC.	Célula D - Aline Gazola	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
04	Monitorar aplicação das metodologias e resultados obtidos	Pela necessidade de garantir a plena utilização das metodologias padronizadas para o MEC, oferecendo insumo para a melhoria contínua do processo de desenvolvimento e da qualidade dos produtos de <i>software</i> gerados.	Realizando avaliação para aferir a qualidade dos serviços realizados pelas equipes que atuam na DTI.	Escritório de Projetos - Mariza Lira	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
05	Criar padrão e implantar um DW (<i>Data Warehouse</i>) corporativo.	Pela necessidade de disponibilizar informações precisas para a tomada de decisão.	Definindo uma equipe responsável pelo projeto de padronização, normatização e manutenção do processo de criação e manutenção das estruturas.	Escritório de Projetos - Fernando Silva	Mar 2012 a Dez 2012	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 07
		Código: FPATPETI-CGD-M02-07
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEB DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
GARANTIR A QUALIDADE DE SOLUÇÕES DE TI ÀS SECRETARIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
OBTER CERTIFICAÇÕES DE GARANTIA DE QUALIDADE.						
Meta:				Indicadores de Eficiência (data):		
OBTER CERTIFICAÇÕES DE MATURIDADE EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.				31/12/2013		
				Indicadores de Eficácia (%):		
				CERTIFICAÇÕES OBTIDAS.		
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
06	Contratar empresa de consultoria para realizar atividade de auditoria, visando à obtenção de certificação MPS-BR.	Ao alcançar certificações de maturidade em desenvolvimento de software estaremos oferecendo soluções com alto padrão de qualidade e obtendo reconhecimento de todas as unidades de negócio do MEC e da população atendida.	Após definir e aplicar nossos padrões e procedimentos deverá ser contratado um serviço de consultoria especializada para orientar nossos processos em conformidade com as exigências impostas pelas unidades certificadoras.	Escritório de Projetos - Abilio Maia	Jan 2013 a Dez 2013	

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 07
		Código: FPATPETI-CGD-M03-07
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEB DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS ÀS UNIDADES DE NEGÓCIO DO MEC À EXECUÇÃO DE SUAS AÇÕES.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
GERIR AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE NEGÓCIO DO MEC.						
Meta:			Indicadores de Eficiência (data):			
APERFEIÇOAR A GESTÃO DE DEMANDAS.			Nº DE CÉLULAS OU SUB-ÁREAS DA DTI QUE UTILIZAM O SISTEMA DE DEMANDAS DO SIMEC.			
			Indicadores de Eficácia (%):			
			100 % DAS CÉLULAS OU SUB-ÁREAS UTILIZANDO O SISTEMA DE DEMANDAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012.			
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
07	Regulamentar o uso do módulo de gestão de demandas e fábrica (SIMEC)	Pela necessidade de regulamentar o uso e aperfeiçoar os módulos de gestão de demandas (SIMEC) e de fábrica (SIMEC) que impõem um rito padronizado na gestão e no gerenciamento de todas as demandas realizadas pelas unidades de negócio do MEC, e a consequente implementação de soluções.	Designando uma equipe responsável pela otimização, manutenção, padronização e disseminação/capacitação das soluções de TI, que executam os processos de demandas e de gestão de fábrica.	Escritório de Projetos - Júlio Proença	Jan 2012 a Jun 2013	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 07
		Código: FPATPETI-CGD-M04-07
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEB DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS ÀS UNIDADES DE NEGÓCIO DO MEC À EXECUÇÃO DE SUAS AÇÕES.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
PROVER SERVIÇOS POR GESTÃO DE CONTRATOS.						
Meta:				Indicadores de Eficiência (data):		
ADMINISTRAR CONTRATOS PARA PROVIMENTO DE SERVIÇOS.				1) 80% DEZEMBRO DE 2012.		
				2) 20% DEZEMBRO DE 2013.		
				Indicadores de Eficácia (%):		
				100% DOS CONTRATOS ELABORADOS E EFETIVAMENTE CONTRATADOS.		
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
08	Firmar / Manter contrato de fábrica de <i>software</i> .	Pela necessidade de atender a IN 04 do MPOG/SLTI adotando as melhores práticas de mercado, a fim de obter soluções de TI com qualidade e documentadas, viabilizando a continuidade destas soluções sem dependência de pessoas.	Designando uma equipe responsável pelo processo de contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Abílio Maia	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
09	Contratar fábrica de processos.	Pela necessidade de garantir à qualidade dos produtos desenvolvidos na fábrica de <i>software</i> no tocante aos modelos de processos de negócio.	Designando uma equipe responsável pelo processo de elaboração da contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Mariza Lira e Cláudio Florentino	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M04-07

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
10	Contratar fábrica de testes e qualidade.	Pela necessidade de garantir à qualidade dos produtos desenvolvidos na fábrica de <i>software</i> bem como a execução de teste de <i>software</i> .	Designando uma equipe responsável pelo processo de elaboração da contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Fernando Silva e Mauro Braz	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
11	Contratar fábrica de métricas.	Pela necessidade de garantir que os produtos desenvolvidos pela fábrica de <i>software</i> estejam de acordo com a métrica proposta.	Designando uma equipe responsável pelo processo de elaboração da contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Abílio Maia	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
12	Firmar / manter contrato de fábrica web.	Pela necessidade de atender às demandas relativas a desenvolvimento, dimensionamento, configuração, implementação, padronização, customização, implantação e manutenção de código de portais corporativos (websites), atendendo aos padrões de qualidade, de forma satisfatória, utilizando framework para desenvolvimento de sítios e portais, preferencialmente, Joomla.	Designando uma equipe responsável pelo processo de contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Mariza Lira e Cláudio Florentino	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M04-07

Data da versão:
19/03/2012

Ações:

Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
13	Contratar suíte/ferramentas para implementar o processo de desenvolvimento do MEC.	Pela necessidade de sistematizar/automatizar o processo de desenvolvimento do MEC integrando todos os atores envolvidos no mesmo, considerando a necessidade de integração desde a fase de iniciação até a entrega dos produtos.	Designando uma equipe responsável pelo processo de contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Mariza Lira e Vinícius Prado	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica
14	Executar plano de providências para os contratos firmados com os organismos internacionais.	Pela necessidade de suprir o MEC com projetos técnicos especializados que complementem e desonerem os servidores do MEC.	Designando uma equipe responsável pelo processo de elaboração da contratação em conformidade com os normativos existentes, pela melhoria contínua da respectiva documentação (TR etc.) e pela conformidade na utilização dos serviços.	Escritório de Projetos - Abílio Maia	Jan 2012 a Dez 2013	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M05-07

Data da versão:
19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEB DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS ÀS UNIDADES DE NEGÓCIO DO MEC À EXECUÇÃO DE SUAS AÇÕES.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
DEFINIR E APLICAR PADRÕES E PROCEDIMENTOS.						
Meta:		Indicadores de Eficiência (data):				
PROMOVER A NORMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS E PROCEDIMENTOS.		31/12/2013				
		Indicadores de Eficácia (%):				
		1) 100% DE NOVOS SISTEMAS DESENVOLVIDOS UTILIZANDO O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PADRONIZADO.				
		2) 100% DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM DIRETAMENTE COMO ATORES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TREINADOS.				
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
15	Normalizar metodologias e procedimentos de desenvolvimento	Dá-se pela necessidade de normatizar metodologias e procedimentos (MDS, MG, Guia de Métricas, Arquitetura de Referência, Segurança da Informação, Política de Continuidade do Negócio, Gerência de Configuração e Mudança), visando padronizar todas as atividades vinculadas a DTI.	Designando uma equipe responsável pelo projeto de normatização, padronização, institucionalização e que realizará suporte sempre que demandada para viabilizar a plena utilização destas metodologias e padrões.	Gestor: Escritório de Projetos Responsáveis por projeto: - MDS: Escritório de Projetos - Mariza Lira - MG: Escritório de Projetos - Mariza Lira e Júlio Proença -- Guia de Métricas: Escritório de Projetos - Júlio Proença e Vinícius Prado	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)

Versão: 07

Código:
FPATPETI-CGD-M05-07

Data da versão:
19/03/2012

				- Arquitetura de Referência: célula D - Aline Gazola - Segurança da Informação: célula D - Aline Gazola - Política de Continuidade de Negócio: Escritório de Projetos - Abílio Maia - Gerência de Configuração e Mudança: Escritório de Projetos - Fernando Silva e Ricardo Cavalcante		
16	Transferir conhecimento de metodologias	Será necessário capacitar corpo técnico para absorção das metodologias objetivando garantir uma atuação padronizada de todos os atores envolvidos.	Designando uma equipe responsável pela capacitação para viabilizar a plena utilização destas metodologias e padrões sempre que houver a necessidade de multiplicar ou divulgar o conhecimento.	Escritório de Projetos - Júlio Proença e Mariza Lira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
17	Elaborar plano de comunicação	Faz-se necessário elaborar, manter atualizado e divulgar um Plano de Comunicação para dar visibilidade e permitir o acesso a todos os padrões e procedimentos definidos pela CGD.	Designando uma equipe responsável pela definição e manutenção do plano.	Escritório de Projetos - Júlio Proença e Mariza Lira	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
18	Definir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação dos resultados e do desempenho	Ao definir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação dos resultados e desempenho estabeleceremos de forma clara e objetiva o padrão de qualidade desejado para o MEC, minimizando o impacto negativo que ocorre quando são detectadas falhas nas soluções de TIC que são oferecidas para os clientes internos e externos.	Designando uma equipe responsável pelo projeto, além de realizar suporte para o cumprimento das premissas e estabelecimento de acordos de nível de serviço que serão adotados, conforme a especificidade das soluções oferecidas.	Escritório de Projetos - Fernando Silva e Vinícius Prado	Jan 2013 a Dez 2013	Não se aplica

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria-Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Formulário do Plano de Ações Táticas do PETI (baseado na ferramenta 5W2H)	Versão: 07
		Código: FPATPETI-CGD-M06-07
		Data da versão: 19/03/2012

Area:		Responsável:				
CGD		MERCHED CHEHEBE DE OLIVEIRA				
Objetivo Estratégico (DTI):						
PROVER RECURSOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS ÀS UNIDADES DE NEGÓCIO DO MEC À EXECUÇÃO DE SUAS AÇÕES.						
Objetivo Funcional (Coordenação):						
GERENCIAR PROJETOS.						
Meta:				Indicadores de Eficiência (data):		
PROMOVER A MATURIDADE EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS.				31/12/2012		
				Indicadores de Eficácia (%):		
				PADRÃO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APROVADO E EM EXECUÇÃO.		
Ações:						
Nº	O QUE? (What) Ações a serem executadas	Por Que? (Why) Justificativas / Motivos / Resultados esperados	Como? (How) Especificações dos passos a serem executados nestas ações	Quem? (Who) Nomes de todos os envolvidos com definição do responsável	Quando? (When) Prazos com definição de datas para início e fim	Quanto? (How Much) Caso seja necessário algum tipo de investimento
19	Aplicar metodologias e ferramentas para acompanhar o planejamento e execução de projetos.	Fornecer diretrizes e práticas para planejar, montar equipe, executar e monitorar projetos, diminuindo assim os riscos e aumentando a qualidade.	Interlocução entre CGI e CGD para auxiliar no planejamento, acompanhamento do cronograma e execução das atividades dos projetos.	Escritório de Projetos - Mariza Lira, Fernando Silva, Vinicius Prado, Abílio Maia e Julio Proença.	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica
20	Viabilizar estrutura de RH para o gerenciamento de projetos que seja composta exclusivamente de funcionários do MEC (carreira, CTU, outros).	Pela necessidade de garantir a continuidade das ações de gestão de projetos.	Interlocução entre CRTI e CGD para viabilizar uma equipe de profissionais com o perfil de gerente de projetos aproveitando os profissionais que já estão à disposição da DTI e captando novos através de processo seletivo.	Escritório de Projetos - Abílio Maia e Júlio Proença.	Jan 2012 a Dez 2012	Não se aplica



Senhor JANDYR MAYA FAILLACE NETO
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar ANETE VASCON-
CELOS DE BORBOREMA
Deputado Estadual da Bahia ALAN EDUARDO SANCHES
DOS SANTOS
Desembargador Federal ROBERTO LUIZ RIBEIRO HAD-
DAD
Vice-Prefeita da Cidade de São Paulo ALDA MARCO AN-
TONIO
Vice-Prefeito da Cidade de Salvador EDVALDO PEREIRA
DE BRITO
c) no grau de Oficial:
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal BRUNO CÉSAR
GROSSI DE SOUZA
Senhor JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Primeiro-Secretário da Academia Brasileira de Letras DO-
MÍCIO PROENÇA FILHO
Senhor LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SIL-
VA
Secretário da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará FLÁ-
VIO BEZERRA DA SILVA
Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato
Grosso do Sul WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Desembargador JOSÉ ROBERTO LAGRANHA TÁVORA
Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado do
Ceará JOSÉ DE ARIMATEÁ NETO
Procurador-Chefe da Procuradoria Regional Federal da 2ª
Região MARCOS DA SILVA COUTO
Procurador da República no Estado de Pernambuco MAR-
COS ANTÔNIO DA SILVA COSTA
Senhor ANTONIO AUGUSTO IGNACIO AMARAL
Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro MAR-
THA MESQUITA DA ROCHA
Advogado da União SERGIO EDUARDO DE FREITAS
TAPETY
Advogado da União JOSÉ ROBERTO MACHADO FA-
RIAS
Senhor EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO
Subchefe de Gabinete do Ministério de Minas e Energia
ANTONIO CARLOS RAMOS DE BARROS MELLO
Chefe do Gabinete do Secretário da Receita Federal JOSÉ
CARLOS DE SOUSA DIAS
Procuradora-Regional da União na 2ª Região MARIANA
MOREIRA E SILVA
Senhora NÍDIA QUINDERÉ CHAVES BUZIN
Senhor JOSÉ AUGUSTO PERROTA
Advogado da União BRUNO CORREIA CARDOSO
Vice-Reitor Comunitário da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro AUGUSTO LUIZ DUARTE LOPES SAMPAIO
Jornalista ROBERTO ANTONIO DA COSTA
Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
dos Recursos Naturais Renováveis na Bahia CÉLIO COSTA PIN-
TO
Senhor ANTENOR BARROS LEAL
Senhor LUIS HORTA BARBOSA ERLANGER
Diretora da Faculdade de Oceanografia da Universidade Fe-
deral do Pará ODETE FÁTIMA MACHADO DA SILVEIRA
Senhora CATARINA BATISTA DA SILVA MOREIRA
Senhora MARILENE FERRARI LUCAS ALVES FILHA
Senhor VILFREDO SCHURMANN
Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-Rio de
Janeiro SILVIO VASCO CAMPOS JORGE
Senhor LUIZ CARLOS BARROSO SIMÃO
Senhor EDUARDO MARSON FERREIRA
Juiz Titular da 3ª Vara Cível de Palmas PEDRO NELSON
DE MIRANDA COUTINHO
Juíza-Auditora Titular da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição
Judiciária Militar TELMA ANGÉLICA FIGUEIREDO
Senhor LEONARDO RAUPP BOCORNY
Auditor Federal ROBERTO SANTOS VICTER
Auditor do Tribunal de Contas da União EDISON FRAN-
KLIN ALMEIDA
Procuradora da Fazenda Nacional SUELY DIB DE SOUSA
E SILVA
Senhor ELISMAR LUIZ FERREIRA
Senhor ROMILDO JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Servidor Civil MAURO LOUREIRO ALVES LIMA
Senhor THALES CHAGAS MACHADO COELHO
Senhora FRANCISCA OLGA DE FLORES JUNIOR
Senhor GLICÉRIO LEMOS DE SANTANA
Senhor SALVIANO ANTONIO GUIMARÃES BORGES
d) no grau de Cavaleiro:
Juíza-Auditora Substituta da 6ª Circunscrição Judiciária Mi-
litar SHEILA COSTA BASTOS DIAS
Advogada da União no Estado do Pará ANA JÚLIA NAS-
CIMENTO DE MENDONÇA
Senhora DANIELLE COUTO FERRAZ
Senhor JOSÉ AIRTON LACERDA MARTINS
Senhor JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO
Senhora LUCIANA CASTRO RODRIGUES
Senhor MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO
Senhor PAILLARD BENTES DA SILVA
Senhor ROGÉRIO FERNANDES FIGUEIRÓ
Senhor RUBENS FERREIRA STUDART
Servidor Civil CLAUDIO FONSECA FILHO
Servidor Civil JOSE CARLOS ALVES PINHEIRO
Servidor Civil GERHARD BAUER
Servidor Civil OSWALDO PELLEGRINO JUNIOR
Servidor Civil ALBERTO DUMONT PINTO FERREIRA
Servidor Civil SÉRGIO ALDYR ARSENA E SOUSA

TO
Servidora Civil MÁRCIA MALTA MIGUEZ FERREIRA
Servidora Civil LEDA ARUME RULFF
Servidor Civil ADALBERTO JERONIMO DA COSTA NE-
CEDO
Professor Universitário JULIO CESAR RODRIGUES DAL
BELLO
Professor Universitário MARCUS AGUIAR GORINI
Professor Universitário RENATO DOURADO COTTA DE
MELLO
Professor EDUARDO SANTIAGO SPILLER
Vice-Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-São
Paulo MARIO WALLACE SIMONSEN NETO
Jornalista MÁRIO ROBERTO VAZ CARNEIRO
Jornalista ROBERTO DE GODOY MARQUES FILHO
Senhor DARCLÉS ANDRADE DE OLIVEIRA
Senhor JOSÉ SAMUEL MAGALHÃES
Senhor MARCO ANTONIO FANUCCHI
Servidor Civil JORGE FUMIO UTIDA
Servidor Civil RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Servidora Civil NEIVA DOS SANTOS RODRIGUES
Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura de Itajaí AG-
NALDO HILTON DOS SANTOS
Vereador do Município de Salvador ALAN DE CASTRO
DAYUBE
Vereador do Município de Ladário OSVALMIR NUNES DA
SILVA
Professora TEREZINHA BARUKI
Engenheiro Naval RUDOLF PETER DE JONG
Senhor ALEIXO BELOV
Senhor ANDRE LUIZ COLLACIO LETTIERI
Senhor CARLOS ALBERTO GRAVATÁ GALVÃO
Senhor ERMÍNIO GATTI
Senhor JOSE ROBERTO APARECIDO DA COSTA
Senhora LUCIA HELENA MOREIRA
Senhor LUIS ALFREDO OSÓRIO DE CASTRO
Senhora NILSA PAULO DE AZEVEDO
Senhor REGINALDO GOMES PANTOJA
Servidora Civil GUIOMAR TEREZA SANTOS
Servidor Civil JOSÉ ANTÔNIO ARAÚJO ALVES
Servidora Civil MARIA DINAI FERREIRA DOS REIS
Servidora Civil CLAUDIA BARROS TRINDADE
Servidora Civil MARIA RAIMUNDA GÓES OLIVEIRA
Servidora Civil MARIA REGINA BORBA COTTA DE
QUEIROZ
Servidora Civil MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO SIL-
VA
Servidora Civil LÚCIA MARIA GOMES DA SILVA
Servidor Civil PEDRO FRANCO
Servidor Civil FRANCISCO NASCIMENTO FILHO
Senhor UBIRAJARA IZIDORO
e) no grau de Comendador, :
Almirante MANUEL OTERO PENELAS - Espanha
Almirante JOSÉ FRANCISCO PALOMINO ULLA - Es-
panha
Vice-Almirante DANIEL ALBERTO ENRIQUE MARTIN -
Argentina
Vice-Almirante JOHN MICHAEL RICHARDSON - EUA
Vice-Almirante KENDALL LEE CARD - EUA
Vice-Almirante VICTOR ARAUJO MARTINEZ - Venezue-
la
Contra-Almirante BERNHARD HEIN TEUTEBERG - Áfri-
ca do Sul
Contra-Almirante ROBERT WILLIAM HIGGS - África do
Sul
Contra-Almirante GASTON FERNANDO ERICE - Argen-
tina
Contra-Almirante GEORGES BOSSELUT - França
Contra-Almirante SILVIO SALVADOR GUANES SOLIS -
Paraguai
Contra-Almirante GERMAN GIMENEZ ROMAN - Para-
guai
Contra-Almirante ANTONIO MANUEL FERNANDES DA
SILVA RIBEIRO - Portugal
General-de-Brigada HANS-WERNER WIERMANN - Ale-
manha
f) no grau de Cavaleiro:
Capitão-de-Fragata UDO SCHMIDT - Alemanha

CELSO AMORIM

PORTARIA Nº 1.599/MD, DE 8 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de
Presidente Honorário da Ordem do Mérito Naval e tendo em vista o
disposto no inciso II, do art. 12, do Regulamento aprovado pelo
Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, alterado pelo Decreto nº
7.749, de 8 de junho de 2012, resolve:
PROMOVER
no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as se-
guintes personalidades brasileiras:

a) ao grau de Comendador:
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais ALBERTO
PINTO COELHO JÚNIOR;
Deputado Estadual de Minas Gerais JOÃO LEITE DA SIL-
VA NETO;
Prefeito da Cidade de Santos JOÃO PAULO TAVARES PA-
PA;
Senhor SANSÃO CAMPOS PEREIRA;
Advogado da União JOSÉ RICARDO LARICCHIA;
Cônsul-Honorário MARIO VLADIMIRO BABAIC BA-
BAIC; e
Professor LAURO JESUS PERELLÓ BARCELLOS.
b) ao grau de Oficial:
Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-Santos
JOÃO CANDIDO BALA;
Servidora Civil LÚCIA MARIA CAMINHA DE CAS-
TRO;
Servidor Civil NARCISO GOMES PEREIRA; e
Servidor Civil DJALMA RIBEIRO.

CELSO AMORIM

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 8 de junho de 2012

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de
1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº
242/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de
Educação, favorável à convalidação dos estudos de pós-graduação
stricto sensu e à validação nacional dos títulos de mestre obtidos por
José Paulo Fernandes Junior, RG 7.826.290 SSP-SP, e João Almeida
Santos RG 11.338.376 SSP-SP, que concluíram com êxito o curso de
Mestrado em Administração de Empresas ministrado pela Univer-
sidade Guarulhos, com sede no Município de Guarulhos, Estado de
São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000026/2011-12.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 869, DE 6 DE JUNHO DE 2012

Aprova o Planejamento Estratégico de Tec-
nologia da Informação - PETI, para o pe-
ríodo 2012-2013.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37 do
Anexo I do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, resolve,
Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da
Informação, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria
Executiva, do Ministério da Educação, para o período 2012-2013.
Art. 2º A íntegra do PETI/MEC será disponibilizada no
Portal do MEC: www.mec.gov.br. O documento será publicado tam-
bém em Boletim de Serviço, Intranet e Portal do SISP.
Art. 3º O PETI/MEC poderá ser revisto, sempre que ne-
cessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e es-
tratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e
às mudanças na legislação pertinente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 65, DE 31 DE MAIO DE 2012

Aprova o planejamento Estratégico de Tec-
nologia da Informação - PETI, para o pe-
ríodo de 2012 - 2013.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEI-
ÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, incisos II e
III do estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de
2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012,
resolve:
Art. 1º. Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia
da Informação - PETI, da Diretoria de tecnologia da Informação da
CAPES, para o período 2012 - 2013.
Art. 2º. A íntegra do PETI/CAPES encontra-se no Portal da
CAPES: www.capes.gov.br. O documento será publicado também no
Boletim de Serviço, Intranet e Portal do SISP.
Art. 3º O PETI/CAPES poderá ser revisto, sempre que ne-
cessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e es-
tratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentaria e
às mudanças na legislação pertinente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

**Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da
Educação, exercício 2013**

Anexo III

Março, 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

PLANO DE DIVULGAÇÃO do Planejamento Estratégico de TI do MEC

2012-2013

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013		Versão: 02
			Código: PDPETIMEC-02
			Data de versão: 26/07/2012

Histórico das Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
20/06/2011	01	Criação do documento.	Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br)
26/07/2011	02	Correção gramatical nos itens: 2, 6 e 6.5.	Mário Higinio (mario.almeida@mec.gov.br)

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02 Código: PDPETIMEC-02 Data de versão: 26/07/2012

Sumário

1.	Origem do documento	04
2	Introdução.....	04
3.	Objetivo.....	05
4.	Escopo.....	05
5.	Não escopo.....	05
6.	Plano de divulgação	05
6.1.	Banner tipo 1	05
6.2.	Banner tipo 2	06
6.3.	Quadro A3	06
6.4.	Encadernação do PETI	06
6.5.	Portal do MEC	07
6.6.	DTI Informa.....	07
6.7.	Secretaria Executiva do MEC.....	07
6.8.	Portal do SISP	08
6.9.	CGU - Controladoria-Geral da União.....	08
6.10.	TCU - Tribunal de Contas da União	08
6.11.	MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	08
7.	Aprovação.....	08
8.	Anexos.....	09
	Anexo A - Banner tipo 1 - DTI	
	Anexo B - Banner tipo 2 - Gabinete	
	Anexo C - Banner tipo 2 - CRTI	
	Anexo D - Banner tipo 2 - Escritório de Processos	
	Anexo E - Banner tipo 2 - CGI	
	Anexo F - Banner tipo 2 - CGD	
	Anexo G - Quadro A3 - Declarações Estratégicas	
	Anexo H - Quadro A3 - Mapa Estratégico	
	Anexo I - Portaria do PETI do MEC	

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02
		Código: PDPETIMEC-02
		Data de versão: 26/07/2012

1. Origem do documento

MEC/SE/DTI/CRTI

Coordenação de Recursos de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação.

2. Introdução

A iniciativa de desenvolver um Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de TI – PETI do MEC, planejado e publicado na Portaria Nº 869, de 06 de junho de 2012 (ver Anexo I deste documento), é de planejar, documentar, formalizar e padronizar todas as divulgações e fases que envolvem este processo.

Documentando este processo de divulgação do PETI, a DTI atenderá o Acórdão nº 1233/2012 do TCU-Plenário, de 23/05/2012, que trata de um relatório consolidado das ações do TMS (Tema de Maior Significância) 6/2010, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI. O objetivo maior do trabalho consiste em agregar os resultados de todas as fiscalizações previstas, de modo a sintetizar os achados e conclusões sobre a gestão e uso de TI na Administração Pública Federal (APF). Mais precisamente sobre o Planejamento Estratégico de TI, cito os itens de interesse neste Acórdão:

“9.1.2.2. aprovação, pela mais alta autoridade da organização, do plano estratégico de TI;

9.1.2.4. divulgação do plano estratégico de TI para conhecimento dos cidadãos brasileiros, exceto nos aspectos formalmente declarados sigilosos ou restritos;

9.1.2.5. acompanhamento periódico do alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios;

9.1.2.6. divulgação interna e externa do alcance das metas, ou os motivos de não as ter alcançado; “

O documento do PETI foi elaborado em duas versões visando a restrição de publicação de informações restritas:

- Versão Resumida (documento principal): contém o documento principal, com a descrição dos objetivos estratégicos, objetivos funcionais, metas e ações estratégicas, além da metodologia utilizada para realizar o planejamento estratégico, mas não constam os anexos que contém os diagramas consolidados e os formulários 5W2H, com o detalhamento das ações estratégicas. Esta versão será utilizada para divulgação externa e em locais que requeiram preocupação com as informações restritas do MEC.

DTI/CRTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Plano de Divulgação do PETI\Versão 02\PDPEIMEC-02 Plano de Divulgação do PETI do MEC.doc	Página: 4/9

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02 Código: PDPETIMEC-02 Data de versão: 26/07/2012

- Versão Completa (documento principal + anexos): contém o documento principal somado aos anexos, que possuem os diagramas consolidados e detalham os formulários 5W2H das 5 (cinco) áreas da DTI que compõem o planejamento estratégico. Nestes formulários são detalhadas as justificativas para realizar determinada ação estratégica e também como será realizada, por quem, quando e quanto custará se aplicável. Esta versão será utilizada para divulgação interna e também para locais que não existem a preocupação com informações restritas do MEC.

3. Objetivo

O objetivo deste Plano de Divulgação é definir formalmente a divulgação do Planejamento Estratégico de TI do MEC para o ano de 2012 e 2013, para que se possa planejar, executar e disseminar essa publicação.

4. Escopo

Este Plano abrangerá principalmente a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, mas também terá o foco de divulgar para os diversos meios oficiais externos ao Ministério da Educação – MEC.

5. Não escopo

Não faz parte do escopo deste plano:

- A divulgação física (*banners*, cartazes e quadros) do PETI do MEC fora das instalações da DTI;
- A divulgação do PETI das Autarquias do MEC (CAPES, INEP e FNDE).

6. Plano de Divulgação

O Plano de Divulgação do PETI está dividido nos itens abaixo os quais visam especificar, quantificar e detalhar como será divulgado o PETI, internamente e externamente.

Para instalação das molduras e vidros nos banners e quadros definidos neste plano, existe um contrato do MEC com empresa especializada pra este fim. Para isto, deverá ser formalizada a necessidade junto à Coordenação de Serviços Operacionais – CSO, vinculado à CGRL, para as devidas providências.

6.1 Banner tipo 1 (tamanho 2,03m x 0,91m)

Total de 3 (três) unidades em tamanho de 2,03m x 0,91m, colorida, com moldura e vidro.

O conteúdo deste *banner* ou painel será o PETI consolidado da DTI, ou seja, com a descrição dos objetivos estratégicos, objetivos funcionais, metas e ações estratégicas de todas as áreas envolvidas do PETI.

DTI/CRTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Plano de Divulgação do PETI\Versão 02\PDPETIMEC-02 Plano de Divulgação do PETI do MEC.doc	Página: 5/9

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02 Código: PDPETIMEC-02 Data de versão: 26/07/2012

Deve ser colocado moldura e vidro para divulgação adequada dentro das instalações da DTI.

Local de instalação: Estes *banners* deverão ser fixados da seguinte maneira: no corredor da CGI (1º andar do Anexo II), no corredor da CGD (Térreo do Anexo II) e no corredor externo (1º andar do Anexo II) à CRTI, visando uma maior divulgação para todos os servidores, consultores e visitantes deste setor.

6.2 Banner tipo 2 (tamanho 1,21m x 0,91m)

Total de 5 (cinco) unidades em tamanho de 1,21m x 0,91m, colorida, com moldura e vidro.

O conteúdo deste *banner* ou painel será o PETI consolidado de cada uma das áreas da DTI, ou seja, com a descrição dos objetivos estratégicos, objetivos funcionais, metas e ações estratégicas das 5 (cinco) áreas da DTI, mas impressa individualmente. São elas: Gabinete, CRTI, Escritório de Processos, CGI e CGD.

Deve ser colocado moldura e vidro para divulgação adequada dentro das instalações da DTI.

Local de instalação: Os *banners* individuais deverão ser fixados nas paredes do gabinete da CGI, gabinete da CGD, gabinete da CRTI, Escritório de Processos e *hall* de entrada da Assessoria do Gabinete da DTI.

6.3 Quadros A3

Total de 18 (dezoito) unidades em tamanho A3, colorida, com moldura e vidro, sendo:

- 09 (nove) quadros para a Declaração Estratégica;
- 09 (nove) quadros para o Mapa Estratégico.

Esses 18 quadros A3 serão reaproveitados dos quadros das declarações estratégicas do PETI anterior. Portanto, serão recolhidos e trocados o conteúdo interno com a versão nova da declaração estratégica e do mapa estratégico.

Local de instalação: 10 (dez) quadros A3, sendo 5 (cinco) das declarações estratégicas e 5 (cinco) do mapa estratégico deverão ser fixados em conjunto na parede do gabinete da CGI, gabinete da CGD, gabinete da CRTI, Escritório de Processos e *hall* de entrada da Assessoria do Gabinete da DTI.

6.4 Encadernação do PETI

Total de 06 (seis) encadernações em tamanho A4, colorida, para a versão completa do PETI.

DTI/CRTI	Y:\Assessoria\PETI\MEC\Plano de Divulgação do PETI\Versão 02\PDPEIMEC-02 Plano de Divulgação do PETI do MEC.doc	Página: 6/9

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02 Código: PDPETIMEC-02 Data de versão: 26/07/2012

Deverá ser entregue 01 (uma) cópia para cada Coordenador da CGI, CGD, CRTI e Escritório de Processos e 02 (duas) para a Assessoria do Gabinete da DTI.

6.5 Portal do MEC

Deverá ser publicada a versão resumida do PETI no portal do MEC, mas precisamente na área da DTI, informando o número da Portaria, no endereço http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15451&Itemid=1078, com o seguinte título:

Portaria Nº 869, de 06 de junho de 2012 - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI do MEC (2012-2013)

Na versão resumida não constam os anexos do PETI, ou seja, os formulários 5W2H das áreas da DTI e estas informações não devem ser publicadas externamente por conter informações restritas.

6.6 DTI Informa

Elaborar comunicado inicial de publicação do PETI no *DTI Informa*, mencionando a Portaria e o local de divulgação no portal do MEC para todos os servidores do MEC.

Quando do cumprimento de alguma meta do PETI deverá ser divulgado no *DTI Informa* para todos os servidores da DTI.

6.7 Secretaria Executiva do MEC

Deverá ser encaminhada por meio de memorando à Secretaria Executiva do MEC, pasta de arquivo completa do PETI do MEC contendo toda a documentação, com pelo menos os itens abaixo:

- Plano de divulgação do PETI;
- Publicações (Portarias e Boletim de Serviço);
- Memorandos;
- E-mails;
- Reuniões (Ata de Reunião e Lista de Presença);
- Evento para realização do PETI do MEC
(Programação, Lista de Presença, Confirmação de Presença e Locação de Espaço);
- Fotos do evento;
- Slides e formulários;
- Documento do PETI .

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02 Código: PDPETIMEC-02 Data de versão: 26/07/2012

6.8 Portal do SISP

Encaminhar por e-mail o PETI, versão resumida, para a Comunidade SISP (www.sisp.gov.br) e também publicar um comunicado no Portal SISP.

6.9 CGU – Controladoria-Geral da União

Enviar ofício para a Controladoria-Geral da União – CGU informando a publicação da Portaria do PETI do MEC e o local na Internet para baixar o arquivo na versão resumida do PETI.

6.10 TCU – Tribunal de Contas da União

Enviar ofício para o Tribunal de Contas da União – TCU informando a publicação da Portaria do PETI do MEC e o local na Internet para baixar o arquivo na versão resumida do PETI.

6.11 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Enviar ofício para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG informando a publicação da Portaria do PETI do MEC e o local na Internet para baixar o arquivo na versão resumida do PETI.

7. Aprovação

Brasília-DF, 26 de julho de 2012.

BRUNO ADANN SAGRATZKI COURA
Diretor de Tecnologia da Informação - DTI
Ministério da Educação - MEC

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Diretoria de Tecnologia da Informação	Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013	Versão: 02
		Código: PDPETIMEC-02
		Data de versão: 26/07/2012

8. Anexos

Serão detalhados nos anexos as imagens dos modelos dos banners tipo 1, tipo 2, quadros A3 e cópia da Portaria do PETI do MEC:

- Anexo A - Banner tipo 1 - DTI
- Anexo B - Banner tipo 2 - Gabinete
- Anexo C - Banner tipo 2 - CRTI
- Anexo D - Banner tipo 2 - Escritório de Processos
- Anexo E - Banner tipo 2 - CGI
- Anexo F - Banner tipo 2 - CGD
- Anexo G - Quadro A3 - Declarações Estratégicas
- Anexo H - Quadro A3 - Mapa Estratégico
- Anexo I - Portaria do PETI do MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

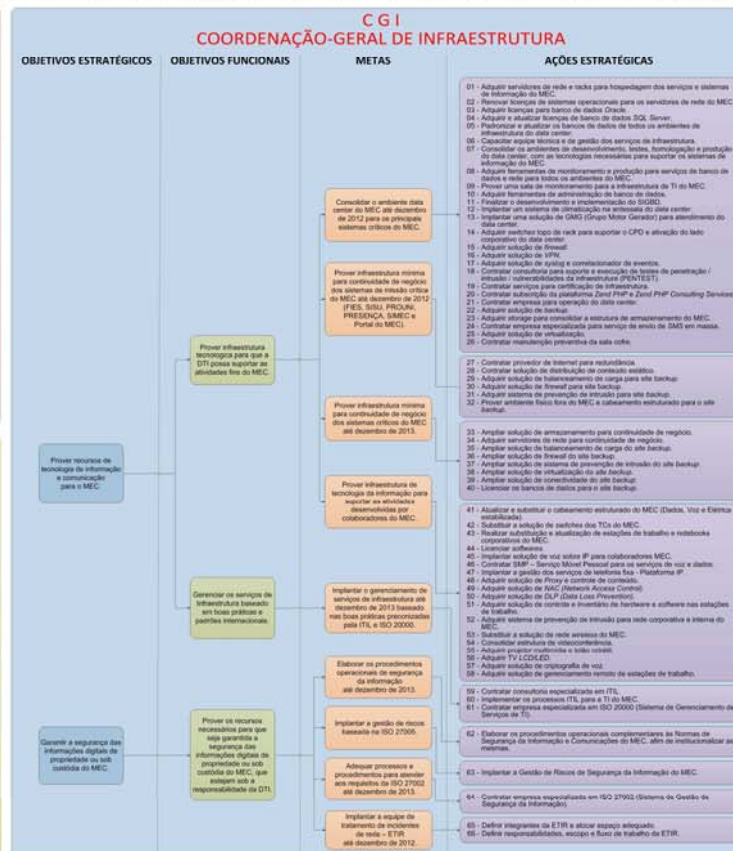
Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO A

Banner tipo 1 – DTI

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI PARA 2012 - 2013





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO B

Banner tipo 2 – Gabinete

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI PARA 2012 - 2013

QUANTITATIVO:

- 02 Objetivos Estratégicos
- 02 Objetivos Funcionais
- 03 Metas
- 06 Ações Estratégicas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e a área de Tecnologia da Informação.

Implementar a governança de TI.

Conduzir as áreas técnicas da DTI no uso de *frameworks* de governança.

Atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

01 - Divulgar e acompanhar a Política de Segurança da Informação - POSIC do MEC.
02 - Publicar e acompanhar a institucionalização das normas que complementam a POSIC do MEC.

03 - Acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
04 - Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.
05 - Publicar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Prover ao MEC recursos tecnológicos para apoiar as suas ações / programas.

Gerenciar testes e qualidade de *software*.

Promover sistemas em operação, estáveis e testados e manter a documentação atualizada.

06 - Planejar, preparar, especificar e entregar os tipos de testes necessários, por meio de ferramenta de gestão de testes e de técnicas, como planos de testes e casos de testes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO C

Banner tipo 2 – CRTI

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Organizar e normatizar processos de aquisições e execução orçamentária.

Aprimorar os mecanismos de planejamento e controle de execução orçamentária da DTI.

Dimensionar, com base nas demandas das Coordenações-Gerais da DTI, de forma antecipada, às necessidades orçamentárias.

01 - Solicitar às Coordenações-Gerais da DTI o levantamento de necessidades de aquisições e contratações.
02 - Consolidar as necessidades levantadas pelas Coordenações-Gerais da DTI.
03 - Formalizar necessidade orçamentária da DTI ao Diretor de TI.
04 - Mapear o processo de execução orçamentária.
05 - Definir pontos de controle da execução.
06 - Controlar os níveis de execução.

Dotar a DTI de servidores efetivos em quantidade e qualidade para atendimento aos objetivos institucionais estabelecidos pelo Decreto 7690/2012.

Aumentar o quantitativo de D.A.S. e funções gratificadas.

07 - Mapear a necessidade de DAS em cada Coordenação-Geral.
08 - Mapear a necessidade de gratificações em cada Coordenação-Geral.
09 - Negociar o aumento da quantidade de DAS e gratificações com a SAA.

Gerenciar recursos humanos.

Qualificar os servidores para que possam desenvolver suas atividades com foco no cumprimento da visão da DTI.

Elaborar e implementar plano de capacitação da DTI para 2012.

10 - Mapear a necessidade de treinamento dentro de cada Coordenação-Geral.
11 - Verificar a disponibilidade de orçamento.
12 - Verificar com o CETREMEC a viabilidade do treinamento.
13 - Priorizar treinamentos de acordo com a necessidade do MEC.

Dotar a DTI de servidores efetivos em quantidade suficiente para condução das ações inerentes à área de tecnologia da informação.

Elaborar proposta de reestruturação regimental da DTI.

14 - Verificar as necessidades de cada área pela reestruturação e recomposição de força de trabalho.
15 - Justificar nova estrutura regimental.
16 - Enviar documentos para as áreas responsáveis, como SAA – MEC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais a serem contatadas.
17 - Iniciar processo para solicitar realização de concurso público específico para área de Tecnologia da Informação.

Prover processos normatizados, segundo as instruções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Normatizar os processos de aquisição e contratação de produtos e serviços.

Elaborar e implementar o manual de compras e contratações da DTI.

18 - Mapear os processos de compras e contratações de TI.
19 - Validar e otimizar o processo.
20 - Elaborar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
21 - Aprovar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
22 - Implementar o Manual de Compras e Contratações da DTI.
23 - Acompanhar os processos licitatórios.

Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e a área de Tecnologia da Informação.

Implementar a governança de TI.

Atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

24 - Contratar empresa especializada para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO D

Banner tipo 2 – Escritório de Processos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI PARA 2012 - 2013

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Promover a melhoria e inovação dos processos do MEC.

Contribuir para o monitoramento dos programas do MEC.

Realizar projetos de melhoria e inovação.

Otimizar os serviços do Escritório de Processos.

Viabilizar a inserção das ações estratégicas no sistema de monitoramento.

Possibilitar a implantação das melhorias identificadas nos processos finalísticos.

Estruturar os processos das Subsecretarias de Assuntos Administrativos, Planejamento e Orçamento, Consultoria Jurídica e Diretoria de Tecnologia da Informação.

Implantar fluxo de repasse da visão das áreas gestoras à DTI até dezembro de 2012.

Implantar metodologia de gestão por processos até dezembro de 2013.

01 - Adequar o fluxo de trabalho para o monitoramento das ações de acordo com o direcionamento estratégico.
02 - Mapear o caminho crítico e os indicadores dos programas e ações estratégicas.
03 - Alinhar o entendimento do caminho crítico entre a área gestora, a Secretaria Executiva e a DTI.
04 - Acompanhar a execução do caminho crítico das ações estratégicas.

05 - Definir o planejamento e estratégia de atuação nos projetos de melhoria e inovação.
06 - Modelar e redesenhar os processos de negócio.
07 - Acompanhar a implantação das melhorias e inovação dos processos.
08 - Analisar resultados das melhorias e inovação dos processos implantados.

09 - Definir o planejamento e a estratégia de atuação na estruturação dos processos de suporte.
10 - Modelar e redesenhar os processos de suporte.
11 - Analisar os resultados da estruturação dos processos de suporte.

12 - Definir o processo de trabalho para atender a DTI.
13 - Alinhar entendimento dos processos com as áreas da DTI.
14 - Acompanhar a implantação das soluções de TI.

15 - Definir processos, artefatos e indicadores do Escritório de Processos.
16 - Reestruturar e ampliar o portal do MEC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO E

Banner tipo 2 – CGI

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI PARA 2012 - 2013

QUANTITATIVO:

- 01 Objetivo Estratégico
- 03 Objetivos Funcionais
- 09 Metas
- 66 Ações Estratégicas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Prover recursos de tecnologia de informação e comunicação para o MEC.

Prover infraestrutura tecnológica para que a DTI possa suportar as atividades fins do MEC.

Consolidar o ambiente *data center* do MEC até dezembro de 2012 para os principais sistemas críticos do MEC.

Prover infraestrutura mínima para continuidade de negócio dos sistemas de missão crítica do MEC até dezembro de 2012 (FIES, SISU, PROUNI, PRESENÇA, SIMEC e Portal do MEC).

Prover infraestrutura mínima para continuidade de negócio dos sistemas críticos do MEC até dezembro de 2013.

Prover infraestrutura de tecnologia da informação para suportar as atividades desenvolvidas por colaboradores do MEC.

Gerenciar os serviços de Infraestrutura baseado em boas práticas e padrões internacionais.

Implantar o gerenciamento de serviços de infraestrutura até dezembro de 2013 baseado nas boas práticas preconizadas pela ITIL e ISO 20000.

Elaborar os procedimentos operacionais de segurança da informação até dezembro de 2013.

Implantar a gestão de riscos baseada na ISO 27005.

Adequar processos e procedimentos para atender aos requisitos da ISO 27002 até dezembro de 2013.

Implantar a equipe de tratamento de incidentes de rede – ETIR até dezembro de 2012.

Garantir a segurança das informações digitais de propriedade ou sob custódia do MEC.

Prover os recursos necessários para que seja garantida a segurança das informações digitais de propriedade ou sob custódia do MEC, que estejam sob a responsabilidade da DTI.

- 01 - Adquirir servidores de rede e racks para hospedagem dos serviços e sistemas de informação do MEC.
- 02 - Renovar licenças de sistemas operacionais para os servidores de rede do MEC.
- 03 - Adquirir licenças para banco de dados Oracle.
- 04 - Adquirir e atualizar licenças de banco de dados SQL Server.
- 05 - Padronizar e atualizar os bancos de dados de todos os ambientes de infraestrutura do *data center*.
- 06 - Capacitar equipe técnica e de gestão dos serviços de infraestrutura.
- 07 - Consolidar os ambientes de desenvolvimento, testes, homologação e produção do *data center*, com as tecnologias necessárias para suportar os sistemas de informação do MEC.
- 08 - Adquirir ferramentas de monitoramento e produção para serviços de banco de dados e rede para todos os ambientes do MEC.
- 09 - Prover uma sala de monitoramento para a infraestrutura de TI do MEC.
- 10 - Adquirir ferramentas de administração de banco de dados.
- 11 - Finalizar o desenvolvimento e implementação do SICBD.
- 12 - Implantar um sistema de climatização na antessala do *data center*.
- 13 - Implantar uma solução de GMG (Grupo Motor Gerador) para atendimento do *data center*.
- 14 - Adquirir switches topo de rack para suportar o CPD e ativação do lado corporativo do *data center*.
- 15 - Adquirir solução de firewall.
- 16 - Adquirir solução de VPN.
- 17 - Adquirir solução de syslog e correlacionador de eventos.
- 18 - Contratar consultoria para suporte e execução de testes de penetração / intrusão / vulnerabilidades da infraestrutura (PENTEST).
- 19 - Contratar serviços para certificação de infraestrutura.
- 20 - Contratar subscrição da plataforma Zend PHP e Zend PHP Consulting Services.
- 21 - Contratar empresa para operação do *data center*.
- 22 - Adquirir solução de backup.
- 23 - Adquirir storage para consolidar a estrutura de armazenamento do MEC.
- 24 - Contratar empresa especializada para serviço de envio de SMS em massa.
- 25 - Adquirir solução de virtualização.
- 26 - Contratar manutenção preventiva da sala cofre.

- 27 - Contratar provedor de Internet para redundância.
- 28 - Contratar solução de distribuição de conteúdo estático.
- 29 - Adquirir solução de balanceamento de carga para *site backup*.
- 30 - Adquirir solução de firewall para *site backup*.
- 31 - Adquirir sistema de prevenção de intrusão para *site backup*.
- 32 - Prover ambiente físico fora do MEC e cabeamento estruturado para o *site backup*.

- 33 - Ampliar solução de armazenamento para continuidade de negócio.
- 34 - Adquirir servidores de rede para continuidade de negócio.
- 35 - Ampliar solução de balanceamento de carga do *site backup*.
- 36 - Ampliar solução de firewall do *site backup*.
- 37 - Ampliar solução de sistema de prevenção de intrusão do *site backup*.
- 38 - Ampliar solução de virtualização do *site backup*.
- 39 - Ampliar solução de conectividade do *site backup*.
- 40 - Licenciar os bancos de dados para o *site backup*.

- 41 - Atualizar e substituir o cabeamento estruturado do MEC (Dados, Voz e Elétrica estabilizada).
- 42 - Substituir a solução de switches dos TCs do MEC.
- 43 - Realizar substituição e atualização de estações de trabalho e notebooks corporativos do MEC.
- 44 - Licenciar softwares.
- 45 - Implantar solução de voz sobre IP para colaboradores MEC.
- 46 - Contratar SMP – Serviço Móvel Pessoal para os serviços de voz e dados.
- 47 - Implantar a gestão dos serviços de telefonia fixa - Plataforma IP.
- 48 - Adquirir solução de Proxy e controle de conteúdo.
- 49 - Adquirir solução de NAC (Network Access Control).
- 50 - Adquirir solução de DLP (Data Loss Prevention).
- 51 - Adquirir solução de controle e inventário de hardware e software nas estações de trabalho.
- 52 - Adquirir sistema de prevenção de intrusão para rede corporativa e interna do MEC.
- 53 - Substituir a solução de rede wireless do MEC.
- 54 - Consolidar estrutura de videoconferência.
- 55 - Adquirir projetor multimídia e tela retrátil.
- 56 - Adquirir TV LCD/LED.
- 57 - Adquirir solução de criptografia de voz.
- 58 - Adquirir solução de gerenciamento remoto de estações de trabalho.

- 59 - Contratar consultoria especializada em ITIL.
- 60 - Implementar os processos ITIL para a TI do MEC.
- 61 - Contratar empresa especializada em ISO 20000 (Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI).

- 62 - Elaborar os procedimentos operacionais complementares às Normas de Segurança da Informação e Comunicações do MEC, afim de institucionalizar as mesmas.

- 63 - Implantar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação do MEC.

- 64 - Contratar empresa especializada em ISO 27002 (Sistema de Gestão de Segurança da Informação).

- 65 - Definir integrantes da ETIR e alocar espaço adequado.
- 66 - Definir responsabilidades, escopo e fluxo de trabalho da ETIR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO F

Banner tipo 2 – CGD

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI PARA 2012 - 2013

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS FUNCIONAIS

METAS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Garantir a integridade das informações para o MEC.

Fortalecer as bases corporativas.

Criar normas e padrões.

- 01 - Criar padrões e normas para banco de dados.
- 02 - Unificar a solução de segurança.
- 03 - Criar uma biblioteca de componentes homologados para serem utilizados em novos projetos.
- 04 - Monitorar aplicação das metodologias e resultados obtidos.
- 05 - Criar padrão e implantar um DW (Data Warehouse) corporativo.

Garantir a qualidade de soluções de TI às Secretarias do Ministério da Educação.

Obter certificações de garantia de qualidade.

Obter certificações de maturidade em desenvolvimento de software.

- 06 - Contratar empresa de consultoria para realizar atividade de auditoria, visando à obtenção de certificação MPS-BR.

Gerir demandas das unidades de negócio do MEC.

Aperfeiçoar a gestão de demandas.

- 07 - Regular o uso do módulo de gestão de demandas e fábrica (SIMEC).

Prover serviços por gestão de contratos.

Administrar contratos para provimento de serviços.

- 08 - Firmar / manter contrato de fábrica de software.
- 09 - Contratar fábrica de processos
- 10 - Contratar fábrica de testes e qualidade.
- 11 - Contratar fábrica de métricas.
- 12 - Firmar / manter contrato de fábrica web.
- 13 - Contratar suite/ferramentas para implementar o processo de desenvolvimento do MEC.
- 14 - Executar plano de providências para os contratos firmados com os organismos internacionais.

Prover recursos tecnológicos necessários às unidades de negócio do MEC à execução de suas ações.

Definir e aplicar padrões e procedimentos.

Promover a normatização de metodologias e procedimentos.

- 15 - Normatizar metodologias e procedimentos de desenvolvimento.
- 16 - Transferir conhecimento de metodologias.
- 17 - Elaborar plano de comunicação.
- 18 - Definir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação dos resultados e do desempenho.

Gerenciar projetos.

Promover a maturidade em gerenciamento de projetos.

- 19 - Aplicar metodologias e ferramentas para acompanhar o planejamento e a execução de projetos.
- 20 - Viabilizar estrutura de RH para o gerenciamento de projetos que seja composta exclusivamente de funcionários do MEC (carreira, CTU, outros).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO G

Quadro A3 – Declarações Estratégicas

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Anos 2012 e 2013

Secretaria Executiva DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NEGÓCIO

Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoio às políticas públicas da educação.

MISSÃO

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoiar os processos internos e as políticas públicas do MEC.

VISÃO

Ser referência em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da Administração Pública, e garantir a execução do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

VALORES

- Ética
- Efetividade
- Comprometimento e Profissionalismo
- Cooperação
- Confiabilidade
- Inovação

PRINCÍPIOS

- Satisfação do Cliente
- Aperfeiçoamento Contínuo
- Garantia de Qualidade
- Valorização e Desenvolvimento Humano
- Gerência Participativa
- Inovação
- Transparência
- Melhoria Contínua



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO H

Quadro A3 – Mapa Estratégico

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI
MAPA ESTRATÉGICO
GESTÃO: 2012 E 2013

VISÃO

Ser referência em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da Administração Pública, e garantir a execução do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

DESENVOLVIMENTO

Garantir a qualidade de soluções de Tecnologia da Informação às Secretarias do Ministério da Educação.

Garantir a integridade das informações para o MEC.

Prover recursos tecnológicos necessários às unidades de negócio do MEC à execução de suas ações.

INFRAESTRUTURA

Prover recursos de tecnologia da informação e comunicação para o MEC.

Garantir a segurança das informações digitais de propriedade ou sob custódia do MEC.

PROCESSOS

Promover a melhoria e inovação dos processos do MEC.

PESSOAS E RECURSOS DE TI

Organizar e normatizar processos de aquisições e execução orçamentária.

Gerenciar recursos humanos.

Prover processos normatizados, segundo as instruções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e área de Tecnologia da Informação.

GABINETE

Prover boas práticas de governança visando o alinhamento estratégico entre as unidades do MEC e a área de Tecnologia da Informação.

Prover as unidades do MEC de recursos tecnológicos para apoiar as suas ações/programas.

MISSÃO

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoiar os processos internos e as políticas públicas do MEC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria-Executiva
Diretoria de Tecnologia da Informação

Plano de Divulgação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC – 2012-2013

Versão: 02

Código:
PDPETIMEC-02

Data de versão:
26/07/2012

ANEXO I

Portaria do PETI do MEC



Senhor JANDYR MAYA FAILLACE NETO
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar ANETE VASCON-
CELOS DE BORBOREMA
Deputado Estadual da Bahia ALAN EDUARDO SANCHES
DOS SANTOS
Desembargador Federal ROBERTO LUIZ RIBEIRO HAD-
DAD
Vice-Prefeita da Cidade de São Paulo ALDA MARCO AN-
TONIO
Vice-Prefeito da Cidade de Salvador EDVALDO PEREIRA
DE BRITO
c) no grau de Oficial:
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal BRUNO CÉSAR
GROSSI DE SOUZA
Senhor JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Primeiro-Secretário da Academia Brasileira de Letras DO-
MÍCIO PROENÇA FILHO
Senhor LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SIL-
VA
Secretário da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará FLÁ-
VIO BEZERRA DA SILVA
Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato
Grosso do Sul WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Desembargador JOSÉ ROBERTO LAGRANHA TÁVORA
Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado do
Ceará JOSÉ DE ARIMATEÁ NETO
Procurador-Chefe da Procuradoria Regional Federal da 2ª
Região MARCOS DA SILVA COUTO
Procurador da República no Estado de Pernambuco MAR-
COS ANTÔNIO DA SILVA COSTA
Senhor ANTONIO AUGUSTO IGNACIO AMARAL
Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro MAR-
THA MESQUITA DA ROCHA
Advogado da União SERGIO EDUARDO DE FREITAS
TAPETY
Advogado da União JOSÉ ROBERTO MACHADO FA-
RIAS
Senhor EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO
Subchefe de Gabinete do Ministério de Minas e Energia
ANTONIO CARLOS RAMOS DE BARROS MELLO
Chefe do Gabinete do Secretário da Receita Federal JOSÉ
CARLOS DE SOUSA DIAS
Procuradora-Regional da União na 2ª Região MARIANA
MOREIRA E SILVA
Senhora NÍDIA QUINDERÉ CHAVES BUZIN
Senhor JOSÉ AUGUSTO PERROTA
Advogado da União BRUNO CORREIA CARDOSO
Vice-Reitor Comunitário da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro AUGUSTO LUIZ DUARTE LOPES SAMPAIO
Jornalista ROBERTO ANTONIO DA COSTA
Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
dos Recursos Naturais Renováveis na Bahia CÉLIO COSTA PIN-
TO
Senhor ANTENOR BARROS LEAL
Senhor LUIS HORTA BARBOSA ERLANGER
Diretora da Faculdade de Oceanografia da Universidade Fe-
deral do Pará ODETE FÁTIMA MACHADO DA SILVEIRA
Senhora CATARINA BATISTA DA SILVA MOREIRA
Senhora MARILENE FERRARI LUCAS ALVES FILHA
Senhor VILFREDO SCHURMANN
Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-Rio de
Janeiro SILVIO VASCO CAMPOS JORGE
Senhor LUIZ CARLOS BARROSO SIMÃO
Senhor EDUARDO MARSON FERREIRA
Juiz Titular da 3ª Vara Cível de Palmas PEDRO NELSON
DE MIRANDA COUTINHO
Juíza-Auditora Titular da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição
Judiciária Militar TELMA ANGÉLICA FIGUEIREDO
Senhor LEONARDO RAUPP BOCORNY
Auditor Federal ROBERTO SANTOS VICTER
Auditor do Tribunal de Contas da União EDISON FRAN-
KLIN ALMEIDA
Procuradora da Fazenda Nacional SUELY DIB DE SOUSA
E SILVA
Senhor ELISMAR LUIZ FERREIRA
Senhor ROMILDO JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Servidor Civil MAURO LOUREIRO ALVES LIMA
Senhor THALES CHAGAS MACHADO COELHO
Senhora FRANCISCA OLGA DE FLORES JUNIOR
Senhor GLICÉRIO LEMOS DE SANTANA
Senhor SALVIANO ANTONIO GUIMARÃES BORGES
d) no grau de Cavaleiro:
Juíza-Auditora Substituta da 6ª Circunscrição Judiciária Mi-
litar SHEILA COSTA BASTOS DIAS
Advogada da União no Estado do Pará ANA JÚLIA NAS-
CIMENTO DE MENDONÇA
Senhora DANIELLE COUTO FERRAZ
Senhor JOSÉ AIRTON LACERDA MARTINS
Senhor JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO
Senhora LUCIANA CASTRO RODRIGUES
Senhor MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO
Senhor PAILLARD BENTES DA SILVA
Senhor ROGÉRIO FERNANDES FIGUEIRÓ
Senhor RUBENS FERREIRA STUDART
Servidor Civil CLAUDIO FONSECA FILHO
Servidor Civil JOSE CARLOS ALVES PINHEIRO
Servidor Civil GERHARD BAUER
Servidor Civil OSWALDO PELLEGRINO JUNIOR
Servidor Civil ALBERTO DUMONT PINTO FERREIRA
Servidor Civil SÉRGIO ALDYR ARSENA E SOUSA

TO
Servidora Civil MÁRCIA MALTA MIGUEZ FERREIRA
Servidora Civil LEDA ARUME RULFF
Servidor Civil ADALBERTO JERONIMO DA COSTA NE-
CEDO
Professor Universitário JULIO CESAR RODRIGUES DAL
BELLO
Professor Universitário MARCUS AGUIAR GORINI
Professor Universitário RENATO DOURADO COTTA DE
MELLO
Professor EDUARDO SANTIAGO SPILLER
Vice-Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-São
Paulo MARIO WALLACE SIMONSEN NETO
Jornalista MÁRIO ROBERTO VAZ CARNEIRO
Jornalista ROBERTO DE GODOY MARQUES FILHO
Senhor DARCLEs ANDRADE DE OLIVEIRA
Senhor JOSÉ SAMUEL MAGALHÃES
Senhor MARCO ANTONIO FANUCCHI
Servidor Civil JORGE FUMIO UTIDA
Servidor Civil RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Servidora Civil NEIVA DOS SANTOS RODRIGUES
Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura de Itajaí AG-
NALDO HILTON DOS SANTOS
Vereador do Município de Salvador ALAN DE CASTRO
DAYUBE
Vereador do Município de Ladário OSVALMIR NUNES DA
SILVA
Professora TEREZINHA BARUKI
Engenheiro Naval RUDOLF PETER DE JONG
Senhor ALEIXO BELOV
Senhor ANDRE LUIZ COLLACIO LETTIERI
Senhor CARLOS ALBERTO GRAVATÁ GALVÃO
Senhor ERMÍNIO GATTI
Senhor JOSE ROBERTO APARECIDO DA COSTA
Senhora LUCIA HELENA MOREIRA
Senhor LUIS ALFREDO OSÓRIO DE CASTRO
Senhora NILSA PAULO DE AZEVEDO
Senhor REGINALDO GOMES PANTOJA
Servidora Civil GUIOMAR TEREZA SANTOS
Servidor Civil JOSÉ ANTÔNIO ARAÚJO ALVES
Servidora Civil MARIA DINAI FERREIRA DOS REIS
Servidora Civil CLAUDIA BARROS TRINDADE
Servidora Civil MARIA RAIMUNDA GÓES OLIVEIRA
Servidora Civil MARIA REGINA BORBA COTTA DE
QUEIROZ
Servidora Civil MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO SIL-
VA
Servidora Civil LÚCIA MARIA GOMES DA SILVA
Servidor Civil PEDRO FRANCO
Servidor Civil FRANCISCO NASCIMENTO FILHO
Senhor UBIRAJARA IZIDORO
e) no grau de Comendador, :
Almirante MANUEL OTERO PENELAS - Espanha
Almirante JOSÉ FRANCISCO PALOMINO ULLA - Es-
panha
Vice-Almirante DANIEL ALBERTO ENRIQUE MARTIN -
Argentina
Vice-Almirante JOHN MICHAEL RICHARDSON - EUA
Vice-Almirante KENDALL LEE CARD - EUA
Vice-Almirante VICTOR ARAUJO MARTINEZ - Venezue-
la
Contra-Almirante BERNHARD HEIN TEUTEBERG - Áfri-
ca do Sul
Contra-Almirante ROBERT WILLIAM HIGGS - África do
Sul
Contra-Almirante GASTON FERNANDO ERICE - Argen-
tina
Contra-Almirante GEORGES BOSSELUT - França
Contra-Almirante SILVIO SALVADOR GUANES SOLIS -
Paraguai
Contra-Almirante GERMAN GIMENEZ ROMAN - Para-
guai
Contra-Almirante ANTONIO MANUEL FERNANDES DA
SILVA RIBEIRO - Portugal
General-de-Brigada HANS-WERNER WIERMANN - Ale-
manha
f) no grau de Cavaleiro:
Capitão-de-Fragata UDO SCHMIDT - Alemanha

CELSO AMORIM

PORTARIA Nº 1.599/MD, DE 8 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de
Presidente Honorário da Ordem do Mérito Naval e tendo em vista o
disposto no inciso II, do art. 12, do Regulamento aprovado pelo
Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, alterado pelo Decreto nº
7.749, de 8 de junho de 2012, resolve:
PROMOVER
no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as se-
guintes personalidades brasileiras:

a) ao grau de Comendador:
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais ALBERTO
PINTO COELHO JÚNIOR;
Deputado Estadual de Minas Gerais JOÃO LEITE DA SIL-
VA NETO;
Prefeito da Cidade de Santos JOÃO PAULO TAVARES PA-
PA;
Senhor SANSÃO CAMPOS PEREIRA;
Advogado da União JOSÉ RICARDO LARICCHIA;
Cônsul-Honorário MARIO VLADIMIRO BABAIC BA-
BAIC; e
Professor LAURO JESUS PERELLÓ BARCELLOS.
b) ao grau de Oficial:
Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha-Santos
JOÃO CANDIDO BALA;
Servidora Civil LÚCIA MARIA CAMINHA DE CAS-
TRO;
Servidor Civil NARCISO GOMES PEREIRA; e
Servidor Civil DJALMA RIBEIRO.

CELSO AMORIM

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 8 de junho de 2012

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de
1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº
242/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de
Educação, favorável à convalidação dos estudos de pós-graduação
stricto sensu e à validação nacional dos títulos de mestre obtidos por
José Paulo Fernandes Junior, RG 7.826.290 SSP-SP, e João Almeida
Santos RG 11.338.376 SSP-SP, que concluíram com êxito o curso de
Mestrado em Administração de Empresas ministrado pela Univer-
sidade Guarulhos, com sede no Município de Guarulhos, Estado de
São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000026/2011-12.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 869, DE 6 DE JUNHO DE 2012

Aprova o Planejamento Estratégico de Tec-
nologia da Informação - PETI, para o pe-
ríodo 2012-2013.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37 do
Anexo I do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, resolve,
Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da
Informação, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria
Executiva, do Ministério da Educação, para o período 2012-2013.
Art. 2º A íntegra do PETI/MEC será disponibilizada no
Portal do MEC: www.mec.gov.br. O documento será publicado tam-
bém em Boletim de Serviço, Intranet e Portal do SISP.
Art. 3º O PETI/MEC poderá ser revisto, sempre que ne-
cessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e es-
tratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e
às mudanças na legislação pertinente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 65, DE 31 DE MAIO DE 2012

Aprova o planejamento Estratégico de Tec-
nologia da Informação - PETI, para o pe-
ríodo de 2012 - 2013.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEI-
ÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, incisos II e
III do estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de
2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012,
resolve:
Art. 1º. Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia
da Informação - PETI, da Diretoria de tecnologia da Informação da
CAPES, para o período 2012 - 2013.
Art. 2º. A íntegra do PETI/CAPES encontra-se no Portal da
CAPES: www.capes.gov.br. O documento será publicado também no
Boletim de Serviço, Intranet e Portal do SISP.
Art. 3º O PETI/CAPES poderá ser revisto, sempre que ne-
cessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e es-
tratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentaria e
às mudanças na legislação pertinente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

**Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da
Educação, exercício 2013**

Anexo IV

Março, 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Assuntos Administrativos

M

E

C

EDUCAÇÃO
COM QUALIDADE
CONTRIBUI PARA
UMA SOCIEDADE
MELHOR

BOLETIM DE SERVIÇO
Nº 25 /2013
SUPLEMENTO C

EDITADO, COMPOSTO E IMPRESSO PELA
Coordenação de Documentação e Gestão de Processos
Coordenação Geral de Gestão Administrativa

S U M Á R I O

SECRETARIA EXECUTIVA

Resolução nº 002 de 03.07.2013..... 5 e 6

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Portaria nº 570 de 04.07.2013..... 7 e 8

EXPEDIENTE

**Boletim de Serviço Volume 23 nº 25
De 04.07.2013
SUPLEMENTO C**

**Endereço: Av. N2 - Anexo II - 2º Andar Sala nº 209
Telefones: (061) 2022-7403 e 2022-7404
CEP: 70.047-900 - Brasília - DF**

**Editado e Composto pela
Coordenação de Documentação e Gestão de Processos
Coordenação Geral de Gestão Administrativa**

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 03 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre os procedimentos do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012, considerando a necessidade de aprovação das normas de Segurança da Informação e Comunicações, e no intuito de facilitar e potencializar os trabalhos do Comitê, em observância aos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e transparência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que as reuniões do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações ocorrerão de quatorze em quatorze dias, sempre às segundas-feiras, a partir do dia 13 de maio de 2013 às quinze horas, salvo motivo de força maior e concordância da maioria dos membros do Comitê.

§ 1º Em caso de feriado a reunião passará para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º A duração das reuniões não poderá exceder a sessenta minutos, salvo motivo de força maior e concordância da maioria dos membros do Comitê;

§ 3º As discussões que antecedem a reunião ocorrerão através de fórum interativo, que obedecerá as seguintes disposições:

I - o conteúdo ficará disposto na forma de fórum interativo no endereço eletrônico

<http://forumseguranca.mec.gov.br>, com treze dias de antecedência;

II - o fórum se encerrará quatro dias antes da reunião em referência;

III - a consolidação e compilação das informações do fórum são de responsabilidade da Coordenação de Governança em Tecnologia da Informação da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

IV - A Coordenação de Governança em Tecnologia da Informação da Diretoria de Tecnologia da Informação encaminhará a pauta consolidada aos membros e suplentes, via e-mail, com um dia útil de antecedência da reunião em referência.

§ 4º As normas a serem deliberadas, exclusivamente, pelo Comitê são:

I - Norma de Infraestrutura de Segurança da Informação e Comunicações;

II - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Aspectos da Gestão de Continuidade do Negócio;

III - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Controle de Acesso à Rede;

IV - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Controle de Acesso do Usuário;

V - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Conformidade Legal;

VI - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Computação Móvel e Trabalho Remoto;

VII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;

VIII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Gerenciamento de Serviços Terceirizados;

IX - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Partes Externas;

X - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Recursos Humanos;

XI - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Responsabilidade do Usuário; e

XII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Troca de Informações.

§ 5º As reuniões seguirão a pauta, e deverá ser evitada a discussão de temas alheios ao preconizado na pauta.

§ 6º Será nomeado um facilitador que conduzirá as reuniões, constando o seu nome no cabeçalho da pauta.

Art. 2º As normas de cunho técnico, exclusivas da Diretoria de Tecnologia da Informação, serão deliberadas dentro da referida Diretoria com anuência dos demais membros do Comitê.

Parágrafo único. As normas a que se refere o artigo anterior são:

- I - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação;
- II - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Áreas Seguras;
- III - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Sistema Operacional e Aplicações;
- IV - Norma de Segurança da Informação e Comunicações contra Códigos Maliciosos;
- V - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Cópias de Segurança;
- VI - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Equipamentos, roteadores e switches;
- VII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Firewall;
- VIII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Gerenciamento da Segurança em Redes;
- IX - Norma de Segurança da Informação e Comunicações de Monitoramento;
- X - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Manuseio de Mídias;
- XI - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Planejamento e Aceitação de Sistemas;
- XII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Procedimentos e Responsabilidades Operacionais;
- XIII - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Responsabilidades pelos Ativos;
- XIV - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Servidores; e
- XV - Norma de Segurança da Informação e Comunicações para Suporte ao Usuário de TI.

Art. 3º Após a deliberação interna, a decisão sobre as normas de cunho técnico, de competência da Diretoria de Tecnologia da Informação, será publicada no fórum interativo, ficando disponível por sete dias antes da homologação. Neste período os membros do comitê podem se manifestar em caso de desacordo.

Parágrafo único: A não manifestação implicará em aprovação tácita pelos membros do Comitê.

Art. 4º Todas as normas deverão passar pela análise da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, antes de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução poderá ser atualizada a qualquer tempo, para inserção de outros normativos a serem aprovados pelo Comitê, mesmo que não pertinentes à Tecnologia da Informação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

José Henrique Paim Fernandes

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 570 DE 04 DE JULHO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições, conforme Portaria de Nomeação nº 239, de 15 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2012, e tendo em vista o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 31 da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores HERLAN RIBEIRO DE FARIAS, CPF nº 093.154.541-20, como fiscal e CLEMENTINO PEREIRA MATOS NETO, CPF nº 373.000.671-15, como substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 45/2011, firmado com o INSTITUTO DE PESQUISA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS INTEGRADOS - IPEPPI, cujo objeto é a prestação de serviços de copeiragem, de forma contínua, para atender as necessidades do Ministério da Educação em Brasília/DF.

Art. 2º - A fiscalização será exercida nos termos da Portaria SE/MEC nº 201 e da Norma Operacional SAA/SE/MEC nº 01, ambas de 12 de abril de 1999.

Art. 3º - São competências do Fiscal, dentre as previstas na legislação acima mencionada e demais legislações que disciplinam a matéria:

I – Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato, com cópia do termo contratual, dos seus eventuais aditivos, documentos referentes às ocorrências verificadas durante a execução dos serviços e outros que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais;

II – Conferir os dados das faturas e compatibilizar com os serviços prestados antes de atestá-las, encaminhando para pagamento;

III – Controlar o saldo do empenho, de modo a facilitar o acompanhamento das despesas;

IV – Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, informando ao superior imediato, todas aquelas que dependem de decisão, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados e no caso de descumprimento de obrigações contratuais, inexecução parcial ou total do objeto contratado, propor a imediata aplicação de sanções previstas no Edital e no Contrato;

V – Realizar constantes reavaliações do objeto contratado, propondo medidas com vistas à redução dos gastos, bem como aquelas que visem melhor racionalização dos serviços, inclusive quanto a real necessidade de manutenção do Contrato;

VI – Acompanhar e controlar o prazo de vigência do Contrato;

VII – Propor à autoridade competente a prorrogação do contrato, nos termos do § 2º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, ou, quando for o caso, a realização de processo licitatório, obedecido os prazos mínimos:

a) 90 (noventa) dias de antecedência para solicitação de prorrogação; e

b) 120 (cento e vinte) dias de antecedência para a elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico objetivando nova contratação;

VIII – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, exigidas para contratação com a Administração Pública;

IX – Cumprir, no que couber, às disposições previstas nos artigos 31 ao 35 da IN nº 02 de 30 de abril de 2008;

X – Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, previstas no Contrato, bem como as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e legislação correlata.

Art. 4º - O Fiscal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

Art. 5º - Revoga-se a Portaria nº 124 de 22 de fevereiro de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 08 de 1º de março de 2013.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antonio Leonel Cunha
Subsecretário de Assuntos Administrativos



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

**Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da
Educação, exercício 2013**

Anexo V

Março, 2014

Assessoria de Comunicação Social/GM

Relatório de Atividades

Ação Nº 4641
Publicidade de Utilidade Pública (PUP)
Exercício: 2013

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ÍNDICE

Apresentação	2
1 - Identificação	3
2 – Gestão dos Programas e Ações	4
2.1 - Objetivo Geral	4
2.2 - Objetivos Específicos	4 - 7
2.3 –.Gestão dos Programas e Ações	8 - 28
2.4 – Resultado/Desempenho Operacional	29
2.4.1 - Resultado	29 - 33
2.4.2 - Desempenho	33 - 34
Anexo I - Relatório Detalhado por Item – Ação: PUP	35 - 64
CD – Relatório de Atividades – Ação 4641 – PUP (Digitalizado)	65

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Atividades tem o propósito de apresentar a prestação de contas referente a execução das ações de publicidade de utilidade pública implementadas pelo Ministério da Educação por intermédio da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, referente ao exercício de 2013, conforme determina a Decisão Normativa TCU Nº 127/2013.

A gestão dos contratos de Publicidade de Utilidade Pública- PUP nºs: 032/2008 e 64/2013 referente a ação nº 4641 é de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social – ACS/GM/MEC e a execução orçamentária e financeira dessa ação é de responsabilidade da Unidade Gestora: 150002 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva – SAA/SE/MEC.

No item 2.1, apresentamos o Objetivo Geral da Comunicação Social, previstas no Plano Anual de Comunicação conforme as necessidades de divulgação das campanhas/programas de cada secretaria e/ou fundações e autarquias.

No item seguinte, 2.2 - Objetivos Específicos, realizamos um descritivo sobre o detalhamento de cada campanha/programa relacionando a necessidade de comunicação de cada uma delas.

No item 2.3 – Gestão das Ações Executadas, relacionamos individualmente o detalhamento das peças, o quantitativo e o período de veiculação dos filmes, spots e dos anúncios, bem como o valor investido em cada uma delas.

No item 2.4.1 – Resultado, destacamos o total da verba investida na ação de publicidade no exercício de 2013, os contratos utilizados e sua evolução nos últimos três anos.

O item 2.4.2 - Desempenho, que tem por objetivo medir a eficiência e a eficácia das ações de comunicação mostrou-se os ganhos financeiros em razão da eficiência da gestão e do acordo MEC / ABERT.

Por fim, o Anexo I contém o Relatório Detalhado Analítico de todas as ações de publicidade desenvolvidas, constante neste Relatório de Atividades.

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome completo e oficial da entidade responsável pela execução da ação 4641 - PUP**
Assessoria de Comunicação Social/GM/MEC.
- 1.2 Nome completo e oficial da entidade responsável pela execução orçamentária e financeira - Unidade Gestora (UG)**
Subsecretaria de Assuntos Administrativos/SAA/SE/MEC
UG/GESTÃO: 150002/00001.
- 1.3 Natureza Jurídica.**
Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
- 1.4 Vinculação Ministerial.**
Ministério da Educação.
- 1.5 Norma de finalidade da unidade responsável pela ação 4641 - PUP.**
Portaria nº 244 de 18 de março de 1996.
- 1.6 Endereço.**
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 9º andar – Brasília DF
CEP: 70.047-900 Tel:(061) 2022.7500
Endereço da página institucional na internet. www.mec.gov.br/acs
- 1.7 Tipo de atividade.**
Comunicação Social (Publicidade de Utilidade Pública).
- 1.8 Dirigentes.**

Assessor Especial do Ministro de Comunicação Social
Rodrigo Connor Dindo

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Felipe Ehrick Danziato

Ordenador de Despesas – SAA/SE/MEC
Antonio Leonel da Silva Cunha

Coordenador de Publicidade
Claudio Rezende Evaristo Carlos

Fiscal do contrato – PUP (nº 32/2008 e 64/2013)
Denilson Ribeiro Teixeira

2 – GESTÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

2.1 OBJETIVO GERAL

A Assessoria de Comunicação Social é responsável pela divulgação da imagem, da missão e das ações e objetivos estratégicos do Ministério, coordenando as campanhas publicitárias, com o objetivo de divulgar ações, como o Controle Social na Educação, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, Ciência sem Fronteiras, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Proinfância, entre outras ações.

O Departamento de Publicidade é o canal de comunicação entre as secretarias e a agência de publicidade que atende a conta do Ministério da Educação. Além disso, coordena as atividades do departamento, como as campanhas publicitárias e acompanha a produção de filmes e todo trabalho eletrônico e impresso com a agência de publicidade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Abaixo, relacionamos as principais ações de comunicação executadas pela ACS com a exposição sumária dos objetivos de cada uma.

2.2.1 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) - Mede o desempenho dos estudantes matriculados no último ano do ensino médio, e os demais egressos deste nível de ensino. Tem a sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, e a proposta de democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, bem como possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. A presente campanha visa orientar sobre as etapas de realização do ENEM 2013.

2.2.2 CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – FNDE - Os estados e municípios são responsáveis pelo ensino básico, uma atribuição formal que faz desses entes federativos parceiros diretos do Ministério da Educação (MEC) na aplicação de suas políticas e programas. Por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o MEC oferece aos estados e municípios brasileiros programas que atendem a todas as necessidades e condições para uma educação pública de qualidade. Os recursos federais são repassados aos municípios, que, ao aderirem às ações do PDE, assumem a tarefa de aplicá-los corretamente e de cumprir as metas de qualidade para a educação pública brasileira, medidas por meio do IDEB. O objetivo desta campanha é informar, conscientizar e mobilizar a população para que conheçam os programas e ações do MEC e acompanhem de perto a sua execução; cobrando dos seus estados e municípios a aplicação dos recursos empreendidos nas ações de melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

2.2.3 SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) – SESU - É um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do qual as instituições públicas de educação superior selecionam seus novos candidatos exclusivamente pela nota obtida no último Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) realizado. Por meio do SISU o candidato inscreve-se para seleção de vagas das instituições conveniadas/cadastradas no MEC (universidades federais, universidades estaduais e institutos federais). O SISU unifica a oferta de vagas em instituições públicas, permitindo que sejam disputadas pelos estudantes a partir da nota obtida no ENEM. O objetivo desta campanha é divulgar o período de inscrições e mobilizar os candidatos interessados nas vagas do SISU.

2.2.4 APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS) – CAPES - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atua na formação inicial e continuada, e na valorização de professores da educação básica. Contribui para a formação de profissionais qualificados, avalia cursos de mestrado e doutorado, oferece acesso à divulgação científica e promove cooperação científica nacional e internacional. O objetivo desta campanha é divulgar o programa de bolsas da CAPES no exterior, de doutorado, pós-doutorado e estágios; que contribuem para aprimorar a formação de profissionais bem mais capacitados para atuar no mercado brasileiro.

2.2.5 PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL – AI - É um projeto de participação juvenil que teve origem no Uruguai e é apoiado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Venezuela. Ele se propõe a contribuir para a formação política e cidadã dos jovens, dando-lhes ferramentas para que participem ativamente dos grupos e comunidades de que fazem parte. Os parlamentares juvenis têm mandato de dois anos e durante esse período participam de diversas ações de integração e formulação de propostas para melhoria do ensino médio. Os trabalhos do projeto serão sobre “O ensino médio que queremos”, norteados pelos eixos temáticos: inclusão educativa, gênero, jovem e trabalho, participação cidadã e diversidade. Os temas serão tratados na seleção nacional como uma forma de prepará-los para o debate com os jovens dos outros países. O objetivo desta campanha é

divulgar aos estudantes do ensino médio da rede pública o Parlamento Juvenil, e mobilizar a participação de todos.

2.2.6 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) – SESU - Tem o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência no ensino superior. Esta campanha de utilidade pública visa informar toda a sociedade sobre: a expansão de oferta de vagas no ensino superior e as transformações ocorridas nas universidades em razão da implantação do programa.

2.2.7 OLIMPIÁDA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (9ª OBMEP) – SEB - A Obmep é promovida pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, com realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Tem com objetivo: incentivar o ensino de matemática e descobrir talentos entre estudantes das escolas públicas dos anos finais do ensino fundamental e de todo o ensino médio. A campanha visa divulgar as fases da 9ª edição da Obmep, e mobilizar a participação das escolas e dos estudantes.

2.2.8 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR – SESU - O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, vem investindo na expansão e reestruturação do acesso ao ensino superior e na expansão da Rede Federal. O aporte de recursos vai desde a infraestrutura física, com criação de novos campi, como também para a compra de mobiliário e equipamentos; além do custeio de pessoal, manutenção e gestão dessas instituições. Com estas ações o Governo vem ampliando a capacidade de atender mais alunos, com o aumento do número de vagas e dos cursos ofertados nas novas unidades espalhadas pelo país. O objetivo desta campanha é informar sobre a ampliação do ensino superior e a expansão do ensino técnico e profissional, mostrando que com estas medidas há uma democratização ao acesso dos estudantes da rede pública, promovendo assim uma melhoria na qualificação de mão-de-obra. Além de dialogar com a comunidade, mostrando que é possível democratizar o acesso dos estudantes na rede pública.

2.2.9 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – SEB - O Decreto 6.094/2007, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, define, no seu artigo 2º, inciso II, a responsabilidade dos entes governamentais de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico. Tal dispositivo representa, para a União, o compromisso de incentivar e apoiar os estados e municípios a cumprir esta e outras diretrizes previstas no referido decreto. Nesse contexto, e considerando experiências bem sucedidas implementadas em alguns estados e municípios brasileiros, a Secretaria de Educação Básica formulou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. As principais características do Pacto (e que o diferenciam da maioria das experiências nessa área) é a integração de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas do MEC que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada em serviço dos professores alfabetizadores. Neste primeiro momento, o objetivo principal desta campanha de comunicação é promover a adesão dos estados e municípios, e num segundo momento mobilizar Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no intuito de sensibilizá-los para a importância da iniciativa (a alfabetização até os oito anos), além de informá-los sobre a oportunidade de ter o MEC realizando um grande investimento neste sentido.

2.2.10 PROINFÂNCIA – SEB - O Ministério da Educação (MEC), cumprindo seu papel de coordenador da Política Nacional de Educação, criou o Programa Proinfância, que tem como objetivo principal a ampliação da rede pública de creches e pré-escolas. O programa está comprometido com as dimensões pedagógicas necessárias para garantir o direito da criança à educação pública, gratuita e de qualidade, e é uma estratégia de fortalecimento das políticas municipais de educação. O MEC presta assessoramento técnico pedagógico às Secretarias de Educação dos municípios visando subsidiar a elaboração da proposta pedagógica. Essa colaboração abrange a totalidade dos estados com ações regionalizadas e sistemáticas. O objetivo desta campanha é mobilizar e engajar os gestores governamentais a aderirem ao programa. Esse engajamento resulta na possibilidade de o município receber mais recursos para as ações de educação, assim como melhorar a qualidade do ensino.

2.2.11 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – SASE - O PNE apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas,

quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. O objetivo desta campanha é divulgar e mobilizar a comunidade escolar.

2.2.12 INGLÊS SEM FRONTEIRAS (ISF) – CAPES - É uma iniciativa do Ministério da Educação que tem como objetivo principal incentivar o aprendizado do idioma inglês, bem como propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país. O ISF visa também oferecer aos candidatos da bolsa de estudo no programa Ciência sem Fronteiras, a possibilidade de aperfeiçoamento na língua inglesa de maneira mais rápida e eficiente, de modo que esses candidatos tenham melhores condições de participar dos intercâmbios oferecidos. Assim, o ISF propiciará a capacitação de estudantes, de graduação e de pós-graduação das instituições ensino superior públicas e privadas, para que eles possam alcançar o nível de proficiência exigido nos exames linguísticos para o ingresso nas universidades anglófonas. Esta campanha visa divulgar o programa a toda sociedade, e mobilizar os estudantes a aderirem ao ISF.

2.2.13 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) – SETEC - Foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O Pronatec visa: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica. Esta campanha pretende divulgar o programa e mobilizar os interessados a se inscreverem.

2.2.14 MAIS CULTURA NAS ESCOLAS – SEB - Tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador do MEC e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais. Os objetivos do programa são: fazer da escola espaço de produção e circulação da cultura brasileira; contribuir para democratizar e qualificar a produção e o consumo cultural no Brasil; promover o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas; aproximar saber formal e saber comunitário; impactar o processo de aprendizado escolar, ampliando os agentes sociais responsáveis pela melhoria da educação pública. Esta campanha é uma parceria com o Ministério da Cultura, e visa divulgar o programa e mobilizar escolas públicas e toda a sociedade a promover iniciativas culturais.

2.2.15 CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (NAFSA) – AI - Nafsa é um congresso internacional de educação que acontece todos os anos nos Estados Unidos, conta com a presença de cerca de 3.500 instituições do mundo todo. O referido congresso faz parte da estratégia de internacionalização da educação superior brasileira. Assim, o Ministério da Educação deverá coordenar a participação das universidades brasileiras na exposição. Esta campanha tem o objetivo de atrair pesquisadores e estudantes estrangeiros ao Brasil pela qualidade de suas instituições.

2.2.16 MAIS EDUCAÇÃO – SEB - Visa ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública. Ajudam a construir um país mais justo e com mais oportunidades, buscando a formação integral de crianças, adolescentes e jovens. A campanha visa mobilizar secretários, diretores, professores e pais de alunos a conhecerem os programas.

2.2.17 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH - Com a finalidade de dar prosseguimento ao processo de recuperação dos hospitais universitários federais, foi criada, em 2011, por meio da Lei nº12.550, a EBSERH, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, que tem como missão garantir as condições necessárias para que os hospitais universitários federais prestem assistência de excelência no atendimento às necessidades de saúde da população, de acordo com as orientações do Sistema Único de Saúde (SUS), e de oferecer as condições adequadas para a geração de conhecimento de qualidade e formação dos profissionais dos diversos cursos das universidades as quais pertencem. Assim, a EBSERH passa a ser o órgão do MEC responsável pela gestão do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e que, por meio de contrato firmado com as universidades federais, que assim optarem, atuará no sentido de modernizar a gestão dos hospitais universitários federais, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado por essas unidades de centros de formação de profissionais na área da saúde e de prestação de assistência à saúde da população integralmente no âmbito do SUS. Dessa forma, esta campanha de comunicação visa dar continuidade a este processo de reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, com a refinalização de identidade visual para garantir a integração dos serviços hospitalares, e dar ampla divulgação dos serviços oferecidos para a população.

2.2.18 PAULO FREIRE (50 ANOS DE ANGICOS) – SEA - Em 2013 foram comemorados os 50 anos do Projeto de Angicos de Alfabetização de Adultos, iniciado por Paulo Freire, em 18 de janeiro de 1963. A luta contra o analfabetismo no Brasil, com a experiência de Angicos passou a ter - particularmente naquele contexto de 50 anos atrás – uma importância incomensurável, pois passou a destacar a dimensão política como fundamento da função gnosiológica da educação constituindo um passo importante para a construção da democracia brasileira e da cidadania multicultural do brasileiro. Esta campanha visa divulgar as comemorações pelos 50 anos do projeto e mobilizar a participação de toda sociedade.

2.2.19 ATLETA NA ESCOLA – SEB - O Brasil irá sediar, em 2014, a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, as Olimpíadas. Tendo em vista este cenário esportivo ímpar na história brasileira, o Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola) surge com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. O objetivo desta campanha é divulgar aos estudantes do ensino médio o programa Atleta na Escola e mobilizar a participação de todos.

2.2.20 EDUCAÇÃO E IGUALDADE – SE O Ministério da Educação implementa desde 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de assegurar o ensino de qualidade para todos os brasileiros. A meta do Plano é atingir média 6, até 2022, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – indicador que mede a qualidade da educação. São mais de 40 ações da creche à pós-graduação. Esta campanha visa posicionar a educação como um instrumento de mobilidade social e de transformação, que permite o desenvolvimento com redução de desigualdades. Com o objetivo de mobilizar a sociedade a participar do processo de educação do país, destacando o seu papel fundamental como agente na melhoria da qualidade de ensino.

2.2.21 MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – GM - O Ministério da Educação tem se empenhado em melhorar a qualidade da educação em todos os níveis e etapas de ensino, da creche à pós-graduação, com esforços em torno da melhoria da qualidade de todo o sistema educacional brasileiro. Essa ação visa contribuir para dar transparência aos atos praticados pelo MEC para fomentar as discussões e a participação social de todos os envolvidos; bem como orientar os parlamentares na elaboração das emendas relacionadas à educação básica, à profissional e tecnológica e ao ensino superior.

2.2.22 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) - Divulgar a política educacional na modalidade de educação escolar indígena. Com intuito orientar professores, educadores e comunidade escolar sobre as ações de institucionalização da escola indígena dentro dos sistemas de ensino, garantindo aos estudantes indígenas os benefícios dos programas de melhoria da qualidade da educação, ao mesmo tempo em que se reforçam as ações específicas de formação de professores indígenas e de produção de materiais didáticos diferenciados.

2.3 GESTÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Relacionamos a seguir o detalhamento das ações de publicidade de utilidade pública executadas pela Assessoria de Comunicação deste Ministério, contemplados no Programa de Trabalho específico da Ação: 4641, referente ao exercício de 2013, compreendendo individualmente o detalhamento das peças, o quantitativo e o período de veiculação dos filmes, spots e dos anúncios, bem como o valor investido em cada uma delas.

2.3.1 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) – INEP - “PORTAS DE ACESSO”

PEÇAS:

→ Criação e produção de um filme 60”, três spots 30” cada, um jingle 60”, além de reutilização/adaptação de trilha 60”. Usos: cessão de direitos para uso em TV aberta e fechada, eventos, internet, mídias digitais, cinema, mídias alternativas, mídia aeroportuária e rádio; nacional, seis meses. Taxa Ancine ref. ao filme 60”.

- Períodos de veiculação:

- ⇒ VT: 6 a 31 / 01 / 2014.
- ⇒ Spot 1 (Sisu): 6 a 10 / 01 / 2014.
- ⇒ Spot 2 (ProUni): 10 a 17 / 01 / 2014.
- ⇒ Spot 3 (SisuTec): 10 a 14 / 03 / 2014 (previsão)
- ⇒ Jingle: 17 a 31 / 01 / 2014.



→ Direito de uso de uma imagem já produzida da atriz Manu Gavassi, pelo período de seis meses, para utilização em web, revistas, materiais impressos (cartilha, folder e cartazes), jornal, revista e mídia exterior.

→ Criação de banners de internet (três layouts), serviço de programação em flash (Retângulo médio: 33 peças + Half Page: 3 peças = 36 peças) e contratação de Ad Server para veiculação dos banners propostos no plano de mídia (18.192.000 impressões). Veiculação na Internet: 6 a 17 / 01 / 2014.



TOTAL INVESTIDO - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) – INEP

R\$ 672.404,25

2.3.2 CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – FNDE

PEÇAS:

→ Inserções de anúncios no formato: 1 página dupla e 5 páginas simples sequenciais, em 6 revistas segmentadas.
- Veiculação: janeiro de 2013.

→ Finalização de um anúncio para revista (1 + 3 adaptações) no formato de página dupla, sendo: 42cm x 28cm; 40,4cm x 26,6cm; 41cm x 27,5cm e 41cm x 26,7cm.



→ Finalização de cinco anúncios para revista (5 + 15 adaptações, 3 formatos diferentes para cada) no formato de página simples, sendo: 21cm x 28cm; 20,2cm x 26,6cm; 20,5cm x 27,5cm; 20,5cm x 26,7cm.

→ Finalização (1 + 8 adaptações) de 1 anúncio de jornal no formato de 2/3 página sendo: 24,6cm x 40cm; 24,5cm x 20cm; 26cm x 35,5cm; 26,1cm x 35cm; 25,5cm x 35cm; 25cm x 38cm; 20,8cm x 35cm; 26,1cm x 36cm; 25,5cm x 37,5cm.

→ Inserções de anúncio no formato: rouba página (2/3), em 21 jornais (mercado Marplan).
- Veiculação: 7 e 8 de março de 2013.



TOTAL INVESTIDO - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – FNDE

R\$ 1.380.926,48

2.3.3 SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) – SESU

PEÇAS:

→ Inserções de banners (formatos diversos) em 12 portais de internet, sendo 23.695.000 impressões estimadas no período.

- Veiculação: 6 a 11 de janeiro de 2013.

→ Criação (1) e adaptação (21) de peças de internet sendo: 8 super banners; 6 retângulos; 1 half page; 1 half banner; 1 island; 1 arropa banner; 1 box banner; 1 floating; 1 retângulo médio e 1 BG.

→ Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 23.695.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; R7; Vírgula; MSN; Jovem Nerd; MTV; Baixaki e Crackle.



TOTAL INVESTIDO - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) – SESU

R\$ 289.832,85

2.3.4 APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS) – CAPES

PEÇAS:

→ Inserções de banners (formatos diversos) em 7 portais de internet, sendo 25.015.000 impressões estimadas no período. E inserções de VT no formato 30" em TV em ônibus (1.014.920) e TV em metrô (368.290).

- Veiculação: 2 a 14 de janeiro de 2013.

→ Criação (1) e adaptação (22) de peças de internet sendo: 8 super banners; 9 retângulos; 1 half page; 2 half banners; 2 islands e 1 floating.

→ Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 25.015.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; R7 e MSN.

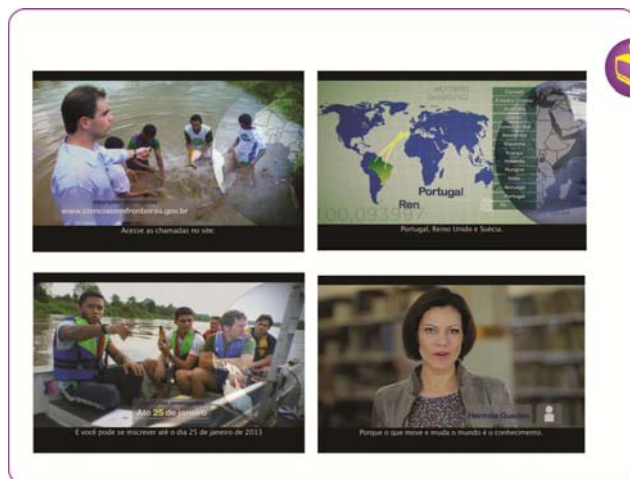


PEÇAS:

→ Criação de um filme com duração de 30" para utilização em OOH (TV em ônibus e TV em metrô).

→ Criação (adaptação) de novas versões e produção de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada, sendo uma reedição das versões iniciais. Inclui: edição, locução, finalização, legenda (filme) e cópias, para veiculação nacional pelo período de seis meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- Veiculação (filme e spot): 12 a 25 de janeiro de 2013.



→ Criação e finalização (1 + 4 adaptações) de 1 anúncio de revista no formato página simples, sendo: 20,5cm x 27,5cm; 21cm x 30cm; 20,5cm x 26,5cm; 22,5cm x 27,5cm; 23cm x 41,5cm.

→ Criação e finalização (1 + 9 adaptações) de 1 anúncio de jornal no formato ½ página, sendo: 29,7cm x 26cm; 25cm x 17,4cm; 24,5cm x 19cm; 28,5cm x 26cm; 26cm x 20; 26,1cm x 17,1cm; 25,5cm x 23,9cm; 26,1cm x 17,2cm; 25cm x 20cm; 25,5cm x 20cm.

→ Reutilização de 1 foto com uma mulher em estúdio e alfinetes de mapa em 3D. Inclui: sistema para tratamento e finalização da imagem com a aplicação de mais três alfinetes no mapa. Utilização nacional em anúncio de jornal e revista, internet e mídias alternativas, pelo período de seis meses a contar do dia 28/06/2013 – quando se encerra o último contrato de renovação.

→ Inserções de banners (formatos diversos) em 15 portais de internet, sendo 102.658.598 impressões estimadas no período. E inserções de filme no formato de 60" em TV via internet (400.105).

- Veiculação: 20 de junho a 15 de julho de 2013.

→ Criação (1) e adaptação (33) de peças de internet, sendo: 11 retângulos; 9 super banners; 1 half; 2 retângulos expansíveis; 1 floating; 3 LREC; 2 islands; 2 arrobos; 1 DHTML; 1 Box e 1 Terra TV.

→ Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 33.058.598 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; MSN; R7; Universia; Guia do Estudante; MTV; Vírgula; Crackle; Boo Box; Hotwords e Terra TV.



PEÇAS:

→ Criação (adaptação) e produção de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada, sendo uma reedição das versões iniciais produzidas em 2011. Inclui: renovação dos direitos de utilização das imagens e voz, direção, nova locução, edição, finalização, legenda (filme) e cópias, para veiculação nacional pelo período de 12 meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".

- Veiculação (filme e spot): 20 de junho a 7 de julho de 2013.



TOTAL INVESTIDO – CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS) – CAPES

R\$ 1.934.912,31

2.3.5 PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL – AI

PEÇAS:

→ Produção de 6.000 livretos com 52 páginas (formato aberto de 36cm x 18cm e fechado de 18cm x 18cm). Impressão a 4x4 cores sobre o papel couchê fosco 150g. Acabamento em canoa com dois grampos. Obs: a criação e finalização do livreto foram realizadas por meio da ação nº 2012/51.



TOTAL INVESTIDO – PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL – AI

R\$ 14.257,20

2.3.6 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) – SESU

PEÇAS:

→ Criação (43 + 13 adaptações), finalização e produção de 100 livretos com 56 páginas no formato de 21cm x 30cm (A4), com impressão a 4x4 cores, sobre papel couche fosco 230g (capa) e 150g (miolo). Acabamento com wire-ô prata fixado na lateral e laminação na 1ª e 4ª capas.



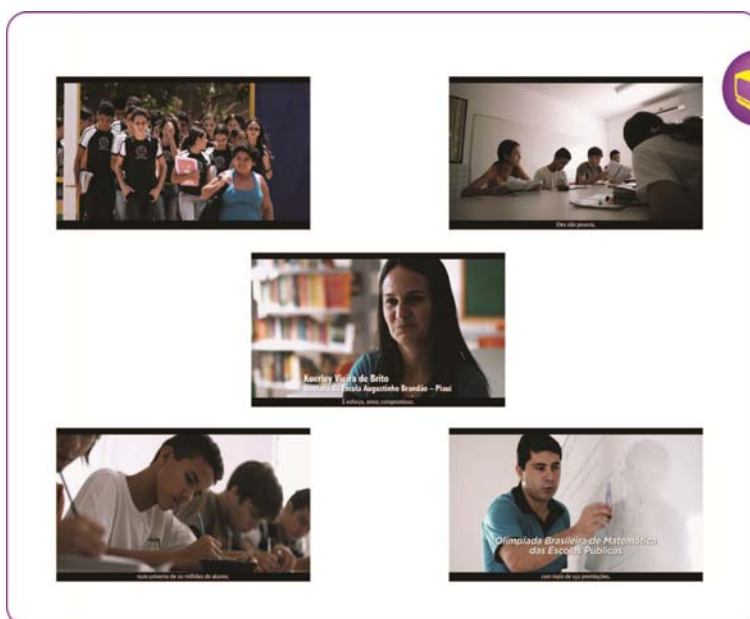
TOTAL INVESTIDO – PROG. DE APOIO A PLANOS DE REEST. E EXP. DAS UNIV. FED. (REUNI) R\$ 26.258,96

2.3.7 OLIMPIÁDA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (9ª OBMEP) – SEB

PEÇAS:

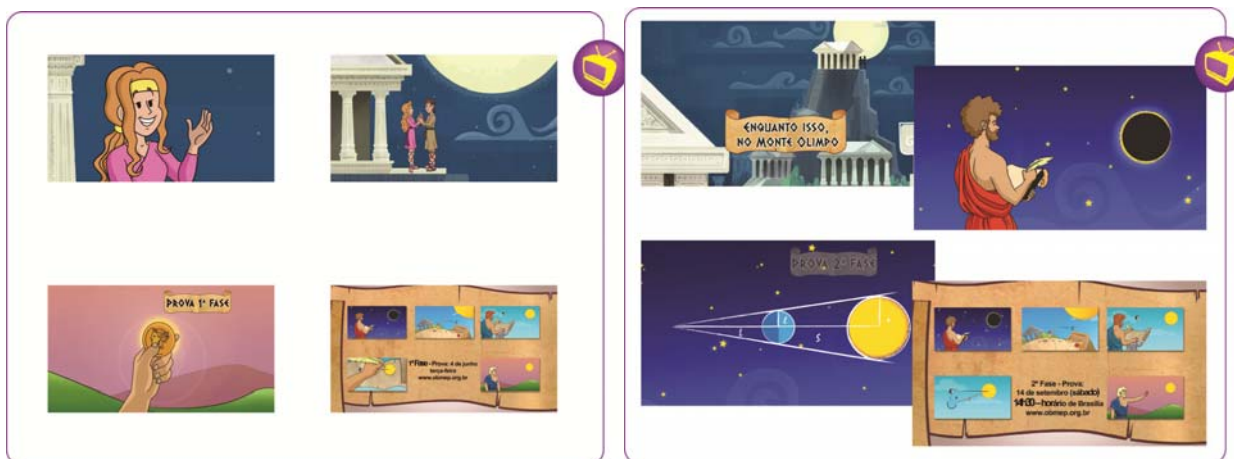
→ Criação (adaptação) e produção de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada, sendo uma reedição da versão *Cocal dos Alves* cuja produção inicial foi realizada em 2011. Inclui: direitos autorais para reutilização, nova locução, edição, legenda (filme) e cópias, para veiculação nacional pelo período de um ano. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".
- Veiculação (filme e spot): 18 de fevereiro a 4 de abril de 2013.



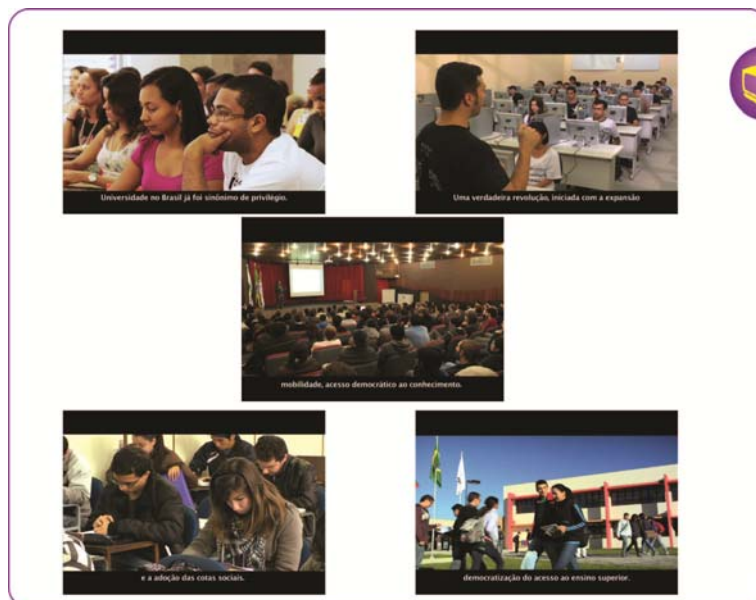
→ Criação e produção de 2 filmes (1 versão) e 2 spots (1 versão) com duração de 30" cada. Inclui: direção, concepts, storyboard, cenários, animação 2D, preview da animação, colorização, áudio, mixagem, finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de 12 meses. Utilização filmes – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spots – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 30" + versão.
- Veiculação (filme e spot – 1ª fase): 15 de maio a 3 de junho de 2013.
- Veiculação (filme e spot – 2ª fase): 1º a 13 de setembro de 2013.



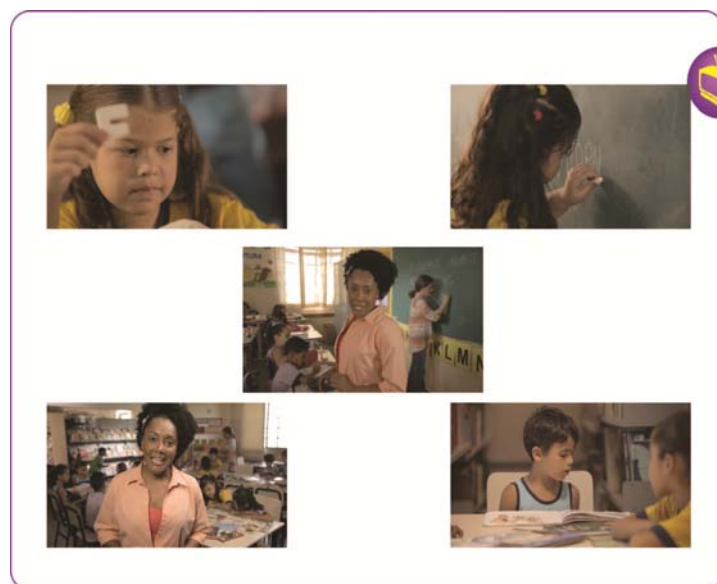
2.3.8 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR – SESU

→ Criação e produção de 1 vídeo com duração de até 3', a partir da edição de imagens de vídeo anteriormente produzido. Inclui: edição, finalização, computação, locução, trilha, legenda e cópias. Utilização nacional, pelo período de um ano, em eventos e circuitos internos



R\$ 68.446,68

2.3.9 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – SEB



PEÇAS:

→ Criação (adaptação) e produção de novas versões de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: direção, nova locução, edição, legenda (filme), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de seis meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos (não inclui taxa Ancine, pois o CRT da versão inicial ainda está válido até 28/10/2013). Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- Veiculação (filme e spot): 18 de fevereiro a 1º de março de 2013.

→ Criação e finalização de três anúncios para revista (3 + 4 adaptações de cada anúncio = 12) no formato de página simples, sendo: 20,2cm x 26,6cm; 20,5cm x 27,5cm; 20,5cm x 26,7cm; 22cm x 27,5cm; 22,5cm x 27,5cm.

→ Criação e finalização de um anúncio para revista (1 + 3 adaptações) no formato de página dupla, sendo: 40,4cm x 26,6cm; 41cm x 27,5cm; 41cm x 26,7cm; 44cm x 27,5cm.

→ Criação e finalização de um anúncio para jornal (1 + 22 adaptações) no formato de 2/3 de página, sendo: 24,6cm x 40cm; 24,5cm x 20cm; 24,6cm x 42cm; 20,9cm x 40cm; 24,5cm x 30cm; 25,6cm x 38cm; 25cm x 35cm; 27cm x 38cm; 23,25cm x 40cm; 23,6cm x 40cm; 22,7cm x 40cm; 24,7cm x 33cm; 24,5cm x 40cm; 30cm x 40cm; 26cm x 35,5cm; 26,4cm x 39cm; 26,1cm x 35cm; 26,1cm x 36cm; 25,5cm x 35cm; 24,8cm x 33,5cm; 27,4cm x 37,5cm; 25cm x 38cm; 25,5cm x 37,5cm.

→ Inserções de: anúncio de revista no formato 3 páginas simples sequenciais e 1 página dupla em 12 revistas do segmento de educação; anúncio de revista no formato página simples em 12 revistas de alto consumo; banners (formatos diversos) em 10 portais de internet, sendo 26.650.000 impressões estimadas no período; spot de 30" em rádio indoor (lojas e supermercados); anúncio de jornal no formato rouba página em 66 jornais (27 mercados); e VT no formato 30" em TV em ônibus (2.106.345) e TV em metrô (8.775).

- Veiculação: 1º a 30 de abril de 2013.

PEÇAS:

→ Criação de 1 filme com duração de 30" para utilização em mídia DOOH.

→ Criação e adaptação (24) de peças de internet, sendo: 7 retângulos; 2 retângulos médios; 2 islands; 3 LREC; 1 arroba; 1 banner; 2 retângulos expansíveis; 1 floating; 1 half banner; 1 retângulo top; 1 bottom e 3 super banners.



→ Produção de 4 imagens finais (cinco fotos), sendo: 3 fotos de crianças (uma por foto) em ambiente escolar; 1 foto com 2 professores e 3 alunos; e 1 foto da fachada de uma escola pública para fusão em sistema com a foto dos professores. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, free.

→ Contratação de ad server + rich media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 26.650.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; MSN; R7; Jusbrasil; Conjur e Nova Escola.

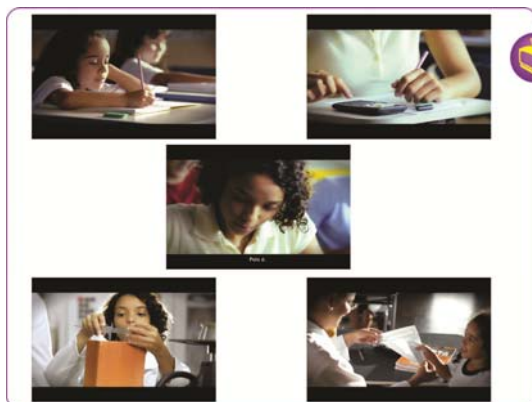


Criação e produção de 2 filmes e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: captação em formato digital (quatro diárias), direção, áudio (trilha e locução), atores, figuração, locação, edição, legenda (filme), masterização (spot), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses. Utilização filmes – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 2 taxas Ancine referente aos filmes de 60".

- Veiculação (filme e spot): 23 de abril a 12 de maio de 2013.

- Veiculação (filme): 13 a 31 de maio de 2013.



TOTAL INVESTIDO – PACTO NAC. PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – SEB

R\$ 4.874.879,61

2.3.10 PROINFÂNCIA – SEB

PEÇAS:

→ Criação e produção de 1 filme (adaptação) e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: direção, nova locução, edição, legenda (filme), masterização (spot), mixagem (spot), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".
- Veiculação (filme e spot): 6 a 31 de março de 2013.



→ Adaptação de fundo de palco no formato 12m x 3m.



→ Criação e finalização (1 + 21 adaptações) de 1 anúncio para jornais no formato 2/3 página, sendo: 24,6cm x 40cm; 23,6cm x 40cm; 22,7cm x 40cm; 24,5cm x 20cm; 20,9cm x 40cm; 25cm x 35cm; 27cm x 38cm; 30cm x 41cm; 26cm x 35,5cm; 26,4cm x 39cm; 26,1cm x 35cm; 26,1cm x 36cm; 25,5cm x 35cm; 24,8cm x 33,5cm; 27,4cm x 37,5cm; 24,6cm x 42cm; 24,5cm x 30cm; 25,6cm x 38cm; 23,25cm x 40cm; 24,7cm x 33cm; 25,5cm x 37,5cm; 25cm x 38cm.

→ Produção de 1 imagem final composta por 1 foto em creche com 4 alunos e 1 professora, e a confecção de um mosaico "tipo piso EVA" em 3D. Inclui sistema para fusão e tratamento das imagens. Utilização nacional, pelo período de 12 meses em meios free.

→ Inserções de anúncio no formato: rouba página (2/3), em 65 jornais (27 mercados).

- Veiculação: entre os dias 20 e 29 de março de 2013.



TOTAL INVESTIDO – PROINFÂNCIA – SEB

R\$ 1.357.990,39

2.3.11 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – SASE

PEÇAS:

→ Criação e finalização de 1 capa e 1 label para DVD e Produção de 100 capas para DVD e de 100 labels, sendo: capa no formato de 26,6cm x 18,5cm, impressa a 4x0 cor sobre papel couchê fosco 115g; e label no formato de 12cm de diâmetro, impresso a 4x0 cor sobre papel adesivo 190g.



→ Criação (58 páginas), adaptação (56 páginas) e finalização (114 páginas) de 1 livreto.



TOTAL INVESTIDO – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – SASE

R\$ 45.336,42

2.3.12 INGLÊS SEM FRONTEIRAS (ISF) – CAPES

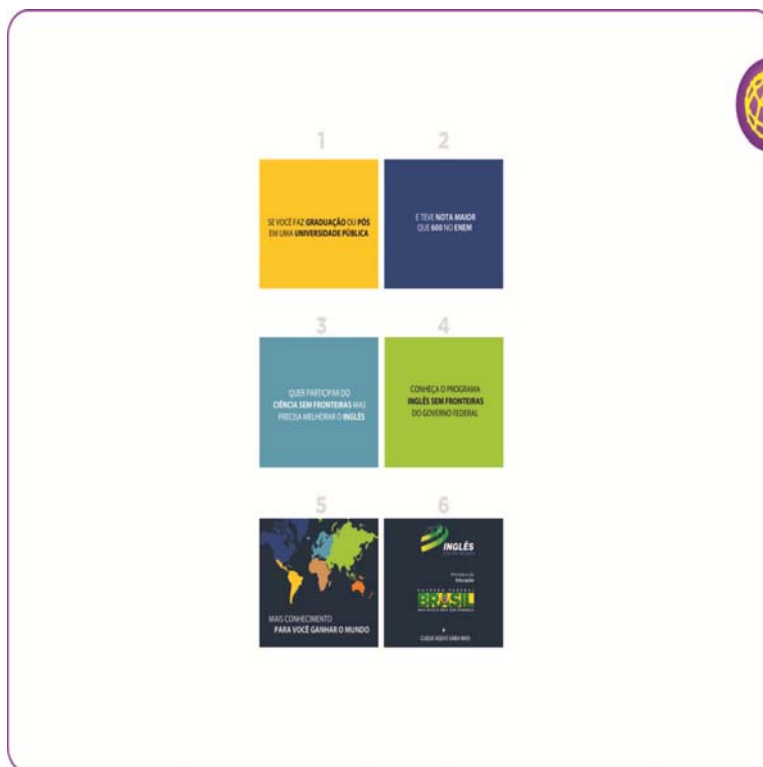
PEÇAS:

→ Criação (1) e adaptação (18) de peças de internet sendo: 7 retângulos; 2 islands; 2 arrobas; 1 box banner; 2 retângulos médios; 4 super banners e 1 HTML.

→ Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 22.543.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; R7; MSN; Universia; Guia do Estudante; MTV; Vírgula; Crackle; Boo Box e Hotwords.

→ Inserções de banners (formatos diversos) em 15 portais de internet, sendo 48.343.000 impressões estimadas no período.

- Veiculação: 25 de março a 7 de abril de 2013.



TOTAL INVESTIDO – INGLÊS SEM FRONTEIRAS (ISF) – CAPES

R\$ 558.014,54

2.3.13 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) – SETEC

PEÇAS:



→ Criação e adaptação (6) de peças de internet, sendo: 4 retângulos; 2 retângulos médios e 1 island.

→ Contratação de ad server + rich media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 14.870.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; MSN e R7.

→ Inserções de banners (formatos diversos) em 8 portais de internet, sendo 40.670.000 impressões estimadas no período.

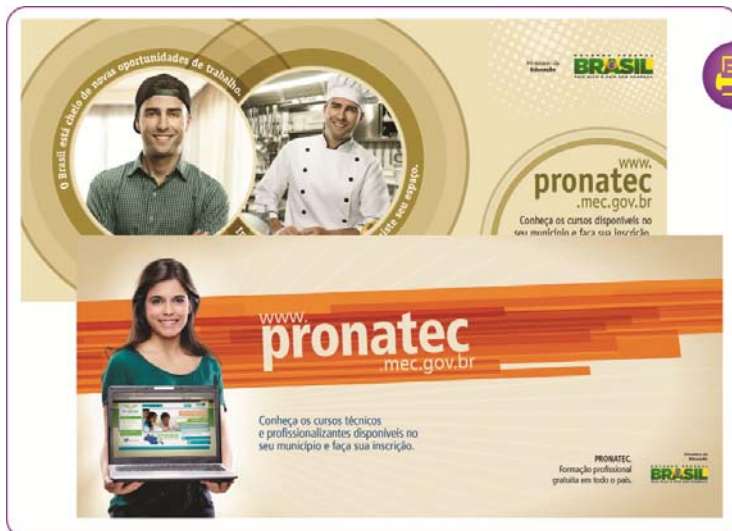
- Veiculação: 8 a 22 de abril de 2013.

PEÇAS:

→ Inserções de: anúncio de revista no formato 1 página simples em 12 revistas de alto consumo; spot de 30" em rádio indoor (lojas e supermercados); peças para busdoor (sanca e vidro traseiro/motorista – 1.060); vinheta de 10" em painéis eletrônicos (496.800); painel em metrô (430); e comercial de 30" em TV em metrô (7.275).

- Veiculação: 1º a 31 de maio de 2013.

→ Criação (3) e finalização (3 + 8 adaptações de cada motivo, totalizando 24) de mobiliário urbano nos formatos de: 80,5cm x 30,5cm; 81cm x 31cm; 82,7cm x 32,7cm; 0,50m x 0,55m; 1,12m x 0,30m; 0,41m x 0,61m; 2,18m x 1,09m; 2,385m x 1,125m e 0,80m x 0,30m.



→ Produção de 1.410 mobiliários urbanos, sendo: bus door sanca - 130 unidades (80,5 x 30,5cm/PA e RJ); bus door sanca - 80 unidades (81 x 31cm/SP); bus door sanca - 50 unidades (82,7 x 32,7cm/MG); bus door vidro traseiro motorista - 100 unidades (0,50 x 0,55m/SP); sanca - 150 unidades (1,12 x 0,30m/SP); lateral- 150 unidades (0,41 x 0,61m/SP); painel super/face simples - 20 unidades (2,18 x 1,09m/SP); painel - 50 unidades (2,385 x 1,125m/SP); sanca - 480 unidades (0,80 x 0,30m/SP); sanca - 200 unidades (80,5 x 30,5 cm/RJ). As quantidades apresentadas são exatas, porém foi considerado no orçamento os 10% de reposição de cada.

→ Criação (3) e finalização (3 + 4 adaptações) de anúncio de revista no formato página simples, sendo: 20,5cm x 27,5cm; 20,2cm x 26,6cm e 22,5cm x 27,5cm.



→ Adaptação de fundo de palco no formato 12m x 3m para evento realizado no dia 10/10/2013.

PEÇAS:

→ Criação e finalização de 1 cartaz no formato de 46cm x 64cm.



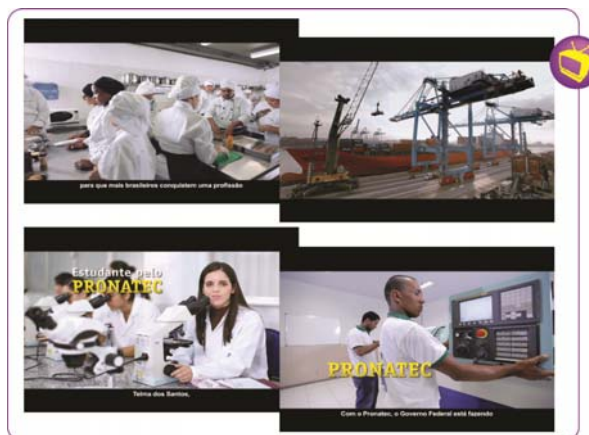
→ Criação e produção de 2 filmes e 1 spot de 60" cada. Inclui: captação em formato digital (três diárias), direção, áudio, atores, edição, legenda (filme), masterização (spot), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses. Utilização filmes – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 2 taxas Ancine referente aos filmes de 60".

- Veiculação (filmes e spot): 1º a 18 de agosto, prorrogado até 31 de agosto de 2013.

→ Criação de 1 filme com duração de 30" e adaptação para 15" – para utilização em mídia DOOH.

→ Produção de 7 fotos, sendo: 2 fotos de um homem (45-50 anos) em duas situações (casual com boné/chefe de cozinha); 2 fotos de outro homem (25-30 anos) também em duas situações (casual com fone/fábrica de bebida); 2 fotos com uma jovem (20-25 anos) em duas situações (casual com óculos/jaleco em laboratório) e 1 foto de uma mulher (25-30 anos) segurando um notebook – inclui sistema para tratamento das imagens. Utilização nacional, pelo período de 12 meses em meios free.



→ Produção de 1 filme de 60" + 1 redução de 30" e 5 spots com duração de 30" cada. Inclui 1 diária de captação (locações em RS), pré-produção, pesquisa, contratação de equipe técnica, equipamentos, transporte, trilha do filme, locução, 1 taxa de Condecine, produção específica de figurino e maquiagem, computação gráfica 2D (para assinatura), finalização e copiagem. Utilização: TV aberta, TV fechada, internet, PDV – 6 meses, nacional.

- Veiculação (filme 30"): 28 de novembro a 31 de dezembro de 2013.

- Veiculação (5 spots 30"): 26 de novembro a 31 de dezembro de 2013.

→ Produção de 1 filme de 30" e 1 áudio-VT 30". Inclui: 2 diárias de captação em SP, 1 taxa Condecine, produção, computação gráfica, finalização e cópias. Cessão de direitos para utilização em TV aberta, fechada, internet, PDV / 12 meses / nacional.

→ Produção de 3 fotos (ref. indústria/saúde/hotelaria). Inclui pagamento de cachê de 3 modelos, 3 diárias, produção de moda e de objetos. Utilização em mídia externa, anúncios de jornal e revista, PDV, peças gráficas e internet, pelo período de 1 ano (veiculação nacional).

PEÇAS:

→ Pré-impressão (film less) de anúncios de jornal em 4x0 cores. Montagem das imagens para os formatos dos anúncios, calibragem de cor e fechamento do arquivo, 6 provas e envios. Total de 64 fechamentos e 170 envios.

→ Pré-impressão (film less) de anúncios de revista em 4x0 cores. Montagem das imagens para os formatos dos anúncios, calibragem de cor e fechamento do arquivo, 2 provas e entrega nas revistas em SP. Total de 16 fechamentos, sendo 12 no formato página dupla (40,4x26,6cm) e 4 página simples (20,2x26,6cm).



→ Programação em flash (adaptação de formato para veiculação – 132), conforme os seguintes pacotes de formatos: 300x250 (87 peças, 29 para cada layout - indústria/saúde/gastronomia); 300x600 (18 peças, 6 para cada layout); 27 peças, 3 para cada layout nos formatos – 728x90; 936x465; 160x600; 120x600; 960x295; 300x300; 300x361; 250x250; 200x200.

→ Contratação de serviço de Adserver para os banners de internet. Volume total de 150.000.000 de impressões.

→ Produção de um filme de 30". Inclui: duas diárias de captação em SP, uma taxa Condecine, produção, computação gráfica, finalização e cópias. Cessão de direitos para utilização em TV aberta, fechada, internet, PDV / 12 meses / nacional.

→ Produção de um áudio-VT 30". Inclui: locução em SP, trilha composta, sound design, mixagem e finalizações de áudio.

→ Produção em adesivo vinil para Busdoor (formatos diversos). Pré-impressão para busdoor (3 modelos x 44 fechamentos, inclui envio). Praças: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, São Luís, Salvador, Teresina e Vitória. Veiculação: dezembro de 2013.

→ *Merchandising* (com pagamento de cachês) nos seguintes programas:

- Record: Hoje em Dia (quatro inserções), Programa da Tarde (quatro inserções) e O Melhor do Brasil (duas inserções).
- Band: Programa Pânico (duas inserções).
- Rede TV: A Tarde é Sua (quatro inserções).
- SBT: Programa do Ratinho (três inserções) e Domingo Legal (duas inserções) – cachês incluídos no valor da mídia.

As veiculações de cada *merchandising* ocorreram no mês de novembro e dezembro de 2013.

→ Produção gráfica de adesivos em vinil para vagões de trem (RS, SP e RJ), 4x0. Pré-impressão (prova digital/filmless) de adesivo para vagões de trem (16 peças). Veiculação: dezembro/2013.

→ Mídia Pronatec: nacional, com veiculação nos meses de novembro (a partir do dia 26/11) e dezembro de 2013. Meios específicos:

- *Merchandising* em TV aberta: quatro emissoras (SBT, Record, Band e Rede TV); 21 inserções.

- Anúncio jornal (página dupla e página simples): veiculação nacional nos 27 estados do país; 172 inserções.
- Anúncio revista (página simples e dupla): veiculação nos segmentos: informação semanal, interesse geral – jovem e quinzenal/mensal, popular e comunicação; 30 inserções.
- Out of Home (OOH): inclui busdoor, TV de bordo em trens, adesivação de trens; veiculação nacional; 4.642 inserções.
- Internet (nacional): veiculação nos principais portais nacionais (seis canais: IG, Terra, UOL, Globo, MSN e Yahoo); 52.152.000 inserções/impressões.

TOTAL INVESTIDO – PROG. NAC. ACES. ENS. TÉC. E EMPREGO (PRONATEC) – SETEC R\$ 15.637.382,36

2.3.14 MAIS CULTURA NAS ESCOLAS – SEB

PEÇAS:

- Criação e produção de 1 filme (baseado na versão original de 1 vídeo de 5' produzido pela TV1 Filmes em parceria com a SECOM para o Ministério da Cultura) e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: edição de imagens (filme), direção, locução, trilha, edição, legenda (filme), masterização (spot), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.
- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".
- Veiculação (filme e spot): 14 a 30 de junho de 2013.



TOTAL INVESTIDO – MAIS CULTURA NAS ESCOLAS – SEB

R\$ 56.474,44

2.3.15 CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (NAFSA) – AI

PEÇAS:

→ Criação e finalização de 3 banners (formato 3m x 2m).



→ Produção de 3 imagens finais – 1 foto de uma mulher negra de aproximadamente 25 anos em uma biblioteca, 1 foto de um homem de aproximadamente 25 anos em uma indústria, e 1 foto de uma jovem de aproximadamente 18 anos em um laboratório de pesquisa. Inclui sistema para fusão e tratamento das imagens. Utilização nacional e internacional free, pelo período de 12 meses.

→ Criação e finalização de 3 banners (formato 12m x 4m).

→ Cessão de direitos para utilização de 3 imagens (de banco de imagens) – 85369999 (turbina), 57062917 (tubos de ensaio) e 117314188 (tubulação) – por período indeterminado, royalty free, veiculação nacional e internacional.



TOTAL INVESTIDO – CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (NAFSA) – AI

R\$ 33.108,85

2.3.16 MAIS EDUCAÇÃO – SEB

PEÇAS:

→ Criação (adaptação) e produção de novas versões de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: edição, cópias e renovação dos direitos, para veiculação nacional pelo período de um ano contado a partir da primeira veiculação que deverá ocorrer em até 30 dias após entrega das peças finalizadas. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- Taxa Ancine referente ao filme de 60".

- Veiculação (filme e spot): 24 de julho a 4 de agosto de 2013.



TOTAL INVESTIDO – MAIS EDUCAÇÃO – SEB

R\$ 52.890,42

2.3.17 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH

PEÇAS:

→ Refinização de um manual de identidade visual com 81 aplicações para inclusão da marca do Governo Federal.



TOTAL INVESTIDO – EMP. BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH

R\$ 3.291,14

2.3.18 PAULO FREIRE (50 ANOS DE ANGICOS) – SEA

PEÇAS:

→ Criação e produção de 1 vídeo com duração de até 5' com 1 versão de 2'45". Inclui: cessão de direitos para utilização das imagens captadas inicialmente para o documentário *Paulo Freire – Contemporâneo* produzido pela Olhar Imaginário, compra de outras imagens (Vereda Produções e TV Globo), direção, edição, áudio, finalização, legenda e cópias. Utilização nacional em internet e circuitos internos, pelo período de um ano a contar da data da primeira veiculação.

- 1 taxa Ancine referente ao vídeo de até 5' com versão.



TOTAL INVESTIDO – PAULO FREIRE (50 ANOS DE ANGICOS) – SEA

R\$ 59.129,81

2.3.19 ATLETA NA ESCOLA – SEB

PEÇAS:

→ Criação e produção de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: captação em formato digital – 1 diária (filme), direção, áudio, edição, legenda (filme), masterização (spot), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses a contar da data de registro. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".
- Veiculação (filme e spot): 26 de maio a 9 de junho de 2013.



TOTAL INVESTIDO – ATLETA NA ESCOLA – SEB

R\$ 310.334,78

2.3.20 EDUCAÇÃO E IGUALDADE – SE

PEÇAS:

→ Criação e produção de 1 filme e 1 spot com duração de 60" cada. Inclui: direção, captação digital (filme), áudio, edição, legenda (filme), finalização e cópias, para veiculação nacional pelo período de doze meses. Utilização filme – TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Utilização spot – rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos.

- 1 taxa Ancine referente ao filme de 60".

- Veiculação (filme e spot): 22 de agosto a 15 de setembro de 2013.



TOTAL INVESTIDO – EDUCAÇÃO E IGUALDADE – SE

R\$ 392.904,19

2.3.21 MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – GM

PEÇAS:

→ Finalização e produção de 1.200 folhetos, formato aberto: 30,6 x 21cm, 4x4 cor, 156 páginas



→ Criação, finalização e produção de 500 folhetos, formato aberto: 42 x 29,7cm, 4x4 cor, 24 páginas

TOTAL INVESTIDO - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – GM

R\$ 41.463,22

2.3.22 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – SECADI.

PEÇAS:

→ Livreto (criação e finalização) para divulgação de ações e políticas específicas sobre a formação de professores indígenas – 232 páginas. Obs.: material produzido e distribuído pela área técnica responsável (Secadi).



TOTAL INVESTIDO - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – SECADI

R\$ 53.633,40

2.4 RESULTADO/DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 Resultado

A área de publicidade realizou estratégia, planejamento e execução dos investimentos previstos no orçamento de 2013 da ação: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública - PUP, totalizando **R\$ 28.040.347,26** (vinte e oito milhões, quarenta mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos).

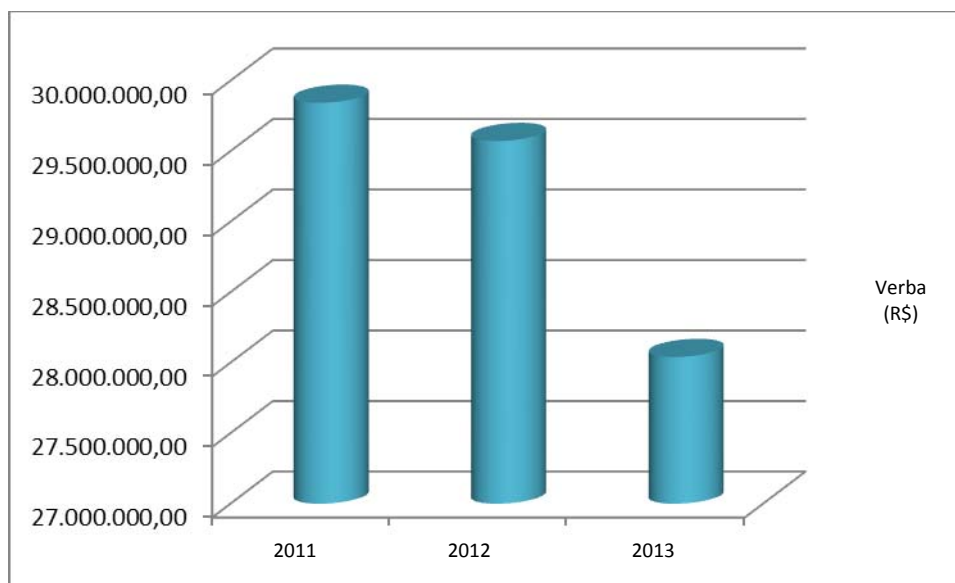
Apresentamos, a seguir, o resultado das ações executadas pela ACS na área de publicidade nos últimos três anos:

Resumo de gastos por contrato

Empresa	Nº de Contrato	Vigência	Executado (R\$) 2011	Executado (R\$) 2012	Executado (R\$) 2013
Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda	032/2008	25/07/2008 a 24/07/2013	29.843.214,58	29.572.137,23	14.727.336,54
Escala Comunicação e Marketing Ltda.	064/2013	23/09/2013 a 22/09/2014	0,00	0,00	13.313.010,72
TOTAL			29.843.214,58	29.572.137,23	28.040.347,26

FONTE: SOP – 2011/2012/2013

Gráfico1: Evolução dos Gastos



2.4.1.1 Gastos em Publicidade - Categoria

Demonstrativo de gastos de publicidade dividido em duas grandes categorias:

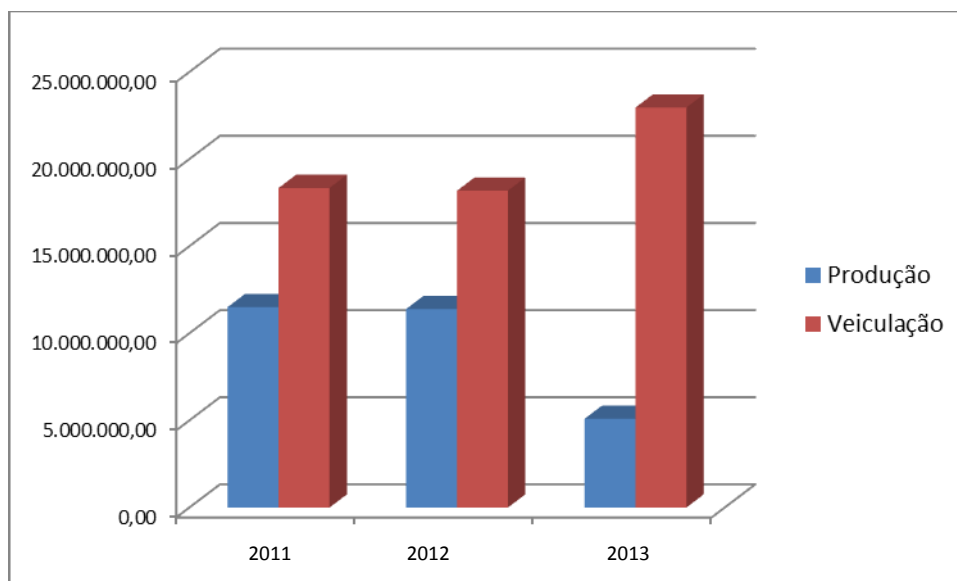
- I. Produção – inclui despesas de publicidade relacionadas a serviços gráficos compreendendo criação, finalização e impressão de cartazes, folders, cartilhas, folhetos, etc e serviços de produtora que inclui filmes, trilhas, cds, direitos autorais, etc.
- II. Veiculação – inclui despesas de publicidade relacionadas a inserções pagas nos meios de comunicação (jornais, rádios, internet, revista, bustv, etc).

Gastos em Publicidade por Categoria

Categoria	Produção	%	Veiculação	%	TOTAL
2011	11.505.202,53	38,55%	18.338.012,05	61,45%	29.843.214,58
2012	11.389.471,50	38,52%	18.182.665,73	61,48%	29.572.137,23
2013	5.085.518,80	18,14%	22.954.828,46	81,86%	28.040.347,26

FONTE: SOP – Dez/2011/2012/2013

Gráfico2: Evolução de Gastos por Categoria



2.4.1.2 Gastos por Campanha

O Departamento de Publicidade realizou em 2013, várias ações de comunicação (Campanhas publicitárias), todas com o objetivo de divulgar as ações e programas de Governo, na área da educação, como: Controle Social na Educação, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, Ciência sem Fronteiras, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Proinfância, entre outras ações. Além disso, a coordenação de publicidade do MEC visa mobilizar a comunidade, pais, professores e alunos a trabalhar pela melhoria da escola e fiscalizar a aplicação dos recursos do PDDE.

A seguir, relacionamos um descritivo com os totais gastos em cada campanha:

Gastos por Campanha - 2013			
ORDEM	CAMPANHA	VALOR (R\$)	%
1	ATLETA NA ESCOLA	310.334,78	1,11%
2	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	1.934.912,31	6,90%
3	CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA	33.108,85	0,12%
4	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	1.380.926,48	4,92%
5	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	392.904,19	1,40%
6	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	53.633,40	0,19%
7	EMP. BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH	3.291,14	0,01%
8	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM	672.404,25	2,40%
9	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	68.446,68	0,24%
10	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	558.014,54	1,99%
11	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	56.474,44	0,20%
12	MAIS EDUCAÇÃO	52.890,42	0,19%
13	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	41.463,22	0,15%
14	OLIMPÍADA BRAS. DE MAT. DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	176.474,96	0,63%
15	PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	4.874.879,61	17,39%
16	PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL	14.257,20	0,05%
17	PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS	59.129,81	0,21%
18	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	45.336,42	0,16%
19	PROINFÂNCIA	1.357.990,39	4,84%
20	PRONATEC	15.637.382,36	55,77%
21	REUNI - EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	26.258,96	0,09%
22	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	289.832,85	1,03%
TOTAL		28.040.347,26	100%

2.4.1.3 Origem da Execução da Despesa - PTRES / FONTE - 2013

ESF	PTRES	UO	PROGRAMA	TRABALHO	FONTE	ND	R\$
PROVISÃO							
1	060716	26101	12131210946410001	0100000000	339039		8.093.239,40
1	060716	26101	12131210946410001	0112000000	339039		15.350.000,00
SUBTOTAL (PROVISÃO)							23.443.239,40
DESTAQUE							
1	061630	26298	12131210946410001	0112915173	339039		4.950.000,00
1	061697	26290	12131210946410001	0112000000	339039		825.000,00
SUBTOTAL (DESTAQUE)							5.775.000,00
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA							29.218.239,40
TOTAL DA EXECUCAO DA DESPESA							28.040.347,26
Sobra (saldo)							1.177.892,14

FONTE: SIAFI –Dez/2013 - CELULAS

As despesas empenhadas e autorizadas ref. à execução de 2013 na ação 4641 - PUP totalizaram R\$ 29.218.239,40 (vinte e nove milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos). No entanto, no início de Jan/2014, a agência informou ao MEC que uma parte da mídia autorizada e prevista para ser veiculada na última semana de dez/2013, que totalizava R\$ 1.177.892,14 não foi possível de ser utilizada, por falta de espaço nos meios de veiculação em razão de atraso no fechamento da mídia tendo em vista as negociações e os ajustes que cada meio exige, não sendo possível, em jan/2014 anular/ajustar o valor do empenho/2013 referente aos serviços cancelados.

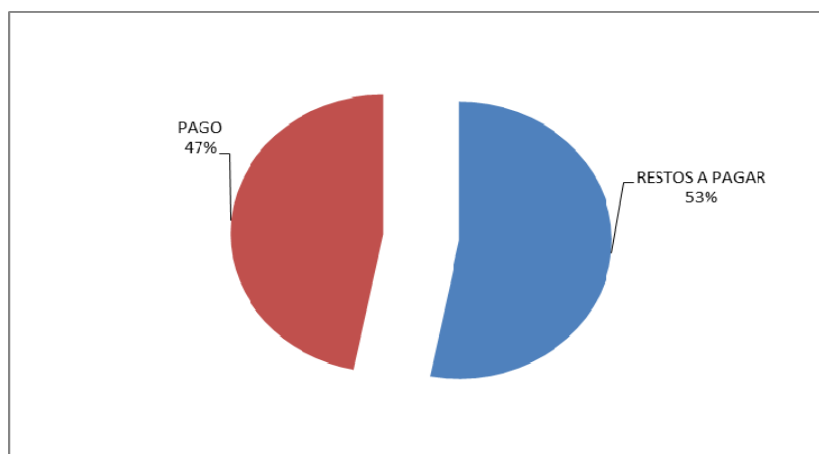
Portanto, o valor de R\$ 1.177.892,14 a maior, lançado a conta de Restos a Pagar – Não Processados será devidamente ajustado em 2014.

2.4.1.4 Restos a Pagar (RP)

I. Exercício: 2013

Do total das despesas empenhadas em 2013, 53% (cinquenta e três por cento) foram inscritos na conta Restos a Pagar - Não Processados totalizando R\$ 15.503.240,65 (quinze milhões, quinhentos e três mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos). O índice significativo de valores inscritos em restos a pagar é devidamente justificado, uma vez que foi contratada (contrato nº 64/2013) uma nova agência de publicidade em setembro/2013 e as novas demandas com ações de publicidade de utilidade pública que envolvem o objeto do contrato foram iniciadas a partir de outubro/2013.

Gráfico3: Demonstrativo da Liquidação da Despesa – 2013



II. Exercício: 2012

Foram pagos em 2013, R\$ 2.528.632,07 (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e sete centavos) referente a despesas de publicidade executadas em 2012 inscritas em Restos a Pagar - 2012.

Permaneceu inscrito em Restos a Pagar referente ao exercício de 2012, um saldo no valor de R\$ 317.719,65, (trezentos e dezessete mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) referente a serviços de publicidade de empresas que principalmente não encaminharam as faturas e/ou não comprovam a realização dos serviços.

RESTOS A PAGAR	2012	2013
Processados	0,00	0,00
Não processados	317.719,65	15.503.240,65
Total	317.719,65	15.503.240,65

FONTE: SIAFI –Dez/2013

2.4.2 - DESEMPENHO

No exercício de 2013 a Assessoria de Comunicação executou 90,4% da verba contratada (contratos nº 32/2008 e 64/2013) prevista para o exercício, do valor total de R\$ 31 milhões de reais na ação de publicidade de utilidade pública (nº 4641), atingindo o objetivo com eficiência, eficácia e efetividade.

O desempenho da área de publicidade é avaliado principalmente pela avaliação de desempenho dos programas educacionais nas secretarias, fundações e autarquias fins.

Atingimos o público alvo por intermédio de filmes e spots veiculados no convênio MEC/ABERT, que permite a veiculação “gratuita” de publicidade de utilidade pública nas emissoras de rádio e televisão do país; pelas mídias veiculadas nos jornais, revistas, internet e pelos materiais gráficos distribuídos às escolas e à comunidade em geral.

2.4.2.1 - Eficiência

Para o melhor aproveitamento das ações de comunicação procurando a eficiência na gestão pública, foi firmado o convênio com a ABERT que prevê a mídia “gratuita”, o que permitiu uma economia significativa nos custos de veiculação em rádios e televisão. Embora não tenhamos pesquisas para mensurar tal economia, é sabido que os custos de mídias nas emissoras de rádio e televisão são elevados e que o convênio MEC & ABERT proporciona ao MEC, uma economia estimada de no mínimo o valor da verba de publicidade executada, ou seja, em torno de 30 milhões de reais.

2.4.2.2 - Eficácia

A execução da ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública foi determinada pela dimensão ao maior número de pessoas possível com o propósito de dar-lhes conhecimento dos Programas de Governo. Na área da educação, houve grande participação do público, atingindo um número significativo de domicílios. Os resultados são importantes em razão do retorno de cada programa e/ou ação. Assim, podemos concluir a eficácia dos investimentos de publicidade. Assim, citamos alguns casos para melhor compreensão: I) O PRONATEC visa: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica. A campanha pretende divulgar o programa e mobilizar os interessados a se inscreverem.. II) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) mede o

desempenho dos estudantes matriculados no último ano do ensino médio e dos demais egressos deste nível de ensino, tem a sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. A campanha visou orientar sobre as etapas para realização do ENEM 2013. III) Controle Social na Educação - Por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o MEC oferece aos estados e municípios brasileiros programas que atendem a todas as necessidades e condições para uma educação pública de qualidade. Os recursos federais são repassados aos municípios, que, ao aderirem às ações do PDE, assumem a tarefa de aplicá-los corretamente e de cumprir as metas de qualidade para a educação pública brasileira, medidas por meio do IDEB. O objetivo desta campanha foi informar, conscientizar e mobilizar a população para que conheçam os programas e ações do MEC e acompanhem de perto a sua execução; cobrando dos seus estados e municípios a aplicação dos recursos empreendidos nas ações de melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

2.4.2.3 - Efetividade

O esforço de comunicação das campanhas de utilidade pública realizadas em 2013 pode ser atestado pela estimativa de números de domicílios atingidos em cada campanha que foi muito significativo.

As campanhas de publicidade de utilidade pública são planejadas para atender o maior número de pessoas possível e de forma mais rápida. Para tal utilizou-se especialmente a mídia, paga e gratuita, em diferentes veículos de comunicação como rádio, televisão, internet, revistas, jornais, bustv etc. O Ministério da Educação possui um convênio com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT que tem por objeto a reserva de espaço para divulgação, de forma gratuita, de mensagens institucionais do MEC, de utilidade pública e relacionadas a alfabetização, educação básica, educação profissional e tecnológica, educação superior, educação especial e outras matérias de exclusivo interesse da educação nacional. Desta forma, utilizou-se o convênio MEC/ABERT, veiculando vários filmes 60" e 30" e spots de 60" e 30", durante todos os meses do exercício. Para complementar e reforçar o atingimento do objetivo em cada campanha, utilizou-se ainda de veiculação de vários anúncios com inserções em jornais, revistas, rádios, internet, bustv, entre outros.

Esses esforços possibilitaram que o público alvo fosse atingido em grande escala com o maior impacto e com resultados efetivos, garantindo a sociedade brasileira o conhecimento e a participação efetiva nas ações e programas voltados para a melhoria da educação.

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Claudio Rezende Evaristo Carlos
Coordenador de Publicidade - ACS/GM/MEC

Agências:

Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda.

Escala Comunicação e Marketing Ltda.

Relatório Geral Analítico

AT	Campanha	Fornecedor	Descrição	Situação	Categoria	Valor
2013/01316	ATLETA NA ESCOLA	ABRIL RADIODIFUSÃO S/A	Veiculação de anúncio no site MTV: 500.000 inserções de island, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/03201	ATLETA NA ESCOLA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 60". ATLETA NA ESCOLA - 23123.001760/2013-76.	PAGO	FILME	1.195,99
2013/03202	ATLETA NA ESCOLA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - ATLETA NA ESCOLA - 23123.001760/2013-76.	PAGO	SPOT	260,45
2013/03203	ATLETA NA ESCOLA	MARGARIDA FLORES E FILMES (MAIS FILMES LTDA)	Produção de 1 filme com duração de 60". Inclui: captação em formato digital (1 diária), direção, áudio, legenda, edição, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - ATLETA NA ESCOLA - 23123.001760/2013-76.	PAGO	FILME	283.450,36
2013/03204	ATLETA NA ESCOLA	MARGARIDA FLORES E FILMES (MAIS FILMES LTDA)	Produção de 1 spot com duração de 60". Inclui: direção, áudio, masterização e finalização. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - ATLETA NA ESCOLA - 23123.001760/2013-76.	PAGO	SPOT	7.607,98
2013/03205	ATLETA NA ESCOLA	MARGARIDA FLORES E FILMES (MAIS FILMES LTDA)	1 taxa Ancine referente ao filme com duração de 60". Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos, sendo os direitos do filme por período de 12 meses a contar da data de registro. - ATLETA NA ESCOLA - 23123.001760/2013-76.	PAGO	FILME	3.570,00
2013/02911	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GUIA DO ESTUDANTE - 385.000 inserções de banner (DHTML/retângulo), no período de 1 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.985,78
2013/02912	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	ABRIL RADIODIFUSÃO S/A	Veiculação de anúncio no site MTV - 500.000 inserções de banner (super banner), no período de 1º a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/02917	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	ABZ DA COMUNICAÇÃO LTDA	Veiculação de anúncio na ALL TV - 105 inserções, filme de 60", em 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.546,00
2013/04002	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	ADNETWORK INTERNET ADVERTISING SOLUTIONS S.A	Contratação de Ad Server + Rich Media. Inclui 33.058.598 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; MSN; R7; Universia; Guia do Estudante; MTV; Vírgula; Crackle; Boo Box; Hptwords e Terra TV. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.002064/2013-87.	PAGO	AD SERVER	20.223,15
2013/00403	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	AUDIOVISUAL & CULTURA PRODUÇÕES LTDA - ME	Produção de 1 filme com duração de 60", sendo uma reedição da versão inicial. Inclui: edição, locução, legenda, finalização e cópias. Utilização nacional em TV aberta, TV fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos, pelo período de 6 meses. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000138/2013-41.	PAGO	FILME	28.464,04
2013/00404	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	AUDIOVISUAL & CULTURA PRODUÇÕES LTDA - ME	Produção de 1 spot com duração de 60", sendo uma reedição da versão inicial. Inclui: edição, locução, finalização e cópias. Utilização nacional em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos, pelo período de 6 meses. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000138/2013-41.	PAGO	SPOT	4.332,75
2013/04103	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	AUDIOVISUAL & CULTURA PRODUÇÕES LTDA - ME	Produção de nova versão de 1 filme de 60" (produção inicial realizada em 2011). Inclui: renovação dos direitos de utilização das imagens e voz, direção, nova locução, legenda, edição, finalização e cópias. Utilização nacional pelo período de 12 meses em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	PAGO	FILME	100.451,29
2013/04104	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	AUDIOVISUAL & CULTURA PRODUÇÕES LTDA - ME	Produção de nova versão de 1 spot de 60" (produção inicial realizada em 2011). Inclui: renovação dos direitos de voz, direção, nova locução, edição, finalização e cópias. Utilização nacional pelo período de 12 meses em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	PAGO	SPOT	3.351,75

2013/04105	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	AUDIOVISUAL & CULTURA PRODUÇÕES LTDA - ME	Taxa Ancine referente a 1 filme de 60". Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, evento e circuitos internos, sendo os direitos do filme por período de 12 meses a contar da data de registro. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	PAGO	FILME	3.570,00
2013M00316	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BAHIA OUTDOOR SERVIÇOS LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/BA, 57.120 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.640,00
2013/02915	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BOO-BOX APLICATIVOS PARA INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site BOO BOX - 25.677 inserções de banner (super banner+retângulo), no período de 1º a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.236,80
2013M00309	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP, 71.400 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	48.450,00
2013M00311	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação na TV em ônibus BUSTV/RJ: 107.100 inserções de comercial de 30" (14 dias/jan). - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	64.125,00
2013M00313	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/DF, 71.400 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	74.100,00
2013M00308	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BUS MÍDIA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP, 105.000 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	35.910,00
2013M00320	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	BUSTV CEARA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/CE, 35.700 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.525,00
2013M00318	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	CV MÍDIAS DIGITAIS SA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RS (CANAL VOCÊ), 72.800 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.743,60
2013M00323	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	DMS PUBLICIDADE MÍDIA INTERATIVA LTDA	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/RJ (capital), nas linhas: 1 e 2, 1.950 inserções, VT de 30", no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	60.206,25
2013M00314	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	DS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA - LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/DF (MOBTV), 29.700 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	15.800,40
2013/02908	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio no site FACEBOOK - 35.000.000 inserções de banner (standard ad), no período de 24 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.252,48
2013/02909	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio no site FACEBOOK - 35.000.000 inserções de banner (standard ad), no período de 1 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.252,50
2013/03103	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	FOTOFORUM AUDIO E FOTO LTDA - ME	Reutilização de 1 foto com uma mulher em estúdio e alfinetes de mapa em 3D. Sistema para tratamento e finalização da imagem com a aplicação de mais 3 alfinetes no mapa. Utilização nacional em internet, anúncio para jornal e revista, mídias alternativas, pelo período de 6 meses contados a partir de 28/06/2013 quando se encerra o último contrato de renovação. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.001602/2013-16.	APROVADO	FOTO	5.595,07
2013M00315	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	GLOBAL MÍDIAS REPRESENTAÇÕES LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/DF (GLOBAL), 32.400 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	10.465,20
2013M00304	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM, 10.925.000 inserções, floating/retângulo médio, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	56.506,00
2013/02904	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM - 3.782.000 inserções de banner (retângulo médio/floating), no período de 20 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	68.499,75
2013M00321	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/SP (TV MINUTO), nas linhas: Verde, Vermelha e Azul, 1.300 inserções, VT de 30", no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	306.774,00
2013/02916	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	HOTWORDS INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	Veiculação de anúncio no site HOTWORDS - 20.500 inserções de banner (arroba), no período de 1 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.022,00
2013/02903	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG - 1.850.000 inserções de banner (retângulo expansível), no período de 20 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	67.663,75
2013M00303	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	INTERNET GROUP DO BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site IG, 1.400.000 inserções, half banner/super banner/retângulo, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	51.205,00
2013/03101	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização (1 + 4 adaptações = 50%) de 1 anúncio de revista no formato página simples. Sendo: 20,5x27,5cm; 21x30cm; 20,5x26,5cm; 22,5x27,5cm; 23x41,5cm. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.001602/2013-16.	APROVADO	ANÚNCIO	1.498,28
2013/03102	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização (1 + 9 adaptações = 50%) de 1 anúncio de jornal no formato de 1/2 página. Sendo: 29,7x26cm; 25x17,4cm; 24,5x19cm; 28,5x26cm; 26x20cm; 26,1x17,1cm; 25,5x23,9cm; 26,1x17,2cm; 25x20cm; 25,5x20cm. APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.001602/2013-16.	APROVADO	ANÚNCIO	1.716,86

2013/00301	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (1) e adaptação (22, distribuídas em 7 sites) de peças de internet, sendo: 8 super banners; 9 retângulos; 1 half page; 2 half banners; 2 islands e 1 floating. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000076/2013-77.	PAGO	BANNER	11.080,80
2013/00303	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 30" para utilização em OOH. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000076/2013-77.	PAGO	FILME	1.195,99
2013/00401	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de 1 filme com duração de 60". - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000138/2013-41	PAGO	FILME	598,00
2013/00402	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de 1 spot com duração de 60". - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000138/2013-41	PAGO	SPOT	130,23
2013/04001	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (1) e adaptação (33) de peças de internet (ref. banner), sendo: 11 retângulos; 9 super banners; 1 half; 2 retângulos expansíveis; 1 floating; 3 LREC; 2 islands; 2 arrobos; 1 DHTML; 1 box; 1 Terra TV. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.002064/2013-87.	PAGO	BANNER	16.159,50
2013/04101	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação) de nova versão de 1 filme com duração de 60". - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	PAGO	FILME	598,00
2013/04102	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação) de nova versão de 1 spot com duração de 60". - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	PAGO	SPOT	130,22
2013/02906	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN - 3.761.160 inserções de banner (retângulo), no período de 20 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	APROVADO	VEICULAÇÃO	63.835,26
2013M00307	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN, 2.000.000 inserções, half banner/retângulo, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	23.942,38
2013M00312	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	ON+BUS PROMOÇÕES PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RJ (ON BUS), 249.600 inserções, VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	28.816,66
2013M00305	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7, 1.120.000 inserções, super banner/island, no período de 4 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	35.112,00
2013/02907	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7 - 2.150.000 inserções de banner (island), no período de 27 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	67.075,94
2013/00302	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	REALMEDIA LATIN AMERICA PUBLICIDADE ON LINE LTDA	Contratação de Ad Server + Rich Media. Inclui 25.015.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; R7; Yahoo; MSN. - APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - 23123.000076/2013-77.	PAGO	AD SERVER	14.734,52
2013M00317	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RS, 35.700 inserções, , VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.525,00
2013/02914	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	SONY PICTURES RELEASING O BRASIL, INC.	Veiculação de anúncio no site CRACKLE - 1.250.000 inserções de banner (super banner/box banner), no período de 1 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/02902	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA - 2.880.000 inserções de banner (super+retângulo top+bottom/super+retângulo+half), no período de 20 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	APROVADO	VEICULAÇÃO	38.041,56
2013M00302	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA, 1.740.000 inserções, super/retângulo/half page, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	66.326,63
2013M00322	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/SP (TV TERRA), na linha amarela, 365.040 inserções, VT de 30", no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	23.773,75
2013/02918	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de filme de 60" na TV TERRA (INTERNET) - 400.000 inserções, vt de 60", utilização skip com 5", uma diária no dia 12/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	22.566,30
2013M00310	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	TVO PUBLICIDADE S/A	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP (TVO), 75.600 inserções, , VT de 30seg, 14 dias em janeiro de 2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	28.364,29
2013/02910	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	UNIVERSIA BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site UNIVERSIA - 582.791 inserções de banner (super banner/banner arroba), no período de 01 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.867,29
2013M00301	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL, 5.200.000 inserções, super banner, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	60.762,00
2013/02901	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL - 5.800.000 inserções de banner (retângulo/super banner), no período de 25 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	65.893,05
2013/02913	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	VIRGULA S/A	Veiculação de anúncio no site VIRGULA - 1.100.000 inserções de banner (super banner/retângulo), no período de 1 a 15/07/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.255,70
2013M00306	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO, 2.630.000 inserções, retângulo, no período de 2 a 14/01/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES - 23123.000075/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	41.575,04

2013/02905	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - CAPES	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO - 4.617.647 inserções de banner (LREC), no período de 21 a 30/06/2013 - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 23123.002061/2013-43.	APROVADO	VEICULAÇÃO	27.939,50
2013/02502	CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA	DUDA COVETT FOTOGRAFIA	Produção de 3 imagens finais, sendo: 1 foto com uma mulher negra (25 anos) em uma biblioteca; 1 foto com um homem (25 anos) em uma indústria; e 1 foto com uma jovem (18 anos) em um laboratório. Inclui sistema para fusão e tratamento das imagens. Utilização nacional e internacional free, pelo período de 12 meses. - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA - 23123.001727/2013-46.	PAGO	FOTO	29.416,58
2013/03502	CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA	LATIN STOCK BRASIL PRODUÇÕES LTDA.	Cessão de direitos para utilização de 3 imagens - 85369999 (turbina); 57062917 (tubos de ensaio) e 117314188 (tubulação), do banco de imagens Latin Stock, royalty free, por período indeterminado, veiculação nacional e internacional. - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA - 23123.001726/2013-00.	PAGO	IMAGEM	2.125,50
2013/02501	CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 3 banners, formato final para impressão 3x2m. - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA - 23123.001727/2013-46.	PAGO	BANNER	783,39
2013/03501	CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 3 banners no formato 12x4m cada. - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - NAFSA - 23123.001726/2013-00.	PAGO	BANNER	783,38
2013M00101	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	ARMAZÉM EVENTOS E PUBLICIDADE S/S LTDA	Veiculação de anúncio na revista ESTADOS E MUNICÍPIOS, 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO	98.733,50
2013/01105	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.770,58
2013/01121	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Veiculação de anúncio no jornal HOJE EM DIA/, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	20.378,93
2013/01114	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO PARANAENSE/PR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 7/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.359,06
2013/01104	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.635,80
2013/01113	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	Veiculação de anúncio no jornal GAZETA DO POVO/PR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 7/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	15.133,50
2013/01109	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA JORNAL DE BRASILIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DE BRASÍLIA/DF, 1 inserção, formato rouba página, no dia 7/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.124,41
2013/01103	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DO COMMERCIO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 8/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	31.077,54
2013/01116	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA O DIA S/A	Veiculação de anúncio no jornal O DIA/RJ, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.269,18
2013M00104	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA SEGMENTO LTDA	Veiculação de anúncio na revista ESCOLA PÚBLICA, 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO	76.562,40
2013/01107	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EDITORA VERDES MARES LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO NORDESTE/CE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	33.734,50
2013/01102	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S/A	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.873,27
2013/01101	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EMPRESA EDITORA A TARDE S/A	Veiculação de anúncio no jornal A TARDE/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 8/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.848,53
2013/01117	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE SÃO PAULO/SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	126.027,00
2013/01111	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DO POVO/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 08/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	26.475,31
2013M00105	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	HUMANA EDITORIAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista GESTÃO EDUCACIONAL (Especial Prefeitos e Gestores), 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO	25.602,50
2013/01115	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no jornal O GLOBO/RJ, 1 inserção, formato rouba página, no dia 7/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	123.353,70
2013/01112	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	JORNAL O SUL LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O SUL/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 8/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.783,96
2013/00101	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Finalização de 1 anúncio para revista (1 + 3 adaptações) no formato página dupla, sendo: 42x28cm; 40,4x26,6cm; 41x27,5cm; 41x26,7cm. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000105/2013-09.	PAGO	ANÚNCIO REVISTA	1.228,43
2013/00102	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Finalização de 5 anúncios para revista (5 + 15 adaptações) no formato página simples, sendo: 21x28cm (3 revistas); 20,2x26,6cm; 20,5x27,5cm; 20,5x26,7cm. - CONTROLE SOCIAL NA	PAGO	ANÚNCIO REVISTA	4.740,85

EDUCAÇÃO - 23123.000105/2013-09.					
2013/01201	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Finalização (1 + 8 adaptações) de 1 anúncio de jornal no formato de 2/3 página sendo: 24,6x40cm; 24,5x20cm; 26x35,5cm; 26,1x35cm; 25,5x35cm; 25x38cm; 20,8x35cm; 26,1x36cm; 25,5x37,5cm. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO. - 23123.001171/2013-98.	PAGO	ANÚNCIO/JORNAL 1.787,80
2013M00102	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	QUARTET PROPAGANDA S/S LTDA	Veiculação de anúncio na revista PREFEITOS E VICES, 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO 163.091,25
2013/01110	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	Veiculação de anúncio no jornal ZERO HORA/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 8/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 29.344,12
2013/01108	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	S/A CORREIO BRAZILIENSE	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO BRAZILIENSE/DF, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 32.832,00
2013/01119	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	S/A ESTADO DE MINAS	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DE MINAS/MG, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 41.619,50
2013/01118	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	S/A O ESTADO DE S. PAULO	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DE SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 8/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 134.508,60
2013/01106	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	SEMPRE EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O TEMPO/MG, 1 inserção, formato uma página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 51.089,88
2013/01120	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	SEMPRE EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O TEMPO/, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/03/2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.001170/2013-43.	PAGO	VEICULAÇÃO 51.089,88
2013M00106	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	TRIBAL MÍDIA COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	Veiculação de anúncio na revista PREFEITOS E GOVERNANTES, 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO 86.355,00
2013M00103	CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	WSCOM NORDESTE MÍDIA LTDA	Veiculação de anúncio na revista NORDESTE, 1 inserção, (1 pg dupla + 5 pg simples), em janeiro de 2013. - CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO - 23123.000107/2013-90.	PAGO	VEICULAÇÃO 64.495,50
2013/04303	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	FILMES MAIS LTDA	Produção de 1 filme com duração de 60", incluindo: direção, captação digital, áudio, edição, legenda, finalização e cópias. Veiculação nacional, pelo período de 12 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - EDUCAÇÃO E IGUALDADE - 2013.002488/2013-41.	PAGO	FILME 380.291,35
2013/04304	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	FILMES MAIS LTDA	Produção de 1 spot com duração de 60", incluindo: direção, áudio, edição, finalização e cópias. Veiculação nacional, pelo período de 12 meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - EDUCAÇÃO E IGUALDADE - 2013.002488/2013-41.	PAGO	SPOT 7.586,40
2013/04305	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	FILMES MAIS LTDA	Taxa Ancine referente ao filme de 60". Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos, sendo os direitos do filme por período de 12 meses a contar da data de registro. - EDUCAÇÃO E IGUALDADE - 2013.002488/2013-41.	PAGO	FILME 3.570,00
2013/04301	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 60". - EDUCAÇÃO E IGUALDADE - 2013.002488/2013-41.	PAGO	FILME 1.195,99
2013/04302	EDUCAÇÃO E IGUALDADE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - EDUCAÇÃO E IGUALDADE - 2013.002488/2013-41.	PAGO	SPOT 260,45
2013/068	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Livreto (criação e finalização) para divulgação das ações e políticas específicas sobre a formação de professores indígenas, 232 páginas - FORMAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	APROVADO	LIVRETO 53.633,40
2013/02801	EMP. BRAS. DE SERV. HOSPIT. EBSERH	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Refinização (50%) de 1 manual de identidade visual com 81 aplicações (inclusão da marca do Governo Federal). - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH - 23123.001563/2013-57.	PAGO	MANUAL 3.291,14
201370	ENEM	AUNICA LTDA	Contratação de servidor de AdServer para os banners de internet do plano de mídia. Previsão de 18.192.000 impressões - ENEM	APROVADO	AD SERVER 5.093,76
20130671	ENEM	Brokolis do Brasil Edição e Finalização Ltda.	Produção de um filme 60 seg. - ENEM	APROVADO	FILME 383.058,70
20130674	ENEM	Brokolis do Brasil Edição e Finalização Ltda.	Taxa Condecine de filme 60seg. - ENEM	APROVADO	FILME 3.570,00
2013701	ENEM	EDPZ	Programação em Flash dos banners propostos no plano de mídia da campanha. A campanha divide-se em três temas, com três layouts diferentes para cada um. Total de 36 peças, sendo 33 retângulos médios e 3 half pages - ENEM	APROVADO	FLASH DHTML 7.380,00
20130673	ENEM	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Criação de um filme 60seg., um jingle 60seg. e três spots 30seg. cada - ENEM	APROVADO	FILME E SPOT 2.992,43
2013069	ENEM	R. FAISSAL FOTOGRAFIAS E ARTES LTDA	Direitos de uso de 1 imagem já produzida da atriz Manu Gavassi, pelo período de 6 meses, para utilização em web, revistas, materiais impressos (cartilha, folder e cartazes), jornal, revista e mídia exterior. - ENEM	APROVADO	FOTO 8.000,00
20130672	ENEM	Shuffle Produção de Audio e Vídeo Ltda.	Produção de um jingle 60seg, três spots 30seg cada e reutilização/adaptação de trilha 60seg. - ENEM	APROVADO	SPOT 53.922,30

2013/03301	ENEM	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 vídeo com duração de até 8'. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002122/2013-72.	PAGO	VÍDEO	4.178,02
2013/03801	ENEM	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão do vídeo "Coordenadores" com duração de até 20'. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002125/2013-14.	PAGO	VÍDEO	5.222,52
2013/03901	ENEM	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão do vídeo "Aplicadores" com duração de até 20'. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002127/2013-03.	PAGO	VÍDEO	5.222,52
2013/03302	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Produção de 1 vídeo com duração de até 8'. Inclui: captação em formato digital (2 diárias), direção, interprete de libras, apresentador, áudio, legenda, edição, finalização e cópias. Utilização nacional em internet, eventos e circuitos internos, pelo período de 12 meses. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002122/2013-72.	PAGO	VÍDEO	76.300,00
2013/03303	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	1 taxa Ancine referente a um vídeo de até 8'. Veiculação nacional em internet, eventos e circuitos internos, sendo os direitos do vídeo por período de 1 ano a contar da data de registro. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002122/2013-72.	PAGO	VÍDEO	240,00
2013/03802	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Produção de nova versão do vídeo "Coordenadores" com duração de até 20'. Inclui: direção, captação de imagens, locução, legenda, finalização e cópias. Utilização nacional pelo período de 12 meses. Obs: o cachê da apresentadora cujo contrato venceu em setembro/2013 foi renovado por mais 9 meses a partir desta data para fechar os 12 meses em junho/2014. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002125/2013-14.	PAGO	VÍDEO	47.278,75
2013/03803	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Taxa Ancine referente a vídeo com duração de até 20'. Veiculação nacional pelo período de 12 meses em internet e circuitos internos a contar da data de registro. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002125/2013-14.	PAGO	VÍDEO	100,00
2013/03902	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Produção de nova versão do vídeo "Aplicadores" com duração de até 20'. Inclui: direção, captação de imagens, locução, legenda, finalização e cópias. Utilização nacional por período indeterminado em circuitos internos e até 5 anos em internet. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002127/2013-03.	PAGO	VÍDEO	69.651,00
2013/03903	ENEM	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Taxa Ancine referente a vídeo com duração de até 20'. Veiculação nacional por período indeterminado em circuitos internos e até 5 anos em internet. - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - 23123.002127/2013-03.	PAGO	VÍDEO	100,00
2013/00702	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	CARA DE CÃO FILMES LTDA	Produção de 1 vídeo com duração de até 3' a partir da edição de imagens de vídeo anteriormente produzido. Inclui: edição, finalização, computação, locução, trilha, legenda e cópias. Utilização nacional, pelo período de um ano, em eventos e circuitos internos. Por não ter veiculação, não está sendo cobrado nenhum custo referente a cessão de direitos para reutilização das imagens. - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR- 23123.000563/2013-30	PAGO	VÍDEO	66.879,93
2013/00701	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 vídeo com duração de até 3'. - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR- 23123.000563/2013-30	PAGO	VÍDEO	1.566,75
2013/01310	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GUIA DO ESTUDANTE: 385.000 inserções de retângulo e DHTML, no período de 25/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.985,78
2013/01315	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GUIA DO ESTUDANTE: 770.000 inserções DHTML, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.985,78
2013/01311	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	ABRIL RADIODIFUSÃO S/A	Veiculação de anúncio no site MTV: 500.000 inserções de island, no período de 26/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/01314	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	BOO-BOX APLICATIVOS PARA INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site BOO-BOX: 21.000 inserções de super banner e retângulo, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.563,07
2013/01320	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	BOO-BOX APLICATIVOS PARA INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site BOO-BOX: 9.389 inserções de super banner e retângulo, no período de 27/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.422,08
2013/01308	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio no site FACEBOOK: 12.900.00 inserções de like ad, no período de 26/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.666,80
2013/01329	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio no site FACEBOOK: 12.900.000 inserções de like ad, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	INTERNET	16.666,80
2013/01304	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM: 1.025.000 inserções de retângulo médio, no período de 27/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	26.778,13
2013/01328	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM: 1.025.000 inserções de retângulo médio, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	INTERNET	26.778,13
2013/01315	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	HOTWORDS INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	Veiculação de anúncio no site HOTWORDS: 20.500 inserções de arroba, no período de 25/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.022,00
2013/01324	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	HOTWORDS INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	Veiculação de anúncio no site HOTWORDS: 20.500 inserções de arroba, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS -	PAGO	INTERNET	14.022,00

			2013.001061/2013-26.			
2013/01303	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG: 600.000 inserções de retângulo, no período de 25/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.945,00
2013/01321	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG: 600.000 inserções de retângulo, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	INTERNET	21.945,00
2013/01801	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (1) e adaptação (18) de peças de internet (ref. banner) sendo: 7 retângulos; 2 islands; 2 arrobos; 1 box banner; 2 retângulos médios; 4 super banners e 1 HTML. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 23123.001062/2013-71.	PAGO	BANNER	9.234,00
2013/01306	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN: 1.700.000 inserções de retângulo, no período de 25/03 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	APROVADO	VEICULAÇÃO	35.093,95
2013/01307	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7: 785.000 inserções de island, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.609,75
2013/01327	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7: 785.000 inserções de island, no período de 27/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	INTERNET	24.609,75
2013/01802	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	REALMEDIA LATIN AMERICA PUBLICIDADE ON LINE LTDA	Contratação de Ad Server + Rich Media. Inclui 22.543.000 impressões para os sites: UOL, Terra, IG, Globo.com, Yahoo, MSN, R7, Universia, Guia do Estudante, MTV, Vírgula, Crackle, Boo Box e Hotwords. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 23123.001062/2013-71	PAGO	AD SERVER	14.878,38
2013/01313	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	SONY PICTURES RELEASING O BRASIL, INC.	Veiculação de anúncio no site CRACKLE: 1.250.000 inserções de super banner e box banner, no período de 01 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/01322	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	SONY PICTURES RELEASING O BRASIL, INC.	Veiculação de anúncio no site CRACKLE: 1.250.000 inserções de super banner e box banner, no período de 25 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.250,00
2013/01302	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA: 825.000 inserções de retângulo médio, no período de 27/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	25.158,38
2013/01317	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA: 825.000 inserções de retângulo médio, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	25.158,38
2013/01309	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSIA BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site UNIVERSIA: 582.791 inserções de super banner e banner arroba, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.867,29
2013/01325	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSIA BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site UNIVERSIA: 537.209 inserções de super banner e banner arroba, no período de 26/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	INTERNET	13.784,71
2013/01301	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL: 2.118.082 inserções de retângulo, no período de 01/04 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26. Veiculação de anúncio no site UOL: 4.400.000 inserções de retângulo, no período de 25/03 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.749,79
2013/01312	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site VÍRGULA: 600.869 inserções de retângulo e super banner, no período de 01 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26. Veiculação de anúncio no site VÍRGULA: 2.200.000 inserções de retângulo e super banner, no período de 25/03 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.255,70
2013/01323	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site VÍRGULA: 600.000 inserções de retângulo e super banner, no período de 27 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.255,70
2013/01326	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL: 2. 200.000 inserções de retângulo, no período de 26/03 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	25.707,00
2013/01319	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	YAHOO - YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA.	Veiculação de anúncio no site YAHOO: 1.138.406 inserções de retângulo, no período de 27 a 31/03/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.995,93
2013/01305	INGLÊS SEM FRONTEIRAS	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO: 1.146.588 inserções de retângulo, no período de 01 a 07/04/2013. - INGLÊS SEM FRONTEIRAS - 2013.001061/2013-26.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.125,26
2013/01901	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 60". - MAIS CULTURA NAS ESCOLAS - 23123.001319/2013-94.	PAGO	FILME	1.195,98
2013/01902	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - MAIS CULTURA NAS ESCOLAS - 23123.001319/2013-94.	PAGO	SPOT	260,46
2013/01903	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Produção de 1 filme de 60" baseado na versão original de vídeo de 5' (produzido em parceria com a SECOM para o MinC). Inclui: edição de imagens, direção, edição, locução, trilha, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - MAIS CULTURA NAS ESCOLAS - 23123.001319/2013-94.	PAGO	FILME	43.600,00

2013/01904	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	Produção de 1 spot de 60". Inclui: locução, trilha, masterização e finalização. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - MAIS CULTURA NAS ESCOLAS - 23123.001319/2013-94.	PAGO	SPOT	7.848,00
2013/01905	MAIS CULTURA NAS ESCOLAS	TV1 EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PRODUÇÃO LTDA	1 taxa Ancine referente ao filme de 60". Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - MAIS CULTURA NAS ESCOLAS - 23123.001319/2013-94.	PAGO	FILME	3.570,00
2013/02701	MAIS EDUCAÇÃO	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de filme com duração de 60". - MAIS EDUCAÇÃO - MAIS EDUCAÇÃO - 23123.001562/2013-11.	PAGO	FILME	598,00
2013/02702	MAIS EDUCAÇÃO	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de spot com duração de 60". - MAIS EDUCAÇÃO - MAIS EDUCAÇÃO - 23123.001562/2013-11.	PAGO	SPOT	130,22
2013/02703	MAIS EDUCAÇÃO	URSO FILMES (AL FILMES LTDA)	Produção de novas versões de filme e spot de 60" cada. Inclui: edição, cópias, renovação dos direitos. Utilização nacional pelo período de 1 ano a contar da data da 1ª veiculação que deverá ocorrer em até 30 dias após a entrega. Filme - em TV aberta e fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. Spot - em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - MAIS EDUCAÇÃO - 23123.001562/2013-11.	PAGO	FILME E SPOT	48.592,20
2013/02704	MAIS EDUCAÇÃO	URSO FILMES (AL FILMES LTDA)	1 taxa Ancine referente ao filme de 60". Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos, sendo os direitos do filme por período de 12 meses a contar da data de registro. - MAIS EDUCAÇÃO - 23123.001562/2013-11.	PAGO	FILME	3.570,00
2013/04902	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	ATHALIA GRÁFICA E EDITORA LTDA	Produção de 1200 livretos com 156 páginas (4 capa e 152 miolo) no formato aberto de 30,6x21cm e fechado de 14,8x21cm. Impresso em 4x4 cores, a capa em papel couche fosco 230g e o miolo em papel off-set 120g. Acabamento de laminação BOPP fosca total (capa) e lombada quadrada com cola PUR. - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	APROVADO	LIVRETO	9.836,16
2013/04901	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Finalização de livreto com 156 páginas (ref. folheto). - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	APROVADO	LIVRETO	20.564,54
2013/05002	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Finalização de livreto com 24 páginas (ref. folheto). - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	APROVADO	LIVRETO	3.163,78
2013/05001	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Criação de livreto com 24 páginas (ref. folheto). - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	APROVADO	LIVRETO	4.748,64
2013/05003	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	GRAVOMATIC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Produção de 500 livretos com 24 páginas no formato aberto de 42x29,7cm e fechado de 21x29,7cm. Impresso em 4x4 cores, a capa em papel couche fosco 230g e o miolo em papel couche fosco 115g. Acabamento de laminação BOPP fosca na frente (capa), vinco, dobra, alceado, refilado e grampeado. - MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	APROVADO	LIVRETO	3.150,10
2013/02403	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	AKULA MOTION LTDA	Produção de 2 filmes, sendo 1 versão, com duração de 30" cada. Inclui: direção, concepts, story board, cenários, animação 2D, preview da animação, colorização, áudio, finalização e cópias. Utilização nacional pelo período de 12 meses em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS/OBMEP - 23123.001349/2013-09.	PAGO	FILME	101.915,00
2013/02404	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	AKULA MOTION LTDA	Produção de 2 spots, sendo 1 versão, com duração de 30" cada. Inclui: direção, áudio, finalização e mixagem. Utilização nacional pelo período de 12 meses em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS/OBMEP - 23123.001349/2013-09.	PAGO	SPOT	13.080,00
2013/02405	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	AKULA MOTION LTDA	1 taxa Ancine referente ao filme de 30" + versão. Veiculação nacional pelo período de 12 meses em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS/OBMEP - 23123.001349/2013-09.	PAGO	FILME	3.570,00
2013/00601	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de 1 filme com duração de 60". - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - 9ª OBMEP - 23123.000562/2013-95.	PAGO	FILME	598,00
2013/00602	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação = 50%) de nova versão de 1 spot com duração de 60". - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - 9ª OBMEP - 23123.000562/2013-95.	PAGO	SPOT	130,23
2013/02401	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 2 filmes de 30" cada. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS/OBMEP - 23123.001349/2013-09.	PAGO	FILME	1.793,98
2013/02402	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 2 spots de 30" cada. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS/OBMEP - 23123.001349/2013-09.	PAGO	SPOT	352,42
2013/00603	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	URSO FILMES (AL FILMES LTDA)	Produção de novas versões de 1 filme e 1 spot de 60" cada, sendo reedição da versão 'Cocal dos Alves', cuja produção inicial foi realizada em 2011. Inclui: direitos autorais para reutilização, nova locução, edição, legenda e cópias. Utilização nacional, pelo período de 1 ano, em TV aberta,	PAGO	FILME E SPOT	51.465,33

			fechada, internet, cinema, mídias alternativas, rádio, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - 9ª OBMEP - 23123.000562/2013-95.			
2013/00604	OLIMPIADA BRAS. DE MATEMÁTICA DAS ESC. PÚBLICAS - 9ª OBMEP	URSO FILMES (AL FILMES LTDA)	1 taxa Ancine referente a 1 filme com duração de 60". Utilização nacional, pelo período de 1 ano, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - OLIMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - 9ª OBMEP - 23123.000562/2013-95.	PAGO	FILME	3.570,00
2013016090	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista Ana Maria, 1 inserção, pág. simples, em 02/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	26.077,50
2013016091	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista Minha Novela, 1 inserção, pág. simples, em 03/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.477,50
2013016092	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista TITITI, 1 inserção, pág. simples, em 03/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	19.712,50
2013016093	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista Viva Mais, 1 inserção, pág. simples, em 03/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.640,00
2013016094	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista Sou + Eu, 1 inserção, pág. simples, em 04/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.292,50
2013016031	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ANOTE - EMPRESA NORTE RIOGRANDENSE DE CONTEUDO EDITORIAL LTDA	Veiculação de anúncio no jornal NOVO JORNAL/RN, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.406,54
2013016102	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP, em 300 ônibus na praça de São Paulo, 214.200 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	163.590,00
2013016105	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RJ, em 200 ônibus na praça do Rio de Janeiro, 142.800 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	96.216,00
2013016108	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/DF, em 165 ônibus na praça de Brasília, 117.810 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	68.797,58
2013016111	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/BA, em 90 ônibus na praça de Salvador, 64.260 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	37.528,80
2013016115	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BRASIBUS TV PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/PE, em 50 ônibus na praça de Recife, 35.700 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	20.850,60
2013016104	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BUS MÍDIA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP, em 185 ônibus na praça de São Paulo, 189.000 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 15 a 30/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	53.865,00
2013016114	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BUSTV CEARA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/CE, em 50 ônibus na praça de Fortaleza, 38.250 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	20.850,60
2013/02103	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	CARA DE CÃO FILMES LTDA	Produção de 2 filmes de 60" cada. Inclui: captação em formato digital (quatro diárias), direção, áudio, atores, figuração, locação, legenda, edição, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. - 23123.001174/2013-21.	PAGO	FILME	482.128,80
2013/02104	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	CARA DE CÃO FILMES LTDA	Produção de 1 spot de 60". Inclui: direção, áudio, masterização e finalização. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. - 23123.001174/2013-21.	PAGO	SPOT	14.911,20
2013/02105	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	CARA DE CÃO FILMES LTDA	2 taxas Ancine referente a 2 filmes de 60" cada. Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. - 23123.001174/2013-21.	PAGO	FILME	7.140,00
2013016024	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	COMERCIAL ASA BRANCA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O DEBATE/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.535,62
2013016060	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL CORREIO DO ESTADO S/A	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DO ESTADO/MS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.575,84
2013016113	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	CV MÍDIAS DIGITAIS SA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RS, em 200 ônibus na praça de Porto Alegre, 117.000 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	35.456,85

2013016044	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DELTA PUBLICIDADE S/A	Veiculação de anúncio no jornal AMAZONIA/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.003,67
2013016057	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DE CUIABÁ/M, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.808,75
2013016016	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.770,58
2013016042	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DIÁRIOS DO PARÁ LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO PARÁ/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	26.149,23
2013016118	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DMS PUBLICIDADE MÍDIA INTERATIVA LTDA	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/RJ, na praça do Rio de Janeiro, em plataformas, 6.000 inserções, comercial de 15", mídia OOH, no período de 16 a 30/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	92.625,00
2013016109	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA - LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/DF, em 75 ônibus na praça de Brasília, 105.250 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	53.865,00
2013016009	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	DUBLE EDITORIAL LTDA - EPP	Veiculação de anúncio no site CONJUR, 350.000 inserções, no período de 1 a 15/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	13.765,50
2013016077	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Veiculação de anúncio no jornal HOJE EM DIA/MG, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.546,00
2013016095	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ALTO ALTRAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista Malú, 1 inserção, pág. simples, em 04/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.107,50
2013016096	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ALTO ALTRAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista Guia da TV, 1 inserção, pág. simples, em 04/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.207,50
2013016097	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ALTO ALTRAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista Super Novelas, 1 inserção, pág. simples, em 08/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	11.742,00
2013016037	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ANA CASSIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO AMAZONAS/AM, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.600,63
2013016079	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA CONFIANÇA LTDA	Veiculação de anúncio na revista Carta Fundamental, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	51.773,10
2013016078	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA CONFIANÇA LTDA	Veiculação de anúncio na revista Carta na Escola, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	111.674,40
2013016066	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO PARANAENSE/PR, 1 inserção, formato 1 página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.630,88
2013016056	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA DE JORNAIS LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O HOJE/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.914,72
2013016050	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DA AMAZÔNIA/RO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.104,00
2013016098	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ESCALA LTDA	Veiculação de anúncio na revista Conta Mais, 1 inserção, pág. simples, em 24/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
2013016099	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ESCALA LTDA	Veiculação de anúncio na revista 7 Dias com Você, 1 inserção, pág. simples, em 24/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
2013016101	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA ESCALA LTDA	Veiculação de anúncio na revista TV Brasil, 1 inserção, pág. simples, em 03/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
2013016015	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.635,80
2013016065	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	Veiculação de anúncio no jornal GAZETA DO POVO/PR, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.188,00
2013016053	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA JORNAL DE BRASÍLIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DE BRASÍLIA/DF, 1 inserção, formato 1 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.124,41
2013016014	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA JORNAL DO COMMERÇIO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DO COMMERÇIO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA -	PAGO	VEICULAÇÃO	31.077,54

2013016068	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA.	Veiculação de anúncio no jornal NOTÍCIAS DO DIA/SC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.586,00
2013016070	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA O DIA S/A	Veiculação de anúncio no jornal O DIA/RJ, 1 inserção, formato 1/2 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.269,18
2013016082	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA SEGMENTO LTDA	Veiculação de anúncio na revista Língua Portuguesa, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	71.620,50
2013016083	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA SEGMENTO LTDA	Veiculação de anúncio na revista Educação, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	71.620,50
2013016086	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA SEGMENTO LTDA	Veiculação de anúncio na revista Escola Pública, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	71.620,50
2013016018	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EDITORA VERDES MARES LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO NORDESTE/CE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	33.734,50
2013016013	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S/A	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	35.859,21
2013016038	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A CRÍTICA/AM, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	15.525,32
2013016012	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA EDITORA A TARDE S/A	Veiculação de anúncio no jornal A TARDE/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.848,53
2013016071	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE SÃO PAULO/SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	126.027,00
2013016020	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA GRÁFICA JORNAL DA CIDADE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DA CIDADE/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.607,25
2013016063	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DO POVO/RS, 1 inserção, formato 1 página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	28.570,06
2013016017	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S/A	Veiculação de anúncio no jornal O POVO/CE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	22.648,38
2013016027	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA O DIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O DIA/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.538,88
2013016035	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EMPRESA O RIO BRANCO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O RIO BRANCO/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	2.913,84
2013016087	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	EXCLUSIVA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio na revista Direcional Educador, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.087,68
2013/01706	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	FOTOFORUM AUDIO E FOTO LTDA - ME	Produção de 4 imagens finais (cinco fotos), sendo: 3 fotos de crianças (uma por foto) em ambiente escolar; 1 foto com 2 professores e 3 alunos; e 1 foto da fachada de uma escola pública para fusão em sistema com a foto dos professores. Utilização nacional, pelo período de 12 meses, free. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	FOTO	18.958,39
2013016010	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	Veiculação de anúncio no site NOVA ESCOLA, 250.000 inserções, no período de 1 a 15/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.300,00
2013016080	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	Veiculação de anúncio na revista Nova Escola, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	190.950,00
2013016081	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	Veiculação de anúncio na revista Nova Escola Gestão Escolar, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	72.105,00
2013016045	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	G. P. PRODUÇÕES E MARKETING LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE BOA VISTA/RR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	10.537,88
2013016032	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	GAZETA DE ALAGOAS LTDA	Veiculação de anúncio no jornal GAZETA DE ALAGOAS/AL, 1 inserção, formato 1/2 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.261,21

2013016110	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	GLOBAL MÍDIAS REPRESENTAÇÕES LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/BA, em 45 ônibus na praça de Bahia, 151.200 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	28.728,00
2013016004	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM, 3.770.000 inserções, no período de 15 a 30/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	68.186,25
2013016026	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	GRÁFICA E EDITORA DO POVO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO POVO/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.037,67
2013016088	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	GRUPO EDITORIAL DA BAHIA LTDA	Veiculação de anúncio na revista Educação Infantil (abril), 3 pág. simples + pág. dupla simples - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	54.583,20
2013016116	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/SP, nas linhas: Verde, Vermelha e Azul na praça de São Paulo, 1.200 inserções, comercial de 15", mídia OOH, no período de 01 a 15/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	302.841,00
2013016084	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	HUMANA EDITORIAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista Gestão Educacional, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.147,00
2013016085	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	HUMANA EDITORIAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista Profissão Mestre, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	25.935,00
2013016089	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA LTDA	Veiculação de anúncio na revista Projetos Escolares Infantil, 1 inserção, 3 pág. simples + pág. dupla simples, abril/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	78.318,00
2013016003	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG, 1.700.000 inserções, no período de 15 a 29/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	62.177,50
2013016019	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	INDÚSTRIA GRÁFICA TRIBUNA DE ARACAJU LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DE SERGIPE/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.130,19
2013016069	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no jornal O GLOBO/RJ, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	123.353,70
2013016047	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	J. CÂMARA & IRMÃOS S/A	Veiculação de anúncio no jornal DO TOCANTINS/TO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.616,49
2013016055	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	J. CÂMARA & IRMÃOS S/A	Veiculação de anúncio no jornal O POPULAR/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	19.102,60
2013016059	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL A GAZETA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/MT, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.301,28
2013016034	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL A TRIBUNA (AC)	Veiculação de anúncio no jornal A TRIBUNA/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	3.260,40
2013016028	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL CORREIO DA PARAÍBA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DA PARAÍBA/PB, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.859,60
2013016029	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL DA PARAIBA	Veiculação de anúncio no jornal DA PARAÍBA/PB, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.814,38
2013016054	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DA MANHÃ/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.765,74
2013016021	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL DO DIA EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA	Veiculação de anúncio no jornal DO DIA/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.544,98
2013016041	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL DO DIA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DO DIA/AP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.431,43
2013016051	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL O ESTADÃO	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADÃO/RO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.322,50
2013016043	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL O LIBERAL (PA)	Veiculação de anúncio no jornal O LIBERAL/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.375,40
2013016064	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL O SUL LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O SUL/RS, 1 inserção, formato 1 página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.783,96
2013016046	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL RORAIMA HOJE	Veiculação de anúncio no jornal RORAIMA HOJE/RR, 1 inserção, formato 1 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.447,40

2013016030	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL TRIBUNA DO NORTE (PR)	Veiculação de anúncio no jornal TRIBUNA DO NORTE/RN, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.067,75
2013/00801	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação) de uma nova versão de 1 filme com duração de 60". - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.000984/2013-81.	PAGO	FILME	597,99
2013/00802	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação) de uma nova versão de 1 spot com duração de 60". - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.000984/2013-81.	PAGO	SPOT	130,23
2013/01701	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 3 anúncios para revista (3 + 4 adaptações de cada) no formato de página simples, sendo: 20,2x26,6cm; 20,5x27,5cm; 20,5x26,7cm; 22x27,5cm; 22,5x27,5cm. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	ANÚNCIO REVISTA	4.494,84
2013/01702	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 1 anúncio para revista (1 + 3 adaptações) no formato de página dupla, sendo: 40,4x26,6cm; 41x27,5cm; 41x26,7cm; 44x27,5cm. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	ANÚNCIO REVISTA	1.699,66
2013/01703	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 1 anúncio para jornal (1 + 22 adaptações) no formato de 2/3 de página, sendo: 24,6x40cm; 24,5x20cm; 24,6x42cm; 20,9x40cm; 24,5x30cm; 25,6x38cm; 25x35cm; 27x38cm; 23,25x40cm; 23,6x40cm; 22,7x40cm; 24,7x33cm; 24,5x40cm; 30x40cm; 26x35,5cm; 26,4x39cm; 26,1x35cm; 26,1x36cm; 25,5x35cm; 24,8x33,5cm; 27,4x37,5cm; 25x38cm; 25,5x37,5cm. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	ANÚNCIO/JORNAL	4.727,74
2013/01704	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 30" para utilização em mídia DOOH. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	FILME	1.195,99
2013/01705	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e adaptação (24) de peças de internet, sendo: 7 retângulos; 2 retângulos médios; 2 islands; 3 LREC; 1 arropa; 1 banner; 2 retângulos expansíveis; 1 floating; 1 half banner; 1 retângulo top; 1 bottom e 3 super banners. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	BANNER	12.004,20
2013/02101	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 2 filmes com duração de 60" cada. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001174/2013-21.	PAGO	FILME	2.391,97
2013/02102	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001174/2013-21.	PAGO	SPOT	260,46
2013016036	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	M SOARES DANTAS - ME	Veiculação de anúncio no jornal PÁGINA 20/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.040,67
2013016040	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	M. F. PICANÇO - ME	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/AP, 1 inserção, formato 1 página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.156,67
2013016011	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	MEGAMÍDIA PUBLICIDADE, COMUNICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Veiculação de anúncio no RÁDIO INDOOR, 542.625 inserções, spot de 30", em lojas e supermercados, cobertura nacional, no período de 1 a 15/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	168.150,00
2013016006	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN, 4.350.000 inserções, no período de 15 a 30/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	69.086,85
2013016107	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	BUS TV MOV TV	Veiculação de anúncio em BUSTV/RJ, em 250 ônibus na praça do Rio de Janeiro, 67.500 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	41.426,79
2013016074	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A TRIBUNA/ES, 1 inserção, formato 1 página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.179,49
2013016022	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DO MARANHÃO/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	16.625,00
2013016023	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL O IMPARCIAL (MA)	Veiculação de anúncio no jornal O IMPARCIAL/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.977,28
2013016106	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	ON+BUS PROMOÇÕES PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RJ, em 300 ônibus na praça do Rio de Janeiro, 288.000 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	71.250,00
2013016049	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	PROMOTION EDITORA EVENTOS PROMOÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA	Veiculação de anúncio no jornal STYLO/TO, 1 inserção, formato 1 página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.881,20
2013016061	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	QUALIDADE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/MS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 25/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.128,85

2013/00803	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	QUIMERA FILMES LTDA	Produção de nova versão de 1 filme com duração de 60", sendo uma reedição da versão inicial. Inclui: direção, nova locução, edição, legenda, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de 6 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos (não inclui taxa Ancine, pois o CRT da versão inicial ainda está válido). - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.000984/2013-81.	PAGO	FILME	39.708,70
2013/00804	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	QUIMERA FILMES LTDA	Produção de nova versão de 1 spot com duração de 60", incluindo: direção, nova locução, edição, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de 6 meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.000984/2013-81.	PAGO	SPOT	10.796,45
2013016007	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7, 2.000.000 inserções, no período de 1 a 15/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	62.700,00
2013016062	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	Veiculação de anúncio no jornal ZERO HORA/RS, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.344,12
2013016067	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO CATARINENSE/SC, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.014,79
2013/01707	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	REALMEDIA LATIN AMERICA PUBLICIDADE ON LINE LTDA	Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 26.650.000 impressões para os sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; MSN; R7; Jusbrasil; Conjur e Nova Escola. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001173/2013-87.	PAGO	AD SERVER	17.589,00
2013016100	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	REVISTA TV + NOVELAS	Veiculação de anúncio na revista TV + Novelas, 1 inserção, pág. simples, em 03/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.582,50
2013016073	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	S/A A GAZETA	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/ES, 1 inserção, formato 1 página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.420,35
2013016052	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	S/A CORREIO BRAZILIENSE	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO BRAZILIENSE/DF, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.832,00
2013016075	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	S/A ESTADO DE MINAS	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DE MINAS/MG, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	41.619,50
2013016072	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	S/A O ESTADO DE S. PAULO	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO/SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	134.508,60
2013016058	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	SB GRAFICA E EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DO ESTADO/MT, 1 inserção, formato 1 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.046,32
2013016076	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	SEMPRE EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O TEMPO/MG, 1 inserção, formato 1 página, no dia 11/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	51.089,88
2013016112	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio em BUSTV/RS, em 50 ônibus na praça de Porto Alegre, 35.700 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	20.850,60
2013016025	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	SISTEMA MEIO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal MEIO NORTE/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 18/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.521,77
2013016008	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	SITE JUS BRASIL	Veiculação de anúncio no site JUS BRASIL, 750.000 inserções, no período de 1 a 15/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	19.950,00
2013016039	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	TERRA EDITORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Veiculação de anúncio no jornal AMAZONAS EM TEMPO/AM, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.263,68
2013016002	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA, 2.830.000 inserções, no período de 15 a 30/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	65.775,63
2013016048	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	TOCANTINS EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal PRIMEIRA PÁGINA/TO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 07/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.953,40
2013016033	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE (AL)	Veiculação de anúncio no jornal TRIBUNA INDEPENDENTE/AL, 1 inserção, formato rouba página, no dia 04/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.238,52
2013016117	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	TV MINUTO BRASÍLIA S/A	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/DF, rotativo na praça de Brasília, 1.575 inserções, comercial de 30", mídia OOH, no período de 15 a 30/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	101.916,00

2013016103	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	TVO PUBLICIDADE S/A	Veiculação de anúncio em BUSTV/SP, em 300 ônibus na praça de São Paulo, 214.200 inserções, comercial de 30seg, mídia OOH, de 01 a 14/04/2013 - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	67.178,57
2013016001	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL, 4.758.767 inserções, no período de 15 a 30/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	54.202,44
2013016005	PACTO NAC. DE ALFAB. NA IDADE CERTA	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO, 332.943 inserções, no período de 15 a 30/04/2013. - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- 23123.001172/2013-32.	PAGO	VEICULAÇÃO	64.324,54
2013/02601	PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL	ATHALIA GRÁFICA E EDITORA LTDA	Produção de 6000 livretos com 52 páginas, no formato aberto de 36x18cm e fechado de 18x18cm. Com impressão a 4x4 cores sobre papel couchê fosco 150g. Acabamento canoa com dois grampos. Obs: criação realizada por meio da ação 2012/51. - PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL - 23123.001533/2013-41.	PAGO	LIVRETO	14.257,20
2013/03001	PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 vídeo com duração de até 5'. - PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS - 23123.001601/2013-71.	PAGO	VÍDEO	2.611,26
2013/03002	PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (50%) de 1 versão com duração de 2'45". - PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS - 23123.001601/2013-71.	PAGO	VÍDEO	783,38
2013/03003	PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS	OLHAR IMAGINÁRIO LTDA	Produção de 1 vídeo de até 5' com 1 versão de 2'45". Inclui: cessão de direitos para utilização das imagens captadas inicialmente para o documentário "Paulo Freire - Contemporâneo" produzido pela Olhar Imaginário, compra de outras imagens, direção, edição, áudio, finalização, legenda e cópias. Utilização nacional em internet e circuitos internos, pelo período de 1 ano. - PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS - 23123.001601/2013-71.	PAGO	VÍDEO	55.495,17
2013/03004	PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS	OLHAR IMAGINÁRIO LTDA	Taxa Ancine referente ao vídeo de até 5'. Veiculação nacional em internet e circuitos internos, sendo os direitos por período de 12 meses a contar da data de registro. - PAULO FREIRE - 50 ANOS DE ANGICOS - 23123.001601/2013-71.	PAGO	VÍDEO	240,00
2013/01004	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	GRAVOMATIC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Produção de 100 labels e 100 capas para DVD. Sendo label no formato de 12cm de diâmetro, impresso a 4/0 cor, sobre papel adesivo 190g; e capa no formato de 26,6x18,5cm, impressa a 4/0 cor, sobre papel couchê fosco 115g. - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE - 23123.000712/2013-61.	PAGO	LABEL	1.090,00
2013/01001	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 1 capa para DVD. - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE - 23123.000712/2013-61.	PAGO	CAPA	1.036,44
2013/01002	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 1 label para DVD. - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE - 23123.000712/2013-61.	PAGO	LABEL	357,11
2013/01003	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (58 páginas), adaptação (56 páginas) e finalização (114 páginas) de 1 livreto (ref. folheto). - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE - 23123.000712/2013-61.	PAGO	LIVRETO	29.670,39
2013/04201	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Finalização de 1 livreto com 108 páginas (ref. folheto). - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE - 23123.002374/2013-00.	PAGO	LIVRETO	13.182,48
2013/04601	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Finalização/adaptação de 1 fundo de palco (ref. back drop) no formato de 11x2,65m. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES	APROVADO	FUNDO DE PALCO	94,25
2013/01420	PROINFÂNCIA	ANOTE - EMPRESA NORTE RIOGRANDENSE DE CONTEUDO EDITORIAL LTDA	Veiculação de anúncio no jornal NOVO JORNAL/RN, 1 inserção, formato rouba página, no dia 29/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.406,54
2013/01502	PROINFÂNCIA	CAMERA CLARA PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS LTDA.	Produção de 1 imagem final sendo: 1 foto em creche com 4 alunos e 1 professora, e a confecção de 1 mosaico "tipo piso EVA" em 3D. Inclui sistema para fusão e tratamento das imagens. Utilização nacional, pelo período de 12 meses em meios free. - PROINFÂNCIA - 23123.001048/2013-77.	PAGO	IMAGEM	12.553,00
2013/01413	PROINFÂNCIA	COMERCIAL ASA BRANCA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O DEBATE/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.535,62
2013/01448	PROINFÂNCIA	JORNAL CORREIO DO ESTADO S/A	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DO ESTADO/MS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 20/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.575,84
2013/01432	PROINFÂNCIA	DELTA PUBLICIDADE S/A	Veiculação de anúncio no jornal AMAZONIA/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.003,65
2013/01433	PROINFÂNCIA	DELTA PUBLICIDADE S/A	Veiculação de anúncio no jornal O LIBERAL/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.375,40
2013/01442	PROINFÂNCIA	JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DA MANHÃ/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.765,74
2013/01445	PROINFÂNCIA	JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DE CUIABÁ/MT, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.808,75
2013/01405	PROINFÂNCIA	DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.770,58

2013/01431	PROINFÂNCIA	DIÁRIOS DO PARÁ LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO PARÁ/PA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	26.149,23
2013/01464	PROINFÂNCIA	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Veiculação de anúncio no jornal HOJE EM DIA/MG, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.546,00
2013/01426	PROINFÂNCIA	EDITORA ANA CASSIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO AMAZONAS/AM, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.600,63
2013/01454	PROINFÂNCIA	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO PARANAENSE/PR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.630,88
2013/01443	PROINFÂNCIA	EDITORA DE JORNALISMO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O HOJE/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.914,72
2013/01438	PROINFÂNCIA	EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DA AMAZÔNIA/RO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.031,04
2013/01404	PROINFÂNCIA	EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE PERNAMBUCO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	17.635,80
2013/01453	PROINFÂNCIA	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	Veiculação de anúncio no jornal GAZETA DO POVO/PR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.188,00
2013/01418	PROINFÂNCIA	EDITORA JORNAL DA PARAÍBA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DA PARAÍBA/PB, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.814,38
2013/01441	PROINFÂNCIA	EDITORA JORNAL DE BRASILIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DE BRASÍLIA/DF, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.124,41
2013/01403	PROINFÂNCIA	EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S/A	Veiculação de anúncio no jornal DO COMMERCIO/PE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	31.077,54
2013/01456	PROINFÂNCIA	EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA.	Veiculação de anúncio no jornal NOTÍCIAS DO DIA/SC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.586,00
2013/01458	PROINFÂNCIA	EDITORA O DIA S/A	Veiculação de anúncio no jornal O DIA/RJ, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.269,18
2013/01407	PROINFÂNCIA	EDITORA VERDES MARES LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO NORDESTE/CE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	33.734,50
2013/01402	PROINFÂNCIA	EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S/A	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	35.859,21
2013/01427	PROINFÂNCIA	EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A CRITICA/AM, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	15.525,32
2013/01401	PROINFÂNCIA	EMPRESA EDITORA A TARDE S/A	Veiculação de anúncio no jornal A TARDE/BA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.848,53
2013/01459	PROINFÂNCIA	EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE SÃO PAULO/SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	126.027,00
2013/01409	PROINFÂNCIA	EMPRESA GRÁFICA JORNAL DA CIDADE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DA CIDADE/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.607,25
2013/01451	PROINFÂNCIA	EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DO POVO/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	28.570,06
2013/01439	PROINFÂNCIA	EMPRESA JORNALÍSTICA O ESTADÃO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADÃO/RO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.322,50
2013/01406	PROINFÂNCIA	EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S/A	Veiculação de anúncio no jornal O POVO/CE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	22.647,92
2013/01416	PROINFÂNCIA	EMPRESA O DIA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O DIA/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.538,88
2013/01412	PROINFÂNCIA	EMPRESA PACOTILHA S/A	Veiculação de anúncio no jornal O IMPARCIAL/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.973,63
2013/04401	PROINFÂNCIA	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Finalização/adaptação de 1 fundo de palco (ref. back drop) no formato de 12x3m. PROINFÂNCIA	APROVADO	FUNDO DE PALCO	94,25
2013/01434	PROINFÂNCIA	G. P. PRODUÇÕES E MARKETING LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DE BOA VISTA/RR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	10.537,88
2013/01421	PROINFÂNCIA	GAZETA DE ALAGOAS LTDA	Veiculação de anúncio no jornal GAZETA DE ALAGOAS/AL, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	11.261,21
2013/01415	PROINFÂNCIA	GRÁFICA E EDITORA DO POVO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO DO POVO/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.037,96
2013/01411	PROINFÂNCIA	GRÁFICA ESCOLAR S/A	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DO MARANHÃO/MA, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.625,00

2013/01408	PROINFÂNCIA	INDÚSTRIA GRÁFICA TRIBUNA DE ARACAJU LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DE SERGIPE/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.130,19
2013/01457	PROINFÂNCIA	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no jornal O GLOBO/RJ, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	123.353,70
2013/01436	PROINFÂNCIA	J. CÂMARA & IRMÃOS S/A	Veiculação de anúncio no jornal DO TOCANTINS/TO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.616,49
2013/01444	PROINFÂNCIA	J. CÂMARA & IRMÃOS S/A	Veiculação de anúncio no jornal O POPULAR/GO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	19.102,60
2013/01446	PROINFÂNCIA	JORNAL A GAZETA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/MT, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.301,28
2013/01423	PROINFÂNCIA	JORNAL A TRIBUNA (AC)	Veiculação de anúncio no jornal A TRIBUNA/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	3.260,40
2013/01417	PROINFÂNCIA	JORNAL CORREIO DA PARAIBA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO DA PARAIBA/PB, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	10.859,60
2013/01410	PROINFÂNCIA	JORNAL DO DIA EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA	Veiculação de anúncio no jornal DO DIA/SE, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.544,98
2013/01430	PROINFÂNCIA	JORNAL DO DIA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio no jornal DO DIA/AP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.431,43
2013/01452	PROINFÂNCIA	JORNAL O SUL LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O SUL/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.783,96
2013/01419	PROINFÂNCIA	JORNAL TRIBUNA DO NORTE - NATAL	Veiculação de anúncio no jornal TRIBUNA DO NORTE/RN, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.067,75
2013/00901	PROINFÂNCIA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (adaptação) de uma nova versão de 1 filme com duração de 60". - PROINFÂNCIA - 2013.000711/2013-16.	PAGO	FILME	598,00
2013/00902	PROINFÂNCIA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - PROINFÂNCIA - 2013.000711/2013-16.	PAGO	SPOT	234,94
2013/01501	PROINFÂNCIA	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização (1 + 21 adaptações) de 1 anúncio de jornal no formato 2/3 de página, sendo: 24,6x40cm; 23,6x40cm; 22,7x40cm; 24,5x20cm; 20,9x40cm; 25x35cm; 27x38cm; 30x41cm; 26x35,5cm; 26,4x39cm; 26,1x35cm; 26,1x36cm; 25,5x35cm; 24,8x33,5cm; 27,4x37,5cm; 24,6x42cm; 24,5x30cm; 25,6x38cm; 23,25x40cm; 24,7x33cm; 25,5x37,5cm e 25x38cm. - PROINFÂNCIA - 23123.001048/2013-77.	PAGO	ANÚNCIO/JORNAL	4.548,96
2013/01425	PROINFÂNCIA	M SOARES DANTAS - ME	Veiculação de anúncio no jornal PÁGINA 20/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.040,67
2013/01429	PROINFÂNCIA	M. F. PICANÇO - ME	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/AP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	5.156,67
2013/01462	PROINFÂNCIA	NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal A TRIBUNA/ES, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.179,44
2013/01424	PROINFÂNCIA	JORNAL O RIO BRANCO (AC)	Veiculação de anúncio no jornal O RIO BRANCO/AC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	2.913,84
2013/01437	PROINFÂNCIA	PROMOTION EDITORA EVENTOS PROMOÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA	Veiculação de anúncio no jornal STYLO/TO, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	7.881,20
2013/01449	PROINFÂNCIA	QUALIDADE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/MS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 27/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.128,85
2013/00903	PROINFÂNCIA	QUIMERA FILMES LTDA	Produção (reedição) de uma nova versão de 1 filme com duração de 60". Inclui: direção, nova locução, edição, legenda, finalização e cópias. Utilização nacional, pelo período de doze meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - PROINFÂNCIA - 2013.000711/2013-16.	PAGO	FILME	42.524,05
2013/00904	PROINFÂNCIA	QUIMERA FILMES LTDA	Produção de 1 spot com duração de 60". Inclui: direção, locução, masterização, mixagem e finalização. Utilização nacional, pelo período de doze meses, em rádio, internet, espera telefônica, eventos e circuitos internos. - PROINFÂNCIA - 2013.000711/2013-16.	PAGO	SPOT	13.840,44
2013/00905	PROINFÂNCIA	QUIMERA FILMES LTDA	Taxa Ancine referente ao filme de 60". Veiculação nacional, pelo período de 12 meses, em TV aberta, fechada, internet, cinema, mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - PROINFÂNCIA - 2013.000711/2013-16.	PAGO	FILME	3.570,00
2013/01450	PROINFÂNCIA	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	Veiculação de anúncio no jornal ZERO HORA/RS, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.344,12
2013/01455	PROINFÂNCIA	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	Veiculação de anúncio no jornal DIÁRIO CATARINENSE/SC, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.014,79
2013/01435	PROINFÂNCIA	RORAIMA HOJE (RR)	Veiculação de anúncio no jornal RORAIMA HOJE/RR, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.447,40

2013/01461	PROINFÂNCIA	S/A A GAZETA	Veiculação de anúncio no jornal A GAZETA/ES, 1 inserção, formato rouba página, no dia 22/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.420,35
2013/01440	PROINFÂNCIA	S/A CORREIO BRAZILIENSE	Veiculação de anúncio no jornal CORREIO BRAZILIENSE/DF, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.832,00
2013/01463	PROINFÂNCIA	S/A ESTADO DE MINAS	Veiculação de anúncio no jornal ESTADO DE MINAS/MG, 1 inserção, formato rouba página, no dia 21/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	41.619,50
2013/01460	PROINFÂNCIA	S/A O ESTADO DE S. PAULO	Veiculação de anúncio no jornal O ESTADO DE S. PAULO/SP, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	134.508,60
2013/01447	PROINFÂNCIA	SB GRAFICA E EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal FOLHA DO ESTADO/MT, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.046,31
2013/01465	PROINFÂNCIA	SEMPRE EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio no jornal O TEMPO/MG, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	51.089,88
2013/01414	PROINFÂNCIA	SISTEMA MEIO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	Veiculação de anúncio no jornal MEIO NORTE/PI, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	6.521,77
2013/01428	PROINFÂNCIA	TERRA EDITORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Veiculação de anúncio no jornal AMAZONAS EM TEMPO/AM, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.263,68
2013/01422	PROINFÂNCIA	JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE (AL)	Veiculação de anúncio no jornal TRIBUNA INDEPENDENTE/AL, 1 inserção, formato rouba página, no dia 28/03/2013. - PROINFÂNCIA - 23123.001047/2013-22.	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.238,52
2013048143	PRONATEC	JORNAL A CIDADE (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em A CIDADE/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.174,28
20130485	PRONATEC	JORNAL A GAZETA (AC)	Veiculação de anúncio de jornal em A GAZETA/AC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.273,30
201304818	PRONATEC	JORNAL A GAZETA (AP)	Veiculação de anúncio de jornal em A GAZETA/AP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.156,67
201304866	PRONATEC	JORNAL A GAZETA (MT)	Veiculação de anúncio de jornal em A GAZETA/MT (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	31.312,88
201304821	PRONATEC	JORNAL A TARDE (BA)	Veiculação de anúncio de jornal em A TARDE/BA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	52.229,16
201304838	PRONATEC	JORNAL A TRIBUNA (ES)	Veiculação de anúncio de jornal em A Tribuna/ES (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	31.459,08
2013048170	PRONATEC	JORNAL A TRIBUNA SP	Veiculação de anúncio de jornal em A TRIBUNA/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.356,08
201304871	PRONATEC	JORNAL A UNIÃO	Veiculação de anúncio de jornal em A UNIÃO/PB (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.612,10
2013048215	PRONATEC	BUSDOOR A13 LTDA	Veiculação de busdoor em Goiânia (40 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	45.144,00
2013/05702	PRONATEC	A9 AUDIO CINEMATOGRAFIA LTDA	Produção de 1 áudio-VT 30". Inclui: locução em SP, trilha composta, sound design, mixagem e finalizações de áudio. - PRONATEC	APROVADO	ÁUDIO	21.000,00
2013048198	PRONATEC	ABEMD ASSOC. BRAS. MARKETING DIRETO	Veiculação de anúncio na revista MARKETING DIRETO (uma inserção, mensal, dez. 2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.840,00
2013048181	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista VEJA (duas inserções em 11/12/2013 - página dupla e em 18/12/2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	414.675,00
2013048185	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista ANA MARIA (uma inserção, semanal, data de capa: 13/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	52.155,00
2013048196	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista VIVA MAIS (uma inserção, semanal, data de capa: 13/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	59.280,00
2013/02302	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista ANA MARIA, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 10/05/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	26.077,50
2013/02303	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista MINHA NOVELA, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 07/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	18.477,50
2013/02304	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista TITITI, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 07/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	19.712,50
2013/02305	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista VIVA MAIS, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 07/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.640,00
2013/02306	PRONATEC	ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio na revista SOU + EU, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 10/05/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.292,50
2013/02202	PRONATEC	ADMOTION SISTEMAS LTDA	Contratação de Ad Server + Rich Media. Inclui 14.870.000 impressões para os sites: UOL, Terra, IG, Globo.com, Yahoo, MSN e R7. - PRONATEC/SETEC - 23123.001438/2013-47.	PAGO	AD SERVER	9.607,00
2013048150	PRONATEC	JORNAL AGORA SÃO PAULO (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em AGORA SÃO PAULO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	72.535,01

201304832	PRONATEC	JORNAL Alô Brasília	Veiculação de anúncio de jornal em Alo Brasília/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.234,00
201304868	PRONATEC	JORNAL AMAZONIA	Veiculação de anúncio de jornal em AMAZONIA/PA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.124,92
2013048154	PRONATEC	AMS EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DE NOTÍCIAS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	27.974,23
2013048156	PRONATEC	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO COMÉRCIO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.279,71
2013048223	PRONATEC	ATIVA LTDA (RS)	Veiculação de busdoor em Porto Alegre (40 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.259,20
2013/066	PRONATEC	AUNICA LTDA	Contratação de serviço de Adserver para banners de internet. Volume total de 150.000.000 de impressões - PRONATEC	APROVADO	AD SERVER	42.000,00
2013048113	PRONATEC	JORNAL BRASIL DE FATO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em BRASIL DE FATO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.389,91
2013048151	PRONATEC	JORNAL BRASIL ECONÔMICO (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em BRASIL ECONÔMICO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	39.171,83
2013048205	PRONATEC	BUREAU DE MÍDIA SERVIÇOS E PROPAGANDA LTDA	Veiculação de busdoor em Belém (27 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.314,80
2013/02319	PRONATEC	BUREAU DE MÍDIA SERVIÇOS E PROPAGANDA LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/PA, em sanca, 50 inserções, no período de 06/06 a 05/07/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.803,75
2013/02314	PRONATEC	BUS MÍDIA PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/SP, em sanca, 400 inserções, durante 30 dias no mês 06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	121.600,00
2013/02316	PRONATEC	BUSDOOR A13 LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/GO, em sanca, 100 inserções, durante 30 dias no mês 05/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	APROVADO	VEICULAÇÃO	30.400,00
2013048178	PRONATEC	CARTA CAPITAL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.	Veiculação de anúncio na revista CARTA CAPITAL (duas inserções em 4/12/2013 - página dupla e em 11/12/2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	73.919,50
201304820	PRONATEC	CEDRO EDITORA GRÁFICA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DO ESTADO DA BAHIA/BA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.651,21
201304864	PRONATEC	CENPAR COMUNICAÇÃO S/C LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em MIDIAMAXDIARIO/MS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.038,80
201304847	PRONATEC	COMERCIAL ASA BRANCA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em O DEBATE/MA(veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.842,74
201304845	PRONATEC	COMERCIAL NORTE BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DE NOTÍCIAS/MA(veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.643,73
2013048209	PRONATEC	COMUNICAÇÃO FÁCIL LTDA	Veiculação de busdoor em Brasília (100 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	52.440,00
2013/02326	PRONATEC	CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/RJ, 4.500 inserções, comercial de ", durante 15 dias no mês de 05/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	APROVADO	VEICULAÇÃO	69.468,75
2013048229	PRONATEC	CONTATO ATENDIMENTO DE VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS LTDA	Veiculação de anúncio busdoor Recife - 15 dias, Contato. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	42.681,60
2013048112	PRONATEC	CONTEÚDO TOTAL EDITORA E COMUNICAÇÃO LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em RJSPORTS/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.304,62
2013048200	PRONATEC	CONTEXTO COMUNICAÇÃO GRÁFICA E SOCIAL EIRELI ME	Veiculação de anúncio na revista CONTEXTO SOCIAL (uma inserção, mensal, dez. 2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.515,05
201304897	PRONATEC	JORNAL CORPORATIVO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O FLUMINENSE/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.751,20
201304822	PRONATEC	JORNAL CORREIO DA BAHIA	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DA BAHIA/BA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	35.859,21
2013048136	PRONATEC	JORNAL CORREIO DE SERGIPE	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DE SERGIPE/SE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.226,23
201304860	PRONATEC	JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DE UBERLÂNDIA/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.671,92
201304862	PRONATEC	JORNAL CORREIO DO ESTADO S/A	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DO ESTADO/MS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.121,04
201304885	PRONATEC	JORNAL CORREIO PARANAENSE	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO PARANAENSE/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.589,67
2013048139	PRONATEC	JORNAL CORREIO POPULAR (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO POPULAR/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	45.082,44
2013048118	PRONATEC	JORNAL CORREIO POPULAR DE RONDONIA (RO)	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO POPULAR DE RONDÔNIA/RO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	2.713,20
2013048140	PRONATEC	DESTAK BRASIL EDITORA S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK CAMPINAS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.772,82

2013048146	PRONATEC	DESTAK BRASIL EDITORA S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK ABC/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.264,63
2013048153	PRONATEC	DESTAK BRASIL EDITORA S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK SP/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	36.751,81
201304876	PRONATEC	DESTAK BRASIL EDITORA S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK RECIFE/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.924,64
201304898	PRONATEC	DESTAK BRASIL EDITORA S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK RIO DE JANEIRO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.966,76
201304814	PRONATEC	DEZ MINUTOS (AM)	Veiculação de anúncio de jornal em DEZ MINUTOS/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.750,53
2013048214	PRONATEC	DI OMNIBUS	Veiculação de busdoor em Fortaleza (56 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	43.794,24
201304899	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO COMERCIAL (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO COMERCIAL/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.923,47
2013048119	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DA AMAZÔNIA (RO)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DA AMAZÔNIA/RO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.402,24
201304840	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DA MANHÃ/GO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	19.309,15
201304875	PRONATEC	DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A	Veiculação de anúncio de jornal em AQUI PE/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.270,26
201304878	PRONATEC	DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	33.962,10
2013048155	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DE SÃO PAULO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	30.407,13
201304815	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS (AM)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO AMAZONAS/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.600,63
201304852	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO MG	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO COMÉRCIO/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.832,95
2013048167	PRONATEC	DIÁRIO DO GRANDE ABC S/A	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO GRANDE ABC/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	28.632,24
201304869	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO PARÁ	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO PARÁ/PA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	40.401,03
201304881	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO POVO (PI)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO POVO/PI (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.419,23
2013048100	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO MERCANTIL (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO MERCANTIL/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.760,02
2013048231	PRONATEC	DMS PUBLICIDADE MÍDIA INTERATIVA LTDA	Veiculação de anúncio adesivação trem, Rio de Janeiro - 15 dias, DMS. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	88.920,00
2013/02329	PRONATEC	DMS PUBLICIDADE MÍDIA INTERATIVA LTDA	Veiculação de anúncio em Paineis na estação de Metrô/RJ (DMS Mídia), 60 inserções, comercial "durante 30 dias no mês 06/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	241.965,00
2013/02310	PRONATEC	EBR - EMPRESA BRASIL DE REVISTAS LTDA	Veiculação de anúncio na revista CONTA MAIS, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 12/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
2013/02311	PRONATEC	EBR - EMPRESA BRASIL DE REVISTAS LTDA	Veiculação de anúncio na revista 7 DIAS COM VC, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 12/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
2013/02312	PRONATEC	EBR - EMPRESA BRASIL DE REVISTAS LTDA	Veiculação de anúncio na revista TV NOVELAS, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 12/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.582,50
2013/02313	PRONATEC	EBR - EMPRESA BRASIL DE REVISTAS LTDA	Veiculação de anúncio na revista TV BRASIL, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 12/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	9.452,50
201304854	PRONATEC	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Veiculação de anúncio de jornal em HOJE EM DIA/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.546,00
2013/02307	PRONATEC	EDITORA ALTO ALTRAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista MALU, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 06/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	14.107,50
2013/02308	PRONATEC	EDITORA ALTO ALTRAL LTDA	Veiculação de anúncio na revista GUIA DA TV, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 06/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.207,50
201304841	PRONATEC	EDITORA DE JORNALISMO LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em Hoje/GO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.906,97
201304895	PRONATEC	EDITORA ESQUEMA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em A TRIBUNA/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.875,75
201304879	PRONATEC	EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DE PERNAMBUCO/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	30.240,21
201304886	PRONATEC	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	Veiculação de anúncio de jornal em GAZETA DO POVO/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	25.253,28
2013048179	PRONATEC	EDITORA GLOBO S/A	Veiculação de anúncio na revista ÉPOCA (duas inserções em 2/12/2013 - página dupla e em 9/12/2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	238.179,25

201304884	PRONATEC	EDITORA JORNAL DO ESTADO LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em BEM PARANÁ/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.761,80
2013048133	PRONATEC	EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em NOTÍCIAS DO DIA/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.586,00
2013048135	PRONATEC	EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em NOTÍCIAS DO DIA/Joenvile/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.771,43
2013048182	PRONATEC	EDITORA NOVO CONTINENTE S/A	Veiculação de anúncio na revista SUPERINTERESSANTE (uma inserção mensal em dez. 2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	116.470,00
201304890	PRONATEC	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA DO PARANÁ/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.373,40
2013/02323	PRONATEC	ELETROMÍDIA COMERCIAL LTDA.	Veiculação de anúncio em Painel Eletrônico, em SP, MG, BA, RS, PE, MT, GO, ES, SC e PR, 259.200 inserções, durante 30 dias no mês 06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	177.156,00
2013/02328	PRONATEC	ELETROMÍDIA COMERCIAL LTDA.	Veiculação de anúncio em Painel no Trem/SP (Eletromídia), 50 inserções, vinheta 10", durante 30 dias, no período de 08/06 a 07/07/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	121.410,00
201304811	PRONATEC	EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em A CRÍTICA/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.220,25
2013048124	PRONATEC	EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DO POVO/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	28.570,06
2013048145	PRONATEC	EMPRESA JORNALÍSTICA E EDITORIA TRIBUNA DE RIBEIRÃO PRETO	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.043,58
2013048128	PRONATEC	EMPRESA JORNALÍSTICA PAMPA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em O SUL/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.851,00
201304849	PRONATEC	EMPRESA PACOTILHA S/A	Veiculação de anúncio de jornal em O IMPARCIAL/MA(veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.857,31
2013/04501	PRONATEC	ESCALA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	Finalização/adaptação de 1 fundo de palco (ref. back drop) no formato de 12x3m. - PROINFÂNCIA	APROVADO	FUNDO DE PALCO	94,25
2013048101	PRONATEC	EXPRESSO DA INFORMAÇÃO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em EXPRESSO DA INFORMAÇÃO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.839,10
201304846	PRONATEC	JORNAL EXTRA (MA)	Veiculação de anúncio de jornal em EXTRA/MA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.181,54
2013048102	PRONATEC	JORNAL EXTRA (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em EXTRA/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	104.320,95
2013/03603	PRONATEC	FABRIKA FILMES LTDA	Produção de 2 filmes com duração de 60" cada, sendo: captação em formato digital (3 diárias), direção, áudio, legenda, edição, finalização, atores e cópias. Utilização nacional, pelo período de 12 meses a partir da data da primeira veiculação em TV aberta, fechada, internet, cinema e mídias alternativas, eventos e circuitos internos. - PRONATEC - 23123.002063/2013-32.	PAGO	FILME	426.190,00
2013/03604	PRONATEC	FABRIKA FILMES LTDA	Produção de 1 spot com duração de 60", sendo: direção, áudio, masterização e finalização. Utilização nacional, pelo período de 12 meses a partir da data da primeira veiculação em rádio, internet e espera telefônica, eventos e circuitos internos e cópias. - PRONATEC - 23123.002063/2013-32.	PAGO	SPOT	9.810,00
2013/03605	PRONATEC	FABRIKA FILMES LTDA	Taxas Ancine referente a 2 filmes com duração de 60" cada. Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, cinema e mídias alternativas, eventos e circuitos internos, sendo os direitos dos filmes por período de 12 meses a contar da data de registro. - PRONATEC - 23123.002063/2013-32.	PAGO	FILME	7.140,00
2013/02008	PRONATEC	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Veiculação de anúncio no site FACEBOOK, 25.800.000 inserções de like ad, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	33.333,60
201304893	PRONATEC	JORNAL FOLHA DA MANHÃ	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DA MANHÃ/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.434,19
2013048121	PRONATEC	JORNAL FOLHA DE BOA VISTA (RR)	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DE BOA VISTA/RR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	16.867,63
201304891	PRONATEC	JORNAL FOLHA DE LONDRINA	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DE LONDRINA/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	17.917,61
2013048158	PRONATEC	JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DE SÃO PAULO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	196.602,12
2013048103	PRONATEC	JORNAL FOLHA DIRIGIDA (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DIRIGIDA/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.059,28
201304867	PRONATEC	JORNAL FOLHA DO ESTADO (MT)	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DO ESTADO/MT (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.046,31
2013/02320	PRONATEC	FRONTTI VEICULO DE COMUNICAÇÃO S/A	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/MG, em sanca, 50 inserções, durante 30 dias no período de 01 a 30/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	24.795,00
201304861	PRONATEC	GAIA EDITORA GRÁFICA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO COMÉRCIO/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	1.732,19

2013/02004	PRONATEC	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM, 2.050.000 inserções de retângulo médio, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	53.556,25
2013048207	PRONATEC	GOL MINAS LTDA	Veiculação de busdoor em Belo Horizonte (1 unidade, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	736,44
2013048104	PRONATEC	GRAFICA E EDITORIA JORNAL DO COMÉRCIO S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO COMERCIO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	58.020,30
201304827	PRONATEC	GRÁFICA E EDITORIA WP LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em O Estado/CE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.296,50
201304850	PRONATEC	H. M. BÓRGEA & CIA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em O PEQUENO/MA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.021,91
2013048147	PRONATEC	JORNAL HOJE LIVRE (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em HOJE LIVRE/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	16.857,75
2013048131	PRONATEC	HORA DE SANTA CATARINA	Veiculação de anúncio de jornal em HORA DE SANTA CATARINA/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.479,60
201304863	PRONATEC	I3 EDITORA & COMUNICAÇÃO LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em IMPACTO MS/MS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.448,62
2013/02309	PRONATEC	IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA LTDA	Veiculação de anúncio na revista SUPER NOVELAS, 1 inserção, página simples, semanal, data de capa 10/06/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	11.742,00
2013048227	PRONATEC	IDEIA COMUNICAÇÃO VISUAL E COMERCIO LTDA	Veiculação de anúncio busdoor Porto Velho - 15 dias, Ideia Comunicação Visual. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.791,20
2013/056	PRONATEC	IES TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO LTDA.	Adesivagem de trem em Porto Alegre/RS - Pronatec	APROVADO	ADESIVO	36.000,00
2013/062	PRONATEC	IES TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO LTDA.	Produção em adesivo vinil, para busdoor, formatos diversos. Quantidade: 1.248 peças. Incluso entrega dos adesivos nas cidades programadas pela mídia - PRONATEC	APROVADO	BUSDOOR	132.448,98
2013048242	PRONATEC	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio banners, 3.400.000 impressões estimadas - dias 23 e 31, Portal IG. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	71.440,00
2013/02003	PRONATEC	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG, 1.200.000 inserções de retângulo, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	43.890,00
2013048114	PRONATEC	ILHA NOTÍCIAS EDITORIA JORNALÍSTICA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em ILHA NOTÍCIAS/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.864,98
2013/063	PRONATEC	IMPRESUL SERVIÇO GRÁFICO E EDITORA LTDA.	Pré-Impressão para Busdoor. Quantidade: 03 Modelos x 44 fechamentos = total 132 fechamentos de arquivo e envios e 06 provas, 4/0 cor, no formato A3 - PRONATEC	APROVADO	BUSDOOR	10.900,00
201304887	PRONATEC	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Veiculação de anúncio de jornal em INDÚSTRIA E COMERCIO/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.443,72
2013048132	PRONATEC	INFORME EDITORA JORNALÍSTICA LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em INFORME/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.468,60
2013048221	PRONATEC	INTERCOM LTDA	Veiculação de busdoor em Palmas (40 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	28.089,60
201304842	PRONATEC	J. CÂMARA & IRMÃOS S/A	Veiculação de anúncio de jornal em O POPULAR/GO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	30.431,98
201304877	PRONATEC	JDM JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DA MANHÃ/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.079,75
2013048134	PRONATEC	JORNAL A NOTÍCIA - SC	Veiculação de anúncio de jornal em A NOTÍCIA/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.593,74
201304825	PRONATEC	JORNAL AQUI	Veiculação de anúncio de jornal em Aqui CE/CE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.916,76
201304829	PRONATEC	JORNAL AQUI DF	Veiculação de anúncio de jornal em Aqui DF/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.778,80
201304843	PRONATEC	JORNAL AQUI MA	Veiculação de anúncio de jornal em AQUI MA/MA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.694,92
201304851	PRONATEC	JORNAL AQUI MG	Veiculação de anúncio de jornal em AQUI MG/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.959,00
201304844	PRONATEC	JORNAL ATOS E FATOS - SÃO LUÍS(MA)	Veiculação de anúncio de jornal em ATOS E FATOS/MA(veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.612,10
2013048166	PRONATEC	JORNAL BOM DIA GRANDE ABCD	Veiculação de anúncio de jornal em BOM DIA GRANDE ABCD/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.600,94
2013048174	PRONATEC	JORNAL BOM DIA SOROCABA	Veiculação de anúncio de jornal em BOM DIA SOROCABA/ITU/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	3.158,75
201304830	PRONATEC	JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	Veiculação de anúncio de jornal em Correio Brasileiro/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	51.217,92
201304872	PRONATEC	JORNAL CORREIO DA PARAIBA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em CORREIO DA PARAIBA/PB (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	17.266,77

201304873	PRONATEC	JORNAL CORREIO DA PARAIBA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em JA PARAIBA/PB (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.509,54
2013048175	PRONATEC	JORNAL CRUZEIRO DO SUL	Veiculação de anúncio de jornal em CRUZEIRO DO SUL/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.054,32
2013048137	PRONATEC	JORNAL DA CIDADE (SE)	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DA CIDADE/SE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.307,31
201304874	PRONATEC	JORNAL DA PARAIBA	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DA PARAIBA/PB (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.070,43
2013048176	PRONATEC	JORNAL DAQUI	Veiculação de anúncio de jornal em DAQUI/TO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.163,41
201304833	PRONATEC	JORNAL DE BRASÍLIA	Veiculação de anúncio de jornal em Jornal de Brasília/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.024,06
2013048115	PRONATEC	JORNAL DE HOJE (RN)	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DE HOJE/RN (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.112,80
201304892	PRONATEC	JORNAL DE LONDRINA	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DE LONDRINA/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.348,88
201304831	PRONATEC	Jornal Destak Brasília	Veiculação de anúncio de jornal em DESTAK BRASÍLIA/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.090,43
2013048130	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO CATARINENSE	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO CATARINENSE/SC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.936,60
2013048171	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO LITORAL	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO DO LITORAL/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.137,58
201304826	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE	Veiculação de anúncio de jornal em Diário do Nordeste/CE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	56.749,49
2013048125	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO GAUCHO/RS	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO GAUCHO/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.549,03
2013048168	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO REGIONAL	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO REGIONAL/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	23.581,59
201304858	PRONATEC	JORNAL DIÁRIO REGIONAL	Veiculação de anúncio de jornal em DIÁRIO REGIONAL/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.772,47
2013048126	PRONATEC	JORNAL DO COMÉRCIO (RS)	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO COMÉRCIO/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.122,15
201304880	PRONATEC	JORNAL DO COMMERCIO	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO COMMERCIO/PE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	48.480,96
201304816	PRONATEC	JORNAL DO COMMERCIO (AM)	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO COMMERCIO/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.229,30
201304819	PRONATEC	JORNAL DO DIA - AP	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO DIA/AP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.370,09
2013048138	PRONATEC	JORNAL DO DIA (SE)	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO DIA/SE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.053,98
201304888	PRONATEC	JORNAL DO ÔNIBUS	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO ÔNIBUS/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.705,56
2013048177	PRONATEC	JORNAL DO TOCANTINS/TO	Veiculação de anúncio de jornal em JORNAL DO TOCANTINS/TO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.881,73
2013048157	PRONATEC	JORNAL EMPRESAS E NEGÓCIOS LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em EMPRESAS E NEGÓCIOS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	16.954,08
2013048172	PRONATEC	JORNAL EXPRESSO POPULAR	Veiculação de anúncio de jornal em EXPRESSO POPULAR/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.219,48
2013048122	PRONATEC	JORNAL FOLHA DE CAXIAS	Veiculação de anúncio de jornal em FOLHA DE CAXIAS/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.156,00
2013048159	PRONATEC	JORNAL GAZETA SP LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em GAZETA SP/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.166,52
2013048165	PRONATEC	JORNAL LANCE (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em LANCE/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	17.589,23
201304839	PRONATEC	JORNAL NOTÍCIA AGORA - VITÓRIA(ES)	Veiculação de anúncio de jornal em Notícia Agora/ES (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.589,95
201304865	PRONATEC	JORNAL O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	Veiculação de anúncio de jornal em O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/MS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.441,01
201304870	PRONATEC	JORNAL O LIBERAL (PA)	Veiculação de anúncio de jornal em O LIBERAL/PA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	29.476,98
201304828	PRONATEC	JORNAL O POVO	Veiculação de anúncio de jornal em O Povo/CE (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	36.010,20
2013048123	PRONATEC	JORNAL PINHEIRO (RS)	Veiculação de anúncio de jornal em PIONEIRO/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.459,97
201304857	PRONATEC	JORNAL SUPER NOTÍCIAS (MG)	Veiculação de anúncio de jornal em SUPER NOTÍCIA/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	77.371,68

2013048129	PRONATEC	JORNAL ZERO HORA	Veiculação de anúncio de jornal em ZERO HORA/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	29.803,64
2013/05102	PRONATEC	LADO B LTDA	Produção de 5 spots 30". Inclui 1 áudio-VT de 60" com redução para 30" de duração, com 1 locução SP, trilha composta e sound design. Montagem de 5 spots 30", reutilizando a trilha do filme e locutor, incluindo 1 ator diferente para cada depoimento citado nos roteiros. Veiculação nacional em internet, rádio e PDV / 6 meses. - PRONATEC	APROVADO	SPOT	37.050,00
2013/02317	PRONATEC	LAMARCA 3 VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/SP, em sanca, 80 inserções, durante 30 dias no período de 06/06 a 05/07/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	21.014,00
2013048111	PRONATEC	JORNAL LANCE! (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em LANCE!/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.355,00
2013/02322	PRONATEC	LED WAVE PAINÉIS ELETRÔNICOS S/A	Veiculação de anúncio em Painel Eletrônico, em DF, GO, MS, SC, PE, MA, AL, PA, e RO, 118.800 inserções, durante 30 dias no mês 05/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	171.752,40
2013/05301	PRONATEC	LEOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Pré-impressão (film less) de anúncios de jornal em 4x0 cores. Montagem das imagens para os formatos dos anúncios, calibragem de cor e fechamento do arquivo, 6 provas e envios. Total de 64 fechamentos e 170 envios. - PRONATEC	APROVADO	ANÚNCIO/JORNAL	17.661,25
2013/05401	PRONATEC	LEOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Pré-impressão (film less) de anúncios de revista em 4x0 cores. Montagem das imagens para os formatos dos anúncios, calibragem de cor e fechamento do arquivo, 2 provas e entrega nas revistas em SP. Total de 16 fechamentos, sendo 12 no formato página dupla (40,4x26,6cm) e 4 página simples (20,2x26,6cm). - PRONATEC	APROVADO	ANÚNCIO REVISTA	10.184,63
2013/061	PRONATEC	LEOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Pré-impressão (filmless) adesivos p/vagão de trem - PRONATEC	APROVADO	ADESIVO	3.150,00
2013/065	PRONATEC	LEOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Pré-impressão (filmless) de anúncios de revista. Montagem das imagens para os formatos dos anúncios, calibragem de cor e fechamento do arquivo, provas (considerar 02 provas para cada fechamento) e entrega nas revistas. Quantidade: 17 fechamentos com entrega nas revistas em SP - PRONATEC	APROVADO	ANÚNCIO	9.613,36
2013/02201	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e adaptação (6) de peças de internet (ref. banner), sendo: 4 retângulos, 1 island e 2 retângulos médios. - PRONATEC/SETEC - 23123.001438/2013-47	PAGO	BANNER	3.693,60
2013/03401	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (3) e finalização (3 + 8 adaptações de cada motivo = 24) de mobiliário urbano nos formatos de: 80,5x30,5cm; 81x31cm; 82,7x32,7cm; 0,5x0,55m; 1,12x0,3m; 0,41x0,61m; 2,18x1,09m; 2,385x1,125m; 0,8x0,3m. - PRONATEC - 23123.002062/2013-98.	PAGO	MOBILIÁRIO URBANO	5.151,92
2013/03403	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (3) e finalização (3 + 4 adaptações = 50%) de 3 anúncios de revista no formato página simples sendo: 20,5x27,5cm (1 + 2); 20,2x26,6cm (1 + 2) e 22,5x27,5cm (1). - PRONATEC - 23123.002062/2013-98	PAGO	ANÚNCIO	2.977,77
2013/03404	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação e finalização de 1 cartaz no formato de 46x64cm. - PRONATEC - 23123.002062/2013-98.	PAGO	CARTAZ	923,00
2013/03601	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 2 filmes com duração de 60" cada. - PRONATEC - 23123.002063/2013-32.	PAGO	FILME	2.391,98
2013/03602	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 spot com duração de 60". - PRONATEC - 23123.002063/2013-32.	PAGO	SPOT	260,45
2013/03701	PRONATEC	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação de 1 filme com duração de 30" e adaptação para 15" (utilização em mídia OOH). - PRONATEC - 23123.002123/2013-17.	PAGO	FILME	1.793,98
2013/03405	PRONATEC	LUMINI FOTOGRAFIA PROFISSIONAL LTDA	Produção de 7 fotos finais sendo: 2 fotos de 1 homem (45-50 anos) em duas situações - casual com boné/chefe de cozinha; 2 fotos de 1 homem (25-30 anos) em duas situações - casual com fone/fábrica de bebida; 2 fotos com 1 jovem (20-25 anos) em duas situações - casual com óculos/jaleco em laboratório; e 1 foto de 1 mulher (25-30 anos) segurando 1 notebook. Inclui sistema para tratamento das imagens. Utilização nacional, pelo período de 12 meses em meios free. - PRONATEC - 23123.002062/2013-98.	PAGO	FOTO	33.500,00
2013048224	PRONATEC	BUSDOOR LZ LTDA	Veiculação de busdoor em Porto Alegre (40 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.259,20
2013048213	PRONATEC	MARCAS COMUNICAÇÃO VISUAL	Veiculação de busdoor em Fortaleza (44 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	34.409,76
201304817	PRONATEC	MASKATE (AM)	Veiculação de anúncio de jornal em MASKATE/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.402,94
201304823	PRONATEC	MASSA (BA)	Veiculação de anúncio de jornal em MASSA/BA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	19.100,56
2013/02301	PRONATEC	MEGAMÍDIA PUBLICIDADE, COMUNICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Veiculação de spot de 30" em rádio indoor (lojas e mercados - MEGAMÍDIA), 542.625 inserções, durante 15 dias (maio/2013). - PRONATEC	PAGO	VEICULAÇÃO	168.150,00
2013048105	PRONATEC	MEIA HORA (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em MEIA HORA/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.042,30

201304882	PRONATEC	MEIO NORTE (PI)	Veiculação de anúncio de jornal em MEIO NORTE/PI (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.173,72
201304834	PRONATEC	METRO (DF)	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	22.517,26
201304889	PRONATEC	METRO (PR)	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/PR (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.188,70
2013048110	PRONATEC	METRO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	47.076,67
2013048160	PRONATEC	METRO (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	62.100,99
2013048169	PRONATEC	METRO ABC	Veiculação de anúncio de jornal em METRO ABC/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.481,63
201304855	PRONATEC	METRO BH	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/MG(veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	27.423,27
2013048141	PRONATEC	METRO CAMPINAS (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em METRO CAMPINAS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	22.727,82
2013048127	PRONATEC	METRO JORNAL S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em METRO/RS (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	19.664,73
2013048161	PRONATEC	METRÔ NEWS	Veiculação de anúncio de jornal em METRÔ NEWS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.609,72
2013048173	PRONATEC	METRO SANTOS	Veiculação de anúncio de jornal em METRO SANTOS/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.640,95
2013/02006	PRONATEC	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN, 1.700.000 inserções de retângulo, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	35.093,95
2013048240	PRONATEC	MÍDIA IN BUS	Veiculação de anúncio busdoor, Vitória - 15 dias, Mídia in Bus. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.931,20
2013048238	PRONATEC	MÍDIA DEZ	Veiculação de anúncio busdoor, Salvador - 15 dias, Mídia dez. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	31.015,60
2013048162	PRONATEC	MONITOR EDITORA E GRÁFICA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em MONITOR MERCANTIL/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	26.540,84
2013048106	PRONATEC	MONITOR MERCANTIL (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em MONITOR MERCANTIL/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	22.379,39
2013/059	PRONATEC	MPV7 LTDA	Adesivagem de trem no Rio de Janeiro/RJ - Pronatec	APROVADO	ADESIVO	72.000,00
2013048241	PRONATEC	MULTISIGNS	Veiculação de anúncio busdoor, Vitória - 15 dias, Multisigns. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.931,20
2013048237	PRONATEC	MURAL MÍDIA EXTERIOR E SERVIÇOS LTDA.EPP	Veiculação de anúncio busdoor, Salvador - 15 dias, Mural. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	3.128,16
201304835	PRONATEC	JORNAL NA HORA H	Veiculação de anúncio de jornal em Na Hora H/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	16.977,45
2013/060	PRONATEC	NEOBAND SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI	Adesivagem de trem em São Paulo/SP - Pronatec	APROVADO	ADESIVO	16.990,00
2013048142	PRONATEC	JORNAL NOTÍCIA JÁ (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em NOTÍCIA JÁ/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.564,22
2013048116	PRONATEC	JORNAL NOVO JORNAL (RN)	Veiculação de anúncio de jornal em NOVO JORNAL/RN (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	11.554,21
201304883	PRONATEC	JORNAL O DIA (PI)	Veiculação de anúncio de jornal em O DIA/PI (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	8.641,03
2013048107	PRONATEC	JORNAL O DIA (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O DIA/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.269,18
201304894	PRONATEC	JORNAL O DIÁRIO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O DIÁRIO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.815,39
2013048144	PRONATEC	O DIÁRIO DE RIBEIRÃO PRETO LTDA.	Veiculação de anúncio de jornal em O DIÁRIO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.389,00
2013048120	PRONATEC	JORNAL O ESTADÃO (RO)	Veiculação de anúncio de jornal em O ESTADÃO/RO (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.422,60
2013048163	PRONATEC	JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	Veiculação de anúncio de jornal em O ESTADO DE SÃO PAULO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	209.833,42
201304848	PRONATEC	JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO	Veiculação de anúncio de jornal em O ESTADO DO MARANHÃO/MA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	29.847,48
201304896	PRONATEC	JORNAL O FLUMINENSE (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O FLUMINENSE/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.183,65
2013048108	PRONATEC	JORNAL O GLOBO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O GLOBO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	192.431,77
2013048109	PRONATEC	JORNAL O POVO (RJ)	Veiculação de anúncio de jornal em O POVO/RJ (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	26.705,64

20130487	PRONATEC	JORNAL O RIO BRANCO (AC)	Veiculação de anúncio de jornal em O RIO BRANCO/AC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.545,58
2013048148	PRONATEC	JORNAL O VALE (SP)	Veiculação de anúncio de jornal em O VALE/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.642,16
2013/05701	PRONATEC	O2 Pós-Produções Ltda.	Produção de 1 filme de 30". Inclui: 2 diárias de captação em SP, 1 taxa Condecine, produção, computação gráfica, finalização e cópias. Cessão de direitos para utilização em TV aberta, fechada, internet, PDV / 12 meses / nacional. - PRONATEC	APROVADO	FILME	457.200,00
20130488	PRONATEC	PÁGINA 20 (AC)	Veiculação de anúncio de jornal em PÁGINA 20/AC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	4.848,80
2013048152	PRONATEC	PANORAMA DIÁRIO COMERCIAL E PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em DCI/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	38.914,95
2013048211	PRONATEC	BUSDOOR PERSONALITÉ LTDA	Veiculação de busdoor em Cuiabá (50 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	35.112,00
2013/03402	PRONATEC	PIMENTA PRINT SOLUÇÕES GRÁFICAS	Produção de 1410 mobiliários urbanos, sendo: 50 und (80,5x30,5cm Belém); 80 und (80,5x30,5cm - RJ); 80 und (81x31cm - SP); 50 und (82,7x32,7cm - BH); 100 und (0,5x0,55m - SP); 150 und (1,12x0,30m - SP); 150 und (0,41 x 0,61m - SP); 20 und (2,18 x 1,09m - SP); 50 und (2,385 x 1,125m - SP); 80 und (0,8x0,3m - SP); 200 und (80,5 x 30,5 cm - RJ); 400 und (0,8x0,3m - SP). Obs: As quantidades apresentadas são exatas, porém foi considerado no orçamento os 10% de reposição de cada. - PRONATEC	PAGO	MOBILIÁRIO URBANO	45.880,00
2013/02318	PRONATEC	PLUREX PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/RJ, em sanca, 80 inserções, durante 30 dias, de 07/06 a 06/07/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	30.430,40
201304836	PRONATEC	POOL EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em O Coletivo/DF (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	10.003,13
2013048246	PRONATEC	PORTAL DE INTERNET GLOBO NACIONAL	Veiculação de anúncio banners, 7.150.000 impressões estimadas - dias 24, 30 e 31, Portal G1. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	82.293,75
2013048247	PRONATEC	PORTAL DE INTERNET GLOBO NACIONAL	Veiculação de anúncio banners, 7.902.000 impressões estimadas - dias 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 31, Portal Globo. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	109.254,75
2013048248	PRONATEC	PORTAL MSN NACIONAL SP	Veiculação de anúncio banners, 9.200.000 impressões estimadas - dias 23 e 31, Portal MSN. PRONATEC.2013048248	APROVADO	VEICULAÇÃO	143.964,90
2013048212	PRONATEC	PUBLICAR MARKETING PROPAGANDA LTDA.	Veiculação de busdoor em Florianópolis (50 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	36.480,00
2013/02321	PRONATEC	PUBLICIDADE EXIBIDORA LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/SP, em vidro traseiro/motorista, 100 inserções, durante 15 dias no mês 05/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	13.775,00
2013/02007	PRONATEC	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7, 1.570.000 inserções de island, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	49.219,50
2013048197	PRONATEC	REVISTA ABA	Veiculação de anúncio na revista ABA (uma inserção, mensal, data de capa: dez. 2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.725,63
2013048190	PRONATEC	REVISTA CONTA MAIS	Veiculação de anúncio na revista CONTA MAIS (uma inserção, semanal, data de capa: 11/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.905,00
2013048201	PRONATEC	REVISTA ESTAÇÃO AEROPORTO	Veiculação de anúncio na revista ESTAÇÃO AEROPORTO (uma inserção, mensal, dez. 2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.700,00
2013048184	PRONATEC	REVISTA GALILEU	Veiculação de anúncio na revista GALILEU (uma inserção mensal em dez. 2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	48.436,70
2013048189	PRONATEC	REVISTA GUIA DA TV	Veiculação de anúncio na revista GUIA DA TV (uma inserção, semanal, data de capa: 12/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	20.995,00
2013048180	PRONATEC	REVISTA ISTO É	Veiculação de anúncio na revista ISTO É (duas inserções em 11/12/2013 - página dupla e em 18/12/2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	130.302,00
2013048192	PRONATEC	REVISTA MALÚ	Veiculação de anúncio na revista MALU (uma inserção, semanal, data de capa: 12/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	25.555,00
2013048193	PRONATEC	REVISTA MINHA NOVELA	Veiculação de anúncio na revista MINHA NOVELA (uma inserção, semanal, data de capa: 13/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	36.955,00
2013048183	PRONATEC	REVISTA MUNDO ESTRANHO	Veiculação de anúncio na revista MUNDO ESTRANHO (uma inserção mensal em dez. 2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	27.550,00
2013048202	PRONATEC	REVISTA NORDESTE	Veiculação de anúncio na revista NORDESTE (uma inserção, mensal, dez. 2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.765,50
2013048203	PRONATEC	REVISTA PAINEL EMPRESARIAL	Veiculação de anúncio na revista PAINEL EMPRESARIAL (uma inserção, mensal, dez. 2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	31.920,00
2013048191	PRONATEC	REVISTA SETE DIAS COM VOCÊ	Veiculação de anúncio na revista SETE DIAS COM VOCÊ (uma inserção, semanal, data de capa: 11/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.905,00
2013048194	PRONATEC	REVISTA SOU MAIS EU	Veiculação de anúncio na revista SOU MAIS EU (uma inserção, semanal, data de capa: 12/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	32.585,00
2013048188	PRONATEC	REVISTA SUPER NOVELAS	Veiculação de anúncio na revista SUPERNOVELAS (uma inserção, semanal, data de capa: 16/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	23.484,00

2013048195	PRONATEC	REVISTA TITITI	Veiculação de anúncio na revista TI TI TI (uma inserção, semanal, data de capa: 13/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	39.425,00
2013048186	PRONATEC	REVISTA TV + NOVELAS	Veiculação de anúncio na revista TV NOVELAS (uma inserção, semanal, data de capa: 11/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	29.165,00
2013048187	PRONATEC	REVISTA TV BRASIL	Veiculação de anúncio na revista TV BRASIL (uma inserção, semanal, data de capa: 11/12/2013 - página dupla) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.905,00
2013/02315	PRONATEC	RIO BUSDOOR PUBLICIDADE LTDA	Veiculação de anúncio em BUSDOOR/RJ, em sanca, 200 inserções, durante 30 dias, no período de 07/06 a 07/07/2013 - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	76.000,00
2013048204	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de busdoor em Aracaju (50 unidades, 15 dias: 156 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.620,00
2013048216	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de busdoor em João Pessoa (50 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.620,00
2013048217	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de busdoor em Maceió (60 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	43.776,00
2013048220	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de busdoor em Natal (50 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.620,00
2013048228	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de anúncio busdoor Recife - 15 dias, Rota. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	64.022,40
2013048233	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de anúncio busdoor, São Luiz - 15 dias, Rota. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.620,00
2013048236	PRONATEC	ROTA PUBLICIDADE E COMERCIO LDTA ME	Veiculação de anúncio busdoor, Salvador - 15 dias, Rota. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	52.166,40
201304837	PRONATEC	S/A A GAZETA	Veiculação de anúncio de jornal em A GAZETA/ES (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.420,35
201304853	PRONATEC	S/A ESTADO DE MINAS	Veiculação de anúncio de jornal em ESTADO DE MINAS/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	67.423,59
201304856	PRONATEC	SEMPRE EDITORA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em O TEMPO/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	51.089,86
20130486	PRONATEC	SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em A TRIBUNA/AC (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	5.607,89
2013048	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio busdoor Rio Branco - 15 dias, Sinergy. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.620,00
2013048208	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de busdoor em Boa Vista (25 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	22.800,00
2013048219	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de busdoor em Manaus (10 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.820,40
2013048222	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de busdoor em Porto Alegre (35 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.204,40
2013048225	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anuncio em trem (adesivação de trem) em Porto Alegre (4 vagões por trem - todos os carros, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	12.568,50
2013048226	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio busdoor Porto Velho - 15 dias, Sinergy. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	7.448,00
2013048230	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio busdoor Rio Branco - 15 dias, Sinergy. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.620,00
2013048234	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio adesivação trem, São Paulo - 15 dias, Sinergy. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	77.414,81
2013048239	PRONATEC	SINERGY NOVAS MÍDIAS LTDA	Veiculação de anúncio busdoor, Teresina - 15 dias, Sinergy. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	37.620,00
201304824	PRONATEC	SITE EDITORA S/A	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA DA BAHIA/BA (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	36.004,55
201304859	PRONATEC	SOLAR COMUNICAÇÕES S/A.	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA DE MINAS/MG (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	14.204,80
2013048206	PRONATEC	SPAÇO VISUAL LTDA	Veiculação de busdoor em Belo Horizonte (36 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	24.131,52
2013/05201	PRONATEC	STUDIOME FOTOGRAFIA LTDA	Produção de 3 fotos (ref. indústria/saúde/hotelaria). Inclui pagamento de cachê de 3 modelos, 3 diárias, produção de moda e de objetos. Utilização em mídia externa, anúncios de jornal e revista, PDV, peças gráficas e internet, pelo período de 1 ano (veiculação nacional). - PRONATEC	APROVADO	FOTO	38.500,00
201304812	PRONATEC	TERRA EDITORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em AGORA/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	9.903,71
201304813	PRONATEC	TERRA EDITORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Veiculação de anúncio de jornal em AMAZONAS EM TEMPO/AM (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.542,79

2013048243	PRONATEC	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio banners, 1.700.000 impressões estimadas - dias 23, 24, 27 e 31, Portal Terra. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	83.326,88
2013/02002	PRONATEC	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA, 1.650.000 inserções de retângulo médio, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	50.316,75
2013048117	PRONATEC	JORNAL TRIBUNA DO NORTE (RN)	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA DO NORTE/RN (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	15.150,77
201304810	PRONATEC	JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE (AL)	Veiculação de anúncio de jornal em TRIBUNA INDEPENDENTE/AL (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	6.103,01
20130482	PRONATEC	TV BANDEIRANTES	Veiculação de merchandising no canal BAND (duas inserções - dez.), Programa Pânico na Band. - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	613.111,95
2013/06402	PRONATEC	TV BANDEIRANTES	Cachês de merchandising para as emissoras Band - Pronatec	APROVADO	MERCHANDISING	86.050,80
2013048301	PRONATEC	TV MINUTO BRASÍLIA S/A	Veiculação de comercial 30" em TV Trem + Estações, em Brasília (1.050 inserções, sendo 450 bonificações, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	101.916,00
2013/02325	PRONATEC	TV MINUTO BRASÍLIA S/A	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/DF (TV Minuto), 1.575 inserções, comercial de ", durante 15 dias no mês de 06/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	89.176,50
2013048232	PRONATEC	TV MINUTO RIO DE JANEIRO	Veiculação de anúncio TV Trem + Estações, Rio de Janeiro - 2 quinzenas, TV Minuto RJ. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	368.676,00
2013/02324	PRONATEC	TV MINUTO S/A	Veiculação de anúncio na TV em Metrô/SP (TV Minuto), 1.200 inserções, comercial de ", durante 15 dias no mês 06/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	259.578,00
2013048235	PRONATEC	TV MINUTO SÃO PAULO	Veiculação de anúncio TV Trem + Estações, São Paulo - 2 quinzenas, TV Minuto SP. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	484.545,60
20130484	PRONATEC	TV RECORD	Veiculação de merchandising no canal TV RECORD (10 inserções - nov./dez.), Programa O Melhor do Brasil, Hoje em Dia e Programa da Tarde - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	1.463.000,00
2013/06401	PRONATEC	TV RECORD	Cachês de merchandising para as emissoras Record - Pronatec	APROVADO	MERCHANDISING	308.000,00
20130483	PRONATEC	TV REDE TV	Veiculação de merchandising no canal REDE TV (quatro inserções - nov./dez.), Programa A Tarde é Sua - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	57.638,40
2013/06403	PRONATEC	TV REDE TV	Cachês de merchandising para as emissoras Rede TV - Pronatec	APROVADO	MERCHANDISING	8.000,00
20130481	PRONATEC	TV SBT	Veiculação de merchandising no canal SBT (cinco inserções - nov./dez.), Programa do Ratinho e Domingo Legal. - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	799.520,00
2013/02001	PRONATEC	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL, 4.400.000 inserções de retângulo, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	51.414,00
2013048245	PRONATEC	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio banners, 7.800.000 impressões estimadas - dias 23 e 31, Portal UOL. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	121.212,40
2013048164	PRONATEC	JORNAL VALOR ECONÔMICO	Veiculação de anúncio de jornal em VALOR ECONÔMICO/SP (veiculação em 26/11/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	100.870,85
2013048199	PRONATEC	VB EDITORA E COMUNICAÇÃO LTDA	Veiculação de anúncio na revista VIVER BRASIL (uma inserção, quinzenal, data de capa: 6/12/2013 - página simples) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	18.246,01
2013048218	PRONATEC	BUSDOOR VIA DIRETA LTDA	Veiculação de busdoor em Manaus (50 unidades, 15 dias: 15 a 30/12/2013) - PRONATEC	APROVADO	VEICULAÇÃO	39.102,00
2013/05501	PRONATEC	VIU MULTIMÍDIA (EDPZ)	Programação em flash (adaptação de formato para veiculação - 132) conforme os seguintes pacotes de formatos: 300x250 (87 peças, 29 para cada layout - indústria/saúde/gastronomia); 300x600 (18 peças, 6 para cada layout); 27 peças, 3 para cada layout nos formatos - 728x90; 936x465; 160x600; 120x600; 960x295; 300x300; 300x361; 250x250; 200x200. - PRONATEC	APROVADO	BANNER	23.760,00
2013/02327	PRONATEC	W. K. IMPRESSÃO DIGITAL LTDA	Veiculação de anúncio em Painei no Trem/SP (Grupo WK), 320 inserções, durante 30 dias, no período de 08/06 a 07/07/2013. - PRONATEC - 23123.001438/2013-91.	PAGO	VEICULAÇÃO	161.500,00
2013048244	PRONATEC	YAHOO!	Veiculação de anúncio banners, 15.000.000 impressões estimadas - dias 23 e 31, Portal Yahoo. PRONATEC.	APROVADO	VEICULAÇÃO	99.750,00
2013/02005	PRONATEC	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO, 2.300.000 inserções de retângulo, no período de 8/04 a 22/04/2013. - PRONATEC - 23123.001437/2013-01.	PAGO	VEICULAÇÃO	36.358,40
2013/05101	PRONATEC	ZEPPELIN FILMES	Produção de 1 filme de 60" com redução para 30". Inclui 1 diária de captação (locações em RS), pré-produção, pesquisa, contratação de equipe técnica, equipamentos, transporte, acomodação, 1 taxa de Condecine, produção específica de figurino e maquiagem, computação gráfica 2D (para assinatura), finalização e copiagem. Veiculação nacional em TV aberta, fechada, internet, PDV / 6 meses. - PRONATEC	APROVADO	FILME	375.632,29
2013/00502	REUNI - EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	GRAVOMATIC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Produção de 100 livretos com 56 páginas no formato de 21x30cm (A4), com impressão a 4x4 cores, sobre papel couche fosco 230g (capa) e 150g (miolo). Acabamento com wire-ô prata fixado na lateral e laminação na 1ª e 4ª capa. - REUNI - EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS- 23123.000170/2013-26.	PAGO	LIVRETO	10.355,00

2013/00501	REUNI - EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (43 + 13 adaptações) e finalização de 1 livreto com 56 páginas (ref. folheto). - REUNI - EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS- 23123.000170/2013-26.	PAGO	LIVRETO	15.903,96
2013M00209	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	ABRIL RADIODIFUSÃO S/A	Veiculação de anúncio no site MTV, 525.000 inserções, retângulo médio, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	APROVADO	VEICULAÇÃO	13.466,25
2013M00204	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	Veiculação de anúncio no site GLOBO.COM, 10.300.000 inserções, floating/retângulo, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	43.176,40
2013M00203	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site IG, 810.000 (pagas) + 500.000 (reaplicações) inserções, super/half banner/retângulo, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	29.625,75
2013M00208	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	IG PUBLICIDADE E CONTEÚDO LTDA	Veiculação de anúncio no site JOVEM NERD, 200.000 inserções, super banner, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	8.778,00
2013/00201	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.	Criação (1) e adaptação (21, distribuídas em 13 sites) de peças de internet, sendo: 8 super banners; 6 retângulos; 1 half page; 1 half banner; 1 island; 1 arropa banner; 1 box banner; 1 floating; 1 retângulo médio e 1 BG. - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU- 23123.000136/2013-51.	PAGO	BANNER	10.619,10
2013M00207	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	Veiculação de anúncio no site MSN, 1.900.000 inserções, half/retângulo, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	APROVADO	VEICULAÇÃO	21.983,95
2013M00211	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	NO ZEBRA NETWORK LTDA	Veiculação de anúncio no site BAIXAKI, 790.000 (pagas) + 140.000 (bonificadas) inserções, BG/retângulo/super banne, no período de 7 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	12.492,50
2013M00206	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	Veiculação de anúncio no site R7, 870.000 inserções, super banner/island, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	27.274,50
2013/00202	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	REALMEDIA LATIN AMERICA PUBLICIDADE ON LINE LTDA	Contratação de Ad Server + Rich Media (hospedagem de peças de internet com peso acima do permitido com gerenciamento). Inclui 23.695.000 impressões para os seguintes sites: UOL; Terra; IG; Globo.com; Yahoo; R7; Vírgula; MSN; Jovem Nerd; MTV; Baixaki Jogos; Baixaki e Crackle. - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU- 23123.000136/2013-51.	PAGO	AD SERVER	12.926,55
2013M00212	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	SONY PICTURES RELEASING O BRASIL, INC.	Veiculação de anúncio no site CRACKLE, 400.000 inserções, super/box banner, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	4.750,00
2013M00202	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	TERRA NETWORKS BRASIL S/A	Veiculação de anúncio no site TERRA, 905.000 (pagas) + 300.000 (bonificadas) inserções, super/half page/retângulo, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	32.440,13
2013M00201	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site UOL, 3.325.000 inserções, super banner, no período de 6 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	33.740,44
2013M00210	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	UNIVERSO ONLINE S/A	Veiculação de anúncio no site VIRGULA, 640.000 inserções, super/arropa banner, no período de 7 a 11/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	16.416,00
2013M00205	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA	Veiculação de anúncio no site YAHOO, 1.736.685 inserções, retângulo, no período de 9 a 10/01/2013 - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU - 23123.000137/2013-04.	PAGO	VEICULAÇÃO	22.143,28
TOTAL						28.040.347,26

